An aerial photograph of a landscape, likely a rural or agricultural area, with a grid overlay on a field in the upper left quadrant. The grid is composed of white lines forming a square pattern. The rest of the image shows various shades of green and brown, representing different types of terrain or vegetation.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

TESE DE DOUTORADO

**CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ**

HISTÓRIA E MORFOLOGIA URBANA DAS  
CIDADES FUNDADAS POR  
COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS NO NORTE DO PARANÁ

**ALESSANDRO FILLA ROSANELI**

São Paulo  
2009

ALESSANDRO FILLA ROSANELI

**CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ**  
HISTÓRIA E MORFOLOGIA URBANA DAS  
CIDADES FUNDADAS POR  
COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS NO NORTE DO PARANÁ

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação da FAUUSP na área de concentração de História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

ORIENTADOR Professor Doutor Murillo Marx

SÃO PAULO

2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL  
OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**alefila@yahoo.com**

---

PROJETO GRÁFICO VISUALITA PROGRAMAÇÃO VISUAL

---

---

Rosaneli, Alessandro Filla  
R788c Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas  
por companhias imobiliárias no norte do Paraná / Alessandro Filla Rosaneli. --São Paulo,  
2009.  
xx, 268 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e  
Urbanismo - FAUUSP.  
Orientador: Murillo Marx

1. Cidades novas - Paraná 2. Fronteiras 3. Morfologia urbana 4. História urbana I.Título

CDU 711.417.4(816.2)

---

ÀQUELES TODOS QUE VIVENCIARAM NO NORTE DO PARANÁ A EXPERIÊNCIA  
UNIVERSAL DO MOMENTO FUNDADOR DESTE MAIOR ARTEFATO HUMANO, A CIDADE.



## AGRADECIMENTOS

### **Serei preciso, pois só assim me faço justo.**

Expresso profunda gratidão à Universidade de São Paulo, sobretudo à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da capital paulista, e à University of Washington, especialmente ao College of Architecture Urban Planning em Seattle, por propiciarem um prazo de amadurecimento e enriquecimento intelectual. Nestas duas Instituições, tive o privilégio de conviver com duas grandes pessoas: na primeira, com meu orientador Professor Doutor Murillo Marx, cuja prontidão e prumo foram fundamentais para vencer os meandros da pesquisa - sem dúvida, a convivência nesse período mostrou-se inspiradora para prosseguir o caminho de observação das cidades como arquiteto e urbanista; na segunda, com minha “adviser” Professora Anne-Vernez Moudon, ph.D., cuja confiança, calorosa acolhida e suporte tornaram-se indispensáveis em ambiente estrangeiro.

Em conseqüência, não poderia deixar de agradecer o excepcional auxílio da Fulbright Commission (Rejânia Araújo, Ryan Keane e Sonia Wallenberg, em particular) e da FUNADESP (Professor Sérgio Missiaggia, especialmente) e também o incondicional apoio institucional da UNIFIL, por permitirem a fértil aproximação com o mundo acadêmico norte-americano, através de bolsa de estudos. Sem dúvida, a perspectiva aberta por Heliana Angotti, em nossas conversas iniciais, inspirou este trajeto.

Reconheço que seria impossível a conclusão da pesquisa sem a consulta aos processos depositados junto aos Cartórios de Registro de Imóveis de várias comarcas do Paraná. De todos os visitados, não poderia deixar de agradecer a generosidade da Teresa R. Gomes, do CRI de Paranaíba; do Enio M. Gualda, do CRI de Mandaguari; da Suely de Moura, do CRI de Londrina; da Sayonara Pappini, do CRI de Toledo; do José Teixeira, do CRI de Foz do Iguaçu; do Joracir Fogaça, do CRI de Cascavel; do Alcebíades A. Filho, do CRI de Ivaiporã; da Adriana, do CRI de Apucarana; do João Carlos Kloster e da Elizângela, do CRI de Campo Mourão; do Guto Grassano, do CRI de Araçongas; da Rosária Maria, do CRI de Cornélio Procopio; e da Pilar Álvares, do CRI de Sertãozinho.

Devo especiais agradecimentos a dois órgãos governamentais deste Estado: à Junta Comercial do Paraná, especialmente ao apoio de Valdecir P. Pereira, pela oportunidade de acesso aos contratos sociais das empresas imobiliárias, e ao Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, sobretudo pela dedicação e confiança de Pedro Pereira da Fonseca, em vista da possibilidade de consulta às aerofotos do arquivo. Estendo-os, também, ao PARANACIDADE e à paciência do Evemar Wernick, pelos mapas digitalizados, e à Josefina Ayres da Biblioteca Pública do Paraná. Todos em Curitiba.

Louvo o rico entusiasmo rememorativo de meus entrevistados, Aristóteles Coelho Rosa, Kazutoshi Shibuya, Cristina Sessak Ribeiro, Onivaldo Mehl Góes e Roberto Brandão.

Sou grato também à colaboração valiosa de meus orientandos de iniciação científica na UNIFIL: Rodrigo Sampar, Wanderley Fraga, Jacqueline Morghett, Nancy Cifuentes, Erika Soares e Mariana do Carmo, pela dedicada pesquisa nos arquivos originais dos jornais estaduais; Daniel Corrêa e o comprometido Renato Lincoln, pela incansável disposição no tratamento das imagens.

Agradeço imensamente a meus pais, Marcílio e Marilda, sempre presentes e dispostos para o socorro da mais essencial natureza.

Por fim, mas certamente não menos importante, devo salientar que para além destes amparos específicos, incontáveis outros, de amigos e amigas, colegas, estudantes, professores e professoras, companheiros de sala de aula e as bibliotecárias, que, de diferentes modos e em variados estratos, alertaram, inspiraram e apoiaram. Ao escrever estas linhas, a minha gratidão.



AS CIDADES, COMO OS SONHOS, SÃO CONSTRUÍDAS POR DESEJOS E MEDOS, AINDA  
QUE O FIO CONDUTOR DE SEU DISCURSO SEJA SECRETO, QUE AS SUAS REGRAS  
SEJAM ABSURDAS, AS SUAS PERSPECTIVAS ENGANOSAS, E QUE TODAS AS COISAS  
ESCONDAM UMA OUTRA COISA.

[ITALO CALVINO, EM 1972]



Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná. A presente tese concentra-se em desvendar a face urbana do universo pioneiro da fronteira do café no norte do Paraná. Especificamente, analisa o processo de formação histórica e a configuração formal de 96 cidades novas fundadas por 41 companhias imobiliárias entre 1923 e 1966. Através de uma abordagem interdisciplinar, procura evidenciar esta ímpar rede urbana considerando a dinâmica histórica que a gerou. A principal contribuição atém-se ao estudo da forma urbana dessas concepções. Sustenta-se uma reinterpretação demonstrativa de que em razão das características de sua gênese e do generalizado cuidado com específicos elementos morfológicos em somatória à observação zelosa das condicionantes do sítio singularizam-se dentro do cenário nacional e internacional desse movimento de reconfiguração territorial, ainda que compartilhem com premissas de desenho e preocupações comerciais universalmente consideradas. Para tanto, reuniu-se um conjunto inédito de fontes primárias que revelam o instante fundador dos núcleos urbanos e das empresas imobiliárias. Registra, dessa forma, o ímpeto do incipiente processo de urbanização na fronteira no norte do Paraná.

1. Cidades novas;
2. Fronteira agrícola;
3. Norte do Paraná;
4. Morfologia urbana;
5. História urbana;



Coffee frontier new towns: urban history and morphology of towns settled by real State companies in northern Paraná State. This Thesis is about the urban face of pioneer universe of coffee frontier in northern Paraná State in Brazil. Specifically, it analyses the historical formation process and the formal configuration of 96 new towns settled by 41 real Estate companies between 1923 and 1966. Through an interdisciplinary approach it attempts to put in evidence this unique urban net considering the historical dynamic that generated it. The main contribution is the urban form study of these conceptions. It sustains a demonstrative reinterpretation of which on account of the characteristics of their origin and of the generalized care with specific morphological elements as well the zealous observation of the site restrictions they are singled out inside the national and international scenery of this movement of territorial reconfiguration, though they share with premises of drawing and commercial preoccupations universally respected. For so much, there was joined an unpublished set of primary sources that reveal the founding instant of these towns and companies. So it registers the impulse of the incipient process of urbanization in the north of Paraná State frontier.

1. New towns;
2. Frontier;
3. Northern Paraná State;
4. Urban Morphology;
5. Urban History;



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - As Fronteiras Agrícolas no Brasil (Séculos XIX e XX). FONTE: MACHADO (1992), P. 36.	10
Figura 1.2 - “Bird’s Eye View” da cidade de Cheyenne, Estado de Wyoming (1882) - FONTE: REPS (1998), P. 89.	22
Figura 1.3 - “Bird’s Eye View” da cidade de Phoenix, Estado de Arizona (1885) - FONTE: REPS (1998), P. 101.	22
Figura 1.4 - Cidade deserta à beira da ferrovia no Kansas (1874) - FONTE: REPS (1965), P. 398.	26
Figura 1.5 - Plano padrão da The Illinois Central Associates (1850) - FONTE: REPS (1965), P. 393.	26
Figura 1.6 - “Bird’s Eye View” da cidade de Aberdeen, Estado de Dakota do Sul (1883) - FONTE: REPS (1998), P. 90.	27
Figura 1.7 - “Bird’s Eye View” da cidade de Bismark, Estado de Dakota do Norte (1883) - FONTE: REPS (1998), P. 91.	28
Figura 1.8 - “Bird’s Eye View” da cidade de Cripple Creek, Estado de Colorado (1896) - FONTE: REPS (1998), P. 86.	28
Figura 1.9 - “Bird’s Eye View” da cidade de Salt Lake City, Território De Utah (1870) - FONTE: REPS (1998), P. 97.	29
Figura 1.10 - Esquemas de implantação das Praças nos planos urbanísticos na fronteira noroeste do estado de São Paulo - FONTE: SILVA (1988), P. 176 - 178.	31
Figura 1.11 - Esquemas de implantação da Ferrovia nos planos urbanísticos na fronteira noroeste do estado de São Paulo - FONTE: SILVA (1988), P. 174 - 175.	31
Figura 1.12 - Planta da cidade de Panorama, estado de São Paulo (Década De 1950) - FONTE: SILVA (1988), P. 260.	32
Figura 1.13 - Esplanada de Penápolis (1909): levantamento inicial de 1936 - FONTE: GHIRARDELLO (2002), P. 200.	32
Figura 1.14 - “Planta da Villa de Pennápolis” (1909) - FONTE: GHIRARDELLO (2002), P. 202.	33
Figura 1.15. - Planta do núcleo urbano da colônia de Katueté, Paraguai (1972) - FONTE: HAY (1984), P. 26.	33
Figura 2.1 - Norte do Paraná - FONTE: CAMBIAGHI (1951/1952), P. 6.	39
Figura 2.2- Norte do Paraná - produção do café, 1950 - FONTE: MÜLLER (1956), P. 56.	40
Figura 2.3 - Esboço demonstrativo das regiões geográficas naturais do estado do Paraná - FONTE: MAACK (2002), P. 110.	40
Figura 2.4 - O Paraná cafeeiro - FONTE: CANSIAN (1977), P. 43.	41
Figura 2.5 - Estado do Paraná - Região Norte - 1965 - FONTE: PADIS (1981), P. 87.	42
Figura 2.6 - Estado do Paraná - 1965 - Regiões agrícolas - FONTE: MESQUITA E SILVA (1970), SEPARATA.	42
Figura 2.7 - Norte do Paraná baseado na marcha da ocupação cafeeira - FONTE: IBC APUD ADUM (1992), ANEXO 6.	43
Figura 2.8 - Comunidades paranaenses - FONTE: BALHANA, PINHEIRO MACHADO E WESTPHALEN (1968), P. 7.	44
Figura 2.9 - As três frentes histórico-culturais que ocuparam e colonizaram o Paraná - FONTE: WACHOWICZ (1986), P. 271.	44
Figura 2.10 - Paraná: grandes regiões ocupadas com o deslocamento das frentes pioneiras - FONTE: SERRA (1992), P. 64.	45
Figura 2.11 - Estado do Paraná: os três nortes - FONTE: LUZ (1980), P. 89.	46
Figura 2.12 - Estado do Paraná: zonas fisiográficas e municípios, 1950 - FONTE: BRAGUETO E CARVALHO (1990/1991), P. 99A.	46
Figura 2.13 - Estado do Paraná: microrregiões homogêneas, 1969 - FONTE: BRAGUETO E CARVALHO (1990/1991), P. 99C.	47
Figura 2.14 - Estado do Paraná: microrregiões geográficas - FONTE: DISPONÍVEL EM WWW.IPARDES.GOV.BR.PR, ACESSADO EM 27/04/2007.	48
Figura 2.15 - Planalto ocidental - FONTE: IBGE (1964), P. 10.	48
Figura 2.16 - Estado do Paraná: expansão do povoamento - FONTE: BERNARDES, N. (1952A), SEPARATA.	49
Figuras 2.17, 2.18, 2.19 e 2.20 - Limites da zona povoada: 1900 - 1950 - FONTE: BERNARDES, L. (1953), P. 373 E 375.	50
Figuras 2.21 e 2.22 - Paraná: ocupação do território - FONTE: CARDOSO E WESTPHALEN (1986), P. 63 E 65.	51

Figura 2.23 - Mosaico de aerofotos da região norte do estado do Paraná nas proximidades do rio Paranapanema e dos nascentes patrimônios de Inajá [1] e Santo Antônio do Caiuá [2] - FONTE: ITCG, SEMA, 1952 - 1954.	52
Figura 2.24 - Grandes concessões de terras anteriores a 1930 - FONTE: SERRA (1992), P. 90.	59
Figura 2.25 - Mapa parcial do Estado do Paraná com os limites das concessões e das Colônias Estaduais - FONTE: ITCG, IAP/SEMA.	60
Figura 2.26 - Aerofoto da região norte do estado do Paraná nas proximidades do Rio Ivaí e do Patrimônio de São Jorge do Ivaí [1] - FONTE: ITCG, SEMA, 1952 - 1954.	65
Figura 2.27 - Aerofoto da região norte do estado do Paraná nas proximidades do Nascente Patrimônio de Paiçandu [1] - FONTE: ITCG, SEMA, 1952 - 1954.	67
Figura 3.1 - Cidades novas fundadas por companhias imobiliárias na fronteira do café no norte do Paraná	77
Figura 3.2 - Atuais municípios e suas respectivas sedes originados de cidades novas fundadas por companhias imobiliárias na Fronteira do café no norte do Paraná	78
Figuras 3.3 e 3.4 - Evolução da fundação de cidades novas na fronteira do café no norte do Paraná (1923 - 1944 e 1945 - 1966)	81
Figura 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8 - Aerofotos das cidades de Cidade Gaúcha, Inajá, Paranapoema e Uniflor - FONTE: ITCG, SEMA, 1952 - 1954.	83
Figura 3.9 - Aerofoto da cidade de Tamboara (com indicação dos limites do plano original) - FONTE: ITCG, SEMA, 1952 - 1954.	84
Figuras 3.10 e 3.11 - Propagandas da CTNP/CMNP - FONTE: GAZETA DO POVO, VÁRIOS ANOS.	91
Figuras 3.12, 3.13 e 3.14 - Propagandas da CTNP/CMNP - FONTE: GAZETA DO POVO, VÁRIOS ANOS.	92
Figuras 3.15 e 3.16 - Propagandas de diversas companhias imobiliárias - FONTE: GAZETA DO POVO E FOLHA DE LONDRINA, VÁRIOS ANOS.	93
Figuras 3.17, 3.18, 3.19 e 3.20 - Propagandas de diversas companhias imobiliárias - FONTE: GAZETA DO POVO E FOLHA DE LONDRINA, VÁRIOS ANOS.	94
Figuras 3.21, 3.22, 3.23, 3.24 e 3.25 - Propagandas de diversas companhias imobiliárias - FONTE: FOLHA DE LONDRINA, VÁRIOS ANOS.	95
Figura 3.26 - Detalhe da prancha do plano da cidade de Alto Paraná - FONTE: CART. DE REG. DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE ALTO PARANÁ, 1948.	97
Figura 3.27 - Detalhes da prancha do plano da cidade de Guairaçá - FONTE: CART. DE REG. DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE GUAIRAÇÁ, 1950.	97
Figura 3.28 - Detalhes da prancha do plano da cidade de Alto Paraná - FONTE: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE ALTO PARANÁ, 1948.	97
Figura 3.29 - Detalhe da prancha do plano da cidade de Paranacity- FONTE: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE PARANACITY, 1950.	98
Figura 3.30 - Detalhes da prancha do plano da cidade de Guairaçá - FONTE: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PARANAVAÍ. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE GUAIRAÇÁ, 1950.	98
Figuras 3.31 - Detalhes da prancha do plano da cidade de Juranda - FONTE: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE JURANDA, 1960.	98
Figuras 3.32 - Detalhes da prancha do plano da cidade de Iporã - FONTE: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PEABIRU. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE IPORÃ, 1957.	98
Figura 3.33 - Detalhe da prancha do plano da cidade de Querência Do Norte - FONTE: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE QUERÊNCIA DO NORTE, 1952.	99
Figura 3.34 - Detalhes da prancha do plano da cidade de Loanda - FONTE: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE LOANDA, 1952.	99
Figura 3.35 - Foto da avenida central da cidade de Querência Do Norte (S/D) - FONTE: HARACENKO (2002), P. 67.	102
Figura 3.36 - Foto da cidade de Rolândia em 1936 - FONTE: MUSEU DE LONDRINA	102
Figura 3.37 - Foto da cidade de Londrina em 1934 - FONTE: MUSEU DE LONDRINA	103
Figura 3.38 - Foto da cidade de Planaltina Do Paraná (s/d) - FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ.	103
Figura 4.1 - Foto da cidade de Rio Bom (1942) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	121
Figura 4.2 - Foto da cidade de Jandaia Do Sul (1942) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	121
Figura 4.3 - Foto da cidade de Ivaiporã (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	122
Figura 4.4 - Foto da cidade de Mandaguari (1937) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	123
Figura 4.5 - Foto da cidade de Pérola (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	123
Figura 4.6 - Foto da cidade de Jesuítas (1960) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	124
Figura 4.7 - Foto da cidade de Terra Boa (1951) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	124
Figura 4.8 - Foto da cidade de Nova Esperança (1946) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	125
Figura 4.9 - Foto da cidade de Jussara (1951) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	125
Figura 4.10 - Foto da cidade de Arapongas (1935) - FONTE: O AUTOR, DEZEMBRO DE 2008.	126
Figura 4.11 - Foto da cidade de Xambrê (1952) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	126
Figura 4.12 - Foto da cidade de Colorado (1948) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	127

Figura 4.13 - Foto da cidade de Ângulo (1949) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	127
Figura 4.14 - Foto da cidade de Querência Do Norte (1950) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	128
Figura 4.15 - Plano piloto da cidade de Tupãssi (1966) - FONTE: CART. DE REG. DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ASSIS CHATEUABRIAND. PROC. DE INSC. DA CIDADE DE TUPÃSSI, 1973.	129
Figura 4.16 - Plano da adjacência rural da cidade de Altônia (1953) - FONTE: CART. DE REG. DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FOZ DE IGUAÇU. PROC. DE INSC. DAS PLANTAS DAS GLEBAS PINDORAMA, DOURADOS, PÉROLA, SAFIRAS, BOA ESPERANÇA, SÃO JORGE, SÃO JOÃO, ELIZA, ALTONIA, SÃO VICENTE, JARACATIÁ, S/D.	130
Figura 4.17 - Plano da adjacência rural da cidade de Tapira (1958) - FONTE: CART. DE REG. DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PEABIRU. PROC. DE INSC. DO LOTEAMENTO DA CIDADE DE TAPIRA, 1958.	131
Figura 4.18 - Plano da adjacência rural da cidade de Astorga (1945) - FONTE: CMNP. CÓPIA DA PLANTA PARCIAL DA GLEBA DO PATRIMÔNIO ASTORGA, 1946.	131
Figura 4.19 - Foto da cidade de Apucarana (1938) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	134
Figura 4.20 - Foto da cidade de Santa Cruz De Monte Castelo (1951) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	135
Figura 4.21 - Foto da cidade de Nova Londrina (1951) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	135
Figura 4.22 - Foto da cidade de Esperança Nova (1960) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	135
Figura 4.23 - Foto da cidade de Assis Chateaubriand (1961) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	135
Figura 4.24 - Foto da cidade de Colorado (1948) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	136
Figura 4.25 - Foto da cidade de Cidade Gaúcha (1952) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	136
Figura 4.26 - Foto da cidade de Tapira (1958) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	136
Figura 4.27 - Foto da cidade de Perobal (1950) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	137
Figura 4.28 - Foto da cidade de Japurá (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	137
Figura 4.29 - Foto da cidade de Cidade Gaúcha (1952) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	138
Figura 4.30 - Foto da cidade de Ivaiporã (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	138
Figura 4.31 - Foto da cidade de Pérola (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	138
Figura 4.32 - Foto da cidade de Ivaiporã (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	140
Figura 4.33 - Foto da cidade de Ivaiporã (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	141
Figura 4.34 - Foto da cidade de Ivaiporã (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	141
Figura 4.35 - Foto da cidade de Pérola (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	141
Figura 4.36 - Foto da cidade de Pérola (1953) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	141
Figura 4.37 - Foto da cidade de Loanda (1952) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	142
Figura 4.38 - Foto da cidade de Nova Londrina (1952) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	142
Figura 4.39 - Patrimônio de Saltinho - FONTE: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. PLANTA DO TERRENO DENOMINADO RIO MOURÃO, 1949.	143
Figura 4.40 - Foto da cidade de Tupãssi (1966) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	143
Figura 4.41 - Foto da cidade de Tupãssi (1966) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	144
Figura 4.42 - Foto da cidade de Tupãssi (1966) - FONTE: O AUTOR, SETEMBRO DE 2008.	144

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 2.1 - Estrutura fundiária - em porcentagem [área em hectares e nú4ero proporcional]	66
Gráfico 3.1 - Data de fundação das cidades novas empreendidas por companhias imobiliárias na fronteira do café no norte do Paraná	80
Tabela 3.1 - Análise das datas de fundação das cidades novas fundadas por companhias imobiliárias na fronteira do café no norte do Paraná	80
Quadro 3.1 - Lista das companhias imobiliárias fundadoras de cidades novas naa fronteira docafé no norte do Paraná	88



## LISTA DE ABREVIATURAS

BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul  
BRADESCO - Banco Brasileiro de Descontos  
BRATAC - Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada (Brazil Tokushoru Kaisha)  
CIAC - Colonizadora, Imobiliária e Agrícola de Catanduva Ltda.  
CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná  
COBRIMCO - Companhia Brasileira de Imigração e Colonização  
CODAL - Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural  
CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná  
DGTC - Departamento de Geografia, Terras e Colonização  
DTC - Departamento de Terras e Colonização  
EUA – Estados Unidos da América  
FPCI - Fundação Paranaense de Colonização e Imigração  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICO – Organização Internacional do Café  
ISUF - International Seminar on Urban Form  
ITC - Fundação Instituto de Terras e Cartografia  
ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas  
MARIPÁ - Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A.  
SEAP – Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná  
SINOP - Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná  
TD - Técnico Diplomado

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I: O TOM</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A FRONTEIRA E AS CIDADES</b>	<b>8</b>
1.1 A FRONTEIRA COMO TEMÁTICA EXPLICATIVA	9
1.2 O “MITO” DA FRONTEIRA	14
1.2.1 A TESE	14
1.2.2 A CONTESTAÇÃO DA TESE	15
1.2.3 A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES NO PRIMÓRDIO DA FRONTEIRA NORTE-AMERICANA	17
1.3 O DESENHO DA CIDADE NA FRONTEIRA	22
1.3.1 A GRELHA COMO DESÍGNIO	22
1.3.2 A GRELHA COMO ARTIFÍCIO	24
I. O CASO NORTE-AMERICANO	25
II. O CASO PAULISTA	30
<b>PARTE II: O MODO</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO 2 - O UNIVERSO PIONEIRO DO NORTE DO PARANÁ</b>	<b>36</b>
2.1 O “NORTE DO PARANÁ” COMO RECORTE ESPACIAL	38
2.1.1 ENTRE A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA	38
I. O PARALELO 24º	38
II. OS “TRÊS PARANÁS”	43
III. AS DIVISÕES OFICIAIS	46
2.1.2 O AVANÇO DA FRONTEIRA NO NORTE DO PARANÁ	49
2.2 CAFÉ E TERRAS NO NORTE DO PARANÁ	53
2.2.1 A CAFEICULTURA PARANAENSE	53
I. ADAGIO	53
II. ANDANTE	54
III. ALLEGRO	55
2.2.2 POLÍTICA AGRÁRIA ESTADUAL E COLONIZAÇÃO	57
I. ALLEGRO MA NON TROPPO	58
II. MOLTO VIVACE	61
2.3 A PAISAGEM RURAL DO UNIVERSO PIONEIRO NORTE PARANAENSE	63
2.3.1 AMPLIDÃO MONOCOLOR	64
2.3.2 VASTIDÃO MULTICOLOR	65

<b>CAPÍTULO 3 - AS CIDADES E AS COMPANHIAS</b>	<b>68</b>
3.1 A CIDADE NA FRONTEIRA DO CAFÉ NO NORTE DO PARANÁ	70
3.1.1 AS RAZÕES ESSENCIAIS	70
3.1.2 A REDE URBANA	71
3.2 AS CIDADES NOVAS FUNDADAS POR COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS	75
3.2.1 PELO TEMPO, AS FUNDAÇÕES	78
3.2.2. SOB O ESPAÇO, OS “LOTEAMENTOS”	82
3.3 AS COMPANHIAS E SUAS PROPAGANDAS	86
3.3.1 AS “COLONIZADORAS”	87
3.3.2 “O CAMINHO CERTO PARA UM BOM NEGÓCIO”	90
3.4 A PAISAGEM URBANA E A ORGANIZAÇÃO DA VIDA NOS PRIMÓRDIOS DAS CIDADES NOVAS	99
3.4.1 AS CONSTRUÇÕES	99
3.4.2 OS DOMÍNIOS	101
3.4.3 OS SUPORTES	104
<b>PARTE III: A FORMA</b>	<b>107</b>
<b>CAPÍTULO 4 - A FORMA URBANA DAS CIDADES NOVAS NO NORTE DO PARANÁ</b>	<b>108</b>
4.1 A MORFOLOGIA URBANA COMO ABORDAGEM METODOLÓGICA	110
4.1.1 TRÊS ESCOLAS	111
4.1.2 A MORFOLOGIA URBANA NO “NOVO MUNDO”	113
4.2 OS (DES)ENTENDIMENTOS ACERCA DAS CIDADES NOVAS NO NORTE DO PARANÁ	116
4.2.1 DUAS POSIÇÕES	117
4.3 A MORFOLOGIA URBANA DOS PLANOS URBANÍSTICOS DAS CIDADES NOVAS DO NORTE DO PARANÁ	119
4.3.1 SEMELHANÇAS E ASSIMETRIAS	121
I. A CONCEPÇÃO DO TODO	121
II. A PRESCRIÇÃO DAS PARTES	131
4.3.2 PARTICULARIDADES	139
<b>CONCLUSÃO - POR UMA NOVA VISÃO DAS CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ DO NORTE DO PARANÁ</b>	<b>145</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
APÊNDICE 1	161
APÊNDICE 2	163
ANEXO A	261



## INTRODUÇÃO

**A fundação de uma cidade** reveste-se de expectativas múltiplas, dados os desafios inerentes a esse ato da vontade humana. Na constituição da rede urbana brasileira, poucas regiões experimentaram um febril período de criação de cidades. Por pouco mais de meio século, entretanto, a animação produzida pelo cultivo do café e pelo negócio de terras no norte do Paraná alimentou as condições para que ocorresse sua efetiva ocupação e incipiente urbanização.

Em outras partes do globo, o fenômeno geral que explica essa dinâmica - a expansão da fronteira - gerou semelhantes conjunturas, especialmente no “Novo Mundo”. A conquista do Oeste norte-americano certamente destaca-se como exemplo mais emblemático, que ainda provoca reflexão dentro e fora da academia, mas não se desenha único: a expansão rumo ao Oeste paulista, o avanço pelas planícies paraguaias, o povoamento dos pampas argentinos, das terras baixas da Colômbia e o enfrentamento da floresta amazônica constituem-se outros contextos, dentre tantos, desse fenômeno. Assim, o ocorrido no norte do Paraná pode ser associado a um movimento que extrapola os limites estaduais e nacionais.

A singularidade desta nova etapa de organização territorial norte-paranaense advém da intensa atividade empresarial, de múltiplas origens e diversas envergaduras, no retalhamento em lotes e glebas. Em conseqüência, constituiu-se um conjunto urbano que, em parte, compõe o objeto de estudo das presentes linhas: estudar-se-ão as cidades novas fundadas por companhias imobiliárias na fronteira do café no norte do Paraná.

O propósito maior é contribuir para uma maior compreensão da história urbana nacional, através de um exame original desse amalhado particular de fundações urbanas ocorridas na fronteira do café; quiçá, ao mesmo tempo, colaborar para o estudo comparativo da forma urbana das cidades criadas por esse fenômeno em outras circunstâncias. Considerando os últimos anos, aspira-se a outro objetivo não menos ambicioso: concorrer para o reexame da historiografia estadual, do qual um conjunto de trabalhos tem sido apresentado, não sem a concorrência da perspectiva “celebrativa” e/ou “mistificadora”.

Contudo, um momento histórico específico teria capacidade de imprimir singularidade ao desenho das cidades que cria? A pesquisa exposta neste trabalho iniciou-se com esta indagação, um

tanto irresoluta, mas lastreada por um juízo de que o avanço cafeeiro no Paraná poderia revelar surpresas. Estima-se este como o principal desassossego motivador desta investigação.

Diante de tais considerações, as diligências se enveredaram por dois percursos que, em dado ponto, se cruzavam. Um primeiro se direcionou a um problema historiográfico: a consulta à extensa produção literária evidenciou que o papel das cidades na fronteira do café no Paraná ainda reclamava por uma abordagem mais significativa – em foco e em extensão - por parte dos historiadores. De fato, os estudos produzidos não captavam as nuances do conjunto urbano sempre ressaltado, mas nunca enfrentado em sua totalidade. Não se poderia afirmar, como se evidencia no desenvolver do contexto norte-americano, que as cidades foram desprezadas na análise histórica. Todavia, a expressão socioeconômica que o setor primário representava para a economia estadual e nacional favoreceu o descuido para com o universo urbano.

Uma afortunada ressalva eleva-se pela produção acadêmica do geógrafo e historiador francês Pierre Monbeig (1908 – 1987), que, através de constantes viagens de estudo, vasculhou a fronteira do café em formação e apreendeu as especificidades da rede urbana conseqüente. Sua obra, especialmente por estes dois motivos, tornou-se basilar para esta investigação. O principal questionamento poderia ser assim resumido: o incipiente processo de urbanização neste território se distingue – em sentido e em extensão – da área total atingida pela marcha do café, por conseguinte, do resto do país?

Descortinava-se, desse modo, uma segunda dificuldade, de essência morfológica, exposta na inquietação original. Novamente, a literatura existente suscitava hesitações, em razão da discrepância de posicionamentos: ora as cidades novas do norte do Paraná eram tomadas pela ausência de qualquer “caráter” estético, ora eram defendidas pelos seus atributos especiais ligados a movimentos urbanísticos estrangeiros. Em geral, tais formulações advinham

do limitado recorte, muito em razão do suscitado para o primeiro problema. Portanto, o desafio impunha-se em enfrentá-las definitivamente. Uma questão essencial emergia: até que ponto as condicionantes estéticas, naturais e técnicas foram determinantes para a elaboração das concepções e, se consideradas em todo ou em parte, em que dimensão tais propriedades as singularizam das criadas no movimento da fronteira do café?

Para explorar este panorama, a perspectiva aberta pelo historiador radicado norte-americano Spiro Kostof (1936 – 1991) traduziu-se fundamental. Tanto pelo método como pela estrutura, seu livro *The City Shaped* (1991) inspirou a abordagem promovida neste âmbito. Com efeito, ao advertir que a forma, por si só, seria insatisfatoriamente informativa sobre as intenções, ressalta a importância do entendimento das condições que a geram: “[...] The more we know about cultures, about the structure of society in various periods of history in different parts of the world, the better we are able to read their built environment” (KOSTOF, 1991, p. 10). Salienta-se que, nesta obra, empresta o método do geógrafo alemão radicado na Inglaterra Michael R. G. Conzen (1907 – 2000), e de seu filho, o geógrafo Michael P. Conzen, cujas obras também moldaram o itinerário aqui percorrido.

Na tentativa de responder essas indagações, um par de hipóteses sustentou esta investigação. Inicialmente, considera-se que a instauração do processo de urbanização decorrido no norte do Paraná, promovido majoritariamente pela ação de companhias imobiliárias, em razão de sua intensidade espacial e temporal, apresenta-se como fenômeno ímpar no Brasil. Representaria, por este vigor, um dos maiores exemplos da alteração de sentido dos procedimentos para a criação de cidades que há tempos se manifestava no Brasil, quando a expressão secular se consolida em definitivo. Ademais, o inaugural corpo legislativo federal que se desenvolvia *pari passu*, mas resolutivo ao instaurado momento urbanizador nos grandes centros de então, encerra a possibilidade

de observar estes empreendimentos à luz dos acontecimentos nacionais.

A segunda - central na pesquisa - prende-se à defesa de que as cidades novas do território em questão, ao mesmo tempo em que compartilham um “modelo” empregado extensamente em áreas de fronteira, dado pela predileção dos planos ortogonais, e de não deixarem de considerar vivamente o aspecto comercial, razão de sua existência, acrescentam outros aspectos que as singularizam dos empreendidos em outras instâncias, tomando-as em conjunto. Assim, o zelo para com seus elementos morfológicos, a observação das condições do sítio, o criativo emprego da geometria e a presença marcante de profissionais da engenharia assinalam as características que as distinguem do cenário nacional, quiçá internacional.

Da primeira à última cidade fundada (1923 – 1966), transcorreram-se 44 anos. Neste recorte temporal, a ação fundadora assentou inúmeros núcleos, embora nem todos frutificassem como concebidos e nem todos vingassem como promovidos. Desse modo, a partir de uma metodologia específica, oportunamente evidenciada, selecionaram-se **96 cidades** – um reunido certamente representativo do universo que se pretende captar; neste conjunto, **41 companhias** contribuíram para constituir a face urbana da fronteira do café no Paraná. Especialmente, distribuem-se por um vasto território, desde o leste das margens do Rio Tibagi para além das barrancas meridionais do Rio Piquiri; extrapola-se, assim, os limites da região comumente adotada como “norte do Paraná” – posição também apropriadamente esclarecida no decorrer do texto.

Este trabalho apresenta-se singular no enfoque, mas definitivamente não no tema, pois os estudiosos têm dado recorrente

atenção ao amplo temário oriundo do fenômeno da fronteira do café no Brasil; um exemplo atual, os *Seminários de História do Café* organizados pelo Museu Republicano “Convenção de Itu”<sup>1</sup>. Portanto, a partir da releitura desse rico material, produzido eminentemente por geógrafos e historiadores, e do suporte de fontes primárias ineditamente trabalhadas, construiu-se um panorama que revela os primórdios da urbanização nesse território. Como bem lembrou Bernard Lepetit (2001, p. 34), “[...] Toda pesquisa histórica nasce no fim provisório de uma série de pesquisas sucessivas: definem-se suas características e aprecia-se sua pertinência também de acordo com as proposições das precedentes. [...]”.

Mestre favorável ao encontro interdisciplinar, opção basilar incontornável da presente pesquisa, assegura a pertinência para o trajeto aqui empreendido quando o caracteriza “[...] apenas como um processo controlado de empréstimos recíprocos, entre as diferentes ciências do homem, de conceitos, problemáticas e métodos para leituras renovadas da realidade social. [...]” (LEPETIT, 2001, p. 42). Em definitivo, procurou-se observar o fenômeno da fronteira do café no norte do Paraná em particular verve interpretativa.

Para tanto, divide-se a exposição em três distintas, mas relacionadas, partes - seção importante, pois clarifica as intenções. A primeira anuncia o **tom** pretendido; apresenta, assim, a frequência irradiada pelo tema da fronteira em diferentes ambientes, procurando canalizar a atenção para o ponto de vista escolhido. Na segunda parte, orienta-se para a apreciação das circunstâncias históricas de formação e desenvolvimento do universo pioneiro do norte do Paraná, apreendendo o **modo** particular que o distingue dentro da dinâmica maior da fronteira do café no país. Por fim, a terceira parte focaliza a **forma**, ou seja, encerra-se na apreensão dos aspectos físicos característicos do conjunto urbano específico de cidades novas empreendidas por empresas imobiliárias. No início de cada uma destas partes, porém já pertencentes aos respectivos capítulos, alguns parágrafos que pretendem abordar aspectos

<sup>1</sup> Seminários dedicados à exploração da ampla produção historiográfica suscitada pela passagem da cultura cafeeira no Brasil. Foram realizadas 2 edições – novembro de 2006 e de 2008, sempre em Itu (SP).

teóricos e conceituais para a discussão empreendida em seguida. Ao todo, constituem-se de 4 capítulos.

O **Capítulo 1** detalha, em panorama multidisciplinar, o fenômeno da fronteira. Princípio-se com uma recuperação conceitual, eminentemente trabalhado pelos geógrafos, a fim de compreender as condicionantes de sua existência socioeconômica e espacial. Em seguida, atém-se à contribuição dos historiadores, centrando-se no entendimento do debate historiográfico em torno desse conceito. A partir da contribuição oitocentista de Frederick Jackson Turner (1861-1932), tece-se uma sucinta narrativa com o propósito de localizar a recente e revisora perspectiva sobre o papel das cidades na fronteira norte-americana e de retirar alguns pontos de contato com a experiência brasileira. O desfecho orientado para a apreensão dos aspectos formais das cidades em áreas de fronteira também revela uma intenção aproximativa.

Voltando-se especificamente ao recorte espacial em análise, o **Capítulo 2** recupera conhecimentos consolidados acerca do período cafeeiro no Paraná. Centra-se nos aspectos econômicos e políticos e, assim, resume a contribuição da perspectiva historiográfica tradicional. Como se verá, café e terras intercalaram-se como acordes principais da grande sinfonia da cultura cafeeira no Estado. Porém, a fim de precisar o território em observação, as linhas iniciais desse capítulo procuram demonstrar as variadas espacialidades que a expressão “norte do Paraná” suscita. Ao fim, reúne algumas ponderações sobre as marcas do fenômeno geral na paisagem rural do universo pioneiro.

No **Capítulo 3** encontra-se o cerne da contribuição historiográfica deste trabalho sobre o objeto de estudo eleito; portanto, concorre para expandir o quadro investigativo instituído no qual o entendimento da variável urbana conserva-se aquém de sua importância. Pretende-se, desse modo, melhor clarificar o processo de instauração urbana na fronteira do café, revelando criadores e criaturas.

Nesse sentido, afunila-se a escala de observação do abrangente para o específico: a partir da evidência das cidades como elementos fundamentais do processo de povoamento, orienta-se para o exame da formação das cidades novas ora investigado. Apresentam-se seu assentamento pelo tempo e sob o espaço, aspectos das companhias imobiliárias fundadoras de cidades e o teor das suas “versões” – as propagandas - sobre esses empreendimentos. Por fim, instaura-se um olhar retroativo, sob um ponto de vista arquitetônico, a fim de captar as nuances volumétricas e as características dos domínios nesses núcleos em formação.

O detalhamento da forma urbana dos planos urbanísticos concentra-se no conteúdo do **Capítulo 4**. Tal descrição possui particular desígnio: transpor as leituras comumente admitidas, encarceradas no exame do traçado viário. Ao mesmo tempo, a detida análise das concepções urbanísticas complementa o panorama histórico reconstruído - amplia a “inteligibilidade do real”, no dizer do historiador (LEPETIT, 2001, p. 40). Dessa forma, representa o momento em que a interdisciplinaridade alcança sua maior envergadura neste trabalho, dado o empréstimo do método da morfologia urbana. Por fim, considera-se esta contribuição como a essência desta tese.

Porém, antes da apreciação morfológica, em razão do amplo conjunto de contribuições investigativas de díspares objetivos nesse campo disciplinar, procura-se circunscrever o terreno no qual a leitura se realiza; portanto, expõem-se as “escolas” de morfologia urbana e justifica-se o vínculo a uma em particular. Em seguida, a título de sumariar o “estado da arte” e evidenciar a histórica disposição dos estudiosos em explicar as cidades fundadas na fronteira do café, pinçam-se alguns fragmentos para melhor elucidar o desencontro produzido.

Os memoriais descritivos e os planos urbanísticos dos “loteamentos”, os contratos sociais das empresas, as fotografias aéreas e panorâmicas, os relatórios de órgãos governamentais, as propagandas estampadas em jornais da época e os depoimentos

dos personagens diretamente envolvidos constituem-se nas fontes primárias minuciosamente consideradas para a tessitura dos argumentos destes dois últimos capítulos.

Contudo, a análise dos planos urbanísticos realizou-se sob específico método: através da definição de um conjunto de variáveis, contrastaram-se planos urbanísticos e fotos aéreas das respectivas aglomerações. Para que o teor do exposto em texto merecesse compreensão, dispuseram-se em separado e de forma seqüencial (no APÊNDICE 2) ambas as imagens, quando existentes. Outra importante ferramenta - as imagens disponibilizadas pelo programa *Google Earth* - também auxiliou na leitura, em escala mais abrangente, da ocupação do território. A observação abrangeu desde o menor elemento morfológico - o lote - à conformação do sítio. Ademais, as ponderações sobre o espaço urbano também se adensaram em consequência de visita *in loco* em grande parte dessas cidades, depois de rodados mais de 3.000 quilômetros.

Merece um curto parágrafo o episódio da obtenção das fontes primárias, sobretudo os planos originais. Consideravam-se estes como fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e, inicialmente, temia-se por seu encontro, imaginado “perdido” nas estantes das prefeituras ou de algum órgão estadual. Afortunadamente, o súbito despertar para os arquivos dos Cartórios de Registro de Imóveis permitiu esta primeira conclusão. Por certo, constituem-se em locais de rica fonte de pesquisa histórica, mas o lastimável estado de cuidado de alguns arquivos consultados, contrariando o dever público, alerta para sua permanência.

Por fim, mas nem por isso menos importante, este trabalho procurou rediscutir certas premissas abordadas pela historiografia, em especial a produzida localmente: observar as cidades na fronteira, sob um prisma especial, para entender sua importância, mas ao mesmo tempo, melhor compreender a dinâmica que lhe origina. Nesse aspecto, desconsiderar tal movimento histórico na interpretação de sua gênese pouco ou nada colabora para desvendar

os caminhos pelos quais essa criação coletiva surgiu. Por outro lado, ao recolocar essas cidades norte-paranaenses diante do cenário nacional, auxilia-se na melhor compreensão de um fenômeno que não foi criado e não se encerrou dentro dos limites estaduais. Por sinal, avançando ao setentrional, e ainda presente em nosso cotidiano com a mesma dramaticidade socioeconômica e ambiental de outrora, a criação de cidades pela fronteira merece maiores e coordenadas investigações.



PARTE I

*o tom*

CAPÍTULO 1

**A FRONTEIRA  
E AS  
CIDADES**

**LA FRONTERA ES UN MUNDO QUE SE VA [...]**

[CARLOS E. REBORATTI, EM 1990]

**A fronteira no Brasil** ainda se constitui em fenômeno do presente. No entanto, daquilo que se apreende pelo freqüente e dramático noticiário sobre o que ainda resta da Amazônia, o ataque à massa vegetativa faz recordar os acontecimentos de outrora, em pretérita expansão agrícola, mais ao meridional do país. Perspectivas agrícolas diferentes de um mesmo processo de rearranjo territorial.

Pois, na atualidade, essa temática desperta o interesse entre os estudiosos, mesmo que as grandes linhas de pesquisa remontem a um passado longínquo; quer seja, constitui-se em estabelecido problema científico. Ademais, inúmeras partes do globo presenciaram esse fenômeno transformador da paisagem natural: na metade setentrional do hemisfério, o emblemático e intenso exemplo dos Estados Unidos, por vezes explorado de modo estereotipado em narrativas artísticas, teria revelado as primeiras tentativas explanatórias, na pena de Frederick Jackson Turner, em fins do século XIX; um tanto similar, na América Latina, a expansão agropastoril inaugurou inúmeras frentes, além da brasileira: no Paraguai, na Argentina, exemplos para se restringir ao sul do Continente.

Contudo, o enfoque engendrado concentra-se no entendimento de um objeto particular, mas imprescindível, imerso nesse grande movimento: as cidades. Dentro da tradição historiográfica da fronteira, essa específica abordagem possui raízes mais contemporâneas, fruto do questionamento das próprias presunções da qual se originou. E mesmo considerando as particularidades desse embate, dilatam-se panoramas de grande valia para a compreensão e o questionamento das aproximações empreendidas no cenário brasileiro.

De fato, observando o universo urbano, peculiar ângulo se descerra a respeito da forma adotada para as cidades, no qual vários estudos apontam para a difusão do plano ortogonal como solução predileta nesse domínio. Muito em razão da atmosfera especulativa mantida pela dinâmica da fronteira, mas também pelas suas características peculiares enquanto sistema ordenador. Adentrando-se nessas perspectivas, o presente capítulo constitui-se de sucintas considerações conceituais e historiográficas que procuram descortinar esse momento criador de cidades.

### 1.1. A FRONTEIRA COMO TEMÁTICA EXPLICATIVA

Aceleuma estampada na revista virtual *BIBLIO 3W* da Universidade de Barcelona, anos atrás, torna-se significativa para ressaltar os meandros que o tema da fronteira desperta<sup>1</sup>. Evidencia, ademais, que o debate apresenta-se atual. Resumidamente, a discussão girava em torno da pergunta que aqui se faz: qual o significado do termo “fronteira”? Antecipa-se que uma possível resposta abrange aspectos físicos, econômicos, históricos, geográficos, culturais e sociopolíticos, fato indicativo da dificuldade de consecução de uma conceituação simplificada, ao mesmo tempo em que aponta para a interdisciplinaridade do fenômeno (MACHADO, 1992, p. 35).

Em primeiro lugar, deve-se destacar que a acepção de fronteira aqui entendida não é a comumente conhecida como a parte limitrofe que provê autonomia político-administrativa entre

<sup>1</sup> Em razão de um artigo publicado em 1998 no número 125 da referida revista de autoria de Maria C. Hevilla, uma seqüência de artigos foi desencadeada na tentativa de precisar o termo fronteira. Participaram posteriormente deste debate Escamilla (1999a, 1999b) e Zusman (1999, 2000).

## CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

regiões, estados e países. Neste senso, o termo “fronteiriço” qualifica o indivíduo. Evidência final do estabelecimento de dominação ou soberania no território, Escamilla (1999b) entende que tal limite seria um imperativo, uma ação inata aos seres humanos, e algumas outras espécies animais, uma “necessidade biológica”. A exatidão da demarcação manifesta-se de suma importância, pois resguarda aqueles que se confinam nesse domínio. No entanto, embora fundamental, a precisão não significa imutabilidade.

O fenômeno a ser tratado no presente trabalho, ao contrário, caracteriza-se pela sua dinâmica e imprecisão e, paradoxalmente, essa fronteira não respeita limites; a FIGURA 1.1, demonstrativa neste sentido, estampa no território esse movimento no Brasil. Conseqüência da relação entre o homem e a terra, seria “un punto de arranque donde sociedad y naturaleza se enfrentan por primera vez dando lugar a la creación de nuevas formas de organización del territorio” (REBORATTI, 1990). O “pioneiro” personifica o partícipe desse evento.

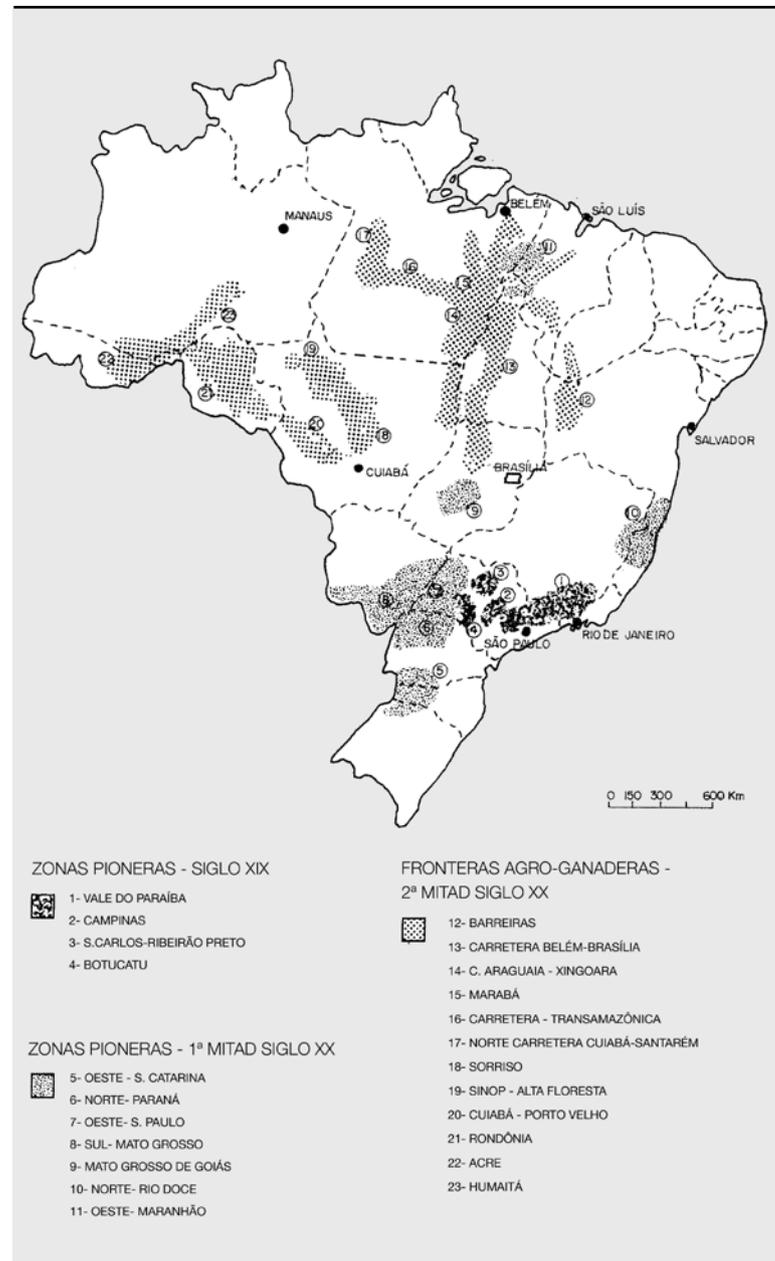
Fisicamente, portanto, esse movimento não pode ser exatamente delimitado. Nas palavras de Bowman (1931)<sup>2</sup>, que cunha o termo “franja pioneira” para ressaltar que as diferenças de estilo entre o “moderno” e o “antigo” pioneiro produzem espacialidades diferentes:

No pioneer area is a broad unbroken belt. It is, rather, a series of scattered patches and strips loosely disposed in beltlike form beyond the fringe of present settlement. Taking a word view we see the pioneer lands in a rough zonal arrangement, each continent having its share. (BOWMAN, 1931, p. 58)

O geógrafo brasileiro Pierre Monbeig, em sua tese de doutorado - inspirado por Isaiah Bowman e pelo geógrafo francês Albert Demangeon (1872 – 1940) -, corrobora com essa idéia de imprecisão quando afirma que a marcha pioneira paulista promove a formação de uma região “instável e incerta”:

FIGURA 1.1 AS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NO BRASIL (SÉCULOS XIX E XX).

Fonte: MACHADO (1992), p. 36.



<sup>2</sup> O geógrafo norte-americano Isaiah Bowman (1878 – 1950) impulsionou a temática da fronteira com sua extensa pesquisa, publicada sob o título *The Pioneer Fringe*, em 1931, na qual analisa as franjas pioneiras em todo o mundo. Resumidamente, nesta obra, esse autor focaliza dois aspectos: as características da vida e da “mentalidade” do “moderno pioneiro” e o papel da ciência para compreender o “common body” das diversas franjas no mundo em ordem de se criar melhores condições e aliviar os sacrifícios do moderno pioneiro. Em frase lapidar, “Old-time pioneering meant the kind of extreme physical toil that it is precisely the aim of science nowadays to reduce” (BOWMAN, 1931, p. 81). Para Reboratti (1990), o trabalho de Isaiah Bowman é bom exemplo indicador de como a geografia não é inofensiva nem objetiva, já que seu enfoque “estava mucho más preocupado por el futuro que por

la historia, y realizaba una especie de análisis malthusiano del avance de la sociedad sobre tierras no ocupadas, y el potencial papel de éstas como productoras de alimentos y recursos. En realidad el trabajo de Bowman se centra en las posibilidades de instalación de europeos y norteamericanos en tierras nuevas, especialmente en las áreas templadas”. Contudo, Martin, com seu livro biográfico *The Life and Thought of Isaiah Bowman* (1980), ao enquadrá-lo entre os três geógrafos norte-americanos mais influentes da primeira metade do século XX para a consolidação da “moderna geografia” naquele país, evidencia a importância dessa obra para abrir um fértil e internacional campo de estudos, como também para impulsionar uma carreira administrativa, por exemplo, como conselheiro do governo dos EUA para assentamentos de paz do pós-Guerra.

O avanço do povoamento está longe de ter o aspecto de um front contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. [...] É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas. (MONBEIG, 1984, p. 165)

Nessa mesma linha inclui-se o geógrafo alemão Leo H. Waibel (1888 - 1951), em seu artigo *As zonas pioneiras do Brasil*, publicado *post mortem* em 1955. Neste texto, o referido autor realiza um estudo comparativo entre as zonas pioneiras do Brasil e dos Estados Unidos, como forma de desacreditar a tese da “marcha para o Oeste”, aventada naqueles tempos<sup>3</sup>. Mais uma vez, a imprecisão da fronteira se faz presente: “E enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada” (WAIBEL, 1955, p. 390). Essa área – a zona pioneira - seria o “limite da zona povoada”.

As expressões “mata virgem” e “região civilizada” assinaladas por L. H. Waibel, contudo, levam a importantes considerações, uma vez que manifestam uma conotação cultural e social. De acordo com Reboratti (1990), poderiam ser consideradas expressões de forte “etnocentrismo e culturalismo”, já que a fronteira é vista a partir de uma sociedade específica e uma dada conjuntura. Assim,

[...] la frontera aparece como la separación entre nosotros (la civilización, el ecumene), y ellos (los otros, los non civilizados, los bárbaros y ajenos). [...] En ese sentido, la base eurocéntrica y racista del término frontera es clara: nuestra civilización superior se mueve su frontera sobre tierras anecuménicas y pueblos salvajes. (REBORATTI, 1990)

Como também assinala Becker (1985, p. 358), “a fronteira é definida em relação a um espaço estruturado”. O sociólogo José de Souza Martins, por seu turno, salienta que essas distinções provocam o que de mais característico existe na fronteira, o “conflito social”, por vezes negligenciado pelos pesquisadores.

Na minha interpretação, *nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro das temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. [...] A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna parte antagônica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História de nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e que nos devorou. (MARTINS, 1996, p. 27)

Nas palavras de Roncayolo (2006, p.127), acerca da possibilidade de temporalidades diferentes, simultâneas, que entrelaçam os tempos na fronteira: “a marcha pioneira tem suas próprias tensões, suas próprias contradições e seus esgotamentos, nela mesma, mas também em suas relações com o mundo exterior. Combinações de escala”.

O conflito poderia ser expandido, assim, como resultado do desajuste da incorporação da fronteira à sociedade “globalizada”. Sob um viés marxista, Becker (1985), ao distinguir o elevado potencial político da fronteira e seu papel de “reserva mundial de recursos” na divisão internacional do trabalho, enfatiza sua característica de “organização capitalista não plenamente estruturada” e os conflitos sociais daí decorrentes, uma vez que é um “espaço de manobras das forças sociais”.

Mas a fronteira não se configura um mundo à parte, uma sociedade marginal. Reboratti (1990) enfatiza que embora essa idéia seja recorrente na América Latina – ora encarada como um problema, uma dificuldade, ora percebida como uma saída, uma solução -, a fronteira em pouco se diferencia de qualquer sociedade agrária latino-americana, já que apresenta

[...] una estructura agudamente piramidal, polarizada, escindida entre clases o grupos sociales con intereses y acciones antagónicos. Lo que tal vez sucede en la frontera es que los conflictos asoman a la superficie con mayor claridad, frecuencia y violencia que en la sociedad central. (REBORATTI, 1990)

Por outro lado, a fronteira sequer apresenta-se homogênea. Internamente, poderia ser diferenciada em duas concepções, em razão

<sup>3</sup> Orlando Valverde, um de seus discípulos, ao revisar o conjunto da obra de L. H. Waibel, entende que o citado artigo denota uma de suas principais preocupações metodológicas, qual seja, a “comparação de fatos iguais ou semelhantes, observados em diferentes regiões da Terra, como fundamento para ampliar conhecimentos da Geografia Geral” (VALVERDE, 1968, p. 80). Nilo Bernardes, outro seguidor, ao expor a trajetória intelectual daquele autor, revela que sua estada nos Estados Unidos foi apoiada pelo próprio Isaiah Bowman. Essa aproximação auxilia a compreender a atração de L. H. Waibel pelo tema da colonização. Seus questionamentos reverberam as preocupações de I. Bowman: “onde há ainda terra disponível para a expansão do povoamento? De que espécie é a terra? Quanta gente sustentaria ela? Qual será a melhor maneira de usar a terra?” (WAIBEL apud BERNARDES, N., 1952b, p. 200).

de distintos enfoques, “modos de ver”, de uma mesma realidade: a frente de expansão e a frente pioneira<sup>4</sup>. O antagonismo entre ambas dá-se eminentemente em torno de um valor, a propriedade privada da terra, que determina a figura humana central nessas faixas, pelo modo de se obter a terra: o ocupante ou posseiro na frente de expansão e o proprietário das terras na frente pioneira (MARTINS, 1975, p. 47).

A frente de expansão seria uma faixa povoada, mas com baixa densidade demográfica, em que a economia não pode ser classificada nem como natural nem estruturalmente relacionada com o mercado, embora esteja integrada na formação capitalista, pela presença de uma rede de trocas e comércio (MARTINS, 1975, p. 46). Para o mesmo autor, “as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações *não-capitalistas* de produção mediadoras da reprodução *capitalista* do capital”, cujo movimento populacional historicamente ocorreu em território nacional durante longo tempo, movendo-se em raros lugares e lentamente, “regulado pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra” (MARTINS, 1996, p. 40 - 47). Em terminologia específica, seria o “sertão”, “nem terra civilizada nem mata virgem” (WAIBEL, 1955, p. 391)<sup>5</sup>.

A característica essencial da frente pioneira, por sua vez, descortina-se sob a égide do empreendimento econômico. A terra definitivamente se converte em mercadoria. A racionalidade econômica se instaura e a economia de mercado se constitui como mediadora do processo de ocupação do território. Contudo, “a frente pioneira surge não como consequência ‘rebarbativa’ da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta” (MARTINS, 1975, p. 47). Acumulação e reprodução do capital que impinge à “expressão limite” do capitalismo no campo, reinstalando continuamente um “estado de insuficiência econômica” que

não se distingue das áreas já transpostas. Não seria propriamente, portanto, uma “evolução” (MARTINS, 1975). Por fim, poderia ser entendida como uma fronteira econômica, se no território brasileiro esta não se diferenciasse da fronteira demográfica<sup>6</sup>. Dessa forma, ter-se-ia a possibilidade de reconhecer uma seqüência, onde cada uma das etapas possui também suas temporalidades distintas coexistindo ao mesmo tempo.

[...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, **urbana e empreendedora**. (MARTINS, 1996, p. 31, grifo nosso)

Diante dessa demarcação, cabe explicitar que ao empregar o termo “fronteira”, o presente trabalho não faz esta distinção interna evidenciada acima, sob o risco de recair num “esquematismo classificatório” alertado por esse mesmo autor, embora focalize sobre as transformações na frente pioneira, momento em que as cidades entram em cena.

Por conseguinte, ressalta-se que uma fronteira não é um objeto de existência tangível, senão um processo de transformação do território, um sistema de relações, que implica na substituição da paisagem natural. A partir dessa definição, Reboratti (1990) constrói um “esquema básico” que procura explicar o desenvolvimento da fronteira na América Latina, em 5 fases: o território virgem, a fronteira potencial, a abertura, a expansão e a integração da fronteira<sup>7</sup>.

De acordo com esse autor, a fase inicial do processo de transformação da paisagem natural acontece com o reconhecimento

<sup>4</sup> Martins defende que essas designações não são propriamente conceitos. Sugere que foram cunhadas por pesquisadores de campos distintos para diferenciar o mesmo processo: os geógrafos, que importaram a designação de “zona pioneira”, e que por vezes utilizavam o termo “frente pioneira”, e os antropólogos, precedidos por Darcy Ribeiro (1922 – 1997), que utilizavam a formulação “frente de expansão”. Esse desencontro seria, na verdade, a própria expressão da “contraditória diversidade da fronteira”: “Entendo que essas distintas e, de certo modo, desencontradas perspectivas, levam a ver diferentes coisas porque são expressões diferentes da mesma coisa” (MARTINS, 1996, p. 29). Este e o artigo precedente, dos anos de 1970, formam a base das formulações aqui elaboradas acerca desses termos.

<sup>5</sup> O geógrafo alemão deixa evidente que sua conceituação segue de perto a de F. J. Turner, a quem se referirá detidamente mais adiante.

<sup>6</sup> O artigo póstumo de Leo H. Waibel traz uma citação recorrentemente transcrita de Arthur Hehl Neiva, de 1949, sobre a existência de duas fronteiras: a econômica e a demográfica. A fronteira demográfica “limita o sertão com a mata virgem”, um avanço disperso do povoamento, e a fronteira econômica “separa o sertão da região economicamente mais adiantada” (WAIBEL, 1955, p. 391), ambas nem sempre coincidentes.

<sup>7</sup> Para a construção de seu esquema, o referido autor pressupõe que o processo de desenvolvimento da fronteira apresenta-se como uma “seqüência regular”, cujas variações podem se explicar através das modificações das relações entre três elementos básicos: a terra, a produção e a população, e de dois tipos de estrutura: as estruturas agrárias e a organização do espaço. Sua análise se concentrou nas transformações dos sistemas de produção, do espaço, do ambiente e das relações sociais e nas mudanças, nas estruturas agrárias e nas formas de assentamento (REBORATTI, 1990).

das novas terras quando, no máximo, dá-se uma exploração extrativa que não altera suas características naturais. A partir da conjunção de excedente demográfico e de demanda por produtos comercializáveis, iniciam-se as condições necessárias para a abertura e expansão da fronteira. Diante a uma paisagem inicial em “aspecto de mosaico”, com grande quantidade de pequenas propriedades em diferentes estágios produtivos, geralmente praticando a policultura com métodos de cultivo de baixa tecnologia, e munida de raros núcleos urbanos, a abertura se completa quando se estrutura um mercado de terras. Nesse momento, através da intensificação do uso da terra, da aplicação de tecnologias mais avançadas e de um sistema de comercialização dos produtos, por vezes especulativos, abrem-se novos mercados. A afluência de migrantes torna essa quarta fase a mais dinâmica em termos de crescimento demográfico. Por fim, quando o esgotamento das terras restringe o acesso às mesmas, a fronteira se consolida. A urbanização se acelera e as cidades passam a ser receptáculos de migrantes (REBORATTI, 1990).

De certo modo, ambas as descrições complementam-se ao enfrentar a complexidade da fronteira em sua dinâmica, através de abordagens concorrentes. Distinguem-se pelas particularidades de foco que cada disciplina almeja. Contudo, o aspecto marcante para o presente trabalho é que de ambas pode-se concluir que as cidades surgem num momento específico da fronteira, quer seja a “frente pioneira” ou a “fase de expansão da fronteira”. Mais uma vez, a este instante a pesquisa irá dedicar especial atenção.

Um importante aspecto, nesse momento da fronteira, é a questão da especulação com as terras. Bowman (1931) enfatiza em seu trabalho que uma das características do pioneiro é a incessante procura por terra barata. Para tanto, ele deve possuir “bons olhos” para decifrar a terra, pois “a large part of the advantage of pioneering lies in getting there first, because the essence of the thing is to get good land cheap” (BOWMAN, 1931, p. 6). Mas o moderno pioneiro não é uma criatura romântica, pois ele almeja melhorar de vida e dar um “melhor futuro para sua família”. Assim, mesmo disposto ao trabalho duro, não desperdiça oportunidades, quando aparecem. Especular com a terra seria um de seus instrumentos. No trecho a seguir o autor descreve o que considera uma das mais “atraentes” áreas no mundo:

The end of the railway in a region of active pioneering is an area of wild speculation. The rails may be extended now or later, may go this way or that, a

town will spring up here and not there, and every settler feels that his choice of a location is in the path of progress. This mean so rapid an increase of capital value, if he is right, that he is willing to endure all manner of hardship for a time and rest his case upon the hazard of his guess. (BOWMAN, 1931, p. 64 – 65)

Demangeon (1932, p. 634), apoiado nas descrições de I. Bowman, inquieta-se com esse ponto final do caminho de ferro, lugar assolado por uma “febre extraordinária” de especulação. Monbeig (1984), por sua vez inspirado nos dois autores, desvenda a generalização do “desejo de especular” que toma conta da marcha pioneira paulista. Procedente do século XIX, a especulação imobiliária embrenha-se na dinâmica da fronteira, paulatinamente contagiando tudo e a todos.

A fronteira, portanto, representa um local de expectativas, de projeção para o futuro, pois “seria um lugar onde é possível a criação do ‘novo’” (MACHADO, 1992, p. 33). Mas esse “novo” é determinado pelas forças do mercado forjadas pela especulação que irradia por todo esse universo, inclusive nos projetos das cidades, questão enfocada na seção final deste capítulo.

Um último ponto que requer atenção repousa sobre o grau de planejamento geral da fronteira. Seguindo a terminologia de Reboratti (1990), têm-se duas situações: fronteiras espontâneas e planejadas. As fronteiras espontâneas geralmente convertem-se em territórios caoticamente organizados nos quais problemas de titulação são muito recorrentes. Ao contrário, as fronteiras planejadas concretizam-se como o resultado de organização prévia de distribuição da população e divisão da terra.

Todavia, estreitamente conectada à última situação emerge a noção de “colonização”. Embora permita várias acepções<sup>8</sup>, a contribuição de Nilo Bernardes (IBGE, 1964) torna-se lapidar, na medida em que procura esclarecer sua relação com o termo “povoamento”. Dessa forma, num sentido mais geral, colonização e povoamento se equivaleriam, pois consistem no processo de ocupação, com posterior valorização, de uma região por indivíduos exógenos. Mas em juízo mais específico, o planejamento da ocupação qualifica os dois conceitos:

<sup>8</sup> O artigo do geógrafo Speridião Faissol (1923 – 1997), *O que é colonização*, de 1952, traz importantes contribuições sobre as possibilidades de conceituação; Escamilla (1999b) dedica-se a um sucinto retrospecto histórico ocidental; Monbeig (1984) descreve pormenorizadamente as diferenças entre colonato e colonização.

No consenso geral, porém, “colonização” é um aspecto mais restrito do povoamento, pressupondo sempre um agente governamental ou particular, um plano de desenvolvimento regional por mais rudimentar que seja, e uma área de ação com limites bem precisos. Na maioria das vezes, entre nós, este plano objetiva somente o loteamento regular das terras, abertura de estradas, fundações de aglomerados urbanos e rurais. O conceito de colonização coincide, portanto, com o de um simples povoamento planejado. Muitas vezes há uma razão econômico-demográfica de ordem geral apontando a escolha de determinadas áreas passíveis de receber os povoadores. Nem sempre, porém, há seleção e encaminhamento destes povoadores e raramente se objetiva uma estruturação comunitária uniforme e especialmente limitada. Pelo contrário, a área em colonização admite uma expansão constante, obedecendo a um esquema comum. (IBGE, 1964, p. 59 – 60)

O argumento de Waibel (1949), analisando a situação da colonização européia do sul do Brasil, permite compreender as especificidades desse fenômeno em território nacional, no qual o norte do Paraná se enquadra:

Em contraste com os Estados Unidos, no Brasil quase não houve colonização espontânea. Logo, desde o princípio até hoje, a colonização no Brasil tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém: pelo governo federal, das províncias ou estados, e dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras individualmente. (WAIBEL, 1949, p. 168)

Nesse aspecto, Monbeig (1984) esclarece que a colonização oficial no Brasil, em razão da situação jurídica das terras, passou por muitas dificuldades e foi de modesta envergadura. Entretanto, como se pondera no Capítulo 2, dada a grande extensão de terras devolutas, o Paraná seria uma exceção. Em oposição, o mesmo autor atesta que a iniciativa privada teria contribuído decididamente para o povoamento colonizador. Ressalta, contudo, que a perspectiva do negócio era mais forte do que qualquer sentido organizador (MONBEIG, 1984, p. 155 – 162).

Observadas as contribuições teóricas que abordam as especificidades do fenômeno da fronteira em sua existência socioeconômica e espacial, volta-se para o entendimento do debate historiográfico em torno do conceito, em seu berço de nascimento. Através desse caminho, procura-se expor a consolidação de uma abordagem metodológica sobre o papel das cidades nesse contexto.

## 1.2 O “MITO” DA FRONTEIRA

I’VE ALWAYS WANTED TO SEE THE FRONTIER. [...] BEFORE IT’S GONE!

[LIEUTENANT JOHN J. DUNBAR, DANCES WITH WOLVES, 1991]

A quantidade de filmes produzidos sobre o “Western” revela-se um interessante indicativo para se entender a popularidade desse gênero entre cinéfilos. Contudo, apesar de existirem várias subcategorias e obras mais contemporâneas contestarem a visão estereotipada distinguida pelo *cowboy* armado e solitário, certamente é uma forma “moderna” de expressar um sentimento mais amplo, enraizado desde muito na cultura norte-americana<sup>9</sup>. Como defende Smith (1957), as origens dessa “construção intelectual” podem ser encontradas desde o século XVIII, mas seria através da literatura do século XIX que o imaginário coletivo excitar-se-ia pelo Oeste norte-americano. O “frontiersman” Daniel Boone, herói cujas aventuras foram encarnadas por várias mídias até recentemente, pode ser considerado o grande arquétipo. E como também detalha Junqueira (2003), as *Leatherstocking Tales*, escritas entre 1823 e 1841 por James Fenimore Cooper (1789 – 1851), divulgariam, paradoxalmente, o movimento em direção ao Oeste norte-americano como uma “construção cultural complexa”.

Entretanto, se a consciência do tema já pairava no ar e o tom romântico conquistava o imaginário de leitores ao redor do mundo, a academia ainda não havia se dado conta deste fenômeno por completo. A sua gestação “científica” caberia a um historiador e jovem professor do Estado de Wisconsin, Frederick Jackson Turner (1861 – 1932), a partir de um *paper* que inicialmente proferiu num encontro de historiadores ocorrido paralelamente à *Columbian Exhibition* de Chicago, em Julho de 1893: *The Significance of the Frontier in American History*. Recebido com indiferença, tornar-se-ia uma “tese” posteriormente - e por décadas motivo de intenso, às vezes acalorado, debate. Pequena parte deste itinerário será sucintamente sumariada a seguir, com o objetivo de captar algumas nuances importantes para este trabalho.

### 1.2.1 A tese

Como explicam Peterson (1994) e Bogue (1994, p. 216), F. J. Turner não foi o primeiro historiador a estudar o Oeste norte-

<sup>9</sup> A lista é simplesmente imensa. Entre os de verve “tradicional” elencam-se os clássicos *High Noon* (2002), *The Searches* (1997) e *Unforgiven* (1993); entre os “revisionistas” encontram-se *Dances with wolves* (1991) e *Lone Star* (1999).

americano, mas teve o mérito de formalizar o primeiro curso sobre a *History of the American West* numa universidade norte-americana, provocando o surgimento de um ramo específico de conhecimento e “um fértil campo de investigação”.

O texto de F. J. Turner, em sua primeira e última página, sentencia que ao seu tempo encerrava-se o primeiro grande movimento histórico dos Estados Unidos: o avanço da “frontier”. Rumo ao Oeste e dominando o “wilderness”, o povo norte-americano teria formado suas instituições e forjado seu caráter. Democracia, nacionalismo, individualismo e igualdade seriam os frutos desse “processo”. Proclamava, então, que “the existence of an area of free land, its continuous recession, and the advance of American settlement westward, explain American development” (TURNER, 1967, p. 1). O Oeste seria o ponto de encontro entre a “savagery and civilization”, um “environment [...] to strong for the man”, onde o retorno às primitivas condições promoveu uma “Americanization” das pessoas, longe da influência do Velho Mundo. Ressaltando que existem várias fronteiras, que se distinguem pelos elementos “time and place”, não deixa de assinalar, em decisiva passagem, o elemento comum a todas:

[...] The United States lies like a huge page in the history of society. Line by line as we read this continental page from West to East we find the record of social evolution. It begins with the Indian and the hunter; it goes on to tell of the disintegration of savagery by the entrance of the trader, the pathfinder of civilization; we read the annals of the pastoral stage in ranch life; the exploitation of the soil by the raising of unrotated crops of corn and wheat in sparsely settled farming communities the intensive culture of the denser farm settlement; and finally the manufacturing organization with the city and factory system. (TURNER, 1967, p. 11)

Com seu texto, F. J. Turner combatia frontalmente a “teoria teutônica”, cujos fundamentos indicavam que as instituições norte-americanas eram frutos de origem germânica, colocando a história americana em uma nova base analítica e enfrentando um tema raramente tratado pelos estudiosos a seu tempo. Como salienta White (1988, p. 662), nos anos seguintes a reputação e a influência de F. J. Turner cresceriam ao mesmo tempo em que seu texto atingiria grande popularidade entre os historiadores, tornando-se um “paradigma” reconhecido pela academia. Porém, em parte pela sua personalidade e devido à capacidade como professor em cativar seguidores, seu trabalho seria, às vezes, “cegamente aceito”, como adverte Billington (1971, 1972). O mesmo autor, em outro trabalho, pondera sobre diferentes razões para sua aceitação:

Turner’s thesis appealed to a people suddenly aware that their efforts to build a powerful nation had not been in vain; it was equally alluring to all who believed that their revered democratic institutions had wrought this miracle. Turner’s America was a land in which all, humble and proud alike, had contributed to the national grandeur where the individual had proven his worth by the conquest of nature, and where continuing progress was ordained by the excellence of time-proven institutions no less than by the perfection of the American character. [...] The frontier hypothesis was a tonic for the times as much as it was a product of the times. (BILLINGTON, In: TURNER, 1967, p. X)

Contudo, as críticas não tardaram a aparecer, surgindo sobre todos os aspectos de sua obra. Ao mesmo tempo, com maior ou menor entusiasmo, vários defenderiam a importância de seu legado. Certamente é um extenso debate que não se pretende aprofundar, haja vista a profusão de trabalhos; entretanto, os pontos resgatados tornar-se-ão fundamentais para sustentar o caminho seguido na presente pesquisa.

### 1.2.2 A contestação da tese

De acordo com Bogue (1994), poder-se-ia separar seus críticos em várias gerações. A primeira, substancialmente apareceria logo após a sua morte. Faragher (1994) e Billington (1971) entendem que as condições socioeconômicas da Depressão Econômica incentivaram o questionamento dos valores básicos da sociedade norte-americana, reexaminados à luz da teoria marxista, principalmente. Em consequência, a tese de F. J. Turner foi considerada simplificada e geograficamente orientada, esquecendo-se do papel do conflito de classes, num momento em que a crise econômica claramente revelava as complexidades da sociedade.

A segunda geração, agrupada em razão da contribuição de diversos autores a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, concentra-se, destacadamente, no questionamento da violação do princípio da “multiple causation”, na indicação da demasiada generalização (sobretudo em relação à terminologia e à “poética” linguagem adotada) em base de fraca comprovação, no realce às características “evolucionária”, “progressista”, “determinista” e “darwinista” de sua obra e no fato de seu texto subestimar a importância da industrialização, urbanização e imigração (BILLINGTON, 1971, p. 7).

Além das críticas, novas abordagens seriam experimentadas e os historiadores Walter Prescott Webb (1888 – 1963), Hebert Eugene Bolton (1870 – 1953), Earl Pomeroy (1915 – 2005), Henry Nash Smith

(1906 – 1996), Richard Clement Wade (1921 – 2008), Richard Etulain e John William Reys, entre tantos, marcariam decisiva presença. Na década de 1960, porém, com a abertura do arquivo com seus originais conservados na Biblioteca Henry E. Huntington, novas luzes foram lançadas, na medida em que se confrontaram as críticas com o pensamento não publicado de F. J. Turner, dando corpo ao “neo-Turnerianism”. O trabalho de Ray Allen Billington (1903 – 1981) seria decisivo nessa direção, pois ao mesmo tempo em que aceitava grande parte das críticas, alertava para o exagero no tom de tantas outras, que se baseavam num limitado aspecto de sua obra<sup>10</sup>. De acordo com Bogue (1994, p. 208), o interesse pela história do Oeste norte-americano foi revigorado nas Universidades e o tom crítico dos livros didáticos, em razão das críticas da primeira geração, foi revisto.

Em meados dos anos 1980, uma nova onda de interesse sobre a história do Oeste reacendeu o antigo debate, renovando a perspectiva com a incorporação de novas técnicas, campos de conhecimento e diversificada ótica; não por menos, o legado de F. J. Turner passa por novo escrutínio, sendo ora “revitalizado” ora questionado – às vezes duramente. Nesse período, como forma de se distinguirem das “velhas” contribuições, alguns historiadores proclamaram a fundação da *New Western History*. Geralmente aceito como marco simbólico dessa nova geração de críticos (MILNER II, 1989; WORSTER et al., 1989), o livro *The Legacy of Conquest* (1987), de Patricia N. Limerick, traz frontais questionamentos à noção de fronteira – “an unsubtle concept in a subtle word” - e ao modelo interpretativo correlato. Ademais, ao reclamar por uma “revigorada versão” da história do Oeste norte-americano, explica que seu livro é uma “interpretação” e uma “síntese” de um esforço coletivo de décadas de pesquisas pluritemáticas (LIMERICK, 1987, p. 17 – 32). Anos mais tarde, a mesma autora indicava que este movimento não mais aceitava “o poder da tradição” que a “historiografia tradicional” continha, manifestando, em famosa passagem:

New Western Historians define “the West” primarily as a place – the trans-Mississippi region in the broadest terms, or the region west of the hundredth meridian. The boundaries are fuzzy because nearly all regional boundaries are.

<sup>10</sup> O referido autor desvenda a vida de F. J. Turner, revelando aspectos que não poderiam ser encontrados em suas publicações. Fatos como a sua agoniada luta pessoal em escrever em razão de seu perfeccionismo, sua paixão pelo estudo da história, sua atenção a variados campos do conhecimento, sua dedicação aos alunos, assim como fatos de sua vida pessoal certamente contribuíram para construir uma visão menos estereotipada de sua figura pessoal. (BILLINGTON, 1963).

New Western Historians do see a “process” at work in this region’s history, a process that has affected other parts of the nation as well as other parts of the planet. But they reject the old term “frontier” for that process. When clearly and precisely defined, the term “frontier” is nationalistic and often racist (in essence, the area where white people get scarce); when cleared of its ethnocentrism, the term loses an exact definition.

To characterize the process that shaped the region, New Western Historians have available a number of terms – invasion, conquest, colonization, exploitation, development, expansion of the world market. In the broadest picture, the process involves the convergence of diverse people – women as well as men, Indians, Europeans, Latin Americans, Asians, Afro-Americans – in the region, and their encounters with each other and with the natural environmental.

New Western Historians reject the notion of a clear cut “end of the frontier,” in 1890, or in any other year. [...]

New Western Historians break free of the old model of “progress” and “improvement,” and face up to the possibility that some roads of western development led directly to failure and to injury. This reappraisal is not meant to make white Americans “look bad”. The intention is on the contrary, simply to make it clear that in western America history, heroism and villainy, virtue and vice, and mobility and shoddiness appear in roughly the same proportions as they appear in any other subject of human history (and with the same relativity of definition and judgment). This is only disillusioning to those who came to depend on illusions.

New Western Historians surrender the conventional, never – very – convincing claim of an omniscient, neutral objectivity. [...] (LIMERICK, 1991, p. 85 – 87)

Embora longa, a citação acima resume boa parte dos argumentos dessa “nova geração” e permite extrair o tom do combate e das propostas. Alguns autores apontam, contudo, que nem toda contribuição desse período pode ser considerada original. Assim, “failing to give full recognition to these pathbreaking studies violates a cardinal rule of history: close attention to antecedents. Whether they realize it or not, today’s western historians build on the contributions of their ‘ant-, un-, or non-turnerian’ predecessors” (FARAGHER, 1994, p. 229 – 230). Ou como assevera Gerald D. Nash, “Let us maintain historical integrity!” (1994, p. 150), quando procura associar este movimento aos cíclicos e mundialmente presentes “historiadores ideologicamente orientados”. A discussão entre os próprios “Western Historians” estampada em razão da publicação do livro de Patricia N. Limerick no número 20 do *The Western Historical Quarterly*, por exemplo, comprova, ademais, que o consenso ainda não havia sido alcançado (WORSTER et al., 1989).

Entretanto, mesmo em alerta aos inúmeros problemas

epistemológicos contidos na “tese da fronteira”, vários autores ainda argumentam acerca de sua importância e persistência para compreensão da história do Oeste norte-americano. Dessa forma, o legado de F. J. Turner ainda permaneceria vivo.

We have not yet figured out a way to escape him. His work remains the foundation not only for the history of the West, but also for much of the rest of American history as well. [...] Certainly it expresses some of the deepest myths and longings many Americans still feel about their national experience. Whatever may be the case, the continuing presence of the Turnerian paradigm in American history is itself a fascinating enigma. (CRONON, 1987, p. 160)

Apesar do panorama acima apresentado ser extremamente reduzido, procurou-se, com esta abordagem, situar a evolução da discussão sobre a “fronteira” seu contexto acadêmico original. O objetivo é salientar que o termo “frontier” carrega consigo um extenso lastro histórico, nem sempre considerado, que possui várias ramificações não coincidentes. E mesmo secular, ainda não foi esgotado.

Importante perspectiva é reconhecer o reflexo da obra de F. J. Turner no cenário intelectual brasileiro. De fato, ao longo da pesquisa, deparou-se com vários autores que usaram a abordagem de *The Significance of the Frontier in American History* como base para seus textos. Influenciando gerações de pensadores, parte da sua estrutura pode ser sentida nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982), principalmente *Caminhos e Fronteiras* (1956); de Leo H. Waibel, no texto aqui utilizado, *As zonas pioneiras do Brasil* (1955); de Clodomir Vianna Moog (1906 – 1988), em *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas* (1954), dentre outros.

Particularmente, Wegner (2000) assinala a revisão conceitual adotada por Sérgio Buarque de Holanda, na década de 1940, ao aproximar-se do legado de F. J. Turner. Defende, assim, que a estratégia explicativa para o entendimento da história brasileira em sua obra rumaria para o “enfoque situacional” (na terminologia aplicada por Richard Morse) quando se alinhou a um grupo de intelectuais então preocupados em investigar a “história comum” do continente americano. Ressalta, contudo, que esta aproximação é cautelosa, mais voltada para a “dinâmica” da formação do homem na fronteira. Dessa forma, inspirando-se nos procedimentos metodológicos adotados por Sérgio Buarque de Holanda, almeja-se uma abordagem que capte a “dinâmica do fenômeno”, reconhecendo que as particularidades históricas devem ser devidamente consideradas.

Nesse aspecto, e como forma de conclusão, ressalta-se que tal retrospectiva historiográfica também possui uma segunda intenção: introduzir uma específica abordagem, nascida dentro do debate acerca da “tese da fronteira”, no contexto norte-americano, mas de fundamental importância para a presente pesquisa. Foi a partir da crítica à tese de F. J. Turner que estudos mais aprofundados surgiram tendo como tema a importância das cidades nesse movimento. Ressalta-se a obra de Richard C. Wade, com seu livro *The Urban Frontier* (1959), que descortinou uma nova e rica perspectiva para a historiografia do Oeste e a posterior contribuição de John W. Reys, sobretudo com o livro *Cities of the American West* (1979), cujo enfoque traz estruturais contribuições para este trabalho. Contudo, dada a sua particularidade e relevância, tal panorama será apresentado em separado.

### 1.2.3 A importância da cidade no primórdio da fronteira norte-americana

A historiografia norte-americana sobre o avanço ao Oeste tem sido torrencialmente alimentada por sucessivas e díspares contribuições. Especialmente na última cinquentena de anos, grande parte desse conjunto adota um tom crítico, ou no mínimo cético, à concepção da fronteira elaborada por F. J. Turner, ao final do século XIX, e posteriormente desenvolvida por seus seguidores, procurando iluminar aspectos não contemplados nessa “tese”, como já salientado.

Uma das questões centrais nesse questionamento funda-se na defesa de que a conquista do Oeste deu-se de forma complexa, não geográfica e temporalmente homogênea, nem progressiva; a presença de “detached frontiers” e porções de terras sem efetiva ocupação econômica permitiriam a coexistência de vários e diferentes “Oestes”. Assim, a fronteira poderia ser entendida mais como um “lugar” do que como um “processo”, propagado ao ocidente do Rio Mississippi – o “Trans-Mississippi West”. Em consequência dessa diversidade espacial, poder-se-ia compreendê-lo pelo avanço do povoamento nas várias áreas de mineração, de cultivo agrícola, de criação de gado, de assentamento religioso, de expansão hidroviária e ferroviária. Enriquecer-se, aventurar-se ou começar uma família, por vezes se amalgamavam.

Por outro lado, outros focos materializaram-se, revelando experiências históricas até então desconsideradas, como a das mulheres, dos escravos, dos índios e dos imigrantes na construção do “novo mundo”; ou mesmo temas que não eram refletidos isolada e profundamente, como a questão ambiental e a ação do governo federal.

Nesse esforço revisor, um dos tópicos combatidos na “tese da fronteira” incide sobre o papel das cidades. Pelos escritos de F. J. Turner, quase não se encontram referências ao universo urbano; ao contrário, em sua concepção “evolucionária”, às cidades era dedicada a atribuição de fechamento do ciclo de cada fronteira aberta, depois do caçador e do índio, do negociante e do fazendeiro<sup>11</sup>. No entanto, as fontes apontavam que o Oeste era mais urbanizado e industrializado que aquele geralmente descrito pela historiografia tradicional. A literatura e as notícias da época sinalizavam a nítida compreensão da indispensabilidade da urbanização. Enfim, percebeu-se que a uniformidade da estrutura das idéias e os temas tratados nesses textos de outrora descortinavam um panorama indevidamente tratado pela historiografia.

What is overlooked is that the nineteenth-century people who establish and built towns had their own ideas about the process, ideas that are, by our standards, hopelessly unscientific and crude but that nevertheless played a major role in shaping the course of town creation and development. (HAMER, 1990, p. 4)

Dessa forma, ao contrário da seqüência sugerida por F. J. Turner e seus seguidores, uma sucessão de estudos foi endereçada no sentido de reexaminar a essência do movimento da fronteira, posição que alterou significativamente a forma de se entender a formação do Oeste norte-americano. Neste ímpeto, a cidade adquiriu um novo status e uma nova posição.

This concept of a neat progression in the sequence of settlement that only in its last stage resulted in the creation of towns and cities does not fit many of the facts of western American history. Turner either did not know or failed to appreciate that, in much of the west, the founding of towns preceded rural settlements or took place at the same time that agricultural or range lands were being opened for farming or ranching.

[...] The establishment of urban communities, whatever their origins, stimulated rather than followed the opening of the west agriculture. As vanguards of settlement, towns led the way and shaped the structure of society rather than merely responding to the needs of an established agrarian population for markets and points of distribution. (REPS, 1979, p. IX - X)

De fato, a múltipla importância das cidades transformava-as em pontos de apoio para a mais diversa gama de atividades necessárias para o começo de uma nova vida.

Cities have always been central to the process of economic growth on American frontiers. During the first years of settlement, towns and cities grew more rapidly than the surrounding countryside on each new frontier. Their development not only accompanied the westward movement of population but was necessary to its advance, for the commercial services which urban centers provided were indispensable for organizing economic activity. The frontier city was initially an advanced base of supply. It furnished emigrants with food until the first crops were harvested and provided clothing, tools, and other needed goods. [...] As the interregional and international exchange of agricultural products for manufactured goods was the foundation of American growth from the colonial days through the nineteenth century, the collecting and distributing functions of frontier cities were vital both to the expansion of settlement and to the development of the nation as a whole. (ABBOTT, 1981, p. 14)

Talvez a função comercial fosse a preponderante, mas certamente não a única. Nesse universo, as cidades eram entendidas como centros da “civilização”, uma referência cultural, na imensidão do “wilderness” e da “selvageria”. “Bush” e “town”, “points of light” e “darkness” eram contraposições recorrentes. Dessa forma, “towns in new countries were often defined as centers from which radiated – or ought to radiate – moral, intellectual, and religious influence” (HAMER, 1990, p. 210).

Considerado o estudo fundador de uma nova abordagem sobre a fronteira norte-americana, *The Urban Frontier* (1959), de Richard C. Wade, provocou gerações de pesquisadores a direcionarem seu escopo ao entendimento do papel do urbano, suscitando novas perspectivas e múltiplos enfoques. De modo original, esse autor salientava que a história do avanço ao Oeste deveria considerar que “the towns were the spearheads of the frontier” e “preceded the breaking of soil in the transmontane west” (WADE, 2002, p. 1); as cidades desempenhavam fundamental função econômica (comercial, sobretudo), política e sociocultural e tal “urban pattern” já teria se estabelecido por volta de 1800. Por fim, concluía que “any historical view which omits this dimension of Western life tells but

<sup>11</sup> Em extensa revisão biobibliográfica, Billington (1963, p. 16) afirma que F. J. Turner reconsiderou posteriormente sua posição sobre a questão das cidades na fronteira, como revelaria, por exemplo, em um rascunho não publicado nomeado *The Significance of the City in American History* e em algumas correspondências endereçadas a amigos.

part of the story”. Para Miller (In: WADE, 2002, p. XVIII), esse *insight* fez de seu livro “the most devastating critique of Turner yet published”<sup>12</sup>. Salienta-se que, paralelamente, o historiador canadense J. M. S. Careless no artigo *Frontierism, Metropolitanism, and the Canadian History* (1954), ao categorizar a historiografia canadense, já apontava para uma linha de pesquisa em formação em que o papel das cidades na fronteira era revisto.

Earl Pomeroy, na abrangente obra *The Pacific Slope* (1965), por sua vez, ao dedicar um extenso capítulo sobre o “poder da metrópole” no Oeste, reafirmou o grau de urbanização que a sociedade da fronteira atingira, assim como destacou a função de “beach-head for immigration and occupation” das cidades. Em resumo, defendeu que algumas cidades passaram a se destacar regionalmente, competindo entre si por vezes, e assim “economically and culturally, the most significant divisions were not state boundaries but the watersheds of urban allegiance and control [...]” (POMEROY, 1991, p. 120 – 164).

Todavia, eminente contribuição para essa linha de pesquisa foram os trabalhos de John William Reps. Procurando vasculhar a história do “urban planning” nos Estados Unidos, a seqüência de suas publicações conduz ao livro *Cities of the American West* (1979), em que procura observar o completo e diversificado panorama urbano do “Trans-Mississippi West”. Anos adiante, *The Forgotten Frontier* (1981) complementaria esse trabalho. Crítico da proposição evolutiva turneriana, o conjunto dessas duas publicações ainda hoje pode ser caracterizado como a mais extensa pesquisa sobre a forma pretérita das novas cidades criadas nas várias fronteiras no continente norte-americano<sup>13</sup>.

Reconhecendo que a asserção de R. C. Wade - cidades como “spearheads of the frontier” – aplicava-se com validade para o

“Trans-Mississippi West”, avança para a principal conclusão do livro: as cidades do Oeste não foram frutos do acaso, mas de um consciente planejamento.

[...] Contrarian to the turnerian thesis, these urban centers did not take shape through a process of gradual and random incremental growth that transformed a crossroads hamlet into a town and then perhaps to a major city. Instead, the typical procedure involved the selection of a promising site by an individual, group, church, railroad, corporation, or governmental agency. The tract was then surveyed into streets, blocks, lots, and open spaces. Only after this initial design was determined where houses, shops, mills, churches, stores, and public buildings erected on predetermined locations. The western frontier thus had its origins in hundred and thousands of planned communities. (REPS, 1979, p. X)

A apresentação cronológica e espacialmente ordenada adotada em seu livro de 1979 auxilia no entendimento da complexidade do Oeste e de como certos padrões se estabeleceram como, por exemplo, a extensiva predileção pela “grelha” nos desenhos dos núcleos urbanos. Cabe salientar que, paralelamente, outra publicação também aprofundaria a análise sobre a urbanização do Oeste, de Lawrence H. Larsen, *The Urban West at the End of the Frontier* (1978), entretanto, com abordagem diferenciada<sup>14</sup>. Enfim, a profusão de trabalhos que seguiram as trilhas desses estudiosos supracitados evidencia o reconhecimento do valor de suas investigações.

Investigação que abre interessante perspectiva para a presente pesquisa é a obra de David Hamer, *New Towns in the New World* (1990), na qual examina, com um viés comparativo, as “fronteiras urbanas” das “novas sociedades” do século XIX: Nova Zelândia, Canadá, Austrália e Estados Unidos. As semelhanças entre o destacado papel das cidades e a sua negação pela historiografia sobressaem nessa obra, enquanto que a essencial diferença entre

<sup>12</sup> A autora ressalta a “inocência historiográfica” de Wade em razão de sua distância do debate anti-turneriano. Revisões sobre este livro, em seguida à sua publicação, apontaram a importância de seu estudo para iluminar uma área até então pouco ou em nada enfocada. Contudo, também alertam que a dimensão espacial contida no estudo - 5 cidades localizadas no vale do Rio Ohio, a leste do Rio Mississippi - poderia não ser representativo para as generalizações constantes no livro, sem invalidar a estrutura teórica da obra (BARNHART, 1960; BILLINGTON, 1960; POTTER, 1960; STILL, 1960).

<sup>13</sup> A abordagem de J. W. Reps difere daquela adotada por seus pares norte-americanos. Enquanto que a historiografia urbana nos EUA, até então e em grande parte, possuía um caráter mais analítico sem maiores preocupações com imagens – a obra de R. C. Wade, por exemplo, apresenta um único mapa, cuja representação é ilegível e visivelmente incorreta – a linha desenvolvida por J. W. Reps volta-se à ilustração, já que seu objetivo é o estudo das características físicas das cidades. Tal distinção, entretanto, não passou despercebida de críticas. Recebido positivamente pela maioria de seus revisores, a extraordinária compilação de mapas e imagens, a extensa e inédita pesquisa e a pormenorizada descrição das cidades por vezes foram contrastadas com a falta de profundidade e questionamento

do texto (ALAMEN, 1980; BARTH, 1980; GLAAB, 1980; HOLMES, 1980; JACKLE, 1981; LARSEN, 1980; MACDONALD, 1980; MULLER, 1981; STINE, 1981; VANCE JR., 1980;). Outro flanco crítico é oferecido pelos geógrafos, sobretudo ligados ao campo da morfologia urbana. Apontando que a “Repsian thesis” defende um limitado “morphological vocabulary” para as cidades-novas da fronteira, acusa sua desatenção aos sistemáticos mecanismos que permitiram a seletiva adoção e difusão de particulares elementos urbanos entre essas cidades (COZEN, 1990, p. 145 – 147; 2006, p. 209). Porém, à riqueza da apresentação soma-se a extensão dos exemplos apresentados, fato nem sempre presente às demais obras da historiografia norte-americana. Posteriormente, com o livro *Bird’s Eye Views* (1998), apresenta mais de uma centena de litografias coloridas, destacando-as como uma verdadeira arte de representação que tomou conta do país.

<sup>14</sup> De fato, como se percebe pelo título, a abordagem do autor não seria tão crítica ao legado de F. J. Turner como as anteriormente citadas. L. H. Larsen foca seu estudo em 24 cidades que, pelo censo de 1880, apresentariam mais que 8.000 habitantes, *the breaking point used to differentiate between important and unimportant places* (1978, p. 7). Particularmente, os Capítulos 3 e 4 demonstram-se essenciais para o entendimento da paisagem urbana das cidades do Oeste.

essas experiências incidiria na atuação marcante da iniciativa privada nos Estados Unidos e do governo nos outros países.

Através da análise de textos publicados à época, concentra-se em apreender determinados aspectos da percepção da urbanização que os habitantes possuíam ao seu tempo. Defende que essa imagem do processo na fronteira não teria sido homogênea: despertando grande atração num primeiro momento, dada a simplicidade lógica, a teoria “evolucionária” – na qual a cidade apareceria “naturalmente” no estágio final da evolução da sociedade – aos poucos foi sucedida pela apreensão calcada em vários acontecimentos paralelos que o acelerado movimento propiciava. Assim, de modo similar, mas com diferentes temporalidades, a interpretação do papel da cidade nessas sociedades de fronteira foi sendo reconsiderada. Nesse momento, por volta da metade do século XIX,

A town was seen as representing community, “society,” “civilization,” and there was therefore usually an urban core in most utopian and communitarian settlements as well as in colonization schemes organized by companies which emphasized the benefits of cooperative effort in subduing the wilderness. [...] Humbler settlers needed villages for all sorts of more practical reasons and there are instances of settlers petitioning for the laying out of a townsite in their vicinity – bad roads preventing access to more distant locations – or, in America, where private enterprise was looked to for this kind of amenity, of farmers requesting one among them to subdivide a portion of his property, because of its convenient location for a township. (HAMER, 1990, p. 104 – 105)

Mesmo que este dilema ainda permanecesse em certos circuitos, para o autor, a base da proposta interpretativa de F. J. Turner essencialmente rearticulava o antigo modelo evolutivo. Cabe ressaltar que o pensamento de F. J. Turner possuía estreita relação com o pensamento de sua época, de inspiração “jeffersoniana” e “darwinista” (SMITH, 1957; PETERSON, 1994); porém, decididamente, não considerou importantes evidências há mais de meio século consolidadas acerca da relevância do processo urbano na fronteira nos Estados Unidos, como demonstra o autor (HAMER, 1990, p. 91 - 112).

Pelo conjunto dessa “vertente” de pesquisa historiográfica, capta-se que a “especulação” era congênita característica da fronteira norte-americana, dada a “liberdade” de ação da iniciativa privada. Especular nesse ambiente, entretanto, não se restringia ao aspecto imobiliário. A promoção de imagens e a excitação de sentimentos era parte fundamental do ambiente urbano. Certamente revela-se aqui um elemento de forte contato com a experiência da fronteira do café, no oeste de São Paulo e no norte do Paraná, à frente abordada.

Com efeito, a especulação é um ponto crucial na história da conquista do “West”. Manifesta-se pela possibilidade de acelerado e elevado ganho acalentado pelo desejo de propriedade – o verdadeiro “centro nervoso” da expansão. De acordo com Limerick (1987), a posse da terra era um “imperativo cultural” explicado pelo princípio do “first in time, first in right”.

Western history is a story structured by the drawing of lines and making of borders. From macrocosm to microcosm, from imperial struggles for territory to the parceling out of townsite claims, Western American history was an effort first to draw lines dividing the west into manageable units of property and then to persuade people to treat those lines with respect. [...] There was one appropriate way to treat land – divide it, distribute it, register it. [...] (LIMERICK, 1987, p. 55)

O “clima especulativo” das cidades contaminava a todos, e às vezes tornava-se obsessão, em razão da particular atmosfera voltada para o futuro: “sentiment was only about progress”. Particularmente, “their ‘future’ orientation was seen as a key feature distinguishing new world towns from old world towns”; todavia, escondia também sua face monetária, pois “the total faith in a great future for one’s city had its psychological as well as its speculative, money-making aspects” (HAMER, 1990, p. 163 - 183).

A distância da realidade econômica que o mercado imobiliário atingia era impressionante. Reys (1979) salienta que uma “orgia de especulação de terras” tomava conta do país. Relatando a Chicago da década de 1830, Cronon (1991) descreve a existência de variação de preços entre o nascer e o pôr-do-sol; mais concretamente, de \$33 em 1829, os mesmos lotes eram vendidos a \$100.000 em 1836. Assim, “Only wild hopes for the future could lead people to pay so much for vacant lots in a town where the most promising economic activity consisted of nothing more substantial than buying and selling real state” (CRONON, 1991, p. 29).

Como salienta Bogue (1994, p. 302), mesmo nas primeiras décadas do século XIX, “the jingle of the coins” era um imperativo na fronteira e o espírito de mercado não a teria “contaminado” posteriormente. Assim, o risco envolvido com essa atividade a conduziria ao status de uma das mais “estimulantes experiências” possíveis no Oeste. Participam da especulação todos os indivíduos e instituições: desde o sujeito que compra um lote de terra urbana ou agrícola, ao empresário que “funda” a cidade, à empresa ferroviária que antecipa as vantagens da futura linha, aos pequenos

negociantes que emprestam dinheiro dos bancos e que repassam adiante com maiores juros, ao agente governamental, que de posse de valiosas informações, compra e vende terras. Por fim, produziu poucas grandes fortunas e muito insucesso, como atesta O'Connor (1994, p. 535).

A própria forma urbana expressava esse imperativo comercial, como se discutirá adiante, com o emprego de planos ortogonais infinitamente repetidos. A atmosfera especulativa para além da sua forma intra-urbana – “land speculation” - promoveu a criação de inúmeras cidades – “city speculation” -, muitas somente em planta ou propaganda, “fictive lots on fictive streets in fictive towns”. Das assentadas, considerável fração reluziu, em animador princípio, mas sua duração não resistiria aos fatos reais, sendo peremptoriamente conduzida ao seu termo: de “instant city” a “ghost town”. De fato, uma verdadeira “city-mania making” tomou conta do Oeste, criando mais cidades do que se fazia realmente necessário, drenando fortunas e sonhos.

Most of this town planting was abortive; but their failures were nevertheless important. They only illustrate the extensive city speculation of the period, but also help to reveal the nature of much of the immigration moving westward. Many settlers came across the mountains in search of promising towns as well as good land. Their inducements were not so much fertile soil as opportunities in infant cities. It was to these people that hopeful enterprises addressed their propaganda. (WADE, 2002, p. 34)

Decerto, a propaganda era parte essencial desse universo especulativo, alimentando as expectativas. Contudo, específica contribuição reflete-se na atividade dos “boosters”. Se inicialmente seus textos foram satirizados, em razão de sua pomposa retórica por autores consagrados como Mark Twain (Samuel Langhorne Clemens, 1835 - 1910) e Charles Dickens (1812 - 1870), ou desacreditados pelo seu proselitismo comercial e manipulador, mais tarde alimentaram um fluxo de trabalhos que comprovaram a estreita relação com a realidade territorial e econômica, convertendo-se em fonte indispensável de consulta sobre a vida no Oeste. Participavam desse movimento donos de jornais, editores de revistas e de guias, comerciantes, imobiliáristas, empresários do ramo ferroviário, médicos, advogados e até mesmo padres. Em definição,

[...] boosterism was the entire process by which business and civic leaders assessed the situation they faced, tried to define a coherent economic program to be carried out by public and private action, and publicized that assessment and program to local and national audiences. (ABBOTT, 1981, p. 4)

A tenacidade de sua atuação criava um conjunto coerente de idéias que o referido autor aponta como essencial para formatar o “pensamento econômico popular”. Certamente, focando sua atenção em um futuro positivo e glorioso, os “boosters” desviavam o olhar para o ambiente de incertezas e confusão característico da fronteira. Porém, a procura por plausíveis explicações que justificassem os investimentos nas cidades emoldurava uma profunda crença no ambiente urbano como a “chave” para o Oeste. Enfim,

Taken as a group, the boosters offered a surprisingly coherent model of urban and regional growth. Unlike Turner, they saw the engine of western development in the symbiotic relationship between cities and their surrounding countrysides. So powerful was their vision that it became a self-fulfilling prophecy. (CRONON, 1991, p. 34 – 35)

Seus argumentos conduzem a um juízo dos Estados Unidos como o novo “Império”, cuja expansão comercial seria o “motor da fronteira”, necessariamente conectando cidades e campo. Nesse aspecto, para Cronon (1991, p. 46 – 54), a visão dos “boosters” aproxima-se da de F. J. Turner quando analisam o curso do “Império”, porém guarda distância no modo de interpretar o processo, pois às cidades destinava-se o papel de liderança na formação de um interligado sistema comercial avançando pelo território.

Essa atividade justificava-se pela acirrada disputa econômica e migratória entre as cidades, pois “there were towns to be promoted, there was real state to sell, there was emigration to be encouraged, there was ‘moving on’ to be deterred” (HAMER, 1990, p. 6); projetava-se que para além de lucrativas, as cidades eram lugares de seguro investimento.

Ademais, em leitura mais ampla, o mesmo autor atesta que “[...] countries used the state of their cities as proof that they were no longer primitive frontier societies” (HAMER, 1990, p. 10). Particularmente intenso nos Estados Unidos, o “boosterism” pode ser entendido, de certa maneira, como “uma manifestação de fé” no futuro urbano do país, sobretudo dos Estados e Territórios do Oeste (ABBOTT, 1981, p. 126).

Dentre as mais variadas formas empregadas para divulgar as cidades, a litografia destacava-se pela grande popularidade nesse período. Adotando a técnica do “bird’s eye view”, grandes e pequenas cidades foram registradas, o que possibilitava o reconhecimento de sua dimensão – real e desejada (FIGURAS 1.2 e 1.3). Dessa forma,

“land speculators, townsite promoters, and civic leaders all used urban views to attract people and industry to their communities, often subsidizing the publication of the views to make wider distribution possible” (REPS, 1998, p. 8).

FIGURA 1.2 “BIRD’S EYE VIEW” DA CIDADE DE CHEYENNE, ESTADO DE WYOMING (1882).

Fonte: REPS (1998), p. 89.



FIGURA 1.3 “BIRD’S EYE VIEW” DA CIDADE DE PHOENIX, ESTADO DE ARIZONA (1885).

Fonte: REPS (1998), p. 101.



O estudo do movimento da fronteira estadunidense abre importantes perspectivas para a presente pesquisa. Considerando a intensidade no tempo e a extensão no espaço como elementos distintivos de sua formação, ao se observar o processo de criação das cidades, algumas pontes com a experiência norte-paranaense poderiam ser construídas. As observações de Bogue (1994), Hamer (1990) e, sobretudo, Cronon (1991), evidenciam a necessidade de perseguir a relação entre cidade e campo. Decididamente, não se pode compreender uma sem a outra. Suas ponderações conduzem uma das perspectivas da pesquisa. No entanto, um dos objetivos pauta-se em inverter o foco da observação e entender a formação do território pelo avanço da urbanização. Por outro lado, tanto a morfologia dos planos urbanísticos como a perspectiva altamente especulativa da fronteira norte-americana tornam-se pontos de contato valiosamente produtivos, que justificam uma tentativa de aproximação comparativa.

### 1.3. O DESENHO DA CIDADE NA FRONTEIRA

Em conclusão do presente capítulo, orienta-se na apreensão dos aspectos formais das cidades em áreas de fronteira. Nesse universo, os planos ortogonais assentaram-se como a solução espacial preferencialmente adotada; a propósito, um motivo usualmente emprestado em áreas de colonização, em diversos períodos da História, como demonstram Munford (1998) e Kostof (1991).

Com efeito, ao se deter na experiência americana, exemplificada pela paulista e estadunidense, procura-se construir um panorama aproximativo para o entendimento do desenho das cidades novas na fronteira do café no norte do Paraná, tema a ser tratado em capítulo posterior.

#### 1.3.1 A grelha como designio

Grelha, quadrícula, retícula, grade, tabuleiro de xadrez; diferentes denominações para um mesmo

artifício. O uso desse articulado sistema de linhas horizontais e verticais que se cruzam em ângulos retos é evidência incontestável do desejo humano de controlar (e muitas vezes, a necessidade de enfaticamente demonstrar esse controle) a relação espaço-tempo. Com significados simbólico-metafísicos (político, estético e/ou religioso) e/ou objetivos mundanos (organizacional e/ou econômico), a grelha vem sendo utilizada para assegurar uma infinidade de atividades humanas através da história e, não por menos, o desenho de cidades. Porém, não sem ressalvas; e adjetivos não faltam para qualificá-la. Certamente reside no debate acerca das “vantagens” e “desvantagens” de sua natureza uma inclinação subjetiva de julgamento que desconsidera a múltipla complexidade dos fatores considerados para a sua predileção.

O fato de ter sido empregada para a construção de cidades durante seguidos períodos da História, com maior ou menor intensidade, e por civilizações que não tiveram nenhum contato entre si, inspira a imaginação sobre o poder dessa construção intelectual. Da secular experiência, com efeito, apreende-se que, ao contrário do instantâneo e habitual julgamento quanto a uma aparente simplicidade, as configurações possíveis são enormes, senão infinitas. Estudá-las transforma-se num rico exercício de exploração da inventividade humana, pela capacidade de ilimitada composição sobre um mesmo tema e, sobretudo, como atribuir e perceber diferentes significados.

Das múltiplas aplicações possíveis para um plano cartesiano, reside nas cidades-novas a sua existência mais fascinante. Com efeito, cidades-novas assentam-se sob particular lógica, pois se constituem a partir da **consciência de uma totalidade**, aquela que precede ao objeto concreto. São cidades construídas *ab ovo*, executadas a partir de uma idéia ou de um plano preconcebidos, “um ato de vontade por excelência” - um vir-a-ser cuja completa espacialidade começa

a se cristalizar na mente de seu(s) criador(es). Concordam Galantay (1977) e Golany (1982) que são “comunidades planejadas” a cumprir amplo matiz de propósitos e expectativas claramente formulados. Assim, cidades-novas, resultado da materialização de intenções no território, constituir-se-iam em ímpar fenômeno para a observação da circulação de idéias e significados.

Várias são as teorias interpretativas sobre a ‘origem’ do emprego da grelha como elemento de organização espacial da forma urbana. Como aponta Rose-Redwood (2008), muitas vezes apresentam-se polêmicas e contraditórias, o que por si se torna um indicativo que resultaria inútil e inconclusivo esquadriñar a sua genealogia em procura de um tronco derivativo. Dessa forma, a autora também defende que as pesquisas devem se voltar na interpretação de seu uso no contexto empregado, uma abordagem que chama de “critical spatial history”, e que concorre para a aproximação aqui defendida.

Na língua portuguesa a palavra “grelha” guarda em si uma imprecisão espacial que não evoca nenhuma demarcação em particular para o objeto urbano<sup>15</sup>.

Com similar problema de entendimento na língua inglesa, distintas palavras - “gridiron” e “checkerboard” - evocam as possibilidades formais que a palavra “grid” sugere.

[...] ‘Gridiron,’ in the United States at least, implies a pattern of long narrow blocks, and ‘checkerboard’ a pattern of square blocks. These are the two commonest divisions of a grid plan. The basis of a true checkerboard is bound to be modular, since the quadratic units produced by the coordinates are equal. A gridiron may prove to be modular or not, depending on the regularity of the long narrow blocks and the relation of their size to the public buildings and open spaces.

The true checkerboards are rare. [...] Rectangular blocks are much commoner. But as a rule, a grid plan will contain a mixture of different-size blocks, if not initially, then through units added after the fact. (KOSTOF, 1991, p. 124)

Pondera-se, portanto, que embora comumente entendido como um padrão simplificado de desenho urbano, a grelha pode assumir variadas configurações. Com efeito, uma importante contribuição relativa a esse aspecto é dada por Smith (2007) quando, sustentando uma abordagem mais específica para o entendimento da forma e significado das cidades antigas, defende a existência

<sup>15</sup> A Etimologia aponta a sua apropriação para a língua portuguesa no século XIV e descreve sua origem na palavra latina “craticula”, diminutivo de “cratis”, significando grade - “todo objeto trançado” - que origina a palavra francesa “grille”, aos fins do século X, significando “conjunto de barras de ferro ou madeira”. Deriva-se o verbo gradar ou gradear, “aplanar a terra”, talvez evocando assim sua relação organizacional com o território (HOUISS, 2001). Neste trabalho, o termo “grelha” refere-se genericamente a qualquer desenho de formato ortogonal; “tabuleiro de xadrez”, por sua vez, refere-se a planos ortogonais com quarteirões quadrados ou quadráticos (relação entre largura e comprimento de no máximo 1:1,25).

de “níveis de ortogonalidade”<sup>16</sup>. Grant (2001), especificamente, ao relacionar os elementos da forma urbana com a representação do poder e riqueza, aponta duas possibilidades: o “egalitarian grid” e o “hierarchical grid”.

What factors make a grid appear ‘egalitarian’ or hierarchical? The street pattern is obviously pivotal. Avenues leading to key spaces and streets of varying dimensions signify order and, in some cases, hierarchy. Street layout may create blocks of equal or of varying size. Blocks of differing size are often linked to patterns of wealth as shown in the archaeological record: that is, the larger blocks are typically the domains of the more affluent. We cannot conclude, however, that equal-sized blocks reflected equal living standards throughout the city. In many of the cities described, the affluent dominated particular quarters, enjoying much larger lots than did ordinary residents, even in ‘egalitarian grids’. Thus we note that the size of lots is not necessarily related to block pattern. The size of lots and homes reflects social conditions and levels of hierarchy and inequality within society. Where democracy and egalitarian principles prevail, land may be distributed widely. In some settlements, all householders may receive equal-sized parcels of land, or parcels sized to the number of members of the household. Over time, however, with generational and economic change, patterns change quickly and what began as an egalitarian grid may well become hierarchical. (GRANT, 2001, p. 234)

Em razão da variedade de formas, tamanhos e soluções que o plano ortogonal pode possuir, Marcuse (1987) adota uma definição que procura compreender as funções que a grelha poderia revelar durante sua aplicação na história, pela distinção entre “closed grid” e “open grid”.

[...] the classic closed grid is laid out for a clearly limited area defined by city walls, fortifications, major outer termini for central streets, greenbelts, etc., whereas the open grid is laid out with a view towards expansion and reduplication, in one or more directions, theoretically without limit. A closed gridiron plan is a complete and encompassing plan for a physically defined and bounded area; the open gridiron is an initial step towards plotting an unknown and perhaps unlimited area capable of indefinite expansion. (MARCUSE, 1987, p. 290 – 291)

No trabalho de Siksna (1990), no qual procura analisar a forma e o tamanho dos quarteirões em cidades novas em certos períodos da história, apreende-se a riqueza e a variedade dos padrões morfológicos que um plano ortogonal pode assumir. Ademais, conclui que para cada período específico, pode-se encontrar certo grau de consistência para as características físicas dos quarteirões, fato que revelaria um “tipo predominante”.

Evidenciado esse aspecto formal, pode-se afirmar que o emprego da grelha no desenho de cidades configura-se numa herança da ação humana, espalhada geográfica e temporalmente. Diante dessa ímpar evidência e do enorme desafio nela contida, alguns autores elaboraram estruturas explicativas para compreender a mudança do significado de seu uso ao longo da história. Marcuse (1987), por exemplo, procurando explicar o emprego das duas possíveis formas da grelha, atesta a existência de três fases distintas, se observada a evolução da estrutura socioeconômica da sociedade<sup>17</sup>. Grant (2001), por sua vez, apresenta uma tipologia analítica derivada da investigação da estrutura sociopolítica, evidenciando as razões para que três categorias de sociedade empregassem a grelha em suas cidades<sup>18</sup>. O irrefutável aspecto desses sistemas explicativos traduz-se pelo esforço demonstrativo da estreita correlação entre as estruturas sociais e o desenho da cidade. Assim, em áreas de fronteira, a vasta aplicação desse esquema encontraria suas razões econômicas e políticas, ainda que diversos outros fatores se façam presentes. A fim de compreendê-los, abordam-se, a seguir, duas experiências americanas.

### 1.3.2 A grelha como artifício

Configurando-se num processo de transformação do território, que converte gradativamente a paisagem natural aos

<sup>16</sup> O autor considera a abordagem comumente empregada para o entendimento da forma das cidades antigas entre planejada (ortogonal) e não planejada (não ortogonal) como simplista e etnocêntrica. Em contrate, sugere uma classificação que observe os vários graus ou extensão de planejamento através de dois conceitos: “coordination among buildings and spaces” e “standardization of urban forms”. Ademais, uma classificação dada pela ausência/ presença de ortogonalidade pode ser insuficiente para a análise da forma urbana e de seu significado nas cidades antigas. Assim, salienta alguns níveis: o “semiorthogonal urban block” que ocorre em assentamentos densamente construídos, e não se apresenta como reflexo de um planejamento ortogonal centralizado, mas sim de uma procura por praticidade e eficiência; o “integrated orthogonal”, quando os edifícios se alinham ortogonalmente a outras estruturas espaciais existentes; e o “modular orthogonal plan”, no qual um planejamento central pode ser mais claramente percebido.

<sup>17</sup> De acordo com o autor, as três básicas fases seriam representadas por três tipos de cidade: a “pre-capitalist city”, a “city of laissez-faire capitalism”, e a “city of mature capitalism”. Nesse esquema, o “closed grid” seria frequentemente adotado até o advento do capitalismo e o “open grid” um eminente produto do capitalismo associado à especulação imobiliária, sobretudo se observada a fronteira norte-americana.

<sup>18</sup> A autora deixa evidente que essas categorias representam tempos finitos dentro de uma dada sociedade, uma vez que a relação da autoridade com o poder é variável temporalmente, e que não vislumbra nenhuma progressão evolucionária entre elas. Assim, as três categorias de sociedade seriam a de “diffusing authority”; a de “centralizing authority” e a de “globalizing authority”. Genericamente, evidencia que enquanto que as primeiras utilizam uma “egalitarian grid”, o segundo tipo de sociedade usa uma “hierarchical grid”. Já as sociedades de “globalizing authority” aplicariam ambas, de acordo com os propósitos de riqueza e status.

desígnios da sociedade globalizada em expansão, a fronteira é um fenômeno criador de cidades. Momento de expectativas, a atmosfera orientada para o futuro, muitas vezes conformava as decisões do presente incerto. Nesse universo, os projetos das cidades tornavam-se o espelho das hesitações e das especulações. A grelha, nesse aspecto, enquadrava-se em conformidade.

### 1. O CASO NORTE-AMERICANO

A fronteira norte-americana pode ser considerada a experiência quantitativamente mais extensa na aplicação da grelha para a criação de cidades. Reys (1965, p. 314; 1979, p. 3) já assinalava o fato de que outras soluções constituem a “distinta minoria”. A discussão sobre as razões dessa predileção, entretanto, tem despertado inúmeras interpretações. A cidade de Filadélfia (1682), na Pensilvânia, a primeira grande cidade em grelha, concebida conjuntamente pela experiência colonizadora de William Penn (1644 - 1718) e pela traça de Thomas Holme (1624 – 1695), era motivo inspirador já estabelecido. “[...] in its scale, its open squares, and its consistent use of wide streets intersecting at right angles Philadelphia represented something of an innovation in colonial town design” (REPS, 1965, p. 147). Ademais, a clara solução formal para o desenho da praça central desta cidade também acabaria servindo de fórmula para uma vastidão de cidades, como investigou Price (1968). As demarcações do “Continental Grid” (ou “National Grid”)<sup>19</sup> também deixaram acentuada influência em sua disseminada estrutura. Mas suas premissas iniciais logo seriam corrompidas, pois concebida como um gesto inicial de ordem autorizaria uma decidida “disorder of rampant, anarchic, real estate speculation” (ESPERDY, 1999, p. 12).

Concretamente, o plano ortogonal era empregado em virtude do que permitia: rápida divisão e demarcação; fácil distribuição e expansibilidade. “[...] It is an open system. The checkerboard can be infinitely expanded, and this optimistic flexibility was appealing to builders in American West. These ambitious pioneers liked the order and logic of the checkerboard, admired its clarity and sense of strength

and purpose. [...]” (MARSHALL, 1986, p. 85). No entanto, essas mesmas características aproveitadas pelos pioneiros seriam captadas pelos especuladores e reaplicadas ao infinito. Como assevera Larsen (1978, p. 18), a experiência urbana da fronteira seria a intensificação de um processo já em marcha no país, onde considerações comerciais superavam fatores estéticos: “Uncontrolled capitalism led to disorderly development that reflected the abilities of individual entrepreneurs rather than most other factors”. De fato, Reys (1965, p. 349 - 358) enumera vários empreendimentos levados a cabo desde meados do século XVIII nos vales dos rios Ohio e Mississipi, quer seja por companhias de terras ou por empreendedores individuais, mas que não prosperaram. Contudo, funcionaram como um período de “testes e refinamentos” das técnicas de promoção urbana, em nada comparado à “febre” ou “mania” especulativa já nas primeiras décadas do século XIX, especialmente após 1830, alimentada por “wild hopes for the future”.

[...] Speculators looking for big profits invested in townsites, which always sold at much higher prices than mere agricultural land. Fictive lots on fictive streets in fictive towns became the basis for thousands of transactions whose only justification was a dubious idea expressed on an overly optimistic map. [...] (CRONON, 1991, p. 32)

Em direção ao oeste, nesse novo momento, inicialmente suportado pela *Land Ordinance*, posteriormente incentivado pelas “aquisições” territoriais (e particularmente o que a terra traz consigo – ouro, prata, madeira, etc.) e logo após pelos avanços nas comunicações (fluvial e, sobretudo, a estrada de ferro), milhares de cidades seriam fundadas na espera de compradores, que em geral não visitavam o local antes de engajar o negócio. Na sua grande maioria, o plano ortogonal se impunha como solução imediata.

[...] The hard give-and-take and high risks of town promotion had made major designs expenditures impractical; survival took precedence over esthetic considerations. As might have been expected, none of the places emerged with imaginative, well-formulated, or interesting plats. (LARSEN, 1978, p. 52).

<sup>19</sup> Designações geralmente dadas ao resultado da *Land Ordinance* (1785) que se estabeleceu como a base legal fundadora da política de terras nos Estados Unidos. Fundamentada para organizar a ocupação do vasto território a Oeste das Treze Colônias - preocupação de ordem política - também possuía como objetivo a arrecadação de fundos através da venda da terra, pois o governo encontrava-se endividado em razão da Guerra da Independência (1775 – 1783), denotando seu caráter comercial. Para dividir o país em pequenas parcelas, essa norma instituiu o *Public Land Survey System*, método de levantamento topográfico baseado numa grelha quadrada, orientada pelos principais pontos cardiais, com 6 milhas (9.656,06 km) de lado, ou seja, 36 milhas quadradas (93.239,57 km<sup>2</sup>), que formavam uma “township” - 36 setores de 1 milha quadrada (2,58 km<sup>2</sup>) cada um, que ainda eram divididos em 4

partes iguais. Em razão de seu impacto sobre o território norte-americano, é considerada a segunda peça mais importante aprovada pelo Congresso, depois da própria Constituição (JOHNSON, 1990). Esse mesmo autor ainda salienta a sua influência e permanência na paisagem rural e urbana daquele país, apesar da “longa e dramática” história repleta de dificuldades técnicas. Hurr (1983, p.40) acrescenta que a grelha seria um diagrama que idealisticamente representaria “[...] a particular invention of the American spirit and resonates still as an institutionalization of America’s particular brand of social, political, and spatial ideals”. Reys (1965, 1979) destaca sua importância para a abertura de uma nova fase na ocupação da porção ocidental dos Estados Unidos e sua influência indireta no desenho das cidades.

A grelha, “the natural tool of the land speculator”, atingiria sua manifestação máxima com a “especulação planejada” das companhias de ferro. Rapidamente perceberam que a promoção urbana era um produto essencial ao desenvolvimento ferroviário, e outro meio de auferir lucro. De acordo com Reps (1965, 1979), na frenética corrida para transpor o país, as práticas comumente adotadas envergonhariam o mais “insensível ladrão de tumbas”, tornando-se um período nada notável dentro da história americana. Tamaña especulação que centenas de cidades sucumbiriam pouco tempo depois da fundação da seguinte, adiante na linha: as “cidades fantasmas”, revertidas em terra deserta, que somente as artes - a literatura e o cinema – as eternizariam (FIGURA 1.4). Gigantescas grelhas eram projetadas na esperança de um crescimento duradouro, mas que persistiria por um breve instante. Mas talvez a mais emblemática tática reveladora dos propósitos comerciais dessas companhias manifestava-se no uso da mesma planta, estritamente ortogonal, para pontilhar o caminho de ferro, como reproduzido na FIGURA 1.5.

A extensiva propaganda em jornais, nos trens e nas estações era prática corrente adotada por essas companhias. Os “hotéis” eram sinais de avanço. Muitas companhias costumavam doar terrenos para a implantação de igrejas e edifícios públicos. Cidades brotavam como “cogumelos”. Nada muito diferente do que aconteceria na fronteira do café no Brasil, como será abordado adiante. Assim, mesmo sendo os princípios subjacentes ao plano ortogonal certamente presentes em outras regiões de colonização e fronteira, alguns os entendem “patrioticamente” norte-americanos.

The system seems quite American. It suits America's love for mechanical systems that can be cleanly extended with still more order the result. It is a movable system, too, transferrable to almost any locality with only minor alterations. It brings to mind interchangeable parts and endless assembly of matchable units. (MARSHALL, 1986, p. 84)

FIGURA 1.4 CIDADE DESERTA À BEIRA DA FERROVIA NO KANSAS: 1874. Fonte: REPS (1965), p. 398.

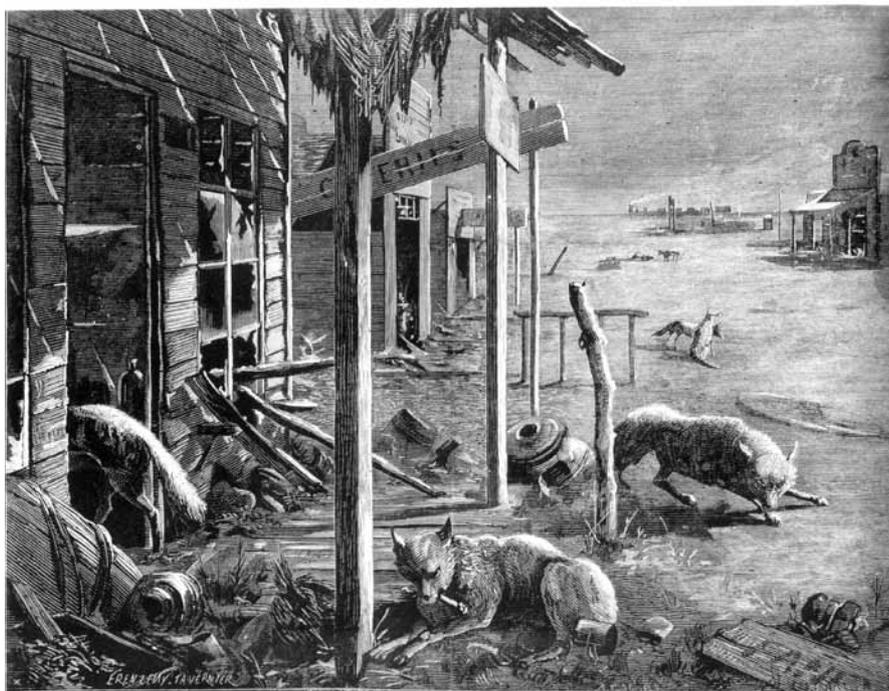


FIGURA 1.5 PLANO PADRÃO DA THE ILLINOIS CENTRAL ASSOCIATES ( DÉC. DE 1850).

Fonte: REPS (1965), p. 393.

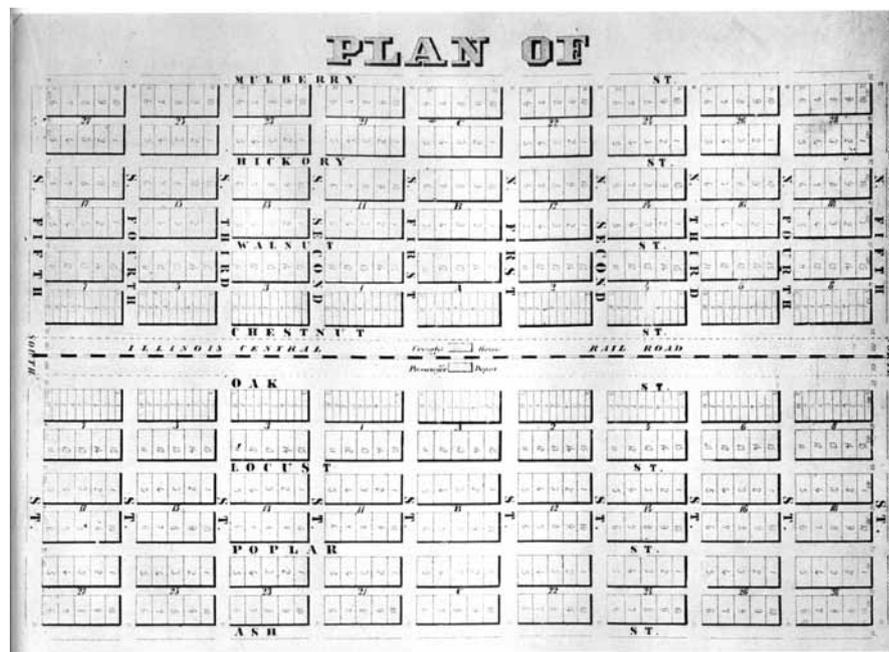


FIGURA 1.6 “BIRD’S EYE VIEW” DA CIDADE DE ABERDEEN, ESTADO DE DAKOTA DO SUL (1883). Fonte: REPS (1998), p. 101.



Da análise de Siksna (1990), retiram-se algumas particularidades desses planos ortogonais: em geral os quarteirões são quadrados, com lotes retangulares de estreita testada cuja parte dos fundos renteava outro fundo de lote; a presença de vielas seria mais sentida a partir do século XIX, em razão de atenção comercial, como se depreende da FIGURA 1.6.

Desses trabalhos depreende-se que um dos traços marcantes das cidades do Oeste, para além da “inovação”, seria a “imitação”, sobretudo das cidades do Leste norte-americano, como se fossem “carbon copies”. “From street plans to cultural activity, from the shape of market houses to the habits of people, the Philadelphia influence prevailed” (WADE, 2002, p. 318). Price (1968, p. 29), mais especificamente, ao estudar a distribuição de certos “tipos” de praças pelo país, também ressalta a reaplicação como fato importante para o desenho das novas-cidades: “Innovation must have been unfrequent; clearly, one town copied another”. Contudo, o “democrático” processo de criação de cidades era desregulamentado, mas seguia certos procedimentos padrões.

Central to understanding western pioneer town planning is its democratic basis and close to total lack of regulation. Any landowner could plat a town at any time, in any location, of any size, with any design; could register that

plat with the authorities; and could promptly start selling off town lots. Laws generally required only that lots be given legal property descriptions; that is, be numbered within numbered blocks or follow a single lot-numbering sequence throughout the plat and be set within a pattern of streets – and perhaps alleys – dedicated to permanent public ownership and use, along with any open space designed explicitly for hoped-for institutional use, such as waterfront landings, courthouses, academies, or parks. Authorities cared not a whit about plat geometry or the dimensions of essential features. Proprietors were free to lay out principal streets, for example, of 60 or 80 or 100 feet in width according to personal whim and blocks and lots of any shape, size, and orientation – in short, free to institute any plan that their imagination, common sense, or idiosyncratic urge might conjure up. (CONZEN, 2006, p. 187)

A impressão criada pelas novas cidades de fronteira norte-americana pode revelar outros aspectos, mas não se constitui investigação recente. No relato dos escritores viajantes do século XIX, que cruzavam as áreas de fronteira com vistas a relatar esse novo cenário para leitores curiosos já estabelecidos nas aglomerações existentes ou para aqueles que ponderavam sobre um reinício, pode-se apreender uma vastidão de comentários acerca da aparência dessas novas cidades. Muitas vezes, suas descrições focavam a estrutura que dava forma física a elas, a grelha. Reps (1965, p. 294) conjectura que, para alguns, a regularidade e a ordem geométrica eram coerentes com a construção de um novo mundo, pois revelava

um apelo ao espírito racionalista e ao rigor metódico que muitos desses viajantes almejavam. Mas logo após, devido ao vínculo com um passado urbano europeu ou europeizado e à sua repetição indiscriminada, outro tom, não muito amistoso, às vezes de desapontamento, surgiria.

[...] There are no mysterious labyrinths, dark lanes, or blind alleys in the city; all the avenues cross each other at right angles and are uniform in width. Somehow we missed the irregular ways of old European cities and those of the Far East, where one can get delightfully lost and bewildered now and then. (Maturin M. Ballou, 1887 apud HAMER, 1990, p. 48)

Ou ainda,

I praise our German towns which also have their straight streets and carefully-laid-out quarters but which also have the crooked and winding passages that would make one forget the monotonous sameness of the former and remind one of time which the carefully constructed buildings of this new era have never seen. (Friederich W. von Wrede, 1844 apud HAMER, 1990, p. 48 – 49)

Por outro lado, o “clima especulativo” característico da fronteira também criava seu enredo. Abbott (1981), Hamer (1990) e Cronon (1991) salientam que os eloqüentes escritos dos “boosters”, por vezes em tom profético ou obsessivo, instigavam a percepção de seus leitores em “direção ao futuro”, contrastando diametralmente com qualquer perspectiva negativa, pois “sentiment was only about progress”. Certamente cenário revelador de um desejo compartilhado por muitos, haja vista a presente atmosfera confusa e incipiente dessas cidades. Não por menos, a grelha também era usada para acalentar uma imagem positiva. Nesse aspecto, como demonstra Reps (1998), as “bird’s eye views” cumpriam um papel fundamental, pois através delas era estampada a real - e por vezes a almejada - extensão do plano urbanístico, como evidenciado pelo exemplo da cidade de Bismarck, na Dakota do Norte (FIGURA 1.7); das ruas mais largas que a presente situação carecia, para além do pó e da lama, poder-se-ia compreender a ambição e a ansiedade que circundavam esses empreendimentos.

FIGURA 1.7 “BIRD’S EYE VIEW” DA CIDADE DE BISMARCK, ESTADO DE DAKOTA DO NORTE (1883).

Fonte: REPS (1998), p. 91.



FIGURA 1.8 “BIRD’S EYE VIEW” DA CIDADE DECRIPPLE CREEK, ESTADO DE COLORADO (1896).

Fonte: REPS (1998), p. 986



[...] In many ways these plans manipulated perceptions because, being future-oriented and make little sense in the present, they forced people to 'see' and indeed to live in the future. That plans should be far larger than was a necessary for the town in the early stages of its development was a commonplace of frontier town planning. (HAMER, 1990, p. 178)

Outra impressão que a grelha era convocada a transmitir ligava-se ao seu desprendimento do mundo natural quando da convocação do domínio humano, uma “obliteração da natureza” em favor da demonstração de controle do “wilderness” que cercava a cidade. A imposição das linhas geométricas ignorava as sutilezas do terreno, quão proeminente fossem (FIGURA 1.8).

I have taken occasion to express my approbation of the American mode of laying out their new towns, in a general way, in straight lines; but I think that oftentimes it is a sacrifice of beauty to prejudice, particularly when they preserve in making all their streets cross each other at right angles, without any regard to the situation of the ground or the face of the surrounding country; [...] (Francis Baily, 1856, p. 105 apud REPS, 1965, p. 294)

Por último, mas não menos importante, alguma tinta tem sido gasta sobre um pretenso “ethos democrático” que uma neutra e padronizada organização ortogonal poderia inspirar, sobretudo nos primórdios de uma fundação urbana: como proporciona parques propósitos representacionais, esses mesmos motivos (ou a ausência deles) poderiam ser interpretados como uma evidência do comprometimento com a igualdade ou com a distribuição equitativa.

[...] It has no centre, or at best a crossroad; the hub of a radial pattern, the focus of a long and broad boulevard, the hierarchical ordering of uses, are not favored by a grid. Later it will be even argued that there is a 'democratic' aspect to the grid, in which all parcels are created equal and alike. [...] (MARCUSE, 1987, p. 294)

FIGURA 1.9 “BIRD’S EYE VIEW” DA CIDADE DE SALT LAKE CITY, TERRITÓRIO DE UTAH(1870). Fonte: REPS (1998), p. 97



De fato, Sennett (1990), observando o uso da grelha nos Estados Unidos, suporta a hipótese de que a neutralidade que a grelha impõe ao espaço promoveria a ausência de significado e diferenciação, própria para a perspectiva da ética protestante weberiana, evidenciada pela FIGURA 1.9. Reps (1979, p. X) destaca que oferece “[...] apparently equal locations for homes and business within its standardized structure, [...]”. Vance (1990) sustenta a hipótese de que a ampla experiência européia com as bastilhas, no período final da Idade Média, traduziu para a ortogonalidade as incipientes mudanças em direção à maior liberdade econômica e igualdade político-social; ademais, teria funcionado como “modelo” e “laboratório” para a colonização inglesa da América do Norte.

A esse controverso atributo deve-se considerar que nem sempre um esquema em grelha possui um formato homogêneo de quadras e lotes em toda a sua extensão; e mesmo que inicialmente sejam idênticos, não existem parâmetros genéricos para afirmar que não exista uma diferenciação social, ou mesmo econômica, estabelecida. Ao contrário, como relembram Kostof (1991) e Grant (2001), regimes tirânicos, governos absolutistas e impérios colonialistas adotaram esse esquema, certamente ponderando-se acerca de maior oportunidade de controle. O que também não exclui aquela possibilidade. O próprio Kostof (1991, p. 99 - 100), ao exemplificar essa perspectiva, ressalta que “[...] the political innocence of the grid in the West is a fiction. [...] The fact is that egalitarianism is no more natural to gridded patterns

than to any other urban form”. Talvez, comparativamente a outros esquemas mais rígidos, essa característica possa ser ressaltada. Enfim, desse específico confronto de idéias, pode-se perceber a vastidão de possíveis mensagens e interpretações que esse esquema pode instigar.

Da experiência norte-americana recolhem-se importantes observações. Em primeiro lugar, constata-se a plena difusão do plano ortogonal como um dos fundamentais instrumentos para sustentar o ambiente especulativo da fronteira, em suas duas faces complementares: a “city speculation” e a “land speculation”; por outro lado, dessa mesma extensão de seu emprego, demonstra-se claramente as infinitas possibilidades que o plano em grelha pode atingir, apesar da exaustiva e enfadonha repetição de uma padronizada configuração, sem inventividade. Esta plasticidade, geralmente desconsiderada pelos estudiosos, só se capta através de meticulosa análise dos elementos da forma urbana. Em contrário, atendo-se somente ao traçado, o plano ortogonal não será compreendido em sua total extensão, levando a incompreensões do mais variado espectro.

## II. O CASO PAULISTA

Deslocando-se para a conjuntura específica da fronteira paulista, dois trabalhos lançam luzes sobre as evidências até então admitidas por pesquisadores precedentes. Silva (1988, 2003) numa pioneira abordagem sobre o estudo das novas cidades em quatro regiões de penetração ferroviária, de início resume a experiência paulista em comparação com a norte-americana. Assim, aponta que o estímulo ferroviário para a urbanização, a especulação imobiliária e a propaganda seriam pontos em comum; a grande diferença, no entanto, seria no tom especulativo na fundação das cidades, mais proeminente nos Estados Unidos. Ao atentar sobre os fundadores dessas cidades no interior brasileiro, descobertas as suas motivações econômicas e políticas, geralmente recaindo no “coronelismo”.

A respeito da conformação dos planos urbanísticos, evidencia que a crescente organização de companhias de terras tornaria o processo de fundação cada vez mais num empreendimento privado, no qual a seleção do plano ortogonal teria o objetivo de reduzir os custos referentes ao levantamento topográfico, maximizar o uso da terra e auferir maiores lucros. Destaca que essa disseminada

atividade urbanística, apesar de não produzir elementos inovadores, consolidou a tradição luso-brasileira em que a praça se estabelece como um importante ponto de referência. Em relação a este aspecto, indica quatro principais tipos básicos de relacionamento do traçado com as praças, como se apreende pela FIGURA 1.10, umas das poucas variações na regularidade.

Ainda considerando a variação do desenho, indica que a relação do plano com a ferrovia configura-se em outro elemento de destaque. Aponta as variações possíveis: quando a cidade é planejada com antecedência à vinda da ferrovia; quando a ferrovia já existe; e quando a ferrovia corta a cidade já implantada. Em geral, “very few plans integrated the urban scheme and railroad cohesively” (SILVA, 1988, p. 175), como salienta a FIGURA 1.11. Em conclusão,

The town design in the northwestern region would be more or less the same for all towns. The unimaginative gridiron plan was usually the basis for the street layout. Some minor variations such as street widths or a square differentiated one town from another on paper, but actually in outlook all frontier towns resemble each other and dullness seems to be their main characteristic.

The gridiron was the most viable option for the surveyor. It calls for little topographical work, easy survey, and depending on the topography, little land leveling. The gridiron plan also made the selling process easy, since lots had the same size, and prices varied only according to location. The founder wanted an economical plan that provided him with a better and quicker return on his investment. Moreover, the gridiron plan made easier later urban expansions. All someone had to do was to duplicate the original layout. (SILVA, 1988, p. 171)

FIGURA 1.10 ESQUEMAS DE IMPLANTAÇÃO DAS PRAÇAS NOS PLANOS URBANÍSTICOS NA FRONTEIRA NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO Fonte: SILVA (1988), p. 176-178

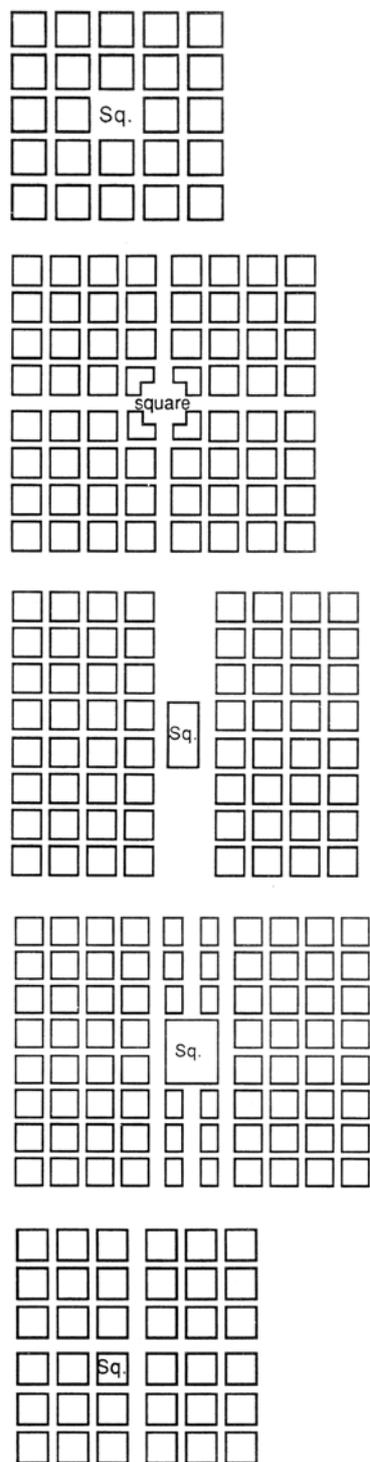
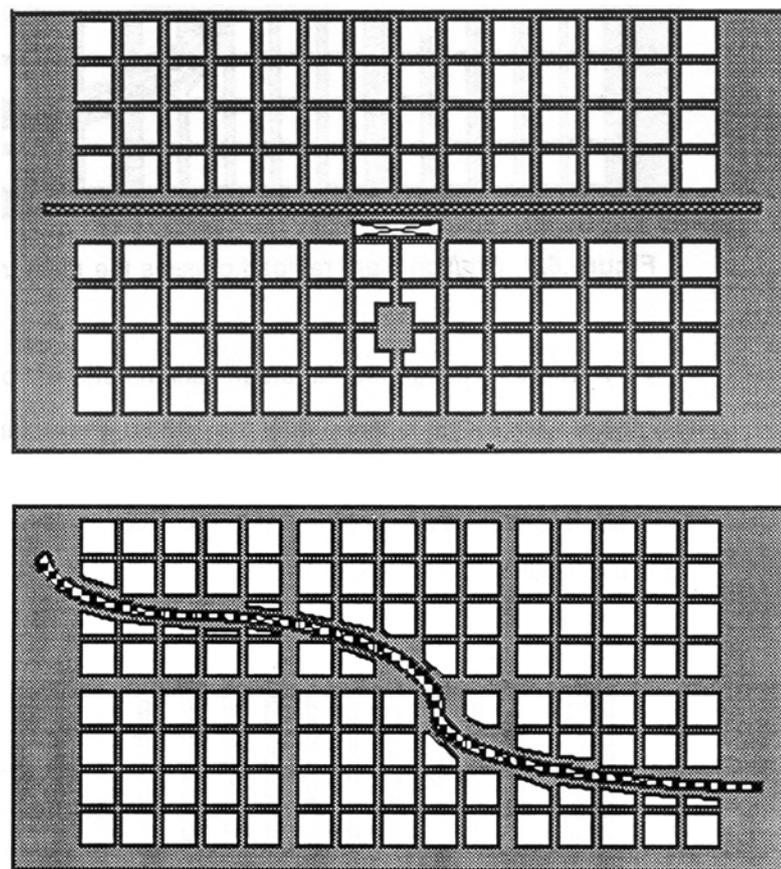


FIGURA 1.11 ESQUEMAS DE IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NOS PLANOS URBANÍSTICOS NA FRONTEIRA NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO Fonte: SILVA (1988), p. 174-175



Contudo, a afirmação de que a grelha foi empregada sem imaginação e que torna o trabalho de planejamento, medição e venda mais fácil pode esconder também a predileção por certa regularidade na mentalidade dos fundadores, uma vez que a cidade de forma “irregular” poderia lembrar cidades sem planejamento, sem o traço, o controle humano. Ademais, a autora salienta outros procedimentos, em que o fundador também influenciava o planejador, dependendo de sua riqueza e experiência de vida urbana: “the town founder set generic guidelines for what he considered important in the town. He explained his ideas to the planner, and the latter translated those ideas into the design of the town” (SILVA, 1988, p. 172 – 173).

Interessante aspecto salientado concentra-se nas exceções. Dessa forma, assinala que o desenho de algumas cidades apresentava-se mais cuidadoso; as idéias do exterior, que vinham influenciando alguns

arquitetos, alcançariam as cidades de fronteira, como nas cidades de Panorama e Paulicéia, aquela exposta na FIGURA 1.12: “the use of exclusive residential zones surrounded by parks and lake vistas, the differentiated land uses, the greenbelts, and the monumental avenues terminating at some important focal point, were all borrowed from twentieth century design theory and planning models” (SILVA, 1988, p. 172). Pondera, todavia, que tal situação poderia ser usada como forma de atração de compradores, criando a impressão de futura prosperidade, quando a região não apresentava atratividade, sobretudo em razão das comunicações.

O estudo de Ghirardello (2002), por sua vez, detém-se sobre a região formada pelo avanço da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Expõe as particularidades de sua ocupação, com a ferrovia antecedendo a produção agrícola, a marcante ilegalidade da posse da terra e a estreita relação entre a companhia ferroviária e os coronéis, principalmente Manoel Bento da Cruz (1875 - 1929), sócio-fundador da “The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company”, cuja influência política impulsionaria o parcelamento rural e urbano da região. Demonstra que o processo de fundação das cidades tornar-se-ia eminentemente laico e, especificamente sobre o desenho de algumas cidades, originadas a partir das estações ferroviárias, salienta que o ponto em comum era o estabelecimento de traçados urbanos ortogonais orientados pela esplanada da estação ferroviária, implantada à meia encosta de um curso d’água e seguindo a topografia.

De ambos os trabalhos depreende-se uma leitura crítica, não aprovativa das soluções em grelha na fronteira paulista, ressaltando seu emprego por razões especulativas. A profundidade das análises dos planos é similar, em geral, voltada para o estudo do traçado. A extensão, no entanto, diferencia-se: enquanto a primeira autora investigou 44 (quarenta e quatro) cidades criadas na porção noroeste do Estado de São Paulo, o segundo autor descreveu certos elementos que

FIGURA 1.12 PLANTA DA CIDADE DE PANORAMA, ESTADO DE SÃO PAULO (DÉCADA DE 1950)

Fonte: SILVA (1988), p. 260

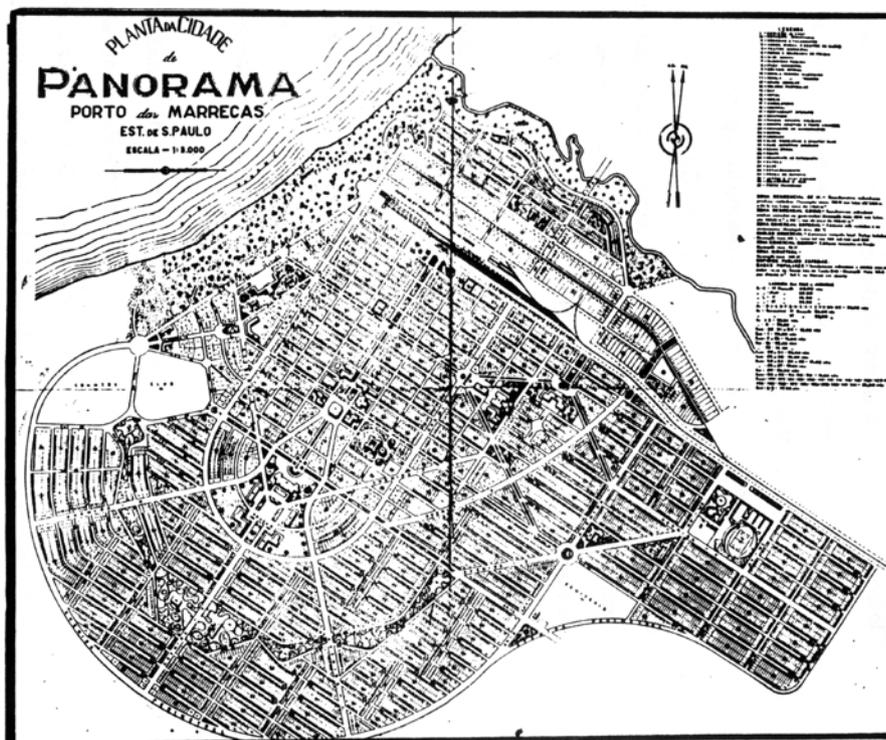
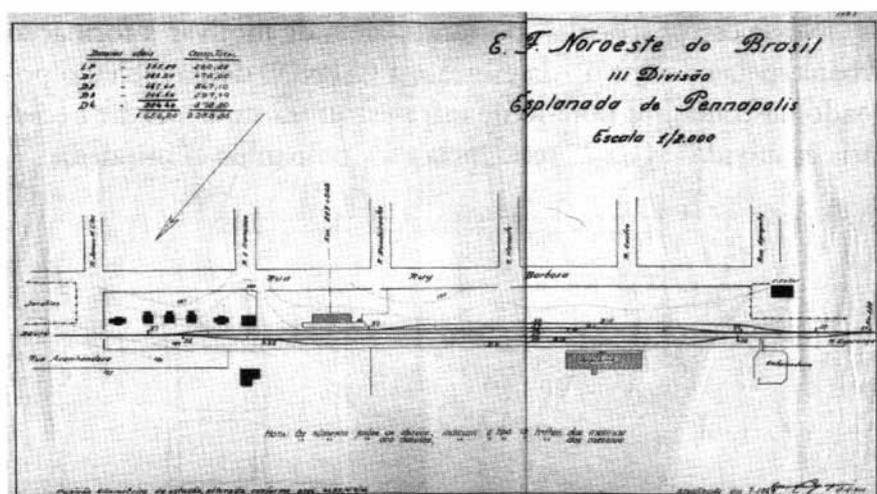


FIGURA 1.13 ESPLANADA DE PENÁPOLIS (1909): LEVANTAMENTO INICIAL DE 1936

Fonte: GHIRARDELLO (2002), p. 200



compõem a forma urbana de 10 (dez) cidades de um trecho da fronteira paulista. Portanto, ainda se carece de um estudo aprofundado da extensa experiência do oeste paulista. Os indícios de que o plano ortogonal converteu-se em recurso amplamente difundido, contudo, emergem dos dois trabalhos.

Mas a grelha também seria convocada para assentar a ortogonalidade nas novas cidades em outras áreas de fronteira. Das evidências apresentadas por Bowman (1931) e Reboratti (1990) sobre o alcance da fronteira na América Latina, um específico trabalho auxilia na construção de um preliminar enfoque. Hay (1984) discorrendo sobre a ocupação germânico-brasileira da colônia de Katueté, em terras paraguaias, salienta que a divisão espacial da gleba seguiu de perto o esquema efetivado no norte do Paraná pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Para o centro urbano, a aplicação de um plano rigidamente ortogonal com 32 “manzanas” (quarteirões) divididos em 16 lotes cada, cercados por 28 “chacras” (chácaras), como demonstra a FIGURA 1.15.

Embora faltem elementos para maiores conclusões, parece convincente que a grelha tenha sido empregada em outras frentes pioneiras no continente para além das aqui relatadas. Infortunadamente, poucos são os trabalhos que abordam de modo específico a questão urbana, fato que atenta para um possível campo de estudo transcontinental. Portanto, se comprovadamente instrumento indispensável e amplamente empregado na fronteira, que cumpre integralmente os objetivos para a sua predileção, poder-se-ia resumir sua inerente flexibilidade somente a serviço da especulação? Revelariam estes planos ortogonais outra essência senão à geralmente presumida? Observar o universo pioneiro da fronteira do café no norte do Paraná, assunto do próximo capítulo, pode revelar importantes indícios para a situação brasileira.

FIGURA 1.14 “PLANTA DA VILLA DE PENNÁPOLIS” (1909). Fonte: GHIRARDELLO(2002), p. 202

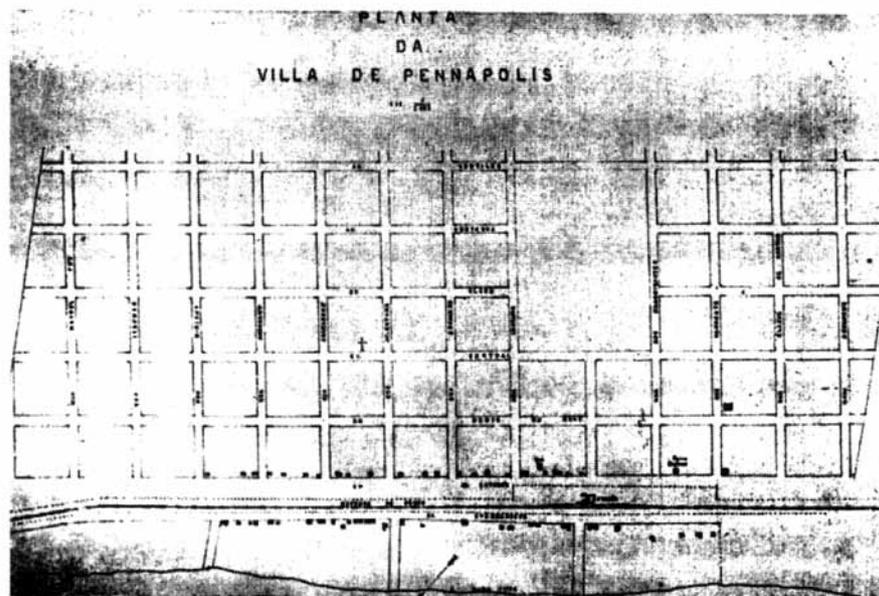
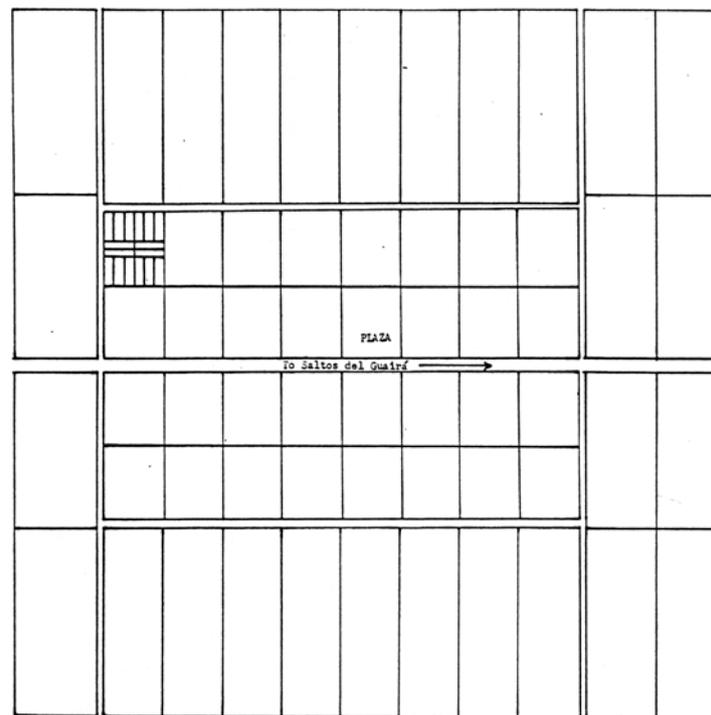


FIGURA 1.15 PLANTA DO NÚCLEO URBANO DA COLÔNIA DE KATUETÉ, PARAGUAI (1972).  
Fonte: HAY (1984), p. 26





PARTE II

# *o modo*

## CAPÍTULO 2

# O UNIVERSO PIONEIRO DO NORTE DO PARANÁ

**TUDO É ALVOROÇO, TUDO É CONFUSÃO, TUDO É DINAMISMO**  
[PIERRE MONBEIG, EM 1952]

**A extensão territorial** corriqueiramente considerada como norte do Paraná começou a ser desígnio de interesse exploratório quando ainda nem mesmo o que se entende por Paraná existia oficialmente, pois seria somente aos 19 de Dezembro de 1853 que a 5ª comarca da Província de São Paulo obteria sua emancipação política. Wachowicz (1987) evidencia os movimentos iniciais que, desde o início da década de 1840, concorreram para a efetiva ocupação do “Norte Pioneiro”. Um partindo de Curitiba, pelas iniciativas de João da Silva Machado, em breve futuro 1º Barão de Antonina, que resultaram na fundação da Colônia Militar de Jataí (em 10 de Agosto de 1855, mas criada pelo Decreto Imperial 751 de 2 de Janeiro de 1851) e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara (1855) e São Jerônimo (1859). O outro, pela chegada de fazendeiros e tropeiros provenientes da Província de Minas Gerais atraídos pela fertilidade do solo, que se instalando nas terras próximas aos rios Itararé e Cinzas, afluentes do Paranapanema, fundariam seus núcleos, utilizando-se da terra para o cultivo e a criação diversificados. Ambos os movimentos se aproximavam pela intenção: conquistar terras, uma “fome por latifúndios”. Portanto, “a sociedade que surgiu no Norte Pioneiro a partir do século XIX apresentava de modo geral, as mesmas características da paulista e mineira dos tempos coloniais, i.é., patriarcal, escravocrata e latifundiária” (WACHOWICZ, 1987, p. 95).

Contudo, torna-se imperioso ressaltar que esse incipiente movimento experimentava as dificuldades de sua primazia. Consoante Cancian (1977, p. 208), embora se plantassem cafeeiros, não se pode afirmar que o objetivo era a produção em grande escala, como já ocorria em São Paulo: “Não bastava a presença da ‘terra roxa’, nem preços favoráveis, faltavam ainda infra-estrutura, mão de obra e mercados capazes de absorver a produção regionalmente, à falta de meios para atingir mercados externos.” Mais algumas décadas seriam necessárias para que a iniciante e irrisória produção dessa fase pudesse ser considerada à luz da produção nacional. Como advertiria Tomazi (1997, p. 165 – 167), o processo de (re)ocupação<sup>1</sup> do norte do Estado do Paraná e a expansão da cafeicultura não podem ser entendidos como um simples prolongamento da expansão cafeeira do Estado de São Paulo, mas sim como um processo concomitante. Com dados que demonstram o contraste entre a produção de café paulista, paranaense e brasileira, Padis (1981, p. 124) evidencia que a produção do Estado de São Paulo só seria ultrapassada pela do Paraná em fins da década de 1950. Entrementes, a febre de cultivo do “ouro verde” propagou-se pelo território e dinamizou a capitalização em diversas formas, sobremaneira, pela divisão da terra em glebas e lotes urbanos. Compreender as especificidades da cafeicultura no ambiente pioneiro do norte do Paraná torna-se, assim, imperativo para este trabalho.

Ao mesmo tempo, um outro aspecto deve ser considerado em particular: a política agrária paranaense e sua influência no processo de povoamento das terras. Tanto para Cancian (1977) como para A. Lopes (1982), o papel do governo estadual foi essencial, através de várias ações diretas e/ou indiretas, promovendo a colonização de uma vasta extensão de terras não ocupadas pela agricultura de base comercial. Se inicialmente essas medidas não surtiriam o efeito direto desejado – o povoamento do território –, um novo momento se estabeleceria com a atração exercida pela possibilidade de cultivo do café. A expansão da “frente pioneira”

<sup>1</sup> Este autor faz importante distinção entre o processo de ocupação - “o longo caminho percorrido por povos que ocuparam a região, hoje situada no norte do estado do Paraná, desde a (sic) milhares de anos e que utilizavam todo este território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades” - do processo de (re)ocupação das terras - “o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar estas terras, consideradas ‘vazias’, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil”. (TOMAZI, 1997, p. 10 – 22). Neste trabalho, quando se utilizam as expressões “ocupação” e “povoamento”, não se pretende negar a história dos povos anteriores ao processo de apropriação do território pelo movimento da fronteira.

impulsionaria empreendedores privados para a efetiva ocupação comercial do território norte-paranaense, caracterizando mais um período no longo caminho da cafeicultura no Brasil. Estes dois aspectos, cafeicultura e colonização, transformariam a paisagem, a economia e a mente dos homens que, de algum modo, participaram desse processo de extensão da fronteira agrícola. Esse é o universo particular que se pretende captar, concisamente, com este capítulo, que se inicia com os entendimentos referentes ao recorte espacial e o processo de avanço do fenômeno da fronteira.

## 2.1. O “NORTE DO PARANÁ” COMO RECORTE ESPACIAL

De início, uma advertência: a expressão “norte do Paraná” requer especial atenção e algum cuidado. Sua aplicação esconde procedimentos metodológicos de diferentes matizes e variados objetivos. Por isso, ao passar dos anos, vários autores, de diversos campos disciplinares, já se debruçaram sobre esse “território” e alertaram para as dificuldades de sua delimitação. Em geral, apontam “diversidades”, “contradições”, “distorções”, “mutações”, etc. Inicialmente, Padis (1981, p. 83 – 85), em sua tese de doutorado defendida em 1970, já alertava para o problema das “diferentes premissas fixadas” por alguns autores. Nakagawara et al (1981), cujo objetivo do trabalho centra-se na construção de um método para abordar as questões agrárias e urbanas, ao listarem algumas delimitações previamente adotadas, advertem:

Embora a expressão Norte do Paraná procure caracterizar uma certa unidade demográfica, econômica, política e fisiográfica, é preciso que se reconheça que não existe essa ‘certa unidade’ ou homogeneidade. A diversidade começa pelo termo. Para uns, é um limite base para servir como objeto de estudo, para outros é uma referência sem muita caracterização ou especificidade. [...] (NAKAGAWARA et al, 1981, p. 99)

Suas contribuições reverberaram na estrutura dos questionamentos presentes nos trabalhos de Tomazi (1989, 1997), sobretudo quando nesses se apontam alguns “erros” comumente cometidos para definir a região. Assim, na tese de doutorado do referido autor, ao questionar a sustentabilidade do discurso “norte do Paraná”, uma “construção ideológica e fantasmagórica”, sentencia-se:

Até hoje, ainda não há um consenso sobre quais são os limites da região situada ao norte do estado do Paraná e inúmeras são suas subdivisões. Mesmo com toda a diversidade existente e sem um consenso sobre a definição de

sua territorialidade, continua-se a falar na região norte paranaense como se houvesse uma unidade indissolúvel, elemento essencial do discurso “norte do Paraná”. (TOMAZI, 1997, p. 128)

Estes exemplos alertam que o assunto suscita controvérsias. Pois quais seriam então as perspectivas sobre o “norte do Paraná”? Procurar-se-á aqui elaborar uma pequena síntese dessa discussão na medida em que através dessas contribuições possa se vislumbrar perfeitamente a extensão do fenômeno a ser analisado, pois segundo Adum (1992, p. 44),

As conceituações/delimitações [...] dão conta de exemplificar a diversidade bem como a dificuldade de precisar o que seria a região norte do Paraná e, ao mesmo tempo, dão mostras da historicidade do conceito enquanto construção associada a determinadas conjunturas, perspectivas e interesses.

Portanto, como bem adverte essa autora, antes de descartá-las, faz-se mister entender quais as problemáticas que procuravam discutir, quais as “representações ligadas a interesses e temporalidades múltiplas”, a fim de não aceitar o recorte regional como “coisa dada, pronta, aceita e acabada” (ADUM, 1992, p. 39). Especificamente para esta pesquisa, a delimitação de um território torna-se fundamental, pois se configura como o alicerce do trabalho de campo.

### 2.1.1 Entre a Geografia e a História

Basicamente, três eixos de contribuição podem ser circunscritos: a contribuição da geografia seria o primeiro, no qual as questões fisiográficas figuram mais proeminentes. Os que enxergam o movimento de choque dos fluxos de povoamento, distintamente formado por historiadores, o segundo. O último, uma tentativa crítica de incorporar vários fatores para a sua delimitação.

#### 1. O PARALELO 24º

Nesse âmbito, a contribuição original do geógrafo francês Pierre Monbeig revela-se importantíssima. Em seu artigo *A zona pioneira do Norte-Paraná*<sup>2</sup> já esboça uma perspectiva que mais

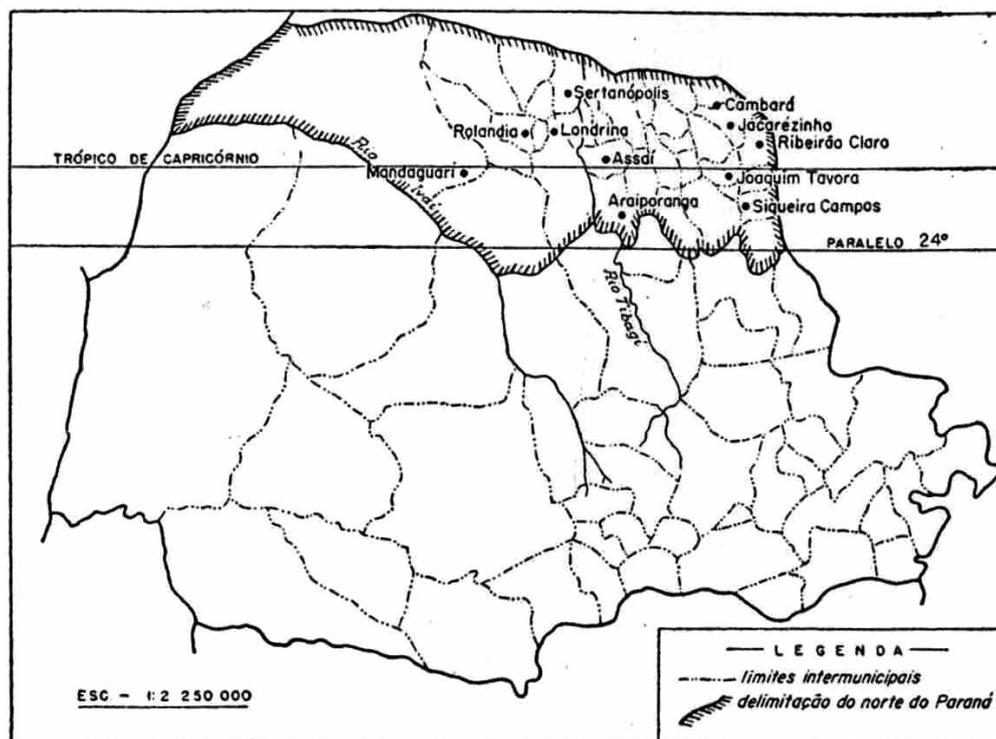
<sup>2</sup> Este artigo, que foi publicado originalmente em 1935 e republicado em 1940 e em 1945, é o primeiro trabalho de Pierre Monbeig sobre o Brasil, ainda quando recém chegado na “segunda missão francesa” no mesmo ano (SALGUEIRO, 2006, p. 303).

adiante, em sua tese de doutorado, apresentada em 1950 e publicada em 1952 na França, *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo*, se consolidaria: a de que o Norte do Paraná configura-se como o extravasamento do movimento pioneiro paulista, reconhecendo-se uma “certa unidade geográfica”. Nas suas palavras, “[...] uma região que – se bem que pertença administrativamente ao Estado do Paraná – não deixa de ser de fato uma região de economia paulista” (MONBEIG, 1945, p. 11).

De certa forma, a influência dos escritos de Pierre Monbeig pode ser sentida em muitos trabalhos posteriores<sup>3</sup>. Em razão de sua atividade como pesquisador e professor, sua ascendência iria se refletir, sobretudo, nos trabalhos dos alunos e mestres que adentravam no recém-fundado curso de geografia da Universidade de São Paulo (AB’SÁBER, 1994; SALGUEIRO, 2006).

A década de 1950 seria profícua em publicações sobre o fenômeno do avanço da fronteira agrícola no Paraná. A tentativa de enquadramento dessa região passa a considerá-la sob seus aspectos fisiográficos, dada as circunstâncias favoráveis ao cultivo do café, “sem grandes riscos”. Sob essa ótica, alguns geógrafos defendem que o limite meridional para a região seria o paralelo 24° Sul. Nilo Bernardes (1952a, p. 52; 64) apresenta o avanço do povoamento do Paraná em mapa “preliminar” (FIGURA 2.16), que se encerra em 1950. Neste, ao apontar

FIGURA 2.1 NORTE DO PARANÁ Fonte: CAMBIAGHI (1951/1952), p. 6.



as particularidades desta expansão, defende que o norte do Paraná poderia ser entendido como uma “frente pioneira”, limitada “grosso modo” pelo referido paralelo.

Outros trabalhos iniciais seguiriam o mesmo raciocínio, como o de Cambiaghi (1951/1952, p. 6) e o de Müller (1956). Cabe ressaltar que a influência dessa delimitação seria percebida até tempos recentes (LUZ, 1999). Nestes trabalhos transparece a correlação do café-território, acentuando o aspecto fisiográfico da divisão regional (FIGURA 2.1). Em especial, com a intenção de construir um “trabalho de síntese de caráter regional”, Müller (1956) reitera o norte do Paraná como um “capítulo da vida paulista, mas em território paranaense”. Preocupada em determinar o melhor critério para a delimitação para a região, atenua a influência dos solos para também defender o clima como fator decisivo, como se apreende na FIGURA 2.2.

Cabe destacar que esta autora, ao definir o “limite climático do café”, apóia-se nas pesquisas de Reinhard Maack (1892 – 1969), cuja obra, nesse momento, desvendava diferentes campos das Geociências no Paraná. Para Ab’Sáber (2002, p. 36 – 37), o trabalho do pesquisador se constitui em atividade de fôlego, “ultrapassando em nível de tratamento e volume de

<sup>3</sup> Dentre tantos, destaca-se os que abordam o Estado do Paraná em suas pesquisas de campo durante a década de 1950: o casal de geógrafos Nilo Bernardes (1952a) e Lysia C. Bernardes (1953) e Nice L. Müller (1956).

## CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

FIGURA 2.2 NORTE DO PARANÁ - PRODUÇÃO DO CAFÉ, 1950 Fonte: MÜLLER (1956), p. 56.

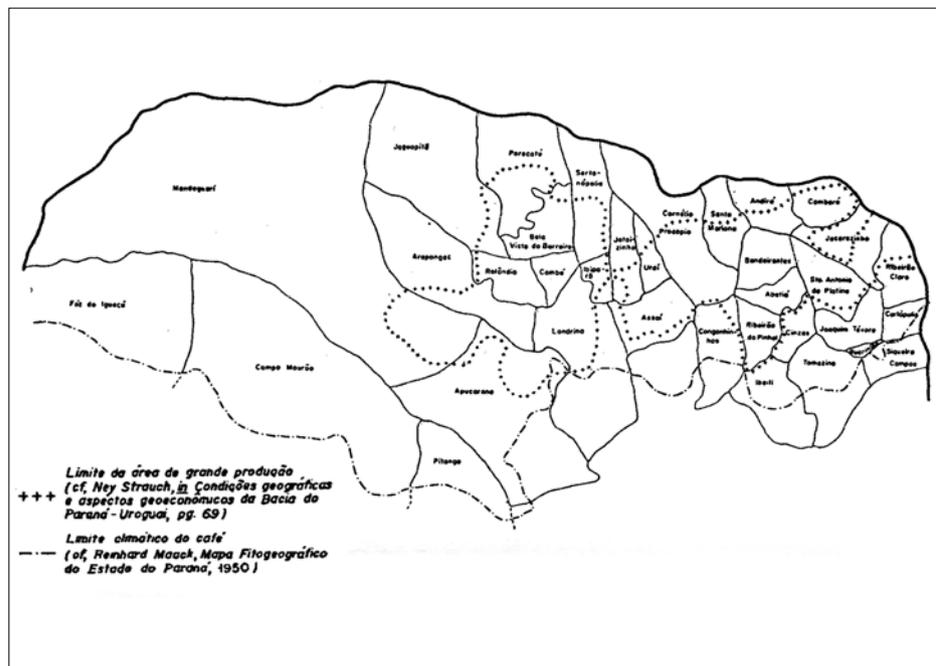


FIGURA 2.3 ESBOÇO DEMONSTRATIVO DAS REGIÕES GEOGRÁFICAS NATURAIS DO ESTADO DO PARANÁ Fonte: MAACK (2002), p. 110.



conhecimento a tudo o que havia sido escrito sobre a metade sul do Planalto Brasileiro, até aquele momento”. Aquele autor, anos adiante, apresentaria uma importante subdivisão do Estado do Paraná no livro *Geografia Física do Estado do Paraná* (1968), no qual clima (latitude e altitude) e hidrografia são as bases para a definição das grandes regiões de paisagens naturais, demonstrado na FIGURA 2.3.

No entanto, Ab’Sáber (2002, p. 38 – 39) e Costa (1989, p. 68) advertem para o modelo “defeituoso”, “ultrapassado” e “não muito bem acabado” apresentado nas considerações introdutórias do livro, onde o mapa ao lado é descrito.

[...] De resto, os tópicos iniciais todos foram feitos com certa pressa, impropriedade e falta de atualização metodológica, não devendo ser tomados como exemplos de posicionamento de um território estadual no conjunto dos domínios morfoclimáticos, ecológicos e fitogeográficos brasileiros. Justificamos sua presença no livro como uma tentativa a posteriori de moldar os tratamentos setoriais sobre o clima, a cobertura vegetal e os sistemas hidrográficos que formam o tripé da estrutura básica de seu importante livro. (AB’SÁBER, 2002, p. 39)

Portanto, em resultado,

Pode-se dizer que os geógrafos ‘pedagogizaram’ a ótica da identidade regional pela localização espacial vulgarizando-a, no interior da academia, de tal modo que a maioria dos pesquisadores posteriores tomaram (sic) o discurso ‘norte do Paraná’ como um dado, sem a necessidade de fazer qualquer discussão crítica. (TOMAZI, 1997, p. 242)

Torna-se importante destacar, como contraponto a esse limite “climático do café”, trabalhos que apontam para outra energia: a força econômica que impinge o café adiante. Magnanini (1956), ao demonstrar que o plantio se efetiva em diversas regiões no país, às vezes até mesmo adversas ao seu cultivo, defende que a cultura cafeeira persegue a dinâmica econômica sobrepondo-se às limitações físicas, situando a principal região produtora, “grosso modo”, entre os paralelos 19° e 25°.

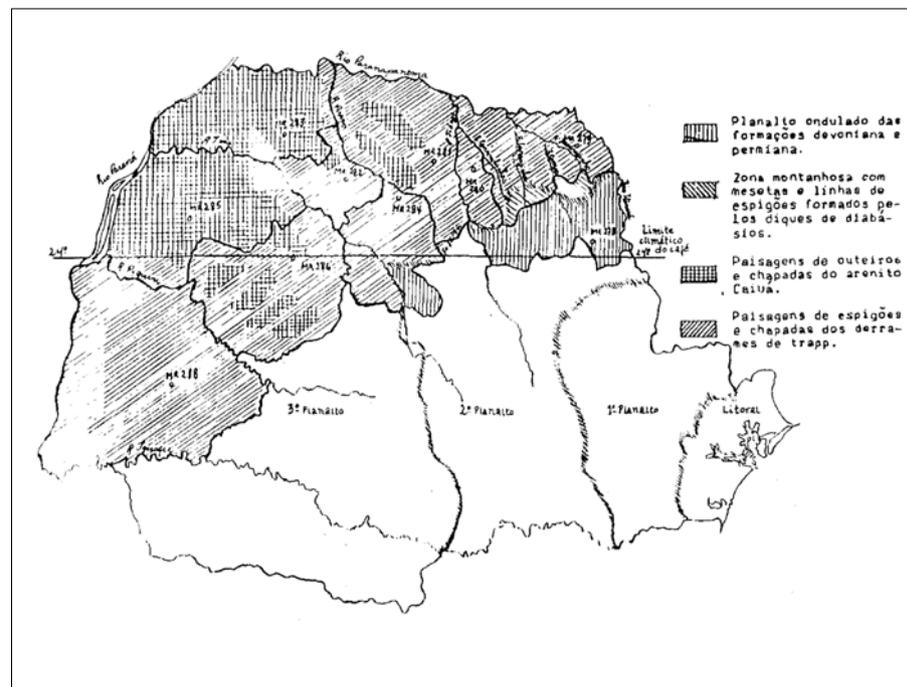
Dada, entretanto, a tolerância do cafeeiro, como planta perene a certos elementos do clima e, também, graças à prática do sombreamento dessa cultura, difundida em algumas regiões, foi possível a extensão da sua lavoura independentemente das condições climáticas. O plantio do cafeeiro no país não obedeceu, aliás, a nenhum plano com base no conhecimento prévio do clima. O grande valor econômico desse arbusto é que motivou o intenso desdobramento das áreas cafeeiras. O fator econômico foi, portanto, o preponderante no desenvolvimento e expansão da cafeicultura. (MAGNANINI, 1956, p. 139)

Tal fato já havia sido alertado por Pierre Monbeig, quando assinalava que embora se deva considerar as influências dos elementos naturais, seriam os mecanismos econômicos que explicariam o deslocamento da fronteira.

[...] Quanto às diferenças climáticas, suas nuances não são suficientes para impedir o movimento. Ao contrário, a fertilidade ou o esgotamento do solo são suscetíveis de atuar fortemente, pois o atrativo representado por altos rendimentos na agricultura, assim como o decréscimo de produção são decisivos. [...] Não parece possível, portanto, fixar as etapas da marcha do povoamento a partir das condições naturais. (MONBEIG, 1984, p. 166)

Barthelmess (1957, p. 41), abordando os aspectos geoeconômicos do Estado do Paraná, assinala a “excessiva impetuosidade do avanço do café”. Cancian (1977), em seu trabalho de doutorado sobre a cafeicultura paranaense, também viria a explorar a tese do “limite climático” ao paralelo 24° para delimitar a “região cafeeira”, ainda que aponte o seu extravasamento para o extremo oeste paranaense, como se observa na FIGURA 2.4.

FIGURA 2.4 O PARANÁ CAFEIEIRO Fonte: CANSIAN (1977), p. 43.



Padis (1981, p. 84 – 85) descarta os “frágeis critérios” de delimitação construídos exclusivamente sob os caracteres fisiográficos, tanto a versão apoiada na pedologia, na extensão das terras roxas, “pois nem as exatas dimensões dessas manchas eram ainda perfeitamente conhecidas, nem a região norte é totalmente dotada deste tipo de solo”, assim como a versão apoiada no tipo de clima. Considerando o aspecto econômico, ressalta:

Embora muitos autores sejam mais ou menos concordes em ver no paralelo 24, o limite inferior máximo da caminhada do café, as vantagens econômicas que este produto oferecia, levaram a uma ampliação, cada vez maior, da área cultivada ultrapassando, de muito, esse limite geoclimático, apesar dos riscos de quedas bruscas de temperatura e da eventual perda parcial ou total das colheitas ou até, das próprias culturas. Tais foram o ritmo e o volume dessa expansão que o café chegou a ser plantado além do paralelo 25°. [...] (PADIS, 1981, p. 85)

Para esse autor, esses critérios não seriam excludentes. “Portanto, à região física – isto é, à unidade geográfica, determinada especialmente pelos fatores climáticos, pedológicos e hidrológicos – deve-se associar a região econômica, caracterizada pela relativa homogeneidade da estrutura ocupacional da população ativa” (PADIS, 1981, p. 85). Apresenta um mapa (FIGURA 2.5), a partir da divisão político-administrativa do Estado em 1965, incorporando 172 municípios a essa região.

De forma mais consistente, Mesquita e Silva (1970), em trabalho que procuram experimentar uma metodologia específica para identificar “regiões de produção agrícola”, elaboram análises identificando a hierarquia, a diversificação, a concentração e a combinação das culturas para o ano de 1965. Por esse estudo revela-se o ímpeto econômico do café no território paranaense, quando ocupa, mesmo que não de forma concentrada e combinada, áreas até então desacreditadas pelos estudos anteriores: pela metodologia desenvolvida pelo geógrafo norte-americano John C. Weaver (1915 - 1995), as autoras demonstram que o “limite das combinações com o café” ultrapassaria o paralelo 25° S. Através da divisão em que definem 18 regiões caracterizadas pela homogeneidade dos aspectos da produção agrícola, ter-se-ia mais uma contribuição para um possível recorte regional, conforme se apreende na FIGURA 2.6. Segundo as autoras,

Essas regiões foram agrupadas num nível superior de sete grandes regiões, onde foram levadas em conta as características ligadas ao processo de povoamento, as diferentes formas de utilização da terra, o desenvolvimento da economia agrícola e o grau de estímulo que recebem das forças de estruturação e orientação da economia agrária regional e nacional. (MESQUITA e SILVA, 1970, p. 28)

Cabe destacar que as autoras salientam a região 07 de Campo Mourão como “de transição” entre o Norte e o Oeste paranaense, assim como, na região 12 de Cascavel – Foz do Iguaçu dar-se-ia o encontro das penetrações do Sul e do Norte (MESQUITA e SILVA, 1970, p. 29 – 37).

Contudo, a associação entre a cultura cafeeira e a Região Norte do Estado ainda reverberaria posteriormente, como apontam Nakagawara et al (1981, p. 98) e Adum (1992, p. 44) no estudo do executado pela *Assessoria Técnica do Instituto Brasileiro do Café – Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura* (IB-CERCA) em 1972, quando novamente se define a “linha da geada” no paralelo 24° S como limite máximo dessa cultura agrícola (FIGURA 2.7). Porém, como questionam

FIGURA 2.5 ESTADO DO PARANÁ - REGIÃO NORTE - 1965 Fonte: PADIS (1981), p. 87.

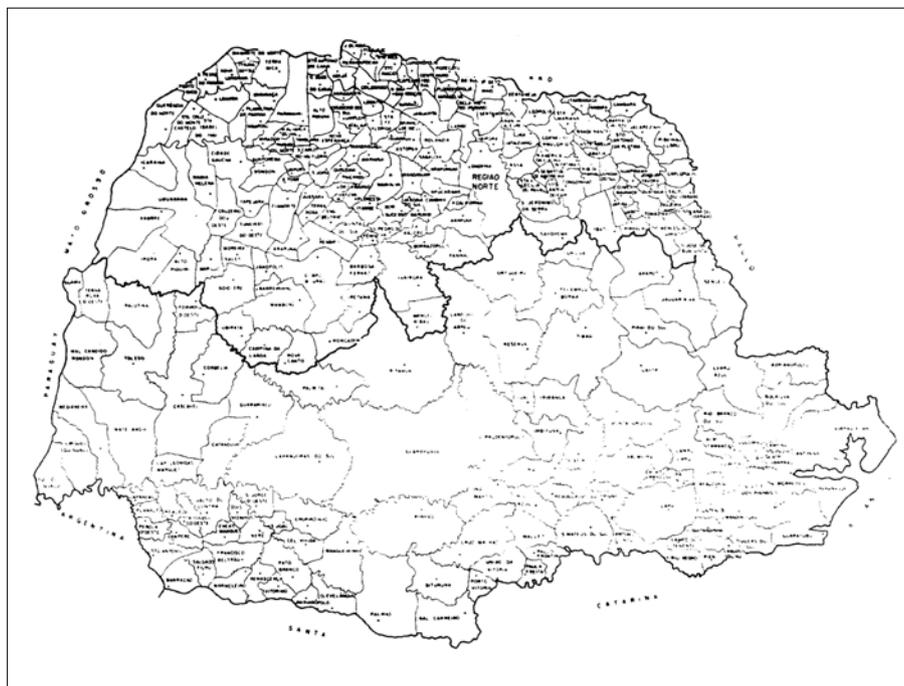
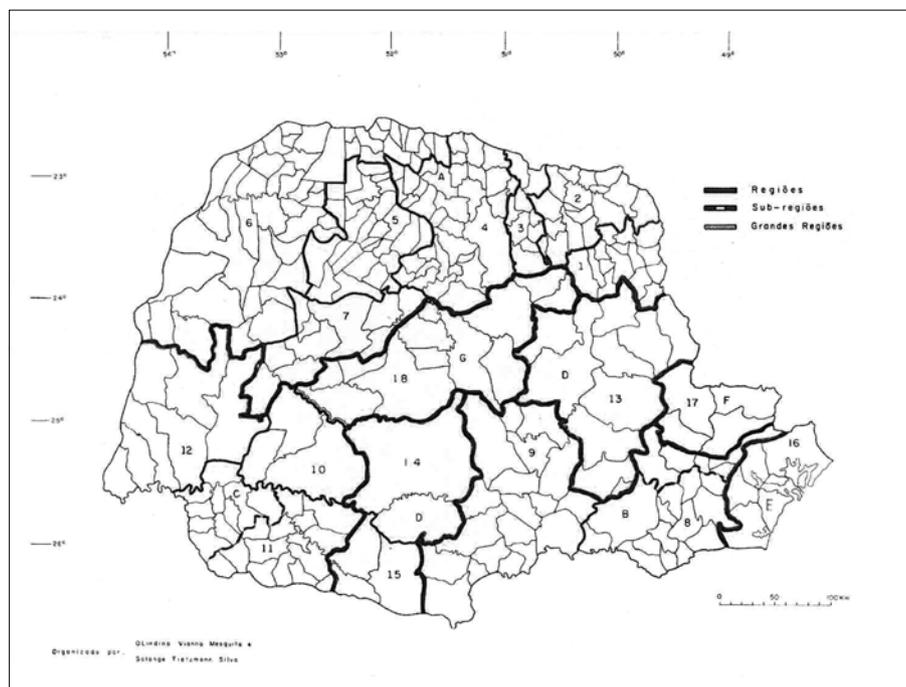


FIGURA 2.6 ESTADO DO PARANÁ – 1965 - REGIÕES AGRÍCOLAS Fonte: MESQUITA E SILVA (1970), separata.



Tomazi (1997, p. 128) e Nakagawara et al (1981, p. 98), a determinação do limite da cultura cafeeira em pouco auxilia na delimitação do Norte do Paraná, uma vez que com o declínio desta e a difusão de outras culturas agrícolas a necessidade de revisão desse critério o tornaria inválido e pouco funcional.

Ressalta-se, entretanto, que Nilo Bernardes, um dos primeiros difusores da hipótese do limite ao paralelo 24° S, posteriormente, em extenso trabalho coordenado pelo IBGE – o XII volume da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, de 1964<sup>4</sup> - suavizaria sua hipótese inicial, ao afirmar que “sob o impulso habitual da especulação de que nossa economia cafeeira jamais se libertou, as lavouras vão sendo estabelecidas bem mais ao sul do Ivaí, às margens do rio Piquiri, no oeste paranaense. Ocupam território além dos limites que, há doze anos, se julgavam de arriscada transposição” (IBGE, 1964, p. 143). Sua análise, porém, avança para um outro ponto de vista: as “diferenciações da paisagem cultural” entre os “estilos de povoamento” no Paraná. No entanto, tal perspectiva já vinha sendo desenvolvida paralelamente por outra linha de pesquisadores.

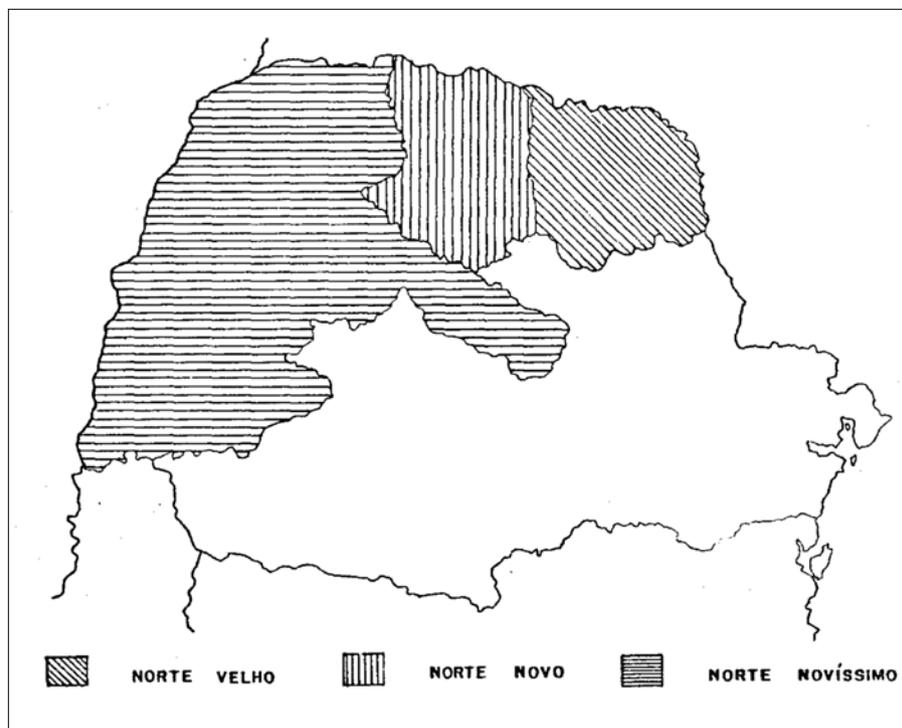
## II. OS “TRÊS PARANÁS”

Este segundo grupo de contribuições atém-se ao “choque das ondas de povoamento”, que traz em seu bojo as contribuições teóricas do historiador Brasil Pinheiro Machado (1907 – 1997). Seu artigo fundador, *Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná*, originalmente publicado numa separata do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, em 1951, expondo suas influências, destaca a obra do pesquisador alemão Karl Friedrich Philipp von Martius

<sup>4</sup> Para Almeida (2004, p. 411), essa coleção de 36 volumes faz parte de um conjunto de obras geográficas de referência produzidas pelo IBGE. Seriam “marcos fundamentais, representados pelas publicações de obras de pesquisa sistemática, ligando Estatística, Geografia e Cartografia que informavam pela primeira vez em abrangência nacional, aspectos até então desconhecidos em território nacional na escala municipal”.

FIGURA 2.7 NORTE DO PARANÁ BASEADO NA MARCHA DA OCUPAÇÃO CAFEIEIRA

Fonte: IBC apud ADUM (1992), anexo 6.



(1794 – 1868), no que tange o entendimento da história pela “justaposição de várias histórias regionais” e do estudioso brasileiro João B. Ribeiro de Andrade Fernandes (1860 - 1934), seguidor de K. F. P. von Martius e defensor da teoria de que “células fundamentais que se multiplicam e formaram o tecido do país” (PINHEIRO MACHADO, 1987, p. 179 – 181). Assim, o Paraná, “um capítulo da história regional do Brasil”, deveria sua formação pela existência de múltiplos estímulos que se chocariam em sua expansibilidade, resultando em uma “comunidade”, de “individualidade distinta”. Consoante Brephohl (1981), esse seu trabalho seria um “primeiro momento de tal modelo explicativo”. Assim,

De influência positivista, em 1951, Brasil P. Machado se liga às idéias de Martius e João Ribeiro, quando deles parte para entender que a história do Paraná é o resultado de três expansões diferenciadas, que resultam nas três conhecidas comunidades paranaenses. Estas são responsáveis pela ocupação territorial do estado, mas importam também na formação da estrutura social-econômica que ali se constituiu. (BREPOHL, 1981, p. 16)

## CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

Em desdobramento dessa perspectiva, em 1968 é publicado o artigo *Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno*. Dentre seus autores, Brasil Pinheiro Machado, agora unido a outros professores da Faculdade de Filosofia Universidade Federal do Paraná: Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana. Nesse artigo, enfatizam os problemas relacionados com a ocupação da terra no Estado, sobretudo em decorrência dos dois “movimentos expansionistas” que contribuiriam para formar as três “comunidades paranaenses”.

Na década de 60, todo o Estado do Paraná está com seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação de gado, a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; a dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e pelos interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo; e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e pelos interesses históricos, se ligaram mais diretamente ao Rio Grande do Sul. [...] (BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN, 1968, p. 7 – 8)

Para ilustrar este encontro, os autores prepararam um mapa, expresso na FIGURA 2.8. Percebe-se, entretanto, que em tal representação não se configura uma “região” claramente. Contudo, outro representante deste grupo, também pertencente ao quadro da Universidade Federal do Paraná, o historiador Ruy Christovam Wachowicz, elaboraria uma versão iconográfica mais definida deste processo (FIGURA 2.9). O argumento é o mesmo: o choque das frentes de colonização no oeste do Estado, a “frente nortista” ou “frente cafeeira”, encontrando-se com a “frente sulista” e com a “frente sul-paranaense” ou “Paraná tradicional”. O Estado, conseqüentemente, poderia ser dividido em três áreas “histórico-culturais”, os “Três Paranás” (WACHOWICZ, 1986, p. 138 – 153; 1995, p. 267 – 271).

FIGURA 2.8 COMUNIDADES PARANAENSES - 1965

Fonte: BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN (1968), p. 7.

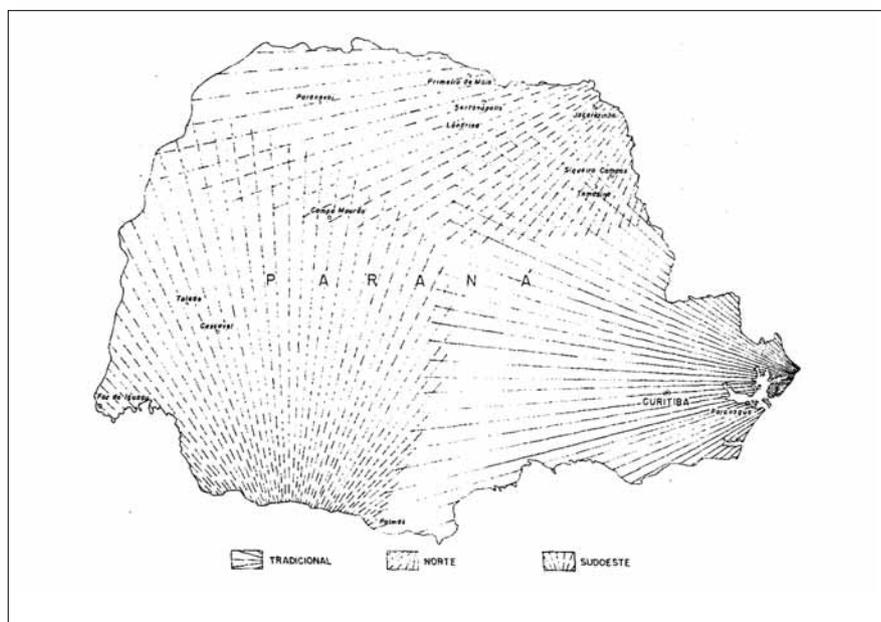
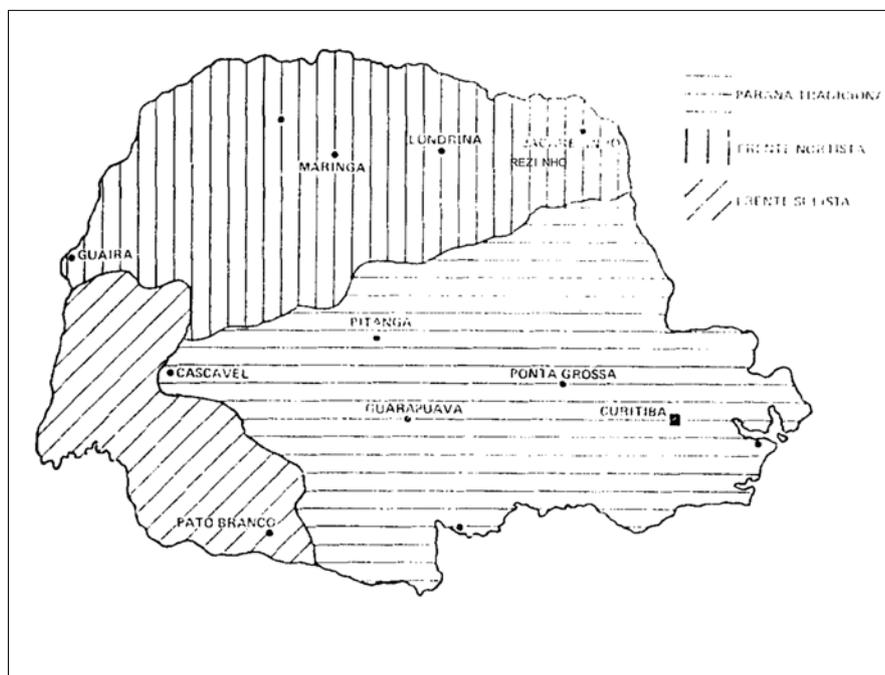


FIGURA 2.9 AS TRÊS FRENTES HISTÓRICO-CULTURAIS QUE OCUPARAM E COLONIZARAM O PARANÁ

Fonte: WACHOWICZ (1986), p. 271.



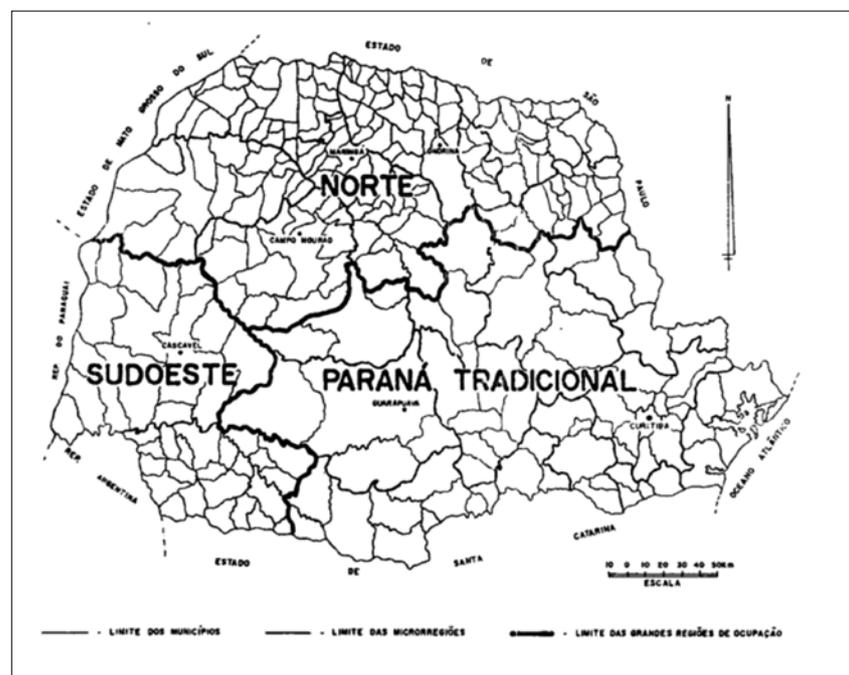
Visualmente mais definido que o anterior, este mapa apresenta a mesma concepção teórica defendida por Brasil Pinheiro Machado. Serra (1992), com o objetivo de aprofundar a análise do processo de ocupação das terras no Paraná, também apoiado nesse mesmo modelo de explicação histórica, apresentaria iconografia similar (FIGURA 2.10), porém apoiada em divisão político-administrativa do Estado situada entre os anos de 1960 e 1970.

Mais uma vez, entretanto, a obra de Pierre Monbeig mostra-se emblemática. Ao discorrer sobre as direções da franja pioneira em 1949, indicando o “avanço pioneiro paulista” sobre as terras paranaenses, salienta que se encontraria com outra corrente migratória dos “safristas” que vinham dos outros Estados do Sul do país.

Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os ‘safristas’ vindos do sul preferem os solos pobres do alto. [...] De uma ou de outra maneira, o problema do limite colocar-se-á em pouco tempo. (MONBEIG, 1984, p. 207)

De certa forma, como derivação dessa vertente, que considera a importância do avanço do povoamento na delimitação do território, muitos autores dividiriam o norte do Paraná em áreas específicas conforme uma seqüência histórica. Se já é possível perceber a denominação de “Norte Velho” para a porção nordeste do Paraná - aquela ocupada desde o século XIX nas proximidades dos rios Itararé e Cinzas - em textos da década de 1950 (BARTHELNESS, 1957, p. 42), a seqüência mais completa seria levada ao seu limite, a partir do final dos anos 1960, quando a fronteira praticamente já se esgotara, com a divisão do Norte do Paraná em “Norte Velho”, ou Pioneiro, “Norte Novo” e “Norte Novíssimo”. Presente na estrutura de diversos trabalhos<sup>5</sup>, com algumas diferenças, é geralmente entendida em razão do avanço da fronteira em direção ao oeste. Na obra publicitária encomendada pela maior companhia imobiliária que atuou no Estado<sup>6</sup>, assim são delimitados “Os três Nortes”:

FIGURA 2.10 PARANÁ: GRANDES REGIÕES OCUPADAS COM O DESLOCAMENTO DAS FRENTES PIONEIRAS  
Fonte: SERRA (1992), p. 64.



Essa região – definida pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri – abrange uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, dividida em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização (sic): o Norte Velho, que se estende do Rio Itararé até a margem direita do Rio Tibagi; o Norte Novo, que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a Oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; e o Norte Novíssimo, que se desdobra dessa linha até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 35)

Uma ilustração mais clara dessa divisão, com pequena divergência da descrição acima, está apresentada em Luz (1980), exposta na FIGURA 2.11. Contudo, ressalta-se a advertência assinalada por Tomazi (1989, p. 160) e Nakagawara et al (1981) acerca da divisão cronológica fundamentada na presença dessa companhia imobiliária. Ambos alegam que ao definir a história do Norte do Paraná antes, durante e depois da CTNP/CMNP, difunde-se mecanicamente um “mito” acerca da “ação civilizatória” da mesma.

<sup>5</sup> Dentre tantos, destacam-se: Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen (1968); Luz (1980); Wachowicz (1987); Cesário (1991); Serra (1992); Steca e Flores (2002).

<sup>6</sup> A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de capital majoritariamente inglês e fundada em 1925, seria adquirida por empreendedores brasileiros em 1944, e renomeada para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), em 1951. No presente trabalho, utiliza-se a sigla CTNP/CMNP para se referir aos empreendimentos de ambas as etapas, sem distinção por procedência do capital.

### III. AS DIVISÕES OFICIAIS

A nomenclatura adotada pela nova divisão do Brasil elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1969<sup>7</sup>, contribuiria decididamente para irradiar tais adjetivações de Velho, Novo e Novíssimo. De fato, as várias delimitações propostas pelo IBGE, a partir dos anos 1940, formam o cerne do terceiro eixo de estudos. Salienta-se, porém, que a esse grupo poderiam pertencer as várias outras divisões do Estado do Paraná formuladas ao longo do tempo por órgãos federais e estaduais, conforme mencionam Nakagawara et al (1981, p. 98–99), por razões estatísticas e/ou administrativas. Porém seriam as classificações elaboradas pelo IBGE as que mais se difundiriam, dada a possibilidade de comparação para além dos limites do Estado.

De acordo com Almeida e Abrantes (2004, p. 418), o trabalho de sistematização de Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906 – 1979), um dos grandes nomes pioneiros na estruturação do IBGE, é o marco inicial que possibilitou que as várias divisões regionais até então adotadas pudessem ser unificadas. No artigo *Divisão Regional do Brasil*, publicado na *Revista Brasileira de Geografia* em 1941, este autor salienta que a disparidade das divisões propostas, advindas de vários critérios e uma certa falta de “rigor científico”, causavam desordem na tentativa de se estudar o país. Dessa forma, defende que o conceito de “regiões naturais” seja o adotado para uma “única divisão regional prática” para o país (GUIMARÃES, 1941, p. 318 – 325). Em decorrência deste estudo inicial, instituiu-se um processo que culminaria na subdivisão do país em “zonas fisiográficas”, determinadas pela Resolução 143 de 6 de Julho de 1945. Contudo, essa divisão possui em sua gênese um conceito híbrido:

FIGURA 2.11 ESTADO DO PARANÁ: OS TRÊS NORTES Fonte: LUZ (1980), p. 89.

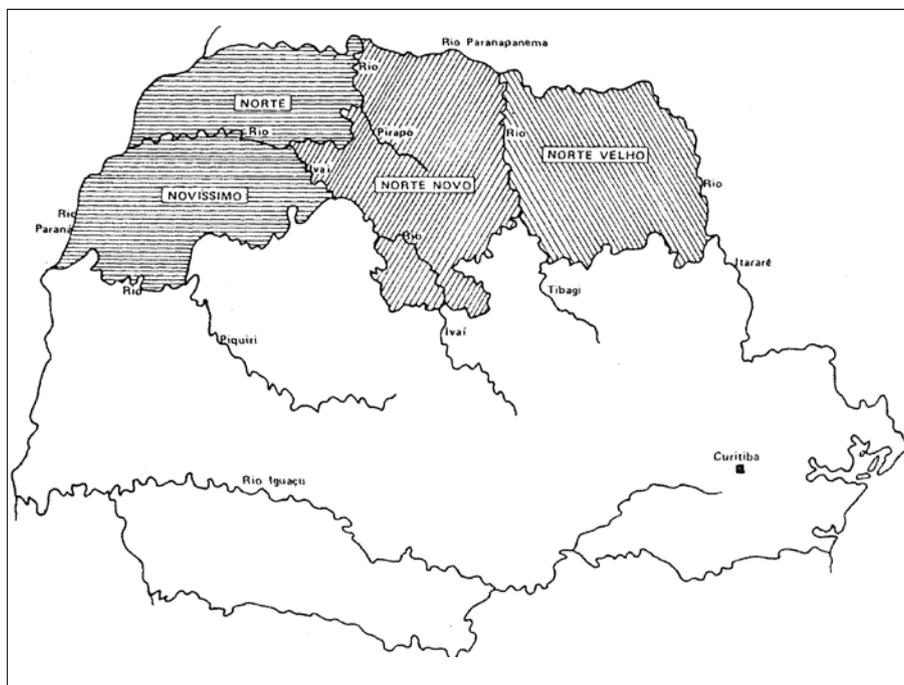
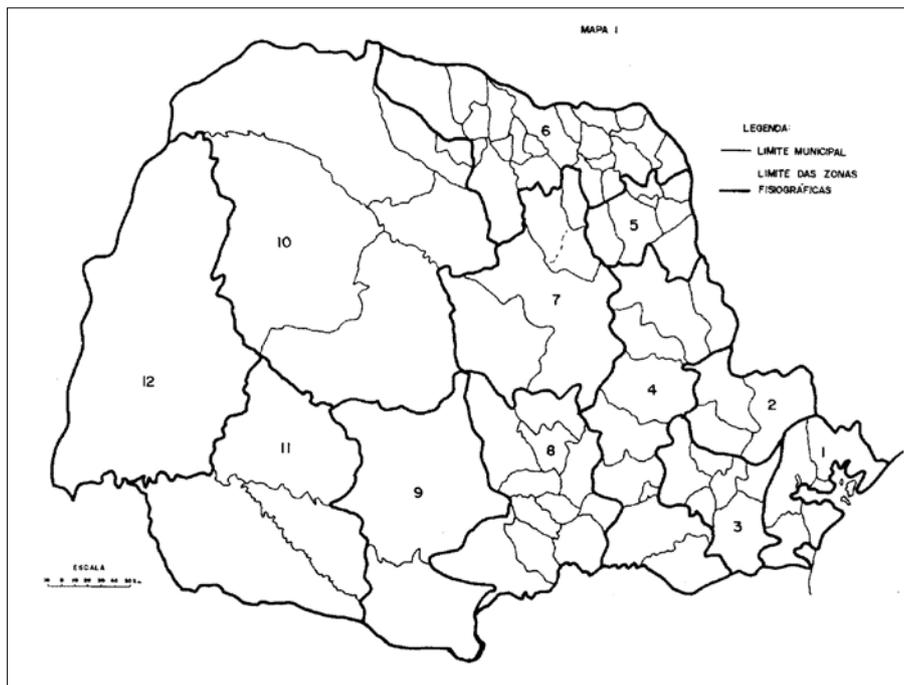


FIGURA 2.12 ESTADO DO PARANÁ: ZONAS FISIográficas E MUNICÍPIOS, 1950

Fonte: BRAGUETO e CARVALHO (1990/1991), p. 99a.



<sup>7</sup> Braguetto e Carvalho (1990/1991, p. 73) salientam que embora esta nova divisão tenha sido oficialmente estabelecida em 1969, seria somente em 1971, pela Recomendação no 1, de 30 de Março de 1971, que as microrregiões receberiam denominação, além da numeração inicialmente aplicada.

De um lado, seguindo a tradição da escola francesa, considerou-se a região como uma evidência empírica, passível de mapeamento e identificação na paisagem e nas realidades físicas e culturais, tal como o método proposto por La Blache. Todavia, na prática, a proposta de divisão regional do IBGE teve a influência das idéias do geógrafo Richard Hartshorne. Para esse americano, de origem alemã, a região não se constitui um objeto em si mesmo, mas uma construção intelectual, segundo objetivos traçados pelos pesquisadores, que, no caso brasileiro, eram os técnicos do IBGE responsáveis pelo planejamento territorial do país. (GUIMARÃES, 2005, p. 1019 – 1020)

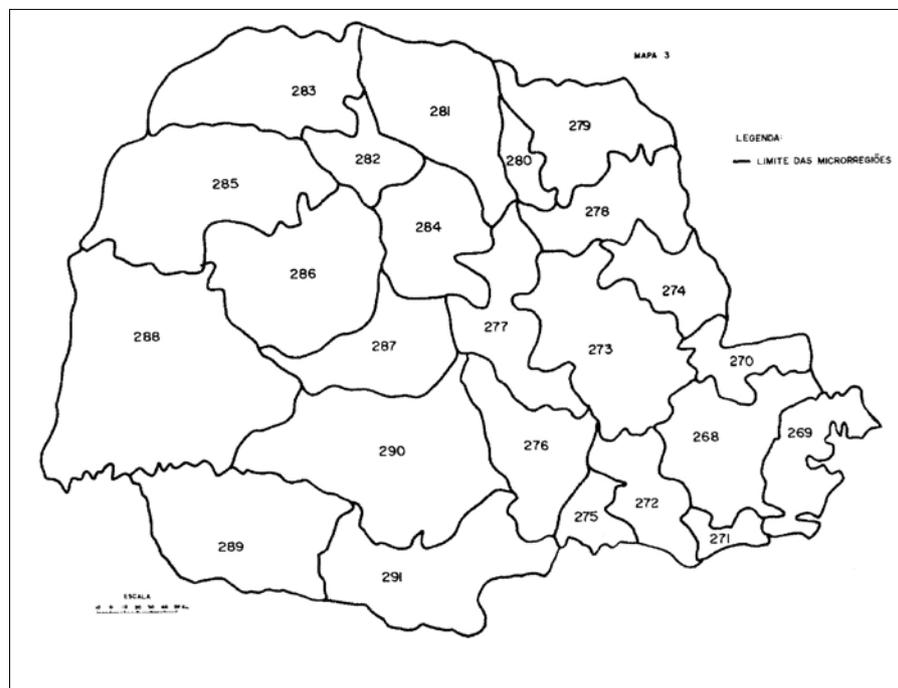
Bragueto e Carvalho (1990/1991) descrevem que, para o recenseamento de 1950, o Estado do Paraná era repartido em 12 zonas fisiográficas, dentre as quais 5 atingiam, parcial ou completamente, o que até então aqui se procura definir como norte do Estado, mesmo que com a denominação “norte” somente se tenha uma zona: 5 – zona de Tomazina; 6 – zona do Norte; 7 – Zona de Tibagi; 10 – zona de Ivaí e 12 – zona do sertão do Rio Paraná (FIGURA 2.12).

No entanto, conforme apontam Almeida (2004) e R. Guimarães (2005), durante os anos 60, as alterações no cenário político e socioeconômico nacional iriam influenciar os rumos da pesquisa dentro do IBGE. Uma das marcantes conseqüências foi a revisão e reforma da divisão regional no Brasil. A partir de 1969, a divisão em “zonas fisiográficas” seria abandonada em favor de novos parâmetros: “mesorregiões” subdivididas, por sua vez, em “microrregiões homogêneas”. Como suporte, utilizava-se uma combinação entre os limites jurídico-administrativos, os fatos socioeconômicos e o quadro natural.

De acordo com Bragueto e Carvalho (1990/1991), por essa metodologia, em 1969, o Estado do Paraná estava seccionado em 24 microrregiões homogêneas, enumeradas de 268 a 291, agrupadas em 4 mesorregiões homogêneas, dentre elas a do “Norte Paranaense” (FIGURA 2.13). Porém, em decorrência da necessidade de caracterização das microrregiões, a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas estabeleceria, em 1971, nomes específicos para todas. Conseqüentemente, 11 divisões atingiriam, parcial ou completamente, o que aqui se procura convencionar Norte do Paraná: 277 – Alto Ivaí; 278 – Norte Velho de Venceslau Braz; 279 – Norte Velho

FIGURA 2.13 ESTADO DO PARANÁ: MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS, 1969 .

Fonte: BRAGUETO e CARVALHO (1990/1991), p. 99c.



de Jacarezinho; 280 – Algodoeira de Assaí; 281 – Norte Novo de Londrina; 282 – Norte Novo de Maringá; 283 – Norte Novíssimo de Paranavaí; 284 – Norte Novo de Apucarana; 285 – Norte Novíssimo de Umuarama; 286 – Campo Mourão e 288 – Extremo Oeste Paranaense. Destaca-se, de acordo com o discutido anteriormente, a utilização dos termos “velho”, “novo” e “novíssimo” para denominar 6 microrregiões homogêneas.

Porém, a partir de 01 de Janeiro de 1990, uma nova regionalização para o Brasil foi adotada pelo IBGE, valendo-se de uma redefinição conceitual, em conseqüência do anacronismo do critério de homogeneidade como referência para o padrão espacial brasileiro. Nesse novo modelo, a denominação mesorregiões e microrregiões “geográficas” substituiu a expressão “homogêneas”. Como assinalam Bragueto e Carvalho (1990/1991, p. 75), “a ótica da homogeneidade, agregando aspectos naturais (fisiográficos) e aspectos da estrutura produtiva, acabava por desconhecer os processos de individualização espacial decorrentes do desenvolvimento e reprodução do modo de produção capitalista”.

Ao contrário do modelo anterior, a nova divisão adota como metodologia operacional a identificação inicial da escala da mesorregião para, posteriormente, delimitar as microrregiões. Como explicita o próprio IBGE (1990, p. 9 – 10), os parâmetros para a identificação das mesorregiões são “o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante e

## CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial” e os indicadores básicos para as microrregiões são “a estrutura da produção e a interação espacial”. Para o Estado do Paraná, novamente, um novo reagrupamento seria delimitado com a fixação de 39 microrregiões geográficas e 10 mesorregiões geográficas (FIGURA 2.14). Assim, 5 mesorregiões atingiam, parcial ou completamente, o que se convencionou aqui a chamar de Norte do Estado: 1 – Noroeste; 2 – Centro-ocidental; 3 – Norte Central; 4 – Norte Pioneiro e 6 - Oeste. Salienta-se que o que era convencionado como “norte” na divisão anterior se altera, diminuindo sua expressão territorial.

Por fim, convém destacar que na extensa coleção promovida pelo IBGE na década de 1960 (vide nota 4), no XII volume anteriormente citado, apresenta-se uma divisão da Grande Região Sul, na qual se aglomeram as sub-regiões do Médio Planalto, Vale do Paraná e Norte do Paraná, componentes do Planalto Ocidental (FIGURA 2.15)<sup>8</sup>. Não obstante a ressalva de que o estudo isolado das sub-regiões deu-se em razão de se estruturar uma obra de vasta abrangência, duas observações merecem distinção: o entendimento de um conjunto único entre oeste de São Paulo e norte do Paraná e os limites ao sul da referida sub-região, a “grosso modo” dado pelo rio Piquiri (IBGE, 1964, p. 13).

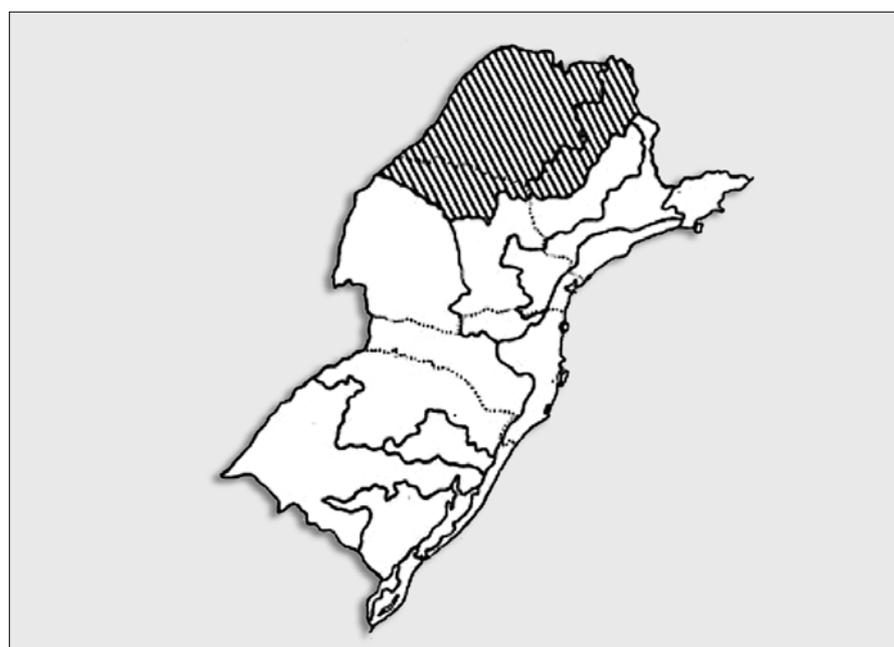
Delimitados os três eixos que até então contribuíram para dimensionar o que se entende por “norte do Paraná”, poder-se-ia decidir por uma das opções assinaladas para construir o esboço do alcance territorial do objeto. Fica evidente, porém, que para cada contribuição, às vezes dentro do mesmo “grupo”, conforme o critério adotado, o recorte do objeto também se altera. Poder-se-ia cair numa “armadilha conceitual” se se seguisse indiscriminadamente qualquer uma das construções anteriores para o presente trabalho.

**FIGURA 2.14** ESTADO DO PARANÁ: MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS

Fonte: disponível em [www.ipardes.gov.br/pr](http://www.ipardes.gov.br/pr), acessado em 27/04/2007.



**FIGURA 2.15** PLANALTO OCIDENTAL Fonte: IBGE (1964), p. 10.



<sup>8</sup> O Planalto Ocidental é definido como uma Grande Região Geográfica e seus limites estendem-se do oeste do Estado de São Paulo, cujos limites obedecem ao “critério administrativo” dado pelas divisas municipais, passando pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, até o noroeste do Rio Grande do Sul.

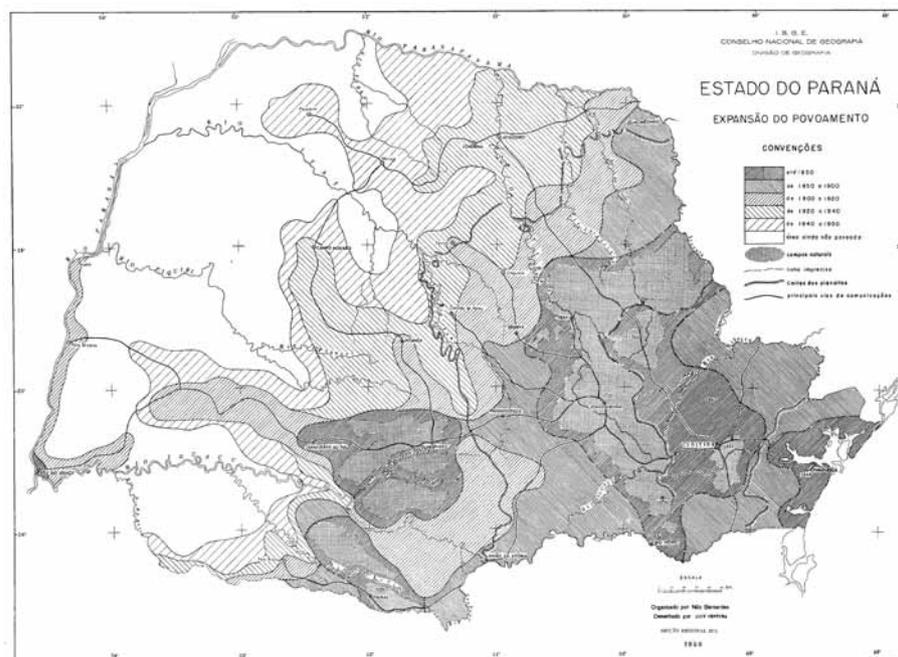
Acredita-se que ao se adotar o tema da fronteira, somente um modelo espacial que seja “flexível” possa ser aplicado. Dessa forma, o segundo conjunto de trabalhos, que adotam a “onda de povoamento”, aproxima-se de um critério pertinente para este trabalho. Talvez seja o único que incorpore uma dinâmica territorial necessária para a compreensão do fenômeno em questão.

Contudo, delimitar o verdadeiro alcance das “ondas” tornar-se-ia difícil, senão impossível, pois se basear em divisões político-administrativas posteriores ou mesmo concomitantes para espacializar uma área que por definição é cambiante, pode resultar num mapa compreensível, porém inverídico. Portanto, antes de demarcar uma área cômoda e segura para o estudo do fenômeno, indaga-se se realmente é viável, ou necessário, apresentar um mapa em que se delimite o “norte do Paraná”. As cidades criadas pelo avanço da fronteira constituíram-se como pontos dentro de um vasto território que se formou mediante um amálgama de situações históricas e geográficas. A precisão da extensão territorial deste fenômeno não faz parte desta pesquisa. As cidades criadas por ele, sim. E, nesse aspecto, recorrer a todas as contribuições poderia ajudar mais do que simplesmente descartar alguma(s). Uma saída justa, para um problema que se julgava insolúvel; todavia, no capítulo seguinte, novamente se abordará essa questão, por um prisma mais específico. Portanto, ao se empregar o termo “norte do Paraná” neste trabalho, entende-se uma região formada pelo movimento de fronteira (frente pioneira e frente de expansão), espacialmente imprecisa tanto quanto o impulso que lhe gerou.

### 2.1.2 O avanço da fronteira no norte do Paraná

A partir dessa conceituação, pretende-se finalizar o presente tópico apresentando o processo de avanço da fronteira no norte do Estado do Paraná. Para tanto, serão contrastados dois trabalhos que buscaram precisar esse movimento. Ressalta-se que as diferentes metodologias empregadas implicaram resultados discordantes.

FIGURA 2.16 ESTADO DO PARANÁ: EXPANSÃO DO POVOAMENTO Fonte:BERNARDES, N. (1952a), separata.



O pioneiro trabalho de Nilo Bernardes, elaborado em 1950 e publicado na *Revista Brasileira de Geografia* em 1952, procura fixar os limites entre a “área povoada de modo mais ou menos denso e a área ainda não povoada efetivamente”. Afere, portanto, o processo de povoamento. A importância desse trabalho advém do fato de que para traçar as “isocrônicas”, o autor contou com observação pessoal direta e informações colhidas in loco, além dos relatórios de órgãos governamentais (FIGURA 2.16).

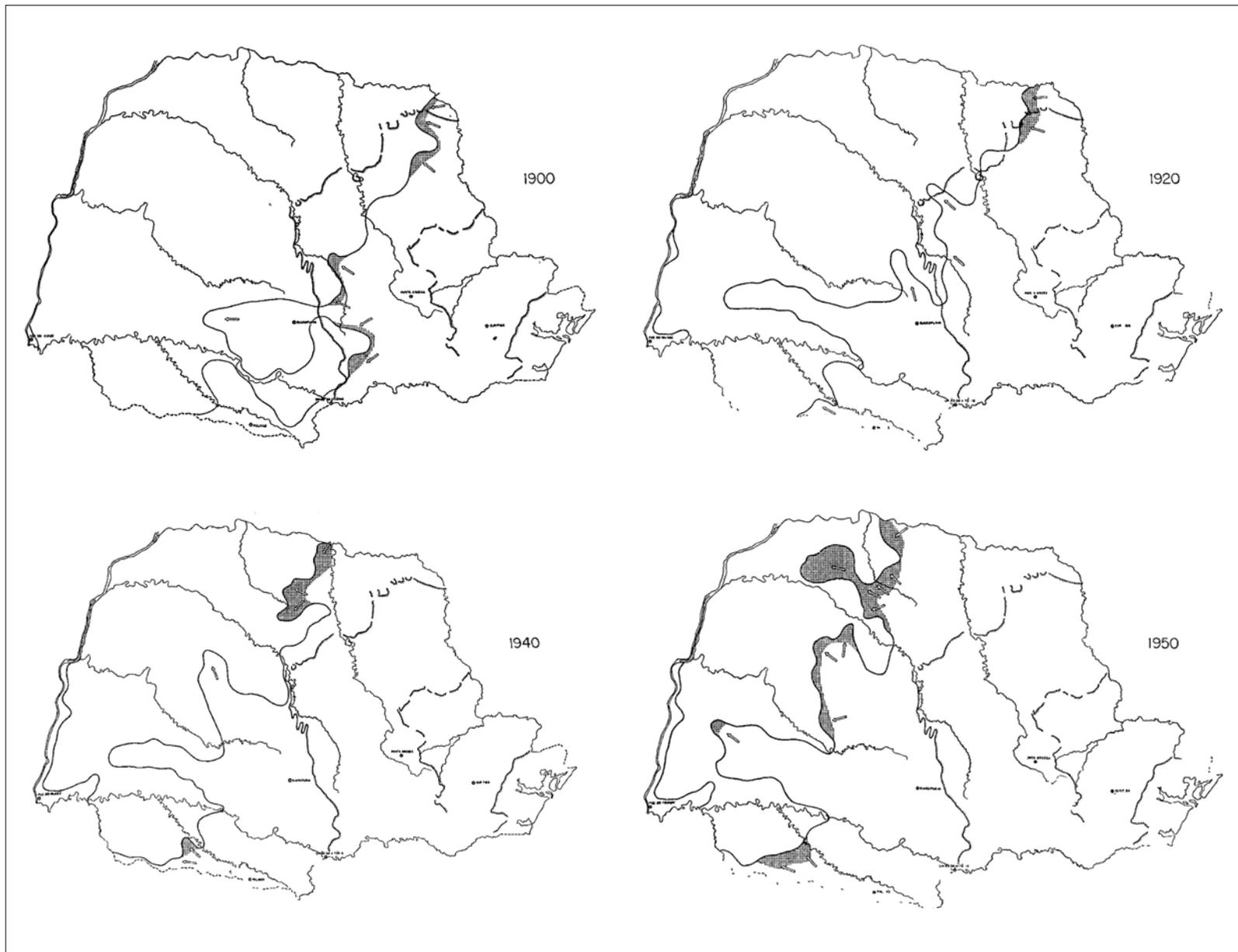
Considerando-o “preliminar” e um “tanto generalizado”, em razão da dificuldade de delimitar o que seria uma “área povoada”, salienta que para a “frente pioneira” no norte do Paraná a imprecisão seria menor do que para outras regiões do Estado. Assim, procurando “resultados mais corretos, mais próximos da realidade”, expõe seu método:

[...] uma área é considerada “povoada” quando já se esboça uma organização econômica e há, apesar da precariedade das comunicações, um regime de trocas com a retaguarda, isto é, com os centros mais civilizados. Perto desta área é possível identificar também uma outra ainda deserta. Entre estas duas permanece um espaço intermediário, nunca superior à ordem de 20 – 30 quilômetros nos casos mais vagos, sobre o qual paira a dúvida. Traça-se então uma linha mediana, admitindo-se que ela represente a transição, às vezes mais, às vezes menos precisa, para o vazio demográfico. Além desta linha, presume-se, moram os elementos isolados e dispersos que começam a fazer recuar o sertão. (BERNARDES, N., 1952a, p. 429)

#### CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

Em clara inspiração nos pressupostos conceituais do geógrafo Leo H. Waibel (1888 - 1951), o mapa de Nilo Bernardes foi retrabalhado por Lysia C. Bernardes, em 1953, como se observa na evolução estampada nas FIGURAS 2.17, 2.18, 2.19 e 2.20. Nesse trabalho, a autora converge suas conclusões para o mesmo patamar do trabalho anterior, ou seja, ressalta que somente no norte do Paraná existe uma "frente pioneira", pois ao sul do Ivaí o fenômeno observado era o avanço de uma "fronteira demográfica".

FIGURA 2.17, 2.18, 2.19 E 2.20 – LIMITES DA ZONA POVOADA: 1900 – 1950 Fonte: BERNARDES, L. (1953), p. 373 e 375.



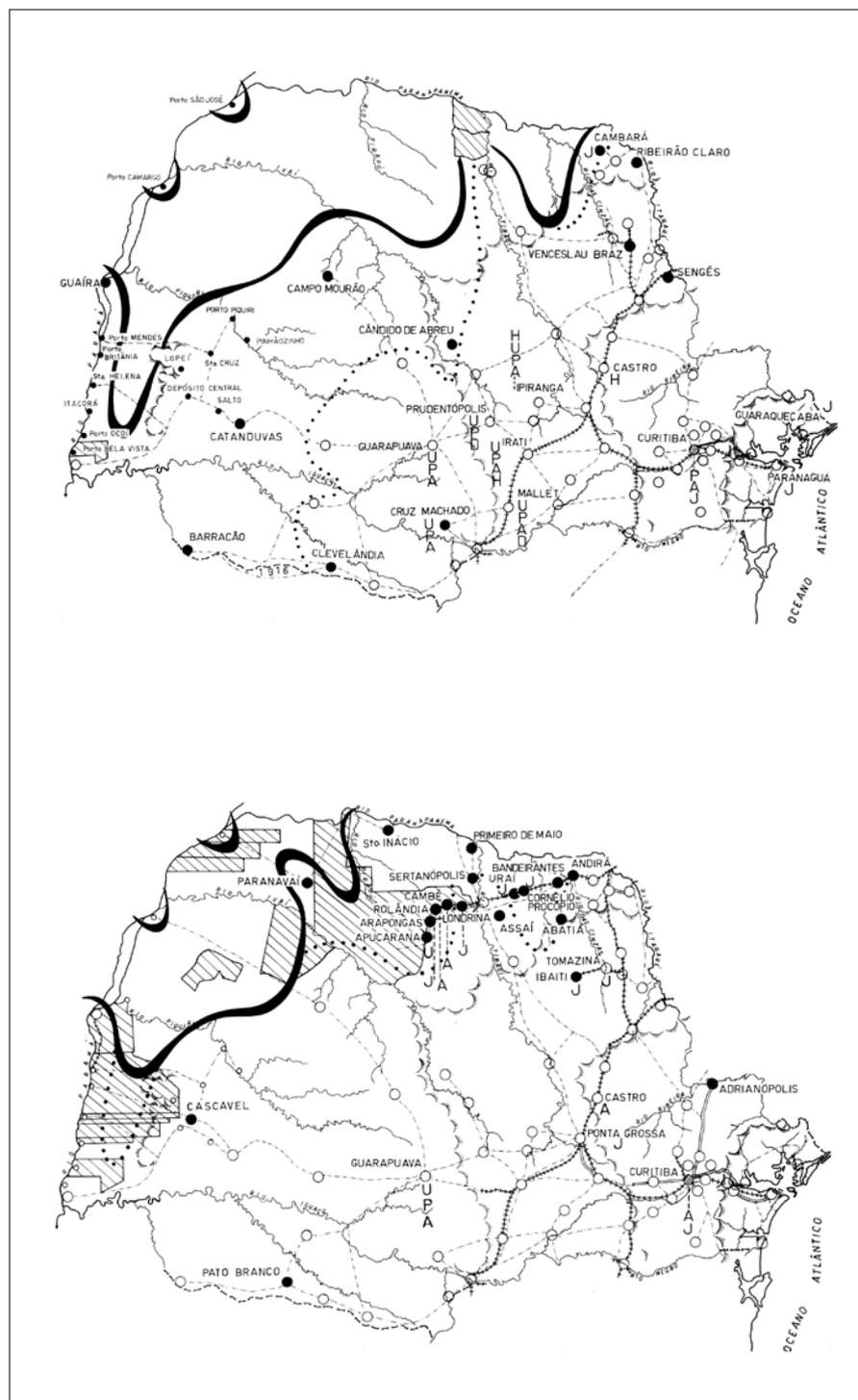
A conclusão que a referida autora oferece instiga a imaginação, na medida em que contrapõe o exemplo paranaense ao norte-americano. Sobretudo quando aventa a possibilidade da ocorrência da “frente pioneira clássica” apenas em extensões limitadas, no norte do Estado.

A marcha do povoamento do 3º planalto do Paraná não ocorreu portanto de maneira regular. **Não houve aí como no Middle-West americano, exemplo clássico de zona pioneira**, uma faixa contínua e regular ao longo da qual se dava o contacto entre as áreas despovoadas e as zonas efetivamente ocupadas e economicamente aproveitadas. (BERNARDES, L., 1953, p. 374, grifo nosso)

O segundo trabalho advém de uma tradição de estudos sobre a formação territorial do Estado do Paraná realizada por pesquisadores vinculados ao curso de História da Universidade Federal do Paraná. Com o aporte de metodologia específica, a “neográfica”<sup>9</sup>, seus autores constroem um Atlas Histórico que pretende demonstrar a “história da ocupação de seu território e da formação das comunidades paranaenses” (FIGURAS 2.21 e 2.22). Pela exposição das diretrizes adotadas, as linhas nos mapas evidenciam o limite da “ocupação do território pelas comunidades paranaenses”.

Os mapas apresentados, portanto, não expressam a mesma informação. A enorme diferença dos limites advém, nos termos de Martins (1975, 1996), entre o que se entende por “fronteira demográfica” e “frente pioneira”. Ambas as imagens auxiliam na compreensão do avanço da fronteira no norte do Paraná, não obstante a situação descrita pelo casal Bernardes é a que realmente interessa para este trabalho. A figura 2.23, obtida em voo financiado pelo Governo do Estado do Paraná no início dos anos 1950, ilustra parcialmente esse instante do movimento.

FIGURA 2.21 E 2.22 PARANÁ: OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO Fonte: CARDOSO e WESTPHALEN (1986), p. 63 e 65.



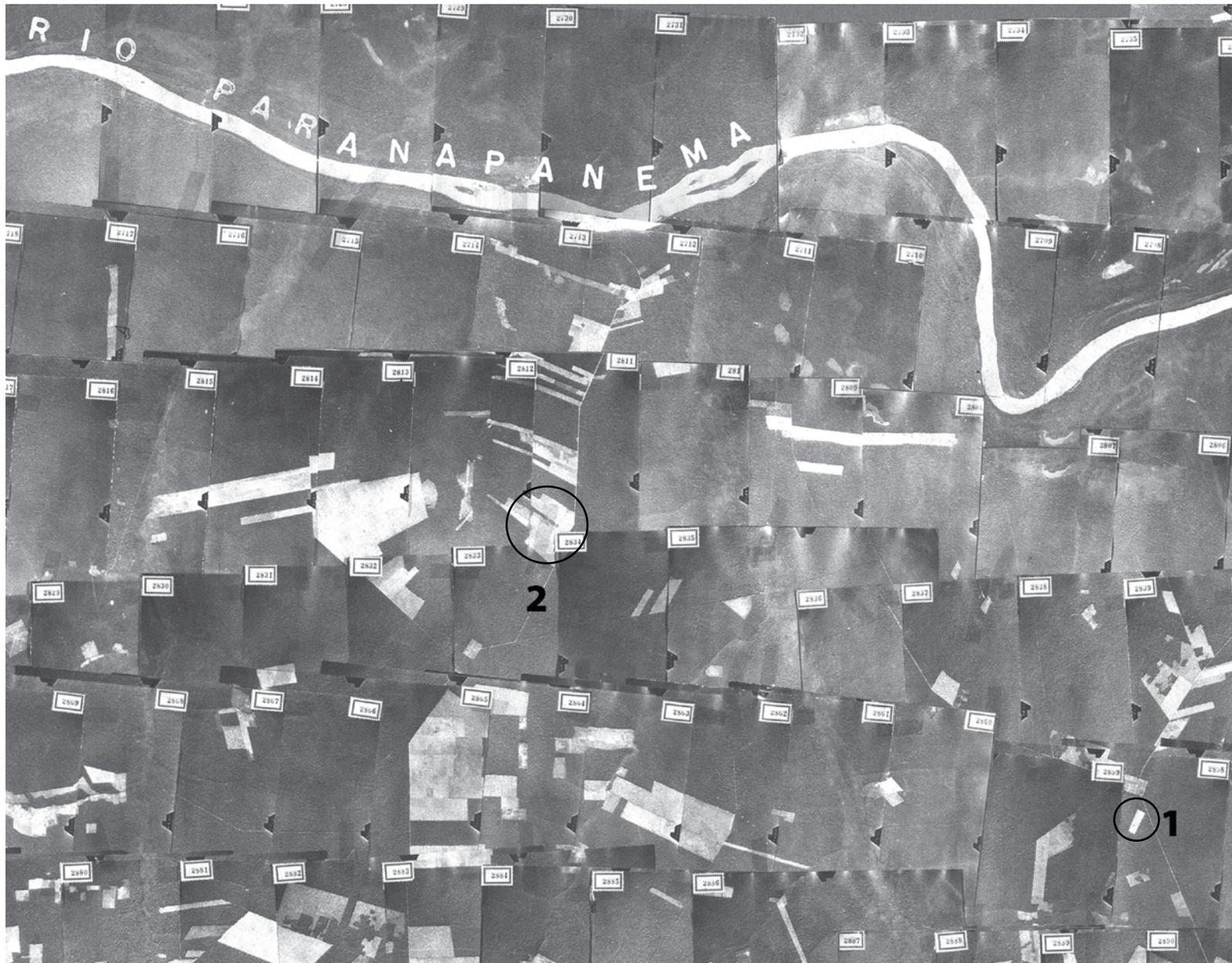
<sup>9</sup> Termo resultante da tradução de “La Graphique”, desenvolvida no *Laboratoire de Graphique de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris, por Jacques Bertin. De acordo com umas das professoras do curso de História da UFPR, Altiva Pilatti Balhana, no prefácio do Atlas, “[...] a neográfica é uma construção móvel: não mais se desenha um gráfico em definitivo, pelo contrário, se redesenha, se constrói e se reconstrói, manipula-se (sic) até que a informação que o gráfico transcreve revele todas as relações nele contidas, uma vez que o olho é um computador sempre disponível e capaz de perceber os conjuntos, processando os dados” (CARDOSO e WESTPHALEN, 1986).

## CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

Portanto, observados os limites e o processo físico de avanço da fronteira no território em investigação, encaminha-se para o entendimento das questões socioeconômicas e político-administrativas que sustentaram o dinâmico movimento do universo pioneiro no norte do Paraná.



**FIGURA 2.23** MOSAICO DE AEROFOTOS DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ NAS PROXIMIDADES DO RIO PARANAPANEMA E DOS NASCENTES PATRIMÔNIOS DE INAJÁ [1] E SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ [2] Fonte: ITCG, SEMA, 1952 – 1954.



## 2.2. CAFÉ E TERRAS NO NORTE DO PARANÁ

**A AGRICULTURA ERA O FUNDAMENTO DA RIQUEZA, QUE SE MEDIA EM CAFEEIROS. POSTERIORMENTE, A DIREÇÃO DOS NEGÓCIOS FOI, POUCO A POUCO, SENDO SEPARADA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS.**

[PIERRE MONBEIG, EM 1952]

Cultura cafeeira e venda de terras animaram a expansão da fronteira no norte do Paraná. O primeiro fenômeno, muito sensível às flutuações das circunstâncias estrangeiras, alimentou uma constante afluência de pioneiros à busca das possibilidades já demonstradas pelo “ouro verde” alhures. O último, expressão das contradições históricas em torno do acesso à propriedade no país, encontrou no Estado do Paraná as condições para que se retalhasse comercialmente o território através de empreendedores privados e da iniciativa governamental. Um e outro se impulsionaram mutuamente e assim compreendidos, na afinação e dissonância de suas fases características, produziram a composição sinfônica final da fronteira do café no Brasil.

### 2.2.1 A cafeicultura paranaense

O mercado do café é caracteristicamente internacional. Bacha (1992) indica que o dinamismo característico da cafeicultura, sobretudo a partir do século XIX, baseia-se em um rico mercado consumidor lastreado por grandes áreas produtoras em regiões tropicais subdesenvolvidas. Nessa conjuntura, o café mostrou-se fundamental para a reinserção do Brasil no capitalismo mundial do século XIX, através da monocultura de exportação. A partir do final da década de 1810, o país já apresentava um extraordinário desenvolvimento da produção, que chegaria a 75% da produção mundial no começo do século XX. Durante esse século, entretanto, a participação brasileira no mercado mundial caíria consideravelmente, chegando a 30% na década de 1980. Internamente, apesar do aumento da produção, sua contribuição para a formação do PIB nacional apresentaria significativa diminuição de importância.

Contudo, as transformações promovidas na paisagem em sua trajetória pela hinterlândia brasileira deixariam marcas indeléveis. Com seus vários períodos internos, marcados por épocas de expansão e retração da produção e/ou comercialização, a cafeicultura partiu da então província do Rio de Janeiro, atravessou o Vale do Paraíba, as Minas Gerais, encontrou o oeste de São Paulo e, no norte do Estado

do Paraná atingiu, em meados do século XX, o seu território final, o extremo noroeste e o oeste paranaense.

Ao analisar as características da cafeicultura paranaense, tanto Cancian (1977) como Padis (1981) não abandonam a perspectiva de ressaltar a influência da conjuntura internacional para a determinação desta atividade no Brasil. Ademais, demonstram a dependência do cultivo no Paraná das condições gerais então vigentes no país. No entanto, aquela autora salienta que a originalidade dos aspectos políticos e territoriais e a evolução diferenciada dos demais Estados produtores permitem distinguir 3 conjunturas específicas para a cafeicultura no Estado do Paraná, estreitamente ligadas aos preços do café. Essa divisão será adotada e sumariada em seguida.

#### I. ADAGIO

A produção cafeeira no Paraná tornar-se-ia relevante somente a partir do início do século XX, embora desde meados do século XIX o café já fosse plantado em terras da então 5ª Comarca da Província de São Paulo. A “primeira conjuntura” (1906 – 1929) inicia-se com a assinatura do Convênio de Taubaté<sup>10</sup> e se finaliza com a crise da bolsa de Nova Iorque e a conseqüente Grande Depressão de 1930 marcando, de acordo com Bacha (1992, p. 36), uma fase de forte intervenção pública no mercado do café, através de vários mecanismos de valorização e defesa dos preços do café.

Conforme Cancian (1977, p. 63 – 73), o sentido dessas operações deve ser entendido como um reconhecimento de que o café se transformara numa questão de interesse nacional. Como resultado, a artificial sustentação dos preços em alta do café, conjugados com outros fatores, incentivaria a expansão do plantio no Paraná nos anos seguintes. Nesse sentido, compreende-se a tese de Pierre Monbeig, de fins da década de 1940, quando se atém ao “movimento pioneiro paulista” e inclui o norte do Paraná nessa marcha do povoamento rumo ao vasto “sertão”. Assim, “os fazendeiros de São Paulo já não se contentavam com estender suas plantações ao interior das

<sup>10</sup> Acordo entre os três mais importantes estados produtores de café – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – que requeria autorização do Congresso Nacional para tomada de empréstimo internacional a fim de assegurar um preço mínimo fixado em moeda estrangeira. (BACHA, 1992, p. 36 – 42).

fronteiras políticas do Estado e atravessaram o Paranapanema, entrando no território do Estado do Paraná” (MONBEIG, 1984, p. 188). Por outro lado, esse autor ressalta que o aumento da produção não pode ser entendido simplesmente como um movimento reflexo do aumento dos preços, pois se relaciona diretamente com a queda dos rendimentos das lavouras, em decorrência de uma série de fatores.

Nessa fase, a cafeicultura seria majoritariamente realizada segundo o modelo paulista da grande propriedade, onde coexistiam proporcionalmente outras culturas. Portanto, como atesta Cancian (1977, p. 235 – 248), não existia a monocultura do café, embora houvesse uma grande concentração em torno desse produto e ocorresse uma baixa diversificação das culturas. Utilizando o censo agrícola do Paraná de 1920, essa autora demonstra que o café ocupava 5,7% e outras culturas 7,6% da área dos estabelecimentos do “Norte Pioneiro”, enquanto que a soma da área de matas e não ocupadas era de 86,7%. Por fim, como se observa em Padis (1981, p. 124) apoiado no Anuário Estatístico do Café de 1968, a produção no Paraná era crescente e no biênio 1929/1930 este produziu 2,1% do café nacional, enquanto que o Estado de São Paulo produziu 69,9% do total. “O crescimento poderia ser maior, contudo, foi limitado pelo fato de que São Paulo ainda dispunha de reserva de terras virgens, próprias para o café, ao mesmo tempo que, no setor de escoamento da produção, o Paraná nem sequer poderia ser comparado ao seu vizinho, muito melhor organizado.” (CANCIAN, 1977, p. 251).

## II. ANDANTE

O conjunto de acontecimentos iniciados ao fim da década de 1920 - destacadamente o aumento dos níveis de produtividade e o surgimento de novas plantações gerando uma persistente superprodução, a deterioração da capacidade de manutenção das políticas de defesa dos preços e a mudança nas condições de crédito internacional que culminaria na crise da bolsa de Nova Iorque em 1929 - somado aos fatos ocorridos posteriormente - a quebra da aliança política entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais que deflagraria a Revolução de 1930 e as dificuldades advindas durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) - reverberariam negativamente na cafeicultura brasileira. Medidas intervencionistas se faziam necessárias.

A política cafeeira dominante foi exercida no sentido de regular a oferta, de estabelecer o ‘equilíbrio estatístico’, por vários mecanismos – incineração, proibição de novos plantios, instituição de taxas de exportação e quotas retidas, numa clara intervenção do Estado na economia. (CANCIAN, 1977, p. 74)

Dessa forma, as conseqüências seriam impressionantes:

O total de destruição, de 1931 até 1944, atingiu nada menos do que 78 milhões de sacas, uma quantidade três vezes superior ao consumo mundial anual. Quando o mundo emergiu da guerra, a parcela brasileira no mercado exportador de café tinha se reduzido para 50 por cento, vindo de mais de 60 por cento da década de 1920. (BACHA, 1992, p. 65)

As dificuldades do período afetariam, especialmente, a cafeicultura paulista. Pierre Monbeig atesta que o café deixou de impor-se na paisagem, por um duplo movimento: de erradicação de cafezais e diminuição do plantio. Porém, evidencia que o cafezal não seria abandonado por completo pela “marcha paulista”, sendo ampliado no Paraná, “um último refúgio aos cafeicultores paulistas”:

[...] A liberdade de plantar no Paraná lhes deixava a porta aberta e eles aproveitaram. Na realidade, a legislação abria a eles o acesso a solos incomparavelmente superiores aos das zonas novas do seu estado. Assim, o movimento iniciado na terra roxa do Paraná entre 1920 e 1925, com a proibição que pesava sobre São Paulo, ganhou maior velocidade.

[...] Portanto, um novo centro de produção formou-se no norte do Paraná em menos de 15 anos. Pela sua importância, ele é comparável ao que era a noroeste em 1926, mas com uma preciosa vantagem, a terra roxa. (MONBEIG, 1984, p. 260 – 261)

Para o governo do Paraná, a possibilidade do avanço da cafeicultura era um fato considerável, haja vista a crescente dependência dos cofres paranaenses dos recursos advindos da cultura cafeeira.

Mesmo com uma participação pequena a nível nacional, para o Paraná significava um ingresso de recursos até então nunca visto, principalmente através do imposto de exportação e do aumento de comercialização de produtos que eram produzidos concomitantemente àquela cultura. (TOMAZI, 1997, p. 200)

Cabe salientar, contudo, o argumento de Pedro C. Padis. Apoiado na tese de Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil* (1959), dedica-se em comprovar a formação de uma economia periférica no Paraná, asseverando sobre as conseqüências futuras dessa aposta na cafeicultura como principal atividade condutora da economia

paranaense. Enquanto isso, segundo aquele autor, o governo federal, ciente do esgotamento do café como sustentáculo da economia nacional, tomava medidas que visavam assegurar o mercado interno para produtos manufaturados e incentivava a diversificação dos recursos – na indústria e em outras culturas agrícolas.

A exata compreensão desse fato e das conseqüências dele advindas nos leva à percepção de que, ao mesmo tempo que o norte do Paraná começava a caracterizar-se como a grande região cafeeira do País, tornou-se indelével o caráter de economia periférica que o Estado sempre teve. É indiscutível que a atividade cafeeira ali desenvolvida trouxe enormes benefícios para a região e para o Estado. Mas, não é menos verdade que, ao mesmo tempo em que isso ocorria, o Paraná alienava, por um bom período de tempo, as suas possibilidades de industrialização. (PADIS, 1981, p. 130 – 131)

De toda forma, configura-se esse recessivo período de 1930 a 1944 como o da “segunda conjuntura” da cafeicultura paranaense. No entanto, salienta que, ao contrário de São Paulo, observa-se no Paraná a expansão do plantio, o aumento da área cultivada e do número de propriedades cafeeiras, mas não de modo aleatório. “A itinerância do café impulsionava-o para novas terras, embora ainda de modo tímido” (CANCIAN, 1977, p. 263). Pontualmente, e em comparação com o biênio anteriormente destacado, em 1944/1945 observa-se que o Paraná triplicaria a sua participação na produção brasileira, com 6,3% do total, enquanto que São Paulo cairia para a metade, com 31,7% do total (PADIS, 1981, p. 124).

A característica mais importante dessa fase é o maior dinamismo das novas áreas abertas frente às mais antigas. Para Cancian (1977, p. 268), uma das possíveis explicações seria a diferença na exploração da terra: enquanto que nas zonas antigas se realizava sob os antigos moldes paulistas, nas novas a expansão se dava pela pequena propriedade. “O café expandia-se em maior grau onde a pequena e média propriedades, indiscutivelmente se faziam presentes”.

A presença da pequena propriedade não era uma novidade no Paraná, pois coexistia com a grande fazenda de tipo paulista nas áreas mais antigas, e a grande propriedade não deixou de existir, mas diversificou suas culturas. Porém, a alteração do antigo quadro concretizou-se em razão da viabilidade de plantio com menor capitalização e, sobretudo, do desligamento da produção do beneficiamento, como ocorria na grande propriedade.

Produção e beneficiamento, nas pequenas e médias propriedades passam a ser tarefas independentes. O pequeno produtor podia optar entre vender o café em côco ou beneficiado, porém, em ambos os casos, passou a depender

de intermediários. O café dos sítios passou a ser beneficiado ou nas grandes propriedades, quando o fazendeiro se dispunha a dilatar seus rendimentos, beneficiando e mesmo comercializando o café dos pequenos produtores, ou então, **o beneficiamento passou a ser feito nos núcleos urbanos, emergentes no cenário cafeeiro** – resultando no aparecimento de uma nova figura – o maquinista. (CANCIAN, 1977, p. 276, grifo nosso)

Deve-se ressaltar, por fim, que o plantio de café nas pequenas e médias propriedades aproveitava a importante condição das terras férteis e descansadas, aumentando os rendimentos, mas a conjuntura não permitia riscos. Como assinala Monbeig (1984, p. 271), “a pequena plantação de café da franja pioneira não conhece, portanto, a monocultura. O sitiante a evita, não só porque conhece os seus inconvenientes, mas porque lhe é inacessível, na falta de capitais”. Como salienta Nilo Bernardes (IBGE, 1964, p. 137), a diversificação advém das vicissitudes econômicas, da estrutura agrária, das diferentes aptidões que as novas áreas revelam e também da “variedade que a própria atribulada história da marcha do café aconselha aos mais precavidos”.

### III. ALLEGRO

A “terceira conjuntura” (1945 – 1970) inicia-se balizada pelas conseqüências que o fim da Segunda Guerra Mundial impingiria sobre o mercado internacional do café. Bacha (1992, p. 65 - 68) ressalta alguns fatores específicos que contribuiram para uma distorção na relação oferta/demanda pelo lado da produção, como a liberalização dos preços nos EUA, o aumento do consumo europeu, a exaustão da produção na Colômbia e uma série de condições climáticas desfavoráveis em todo o mundo produtor. No Brasil, em razão do desestímulo do período anterior e das sucessivas adversidades resultantes da ação da broca, das secas e das geadas, os estoques governamentais estavam exauridos. Dessa forma, uma tendência ascendente dos preços internacionais seria imediatamente sentida e se estenderia até meados da década de 1950, quando atinge níveis jamais vistos, em 1954.

Neste intervalo, o governo federal toma medidas de defesa, destacando-se a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) no final de 1952 e um sistema de taxas múltiplas de câmbio em outubro de 1953, como forma de aumentar a receita do governo.

A mudança do regime cambial em 1953 reforça a tese de que a principal razão para a política de defesa do café, da década de 1920 até a de 1950, foi a busca

da estabilidade macroeconômica doméstica. Até o início da década de 1950, isto traduziu-se no objetivo de “maximizar” a receita cambial do café como forma de manter inalterada a taxa de câmbio. Depois de 1953, a preocupação da política alterou-se, porque as exportações de café serviam agora também para gerar receita fiscal, ajudando a reduzir o déficit do governo federal. (BACHA, 1992, p. 74)

As enormes safras que se seguiriam a essa alta dos preços sinalizavam uma crise de superprodução no Brasil, que de fato ocorreria no início dos anos 1960. A diplomacia brasileira, a fim de controlar os preços em razão da entrada excedente de café no mercado internacional, movimentou-se para obter uma saída comum. Esse esforço teve como resultados a primeira Convenção Internacional do Café, chancelada em setembro de 1959, um amplo acordo de quotas, em setembro de 1962 e a criação da Organização Internacional do Café (ICO), em 1963.

A contrapartida nacional como parte desse esforço internacional estabeleceu-se através do *Programa de Racionalização da Agricultura*, elaborado em 1962, cujos principais objetivos eram a erradicação de cafeeiros antieconômicos, renovação racional das lavouras cafeeiras e a diversificação agrícola nas regiões cafeeiras (CANCIAN, 1977, p. 103 – 109). Outra vez, resultados desastrosos:

Embora quase nunca apreciado enquanto tal, o programa de erradicação de 1962/1967 foi uma resposta ainda mais drástica à superprodução do que a queima espetacular de 78 milhões de sacas de café no período 1931/44. Pois mesmo admitindo uma baixa produtividade de cinco sacas de 60kg por 1.000 árvores arrancadas, a eliminação de dois bilhões de pés de café equivaleu a destruir 10 milhões de sacas por ano; num período de 13 anos, isto significaria destruir 130 milhões de sacas, quase duas vezes mais do que em 1931/44. Uma outra maneira de fazer essa comparação é notando que a erradicação de cafeeiros da década de sessenta reduziu o estoque de árvores em quase a metade, enquanto que a redução observada no período de 1931/44 foi de cerca de um terço dos cafeeiros existentes no começo da década de 1930. (BACHA, 1992, p. 80 – 81)

No Paraná, esse período seria o mais dinâmico para a cafeicultura. Ressalta-se, no entanto, que a produção paranaense só iria suplantar definitivamente a paulista no final da década de 1950. Conforme Padis (1981, p. 124; 136), de 6,3% do total da produção nacional na safra de 1944/1945, a produção paranaense atingiria o pico de 62,8% da produção brasileira no biênio 1962/1963, caindo para 46,7% no biênio 1967/1968. A relevância do café para a economia nacional ainda era tamanha que, entre 1950/1954, a participação do café no valor total das exportações chegou a 65,5%. De acordo com a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, em 1960, o Paraná foi

responsável por quase um terço da produção mundial. (SEAP apud CANCIAN, 1977, p. 334).

A produção, tomando como base 100 para o ano de 1940, maior safra do período anterior, atingirá em 1962, ponto de maior dinamismo, o índice de 571,5. Se for tomado como base 100 para o ano de 1945, início da nova fase, em 1962 atingirá 2.407,1. (CANCIAN, 1977, p. 286)

A itinerância do plantio no território paranaense seguiu impetuosamente rumo às áreas mais novas, abertas pelas frentes pioneiras, deslocando o centro da área mais produtiva sempre adiante, à procura das últimas terras incultas disponíveis.

A expansão cafeeira foi sempre acompanhada de um movimento dinâmico, que compreendia uma área onde o café estava penetrando; uma em que se encontrava plenamente em produção, e outra, decadente, onde a cultura se achava em declínio. Daí, a existência de centros dinâmicos onde a cafeicultura se encontrava momentaneamente no apogeu. (CANCIAN, 1977, p. 290 – 291)

Veementemente impulsionado por esse dinamismo quase sem controle, o plantio do café espalhou-se por uma vasta região, avançando sobre áreas pedológicas e climaticamente tidas como inadequadas. “A ânsia de lucros dado os preços incentivadores pouco respeitou barreiras naturais, e só não desceu mais ao sul, dado às condições acidentadas dos terrenos e maior rigorosidade climática, nas terras que se encaminham nesta direção” (CANCIAN, 1977, p. 326). A investigação de Mesquita e Silva (1970), exposta anteriormente, corrobora a proposição.

Contudo, essa fase foi marcada por peculiar perspectiva. A predominância da pequena propriedade e a acelerada urbanização sustentariam um panorama em que a policultura se intercalaria com “passageiras ilhas de monocultura atenuada”, mesmo em época de elevados preços. O café desenvolver-se-ia em concomitância com as culturas temporárias e as pastagens, mas a partir de meados da década de 1960, em decorrência dos esforços governamentais, das adversas condições climáticas e de novas situações internacionais de concorrência e de preços, as temporárias tomariam definitivamente o espaço daquela.

Através dessa breve sumarização, distinguiram-se as particularidades da cafeicultura paranaense procurando observar o contexto maior em que se inseria. Como ressaltado, sendo internacionalizado o mercado do café, a conjuntura particular deveria corresponder aos seus reclames. Porém, o alvoroço e o dinamismo

da frente pioneira a que se refere Pierre Monbeig não poderiam ser entendidos somente pelo seu principal produto. Outra característica, senão mais marcante, deve ser destacada: a especulação com a terra.

### 2.2.2 Política agrária estadual e colonização

A efetiva ocupação das terras no norte do Paraná enquadra-se num amplo processo nacional de consolidação ao acesso à propriedade privada reconfigurado a partir dos pressupostos da Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850, a Lei de Terras, que dispunha sobre as terras devolutas do Império. Ao definir uma nova política de terras para o Brasil, esse corpo legal impunha-se sobre um vazio legislativo existente desde 17 de Julho de 1822, pela resolução que extinguiu o regime de sesmarias, em exercício desde o período colonial. Para Serra (1992) e Tomazi (1997, p. 133), o significado desse instrumento legal, ao transformar a terra em mercadoria, expõe as características do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A consequência dessa política é que ao institucionalizar a mercantilização da terra e ao proteger os interesses dos grandes fazendeiros, no sentido de garantir mão-de-obra fácil e barata para suas lavouras de exportação, a Lei 601 excluiu do acesso à propriedade da terra vasta camada da população, condenada por longo tempo a ser apenas exclusivamente vendedora de sua força de trabalho. (SERRA, 1992, p. 80)

Cancian (1977) e A. Lopes (1982) assinalam que ao lado de um movimento por parte dos cafeicultores, sobretudo em reação às questões do eminente fim da mão-de-obra escrava, uma outra ordem de preocupação incitava o governo imperial: a ocupação dos espaços vazios, através do fomento de núcleos coloniais formados por imigrantes.

Contudo, nesse momento, em razão do incipiente processo de ocupação do território pela consolidação da agricultura comercial no norte do Paraná, os dispositivos da Lei de Terras propiciariam a preservação da grande propriedade pela regularização da estrutura fundiária existente (SERRA, 1992). No Paraná como um todo, o fim comum das várias tentativas de instalação de núcleos coloniais foi o fracasso.

Com o advento da República, o domínio sobre as terras devolutas no Brasil seria modificado. A primeira Constituição republicana, de 1891, em seu artigo 64, transmitia aos Estados a competência de legislar sobre as terras devolutas existentes em seus respectivos territórios. No entanto, embora os mesmos tivessem

condições de controlar a apropriação de sua malha fundiária de modo mais efetivo, consoante Cancian (1977, p. 115), a política de colonização do Estado do Paraná não se alteraria substancialmente daquela promovida a partir de 1850. A Lei Estadual nº 68 de 20 de Dezembro de 1892, que regulamentava a questão das terras no Estado, de acordo com Serra (1992, p. 84), seria até mesmo mais restritiva que a Lei de Terras no tocante à regularização das posses e, sobretudo, das invasões.

O problema fundamental para o Paraná era fomentar a colonização de suas terras e incentivar a cafeicultura, especialmente para aproveitar as possibilidades abertas pelo Convênio de Taubaté (1906). Contudo, a falta de recursos era impeditiva. A solução era investir no imigrante estrangeiro e no desejo de se tornarem proprietários, método largamente empregado pelos fazendeiros paulistas, conforme defende Petrone (1984). Para tanto, o Decreto Estadual nº 218 de 11 de Junho de 1907 estabelece diretrizes para a criação de núcleos coloniais destinados aos imigrantes estrangeiros, pelos Estados, União ou particulares. Para Serra (1992) tratava-se de um “novo modelo de distribuição da terra”, uma vez que se baseava na pequena propriedade, sem abalar o modelo já existente da grande propriedade, com diretrizes detalhadas sobre os deveres e direitos das partes envolvidas.

De maneira geral, o disposto no Artigo 218 evidencia o paternalismo até certo ponto exagerado com que o Estado procurava se relacionar com o colono imigrante. Tal política, no entanto, se justificava diante da importância dada pelos governantes paranaenses para a ocupação do espaço agrário e sua exploração econômica, metas que só se viabilizariam com a rapidez e eficiência desejadas caso o Paraná oferecesse aos imigrantes atrativos que na época não eram oferecidos, por exemplo, pelo vizinho São Paulo, para onde aportava a maior parte das correntes migratórias que se dirigiam para o Brasil. (SERRA, 1992, p. 86)

No norte do Paraná, essas medidas não surtiram efeito, pois nenhuma colônia de estrangeiros foi instalada, dado o isolamento de suas terras nesse momento. Pode-se afirmar, com base em A. Lopes (1982), Cancian (1977), Tomazi (1997) e Serra (1992), que esse “primeiro período” da política agrária estadual caracteriza-se como uma “fase de ocupação espontânea”, que duraria até a segunda década do século XX. “De maneira geral, na época adquirir terras no norte do Paraná não significava comprar, transacionar terras devolutas, mas simplesmente tomar posse e depois requerer, como nos tempos das sesmarias, o direito de propriedade junto ao Estado” (SERRA, 1992, p. 70). Problemas de outra ordem também estavam presentes.

Fora isso, faltavam capitais para a constituição das empresas colonizadoras, do vulto que se fazia necessário. Os concessionários, de início, aplicavam capital na demarcação e construção de caminhos. O fato de precisarem montar empresas muitas vezes atrapalhou o andamento das concessões, e constituiu um bom indicador dos empecilhos que o capital nacional enfrentava para se organizar. O volume das transações a serem feitas para garantir a empresa funcionando era muito complexo. A pré-existência (sic) de capitais acumulados disponíveis era básica para o início do negócio, mas não para seu fluxo e rentabilidade. E a maioria dos concessionários ou não conseguiu se articular e levar à frente a empresa, ou tendeu para o clientelismo. (LOPES, A., 1982, p. 65)

### *I. ALLEGRO MA NON TROPPO*

A partir das prerrogativas da Lei Estadual nº 1.642 de 5 de Abril de 1916, uma nova etapa se estabelece no contexto paranaense, quando o governo convoca decididamente a iniciativa privada para participar do processo de colonização. Nesse aspecto, seria o primeiro passo de uma longa trajetória em que a colonização no Paraná seria a “mais liberal possível”, nas palavras de Cancian (1977, p. 119), ou seja, executada com a participação empresarial, dada a situação de precariedade financeira do Estado.

A colonização é que marcaria, daí em diante, o processo de repartição da terra agrícola no Norte do Paraná tendo, via de regra, o café como base de sustentação econômica. Grupos econômicos vêem na execução de extensos loteamentos o grande negócio empresarial do momento, levando em conta, de um lado as facilidades com que as terras eram adquiridas do Estado e, de outro lado, o grande interesse despertado pelas manchas de terra roxa, predominantes na região, para a cultura do café. Permeando os fatores de facilidade na obtenção de extensas áreas do Estado, disponibilidade de terras e interesse de compra, vai surgir a operacionalização do lucro fácil como principal fator de atração de grupos econômicos para a colonização da região que se amplia na medida em que as terras se valorizam como resultado direto do avanço da onda cafeeira. (SERRA, 1992, p. 70)

A Lei 1.642/1916 estipulava duas formas de relação com o capital privado: uma primeira, através da concessão de áreas de até 50 mil hectares para a sua divisão em lotes de 5 a 50 hectares visando a livre comercialização entre colonos estrangeiros e nacionais, com um prazo máximo de 8 anos para a execução dos planos, e uma segunda, retomando uma prática do período imperial, em que o Estado pagava em terras a edificação de obras públicas.

Para ambas as partes, os contratos constituíam-se em grande oportunidade. Para o Estado, sem experiência consolidada e sem recursos, tornava-se uma forma de povoar “sem gastos e com lucros”. Para os empreendedores, uma forma oficializada de obter terras, para

especular e extrair recursos naturais. A. Lopes (1982) destaca que a valorização das terras em decorrência da proximidade da frente pioneira ao norte do rio Paranapanema acenava para uma grande expectativa de lucros.

A esse tempo, a arremetida pioneira do café transmudava-se, em São Paulo. Já não estavam à sua frente simples fazendeiros, mas decididos homens de negócios de mãos dadas à finança internacional. Comprar terras virgens para cobrir de cafezais passara a ser o objetivo de poderosas empresas comerciais (manobrando, via de regra, vultosos capitais estrangeiros), ou de capitalistas pouco experimentados nas lidas do campo porém de aguçado tirocínio especulativo... (FONSECA, 1953, p. 37 apud LOPES, A., 1982, p. 69)

Na vigência da Lei 1.642/1916, posteriormente enfatizada pela Lei nº 1.845 de 19 de Março de 1919, vários contratos de concessões foram assinados pelo governo estadual. Destaca-se a concessão a César Corain e Antonio Machado César, lavrada em 23/10/1919 e futuramente transferida para a empresa Corain & Cia., nas terras em que posteriormente iria surgir a cidade de Primeiro de Maio, o primeiro patrimônio projetado por uma companhia imobiliária na fronteira do café no Paraná (SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA, 1941; 1942).

No entanto, o crescente interesse pelas terras norte-paranaenses impingiu o governo estadual a modificar a legislação como forma de permitir maior fiscalização do andamento dos contratos e, ao mesmo tempo, ceder à pressão dos pretendentes. Através da Lei nº 2.125 de 31 de Março de 1922, que revogava algumas cláusulas da legislação anterior, sobretudo em relação ao tamanho das concessões, passou-se a liberar concessões maiores que os 50 mil hectares iniciais, mas fundamentalmente, estipulou-se uma nova forma de transação: a possibilidade de venda direta. Através desta nova legislação, vários outros processos foram elaborados, destacando-se a compra dos 515.017 alqueires pela empresa britânica Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), entre 1925 e 1928.

Como forma de responder às demandas cada vez maiores que a questão agrária suscitava, em 1923 é criado o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) que, pelo Decreto Estadual nº 28 de 29 de Janeiro de 1928, seria transformado no Departamento de Terras e Colonização (DTC), vinculado à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Até fins da década de 1920, em geral, a situação dos trabalhos

de colonização nas concessões era de marasmo quase total. Muitas estavam em situação irregular, dado o esgotamento dos prazos para a finalização dos trabalhos de colonização. Como relatam Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen (1968, p. 15), “êstes anos da revelação das terras rãs do Paraná caracterizam-se, na história regional, como o tempo dos negócios de terras. [...] Frequentemente foram lesivos aos interesses do Estado, desde os primeiros tempos, dilapidando o patrimônio público”. A FIGURA 2.24 demonstra a situação das concessões nesse momento.

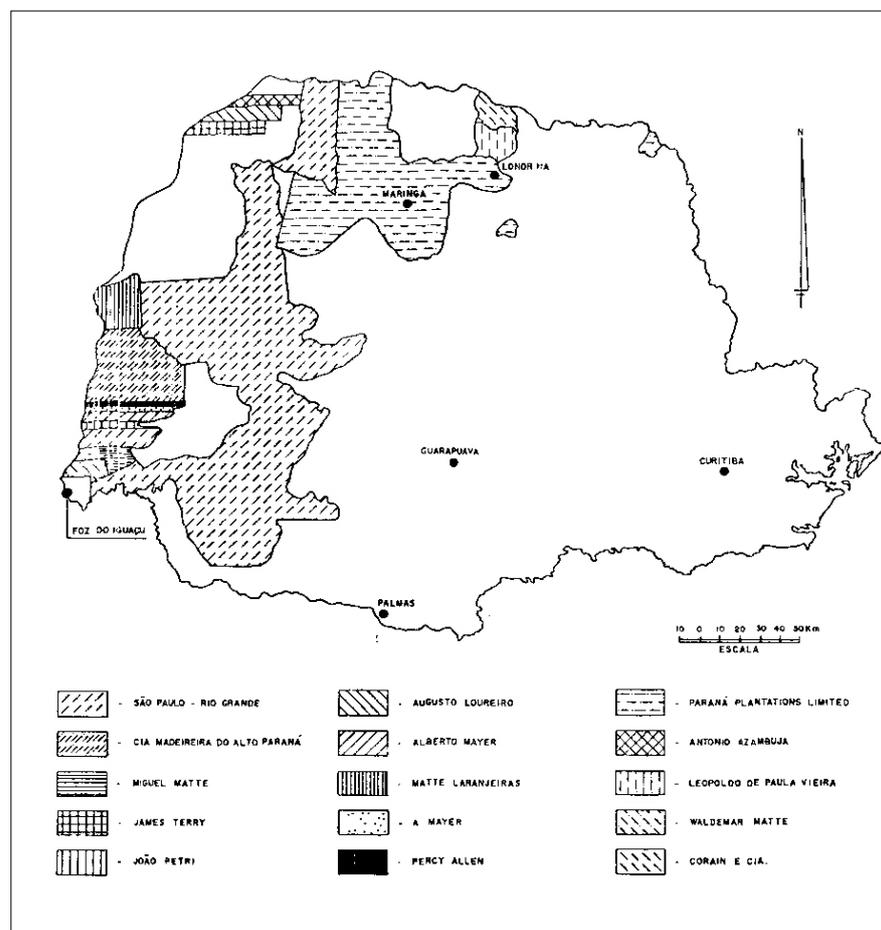
Contudo, a partir da Revolução de 30 e seqüente nomeação do General Mário Tourinho como Interventor do Paraná, drásticas medidas foram tomadas em relação às concessões, em função dos “inomináveis abusos” e da “formação de latifúndios, prejudiciais aos supremos interesses da Nação”. A. Lopes (1982, p. 85, 92 - 95) e Tomazi (1997, p. 202) ressaltam, entretanto, que as antigas práticas e procedimentos questionáveis, embora o discurso oficial ao contrário, ainda permaneceram. O Estado, assim, agiria diretamente na colonização de seu território.

O certo é que, no período pós-1930, enquanto o governo paranaense fazia a crítica (ou auto-crítica) (sic) das concessões de terras a particulares, como forma possível de empreender a colonização, o aparato do estado passava por profunda reorganização, no sentido do governo estadual assumir mais diretamente tanto a responsabilidade, como o próprio negócio da colonização. O departamento de terras foi alvo de várias transformações, chegando aos anos 40 bastante fortalecido no que diz respeito à infra-estrutura institucional. E tendo uma visão mais clara do papel que deveria representar. [...] (LOPES, A., 1982, p. 95)

Para tanto, a partir do Decreto nº 300 de 03 de Novembro de 1930, e efetivamente através do Decreto nº 800 de 8 de Abril de 1931, o governo estadual anulou todas as concessões anteriormente realizadas, com exceção dos contratos com a CTNP e Francisco Gutierrez Beltrão. Como afirmam A. Lopes (1982, p. 87) e Cancian (1977), a crítica ao latifúndio improdutivo e a defesa da pequena e média propriedade familiar empresarial eram a tônica do novo regime político.

FIGURA 2.24 GRANDES CONCESSÕES DE TERRAS ANTERIORES A 1930

Fonte: SERRA (1992), p. 90.



Nota-se a efetiva preocupação de ordem social na política de colonização. A democratização da propriedade das terras foi uma decisão governamental. Tudo indica, que face aos problemas sociais da época em vista da Depressão, foi esta a resposta ao desassossego da propaganda socialista no período. Procurava-se evitar uma situação que poderia se tornar insolúvel pela agitação do proletariado. Fixar o homem ao campo, torná-lo proprietário seria evitar que se tornasse um proletário insatisfeito. (CANCIAN, 1977, p. 125)

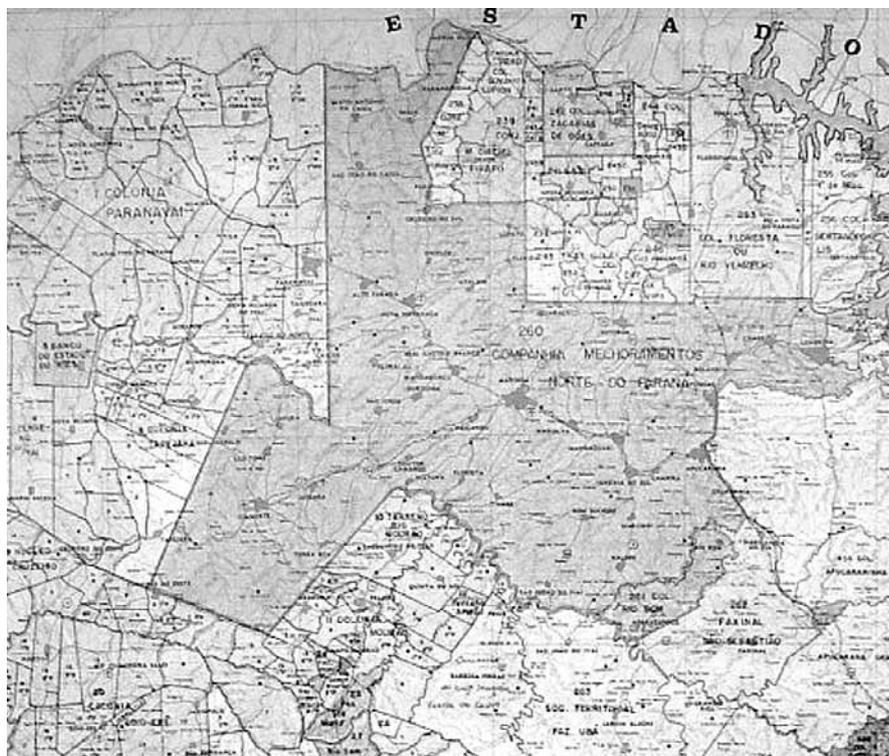
Em decorrência dessa base legal, a ação do governo estadual como empreendedor imobiliário direto passaria a concorrer frontalmente com as empresas colonizadoras, adotando uma prática ímpar de preços inferiores aos definidos pelos decretos e pelos prazos mais extensos para o pagamento de lotes em suas terras. O norte

do Estado, opção em vista para o prolongamento da lavoura do café, mesmo em conjuntura recessiva como visto anteriormente, era o palco central, mas não único, das ações estatais. Assim, a partir do Decreto nº 8.564 de 17 de Maio de 1939, o governo estadual atuaria de forma mais ampla, criando nas terras de seu domínio várias colônias<sup>11</sup>. Destacadamente, no norte do Estado: Içara (1941), Paranavaí (1942), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagu (1950)<sup>12</sup>, expostas no mapa parcial da FIGURA 2.25. Nas terras do oeste do Estado criou, entre tantas, as colônias de Piquiri, Cantu, Goio-Bang, Goio-Erê, Manuel Ribas, Muquilhão e Mourão.

Para Nilo Bernardes (1952a, p. 72) “o estado tenta pôr ordem nesta espécie de caos para em seguida continuar uma segunda fase em que o agrimensor precede o povoador”. Fato a destacar, como apontam Lysia C. Bernardes (1953, p. 370) e Müller (1956, p. 80), a proximidade das colônias estatais do norte das terras da CTNP trazia atratividade para a sua negociação, dada a infra-estrutura disponível – estradas, via férrea e cidades.

O trabalho do DTC em face dessa nova atribuição do Estado foi determinante. Seus quadros técnicos eram árdios defensores da colonização, “dada a influencia (sic) que exerce na vida politica (sic), econômica e social do Estado”; apontavam os “satisfatórios resultados” de experiências anteriores como razão determinante para incentivar a colonização direta por parte do governo, ao mesmo tempo em que solicitavam maior poder

FIGURA 2.25 MAPA PARCIAL DO ESTADO DO PARANÁ COM OS LIMITES DAS CONCESSÕES E DAS COLÔNIAS ESTADUAIS Fonte: ITCG, IAP/SEMA.



de fiscalização e controle da “colonização particular”, que “se processa com o maior alheamento (sic)” (SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA, 1940, s/p.). Expedindo instruções para seus comissariados<sup>13</sup>, esse órgão imbuía-os do encargo de estudos prévios para a posterior repartição das terras, transparecendo a preocupação com a ocupação desordenada.

Essas instruções obedecem ao princípio básico de ser feito um serviço de levantamento criterioso e atendendo a todas as exigências técnicas cabíveis, para que, de futuro, não surjam dúvidas e questões sobre divisas, fixando-se de maneira precisa os pontos de amarração, um levantamento de todas as águas internas ao perímetro a ser fechado, bem como, dos espigões principais internos, **escolha de local apropriado à sede**, projeto das estradas colônias (sic) de acesso aos lotes, acompanhado do memorial descritivo e justificativo dos trabalhos executados, a-fim-de (sic) que a colonização objetivada seja feita de maneira racional e compensadora. (SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA, 1940, s/p., grifo nosso)

A instalação de núcleos urbanos não era alheia ao projeto dessas colônias estaduais. Como mais adiante seria ressaltado pelo Engenheiro Diretor do então

<sup>11</sup> Colônias são os empreendimentos levados a cabo pela iniciativa oficial do governo do Estado. Caracterizam-se em grandes áreas subdivididas em lotes rurais, de tamanho variável, geralmente com a definição do núcleo urbano, com o objetivo do povoamento do território e que contribuiu para o avanço da fronteira.

<sup>12</sup> De acordo com A. Lopes (1982, p. 169), várias outras colônias, glebas menores e os chamados “tratados isolados” foram colonizados pelo Estado.

<sup>13</sup> O Estado do Paraná era dividido em 10 Comissariados, em ordem: Londrina, Foz do Iguaçu, Palmas, Ponta Grossa, Curitiba, Paranaguá, Guarapuava, Tibagi, Jaguaraíva e Reserva.

Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC)<sup>14</sup> acerca destes princípios norteadores: “A esse critério preliminar **não foi extranho o problema de urbanismo, na parte atinente à formação e organização das respectivas sedes**, localizadas em regiões próprias, previamente escolhidas para a devida repartição em lotes urbanos” (SECRETARIA DE ESTADO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1948, s/p., grifo nosso). Ainda que desperte o interesse, tais sedes não serão objetos de investigação do presente trabalho.

De maneira evidente, as ações do governo do Paraná referentes à questão das terras se coadunam com a política federal aplicada por Getúlio Vargas (TOMAZI, 1997, p. 162; LOPES, A., 1982, p. 166). De fato, em 1938, na dinâmica do Estado Novo, funda-se a Divisão de Terras e Colonização, inserida no Ministério da Agricultura, responsável pela colonização dirigida e futura criação das Colônias Agrícolas Federais, regulamentadas pelo Decreto Lei nº 3.059 de 14 de Fevereiro de 1941. O lastro intelectual dessa política territorial estadonovista seria a campanha “Marcha para Oeste”, defendida por vários intelectuais.

[...] Para estes intelectuais, o litoral brasileiro já estava demograficamente ocupado e continuava a ser uma espécie de antítese dos sertões desabitados do oeste. Exigia-se para ocupá-lo, a realização de uma nova marcha em profundidade. Para impulsionar um movimento de tanta envergadura, precisavam encontrar uma força coletiva da nacionalidade, que fosse capaz de movimentar milhares de pessoas com o mesmo objetivo. Era preciso encontrar, no subconsciente do povo brasileiro, “um fermento instintivo dos tempos heróicos”.

Esta inspiração foi encontrada num pretense espírito bandeirante. A epopéia do bandeirantismo, dominante nos primeiros séculos da nacionalidade, deveria fornecer a inspiração para um novo sentimento de fronteira. [...] (WACHOWICZ, 1995, p. 238 - 239)

Numa perspectiva maior, Vangelista (2005) propõe que esta opção getulista deve ser entendida como um aspecto relativamente efêmero de um contexto cultural mais complexo e diversificado, tradução de uma forma político-ideológica de relação cultural dos

intelectuais brasileiros com o território nacional, não podendo ser resumida ao âmbito político.

Em outras palavras, deu-se no Brasil daquelas décadas uma fase importante e de notável impacto coletivo – porque ampliado pelos novos meios de comunicação – de um fenômeno latino-americano de longa duração, iniciado com a Independência: a relação político-cultural com aquelas porções de território nacional – as “terras vazias” - que mais podiam ser assimiladas ao conceito de natureza. (VANGELISTA, 2005, p. 108)

A defesa da pequena propriedade como forma de oposição à velha ordem fundiária baseada no latifúndio tomava novo fôlego, na medida em que para os ideólogos do Estado Novo, de acordo com Alcir Lenharo (1986, apud PONCIANO, 2001, p. 95), somente através de uma nova realidade agrícola, o desenvolvimento industrial almejado seria alcançado.

Nesse espírito, tanto a iniciativa privada – organizada ou não - como a oficial contribuíam para o prolongamento da fronteira “rumo ao oeste”. O grande fator impulsionador desse fenômeno era a disponibilidade de terras para o plantio do café. Dessa forma, alicerçadas as condições político-administrativas e legais e com os novos ventos favoráveis da economia, estruturava-se uma conjuntura propícia para aceleração de seu desenvolvimento. Enquanto o Estado atuava diretamente como colonizador, os empreendedores privados sentiram-se atraídos para enfrentar o panorama eufórico.

## II. MOLTO VIVACE

A partir de meados da década de 1940, em reflexo das melhores perspectivas que se abriam para a cafeicultura no Paraná, várias empresas imobiliárias – de diferentes portes - se constituíram para atuar no processo de colonização. Como assevera Cancian (1977, p. 178), “a colonização dirigida foi, em suma, o resultado de uma conjuntura propícia”. O negócio de terras ganharia intensidade e despertaria maiores ambições.

Estas pequenas companhias colonizadoras levariam a frente pioneira aos seus limites físicos no norte novo – o rio Paraná – e foram objeto de grande favoritismo político. Em vários momentos o Departamento de Terras denunciou sua existência e a falta de poderes, por parte daquele departamento, de fazer alguma coisa, chegando mesmo a denominá-las de “concessões novas para colonização”. Ao que o Poder Executivo do Paraná sempre respondia estarem estas empresas sob seu controle e beneplácito, pois, na verdade, na maior parte das vezes era ele que passava as terras a seus protegidos. (LOPES, A., 1982, p. 131)

<sup>14</sup> O Departamento de Terras e Colonização se transformaria no Departamento de Geografia, Terras e Colonização em 1942. Pelo Decreto Lei Estadual nº 646 de 20 de Junho de 1947 mudaria seu regime, passando a ser a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) até 1972, quando foi transformado em Fundação Instituto de Terras e Cartografia (ITC).

Com destaque, a partir desse momento até início da década de 1960, dois nomes se revezariam, entremeados por outros, em curtos lapsos de tempo, no comando do governo do Estado do Paraná: Moysés Wille Lupion de Tróia (12/03/1947 a 31/01/1951 e 31/01/1956 a 31/01/1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (31/01/1951 a 03/04/1955). A ambos é atribuída toda sorte de negociatas com as terras, como expõem A. Lopes (1982, p. 171 – 172; 226), Tomazi (1997, p. 237) e Colognese, Gregory e Schallenberger (1999, p. 33 – 101).

Porém, as “atitudes estranhas à ocupação produtiva” não eram novidade na frente pioneira, conforme relata Monbeig (1984). Para esse autor, desde 1895, mas, sobretudo a partir das proximidades do ano de 1900, pode ser assinalado o início do “período dos especuladores”. Desse momento em diante, a especulação se generalizaria e “a terra virgem produz lucros antes de produzir colheitas” (MONBEIG, 1984, p. 212) e, cada vez mais, a divisão e a venda de terras transformar-se-ia em negócio de sociedades imobiliárias especializadas. De fato, como expõe Silva (2003), várias companhias atuavam na fronteira noroeste do Estado de São Paulo, mas seus interesses seguidamente se chocavam com as transações falsas e com as barganhas especulativas dos grileiros, dando um “peculiar caráter” à fronteira paulista.

Ao meridional do Paranapanema, a vivacidade da toada sentir-se-ia pela distinta e aguda acentuação. Se na porção paulista da fronteira as disputas se estabeleciam no domínio privado, no Estado do Paraná existiam procedimentos entre o governo e a iniciativa privada que incitavam ao favoritismo e às barganhas. Como relata o chefe da Divisão de Terras do ITCF,

As imobiliárias recebiam do Estado áreas de 10.000 alqueires e deveriam abrir estradas e patrimônios e se incumbir da venda dos lotes. Depois desta fase, pagavam uma cota determinada ao governo do Paraná, que expedia, então, os títulos definitivos de propriedade. [...] (apud LOPES, A., 1982, p. 130)

Ou mais detalhadamente como expõe Vicente Ferreira, quando ao apontar os embates envolvendo a luta pela terra entre o governo estadual e seu aparato contra os pequenos proprietários e posseiros, evidencia os métodos utilizados para efetivar a posse da terra:

Só no primeiro quinquênio de governo, Moysés Lupion fez voltar ao domínio particular 792.151 hectares, a maior parte dos quais em benefício de pessoas que obtiveram vastas glebas, não para fins de cultivo, mas para revenda. A

cobiça dos grupos que viviam à sombra do governo levou-os a vender não apenas uma vez, mas quando possível duas outras. Para isso subverteram todos os princípios, modificaram as leis, os mapas e os documentos. Inverteram o curso de rios, mudaram a localização de acidentes geográficos, criaram outros. Se tinham poderes para transformar a geografia, imaginem os poderes que tinham contra os posseiros, legítimos proprietários que não queriam se sujeitar aos preços extorsivos que eles próprios valorizaram. (FERREIRA, 1976 apud TOMAZI, 1997, p. 282)

Colognese, Gregory e Schallenberger (1999) afirmam que essas duas administrações legaram penosa herança de irregularidades, equívocos e disputas judiciais em razão dos conflitos, enfrentamentos, expulsões e mortes sobre a titularidade e posse de terras. O envolvimento de políticos, juizes, cartorários, advogados, empresários, agentes de terra, jornalistas, posseiros e jagunços na colonização de algumas áreas resultaram em violentos e escandalosos embates.

Ressaltadas tais peculiaridades, efetivamente um maior dinamismo comercial configurava a nova etapa do povoamento. Cambiaghi (1952, p. 86 - 87) aponta o contraste entre a “moderna colonização” do norte do Paraná, que permite uma “especulação planejada”, e o “velho sistema” efetivado em São Paulo, este “com extrema simplicidade, sem planos muito precisos, sem grandes aplicações de capital”. Um aspecto particular assinalado por Monbeig (1984, p. 212; 237) auxilia a compreender um dos motivos para a consolidação desse movimento: o contínuo aumento do preço das terras. Como detalha Cancian (1977, p. 352) acerca da estrutura fundiária que se consolidava, “quanto mais as terras eram valorizadas tanto maior era o capital necessário para investimento”. O negócio de terras marcaria definitivamente e cada vez mais a nova fase da frente pioneira.

Vender terras tornou-se, assim, fonte de recursos menos incerta e mais rendosa. Para que o negócio seja lucrativo, é preciso organizar o espaço; e as empresas de colonização estão melhor equipadas para o fazer. Trabalhos preparatórios para o povoamento, comércio da terra virgem e presença de grandes grupos capitalistas são os traços que conferem à franja pioneira paulista a sua originalidade atual e marcam a ruptura com os tempos dos fazendeiros. (MONBEIG, 1984, p. 241)

Nesse universo, novas técnicas deveriam ser utilizadas para a promoção dos empreendimentos. A propaganda em trens, nas estradas e nos meios de comunicação indicava a acirrada concorrência que se estabeleceu. Mais adiante, tratar-se-á desse

assunto de modo mais detalhado. Entrementes, o som animado dos negócios reverberaria em toda a estrutura social. Com efeito, sitiantes e cidadãos aproveitam-se da ciranda valorizadora e especulam também com seus lotes e impulsionam a atividade empreendedora das companhias, que passam a organizar cada vez mais cuidadosamente o planejamento. “O desejo do ganho rápido, que animava o plantador, acentuou-se no negociante de terras. Não viam ambos, na multidão dos pioneiros, mais que o instrumento graças ao qual devia avolumar-se o lucro pessoal” (MONBEIG, 1984, p. 147).

Portanto, nos quase 50 anos que se seguiram aos desdobramentos das cláusulas da Lei 1.642/1916, configurou-se no norte do Paraná um movimento único em intensidade, em que tanto o governo estadual como a empresa capitalista comandariam a consolidação da frente pioneira.

Na década de 1960 já não haviam (sic) terras devolutas nas áreas de eleição do cafeeiro. Companhias particulares de colonização eram fundadas regularmente, revendendo grandes glebas adquiridas anteriormente, loteadas quase sempre em pequenas propriedades. (CANCIAN, 1977, p. 131)

Observadas as conjunturas socioeconômica e política que fundamentaram o avanço da fronteira do café no norte paranaense e evidenciada a crescente especialização do processo de repartição da terra pela generalização da atividade comercial e da concomitante especulação imobiliária, revela-se plausível investigar como a paisagem foi marcada por esse fenômeno - questão essencial deste trabalho; porém, neste momento, intencionalmente limitado ao mundo rural.

### 2.3 A PAISAGEM RURAL DO UNIVERSO PIONEIRO NORTE PARANAENSE

**POR TODA A PARTE, TRAZ A PAISAGEM A MARCA DESSA  
OFENSIVA CONTÍNUA, NOS RESTOS DE FLORESTAS QUE SUBSISTEM,  
SOBRE OS SOLOS TALADOS POR ESSA CULTURA DEVASTADORA.**

[PIERRE MONBEIG, EM 1952]

Para se tratar da paisagem das zonas pioneiras torna-se imprescindível adentrar na obra do historiador e geógrafo francês

Pierre Monbeig, um dos primeiros estudiosos da temática do avanço pioneiro no Brasil. Alargando os limites metodológicos da Geografia no Brasil, respaldado por freqüentes incursões ao campo – cujos resultados são uma de suas maiores contribuições para a ciência brasileira em formação (DA SILVA, 2002; QUEIROZ, 1988) - e em “linguagem deliciosa”, segundo Ab’Sáber (1994, p. 231), “tinha a capacidade de escrever com simplicidade e ao mesmo tempo penetrar na essência dos fatos”. Justificar-se-ia, ao mínimo, o enxerto de epígrafes tomadas de sua obra ao longo desse trabalho.

De formação inscrita no que hoje é amplamente reconhecida como “geografia clássica francesa”, a base de seu trabalho transparece a “cultura visual” dos geógrafos dessa escola. Nessa tradição, a paisagem revela-se como o “campo de estudo do geógrafo”; portanto, “o geógrafo deve saber olhar, e aí onde um olho não advertido vê apenas linhas e cores, ele compreende a significação profunda, o valor humano da paisagem” (MONBEIG, *Leçon Inaugurale*, 1952 apud DA SILVA, 2002, p. 72).

Salgueiro (2006) ressalta a preocupação de Pierre Monbeig com a contribuição plural das várias ciências para a geografia na experiência sensível da observação, inclusive a história da arte. Consoante Da Silva (2002), Pierre Monbeig distingue-se pelo “olhar estigmático”, em que os fenômenos são decifrados em suas “interações perpétuas”, com a ajuda advinda da tensão entre as ciências da natureza e as ciências humanas. Diante desse panorama, o professor francês entende que “a paisagem é o reflexo de uma civilização”, ou seja, “um fato geográfico” que só se explica em sua complexidade<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Bray (1983) procura classificar a obra de Pierre Monbeig (das décadas de 1930 e 1940) como possuidora dos elementos essenciais do discurso positivista-funcionalista e dos ideais do liberalismo político, em razão de sua filiação com a “Escola Geográfica Francesa”. Assim, dada a sua formação empírica e pragmática, entenderia a geografia como uma ciência técnica e utilitária, resultando que o estudo do “complexo geográfico” monbeigiano utilizaria o modelo biológico como referência. A paisagem, resultado do complexo geográfico, seria um fato geográfico, parte de um “todo vivo”. Gonçalves (1998), embora também enxergue uma postura de cunho liberal na obra de Pierre Monbeig, discorda sobremaneira das deduções de Bray, cuja obra refletiria uma época em que ainda não se tinham instrumentos conceituais sólidos para uma análise histórica das formas de conhecimento. De ambos os trabalhos, retira-se que os trabalhos de Monbeig refletiam posições científicas atualizadas a seu tempo, fato este que contribui para alicerçar o valor de sua obra.

De acordo com Roncayolo (2006), a obra de Pierre Monbeig sobre as frentes pioneiras permite que se entenda a “geografia [como] uma ciência do tempo mais do que uma ciência do espaço”. A análise de Monbeig mostra que a organização do território acumula experiências e ritmos de diversos momentos, entrelaça os tempos, captando um movimento de temporalidades múltiplas “simultâneas, mas não sincrônicas”.

[...] Pierre Monbeig demonstrava facilmente que a geografia era uma construção da atividade humana, portanto da história. Como nascem fenômenos que freqüentemente não são apenas inertes, mas capazes de tomar outras direções, como nasce eventualmente a longa duração, ou ao menos as “temporalidades” das coisas, dos homens, das representações mais longas e que participam da atualidade – essa foi a contribuição mais original, ou no mínimo a mais explícita, que nos foi dada por esse estudo do mundo pioneiro de São Paulo (sic). (RONCAYOLO, 2006, p. 126)

Portanto, pode-se afirmar que Pierre Monbeig, ao seu tempo, insere-se numa tradição em que “geógrafos pensam a geografia historicamente”, e vice-versa, como destaca Salgueiro (2006, p. 17 - 33) ao perfilar, em seguida, os autores que alimentaram uma geração de discípulos, como ele mesmo. Assim, o geógrafo francês anteciparia questões, dentre elas a defesa das “pesquisas coletivas” e o combate aos “especialistas”, aspirando à pluralidade de enfoques, ao que posteriormente se aclamaria como “interdisciplinaridade”. “A paisagem monbeigana é multiforme”, assevera Da Silva (2002, p. 73): é produto da natureza, da luta do homem em sua adaptação à natureza e à sociedade, revelando suas estruturas sociais.

Porém, da complexa análise da paisagem desvendada na obra de Monbeig, reter-se-á, neste momento, somente os elementos perceptíveis da estrutura agrária, pois aponta para questões importantes em proveito do presente trabalho.

### 2.3.1. Amplidão monocolor

Como descreve Wachowicz (1987, p. 81), os primórdios da efetiva ocupação do Norte do Paraná, por volta do início da década de 1840, foram resultados do interesse despertado em tropeiros mineiros, que registravam a posse da terra em conformidade com os costumes da época: “Os mineiros no Norte Pioneiro não faziam posse em qualquer lugar. Para eles uma posse deveria equivaler a

uma água. Quem fazia a posse, procurava a cabeceira de um riacho. Instalado na *cabeceira é dono da água e do terreno que a acompanha até o fim*”. Ressalta esse autor, entretanto, que mesmo nesse universo latifundiário, pequenos sítiantes e/ou posseiros também se estabeleciam na região. Cancian (1977), apoiada em particular classificação das dimensões de propriedades para a região norte paranaense, demonstra que até 1920 a predominância física do latifúndio ainda era evidente.

De toda forma, verifica-se superioridade numérica dos médios e pequenos estabelecimentos e supremacia espacial dos grandes. Social e economicamente isto significa a presença de grandes proprietários, que deixa transparecer a influência da **tradição paulista da grande propriedade cafeeira**. A área em poder desse grupo, no Norte Pioneiro atingiu, em 1920, 69,1% das terras, concentrada em apenas 16,7% das propriedades, isto é, 276.740 ha de terras eram possuídos por apenas 376 proprietários. (CANCIAN, 1977, p. 319, grifo nosso)

Lysia C. Bernardes (1953, p. 26) e Nilo Bernardes (IBGE, 1964, p. 78) reafirmam este “estilo paulista de ocupação”. Mas como seria esta “tradição paulista de grande propriedade”? Para Monbeig, no artigo *As Estruturas Agrárias da Faixa Pioneira Paulista*, publicado primeiramente no início de 1951 no *Les Cahiers d’Outre Mer*, essas grandes propriedades (fazendas) advêm da fragmentação progressiva das glebas - grande parcelamento da terra definido pelos acidentes naturais, usualmente retangular, em que os lados maiores do retângulo seguem os cursos d’água e o divisor da bacia. Assim,

Se a fazenda, com efeito, conserva a forma retangular, alonga-se perpendicularmente aos grandes rios em lugar de ficar paralela a eles, como ocorria com a gleba: os lados menores, de uma parte têm o espigão; de outra um grande rio. Os lados maiores correspondem ao divisor de águas entre as bacias hidrográficas tributárias do rio principal. (MONBEIG, 1953, p. 459)

Nesse momento, “povoar era sinônimo de abrir fazendas”. Em geral, como atesta Monbeig (1984, p. 176), no período de domínio dessas grandes propriedades, a humanização da paisagem não se estabelecia totalmente, pois se preservavam intactas grandes áreas de florestas, como reserva para futura extensão do cafezal, que domina em forma de monocultura o horizonte. Esta paisagem também se repetia no Paraná antes da crise de 1929, como asseguram Lysia C. Bernardes (1953, p. 26), Müller (1956, p. 73) e Cancian (1977, p. 235 - 249), quando esta autora comprova que em torno de 50% da

área do “Norte Pioneiro” estava em matas e que a grande concentração em torno do café, embora não permita afirmar a monocultura, evidencia a expressiva presença da rubiácea.

Contudo, a coexistência da pequena propriedade com a tradicional fazenda era manifesta e apontada por Monbeig sob a inscrição do “traço mais original do mundo pioneiro às vésperas da crise de 1929”, por toda a parte. As agudas oscilações dos preços do café, que retiravam a rentabilidade da cultura e convertiam a terra em negócio mais lucrativo, e o desenvolvimento dos meios de circulação colocariam, acentuadamente, lado a lado, fazendeiros e sitiantes.

Quando se dizia que “povoar era sinônimo de abrir fazendas” isto era bem verdadeiro para as zonas cafeeiras mais antigas. A frase deixou de ter o mesmo significado no oeste paulista e no norte do Paraná, porque aí, outro tipo de estabelecimento se associou definitivamente ao pioneirismo. O “sítio”, a pequena propriedade, que, em outras regiões de São Paulo, surgia antes como produto de longa evolução fundiária, constituindo etapa dificilmente atingida quando a valorização das terras era acentuada, passou, aqui, a figurar como elemento da estrutura fundiária primária. (IBGE, 1964, p. 132)

### 2.3.2 Vastidão Multicolor

Mas seria mais “assombrosa” essa revolução quando do loteamento pelas sociedades especializadas, “verdadeiros empreendimentos de colonização, de caráter capitalista”, quando se abriria uma “nova fase na economia pioneira”, nas palavras de Monbeig (1953, p. 400). O método comum a estas empresas imobiliárias baseava-se no cuidado de “não deixarem as cousas ao acaso”, planejando a ocupação, com vistas a comercializar uma “mercadoria suficientemente padronizada”. Leite (1972) afirma que as incertezas dos títulos das terras na frente pioneira contribuíram para que estes negócios imobiliários prosperassem sobre outras formas de comércio.

FIGURA 2.26 MOSAICO DE AEROFOTOS DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ NAS PROXIMIDADES DO RIO IVAÍ E DO PATRIMÔNIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ [1] Fonte: ITCG, SEMA, 1952 – 1954.



Revolucionou-se a paisagem, diversificando-a, onde imperaria “a desordem, pela mistura de grandes plantações com pequenos cultivos e com trechos da floresta poupados provisoriamente” (MONBEIG, 1984, p. 203). As observações de Nilo Bernardes (IBGE, 1964) reforçam que dessa diversificação fundiária, econômica e social, novas paisagens culturais se originariam. A fragmentação do solo atingiria seu apogeu.

O traçado dos lotes é o mesmo em toda a parte e, seguramente, é o mais fácil e o menos oneroso no trabalho do loteador. Basta continuar aplicando o sistema utilizado desde o começo da fragmentação da gleba, que consiste em assegurar, tanto ao fazendeiro como ao pequeno sitiante, o acesso, ao mesmo tempo, à água e ao espigão, pois os dois continuarão a servir também como fronteiras naturais. O lote do sitiante será, portanto, uma fazenda em miniatura, mais estreita e menos comprida. (MONBEIG, 1984, p. 221)

Como exposto acima, no norte do Paraná, a pequena e a média propriedade já estavam presentes desde o século XIX, mesmo que em flagrante minoria espacial e de forma espontânea. Porém, seriam comercialmente propagadas a partir dos loteamentos privados das colônias Primeiro de Maio e Sertanópolis, desde o início da década de 1920, em razão de características locais.

Este sistema de loteamento aí aplicado, deve ser atribuído mais às condições locais de clima e relevo. Não se dispunha aí de largos espigões para o estabelecimento de grandes fazendas e o relevo bastante rebaixado devido à proximidade dos grandes vales do Tibagi e do Paranapanema impedia a monocultura cafeeira pois só junto aos divisores podia ser cultivado o café. (BERNARDES, L., 1953, p 32)

A partir da década de 1930, quando grandes companhias de capital internacional, destacadamente a CTNP, e, mais adiante o próprio governo estadual, começam a se organizar para parcelar e vender suas terras, a superioridade numérica e física da pequena propriedade far-se-ia sentir decididamente. A paisagem resultante ganharia em “variedade” e em “colorido”.

[...] fugindo dos vales e depressões, o café começa à meia-vertente a subida para o espigão, deixando as terras mais baixas para os pastos e outras culturas. Paralelas aos cursos d'água, formam-se, assim, faixas de ocupação diferenciada em altitude que, com o verde esmaecido dos pastos e carregado dos cafezais, traçam as linhas mestras da paisagem. (MÜLLER, 1956, p. 81)

Por outro lado, esse sistema de cultura “tende a esconder, na paisagem, os traços particulares da estrutura fundiária”, já que “são menos visíveis no terreno que na planta” (MONBEIG, 1953, p. 464). Somente “as manchas de um verde mais carregado dos pomares e os tetos avermelhados das casas, formando uma fileira irregular e separada por distâncias desiguais” (MONBEIG, 1984, p. 268) alteraria a uniformidade da paisagem. A monocultura não mais fazia parte do novo momento pioneiro, dada o acesso à propriedade de pessoas das mais variadas posses e a necessidade do plantio para a subsistência. Eclodiria a policultura.

[...] A paisagem perdeu em monotonia o que as atividades humanas e a estrutura social ganhariam em diversidade. A franja pioneira não

mais conhece a homogeneidade que, durante os três quartos de século em que o café foi o rei incontestável, havia sido a garantida de uma estabilidade hoje desvanecida. (MONBEIG, 1984, p. 321)

Outro importante fator para a transformação da paisagem refere-se ao desenvolvimento dos meios de circulação. Se em São Paulo a ferrovia fora uma “criadora de paisagens”, nas palavras de Matos (1974, p. 113), no norte do Paraná, a rede de estradas seria fundamental para facilitar a vida na zona pioneira, organizando uma “semeadura linear” das casas. Monbeig (1984, p. 232 - 233), observando a concepção do sistema rodoviário da CTNP, “a melhor estrada dos espigões pioneiros”, sustenta que os traçados são orientados para combater o isolamento e amparar a economia comercial que aí se desenvolve. Lévi-Strauss (1996), percorrendo essa região em 1935, afirma que era impossível saber se existia vida em seu percurso a cavalo.

[...] os lotes compridos encostavam, de um lado, na estrada, de outro, no riacho que corria ao fundo de cada vale; mas foi embaixo, perto da água, que se iniciou a colonização; a ‘derrubada’ foi subindo lentamente a encosta, de tal modo que a própria estrada, símbolo da civilização, permanecia como que embainhada dentro da densa cobertura florestal que, ainda por alguns meses ou alguns anos, continuaria a cobrir o alto das colinas. [...]. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 113)

Tal panorama se acentuaria em conseqüência da conjuntura favorável ao café, em meados da década de 1940, quando por atividade governamental e decididamente pela iniciativa particular – quer companhias imobiliárias ou empreendedores solitários - a fronteira agrícola seria impulsionada até a ocupação total das terras disponíveis no norte do Paraná. De acordo com dados apresentados por Cancian (1977) e retrabalhados na TABELA 2.1, acerca da estrutura fundiária da região cafeeira, construído com base em censos agrícolas, constata-se a quase quadruplicação da área de pequenos estabelecimentos

TABELA 2.1 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA – EM PORCENTAGEM [ÁREA EM HECTARES E NÚMERO PROPORCIONAL]

CENSO	1940		1950		1960		1970	
	ÁREA	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO
MENOS DE 50 HA	16,47	69,58	22,61	76,89	38,00	89,14	48,80	94,88
DE 50 A 200 HA	24,69	22,23	24,83	17,56	22,23	8,53	17,32	3,93
MAIS DE 200 HA	58,84	8,19	52,56	5,55	39,77	2,33	33,88	1,19

FONTE: CENSOS AGRÍCOLAS DE 1940, 1950, 1960 E 1970 APUD CANSIAN, 1977, P. 359

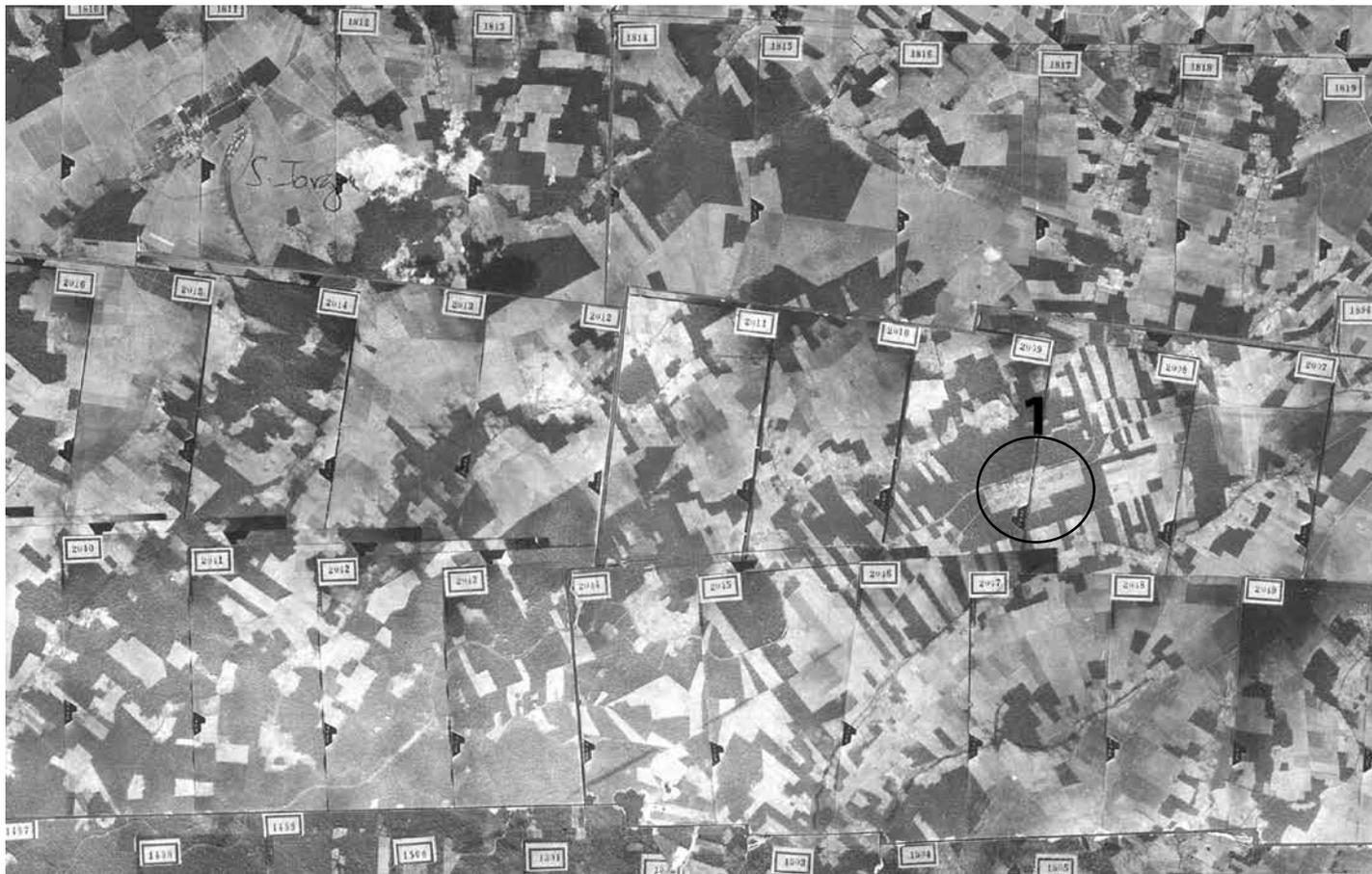
agropecuários (de menos de 10 a 50 ha) e a diminuição em mais de 40% da área dos grandes (com mais de 200 ha), entre 1940 e 1970. Se no início desse período o número dos pequenos estabelecimentos já representava quase 70% do total, em 1970 esse número seria quase 95%.

Contudo, verifica-se que os grandes estabelecimentos embora tenham diminuído tanto em número quanto em ocupação da área, ainda permaneciam em 1970 ocupando 1/3 da área total da região. A autora do estudo assinala, todavia, que além da divisão em decorrência do loteamento da terra, a atomização observada

também se deve pelas várias formas de “tenência” da terra, quer seja, modos diversos de exploração da terra sem alteração da posse.

A superioridade quantitativa da pequena propriedade alteraria profundamente a relação espacial secular no Brasil entre o campo e o urbano. A paisagem resultante seria incrementada por uma profusão de “patrimônios”, um elemento a mais que combateria o isolamento do sitiante e que servia como chamamento para outros mais. E tal fato as companhias compreenderam e alardeavam e a isso se orienta o próximo capítulo.

FIGURA 2.27 - MOSAICO DE AEROFOTOS DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ NAS PROXIMIDADES DO NASCENTE PATRIMÔNIO DE PAIÇANDU [1] Fonte: ITCG, SEMA, 1952 – 1954.



## CAPÍTULO 3

# AS CIDADES E AS COMPANHIAS

**[...] SEU RÁPIDO CRESCIMENTO, SUA ANIMAÇÃO, SUA RIQUEZA AGEM COMO ESTIMULANTES E CONSTITUEM MOTIVOS DE ORGULHO PARA OS HOMENS DO CAMPO, MUITOS DOS QUAIS ACABARÃO EXPERIMENTANDO O FASCÍNIO DA CIDADE. [...]**

[PIERRE MONBEIG, EM 1952]

**Muito já se escreveu** sobre o avanço da fronteira no Brasil. A respeito de sua dinâmica no norte do Paraná, alguns trabalhos se concentraram na transformação da paisagem rural, outros na progressão do povoamento, uns na estrutura econômica e fundiária, vários no cotidiano dos pioneiros, mas poucos se dedicaram no entendimento do papel das cidades.

Certamente, a magnitude territorial e demográfica e a expectativa econômica advindas do universo rural atraíram a atenção dos pesquisadores, pois, em geral, os estudos sobre as cidades nesse movimento estão aquém de sua importância. As pioneiras e as recentes pesquisas não contemplam a magnitude do fenômeno - aquelas pela proximidade temporal e as últimas pelo limitado recorte. Felizmente, existem exceções: os escritos de Pierre Monbeig, fundador no panorama brasileiro, e o do enciclopédico compêndio estruturado pelos geógrafos do IBGE, em 1964, dedicam extensa atenção, embora não se restrinjam a essa abordagem. Todavia, não há sequer um estudo que se oriente para o entendimento do particular conjunto de cidades na ocupação dessas terras e que contemple a total dimensão urbana do que foi a fronteira do café no norte do Paraná.

Neste capítulo, ao contrário da perspectiva “tradicional” sintetizada no anterior, procura-se observar a constituição do universo pioneiro norte paranaense sob um prisma particular, o de seu conjunto urbano. Confrontando fontes primárias e secundárias, estudar-se-ão as cidades novas do norte do Paraná, especificamente aquelas criadas por companhias imobiliárias, fundadas em conseqüência do singular processo de parcelamento das terras que atingiu o longo desenvolvimento da fronteira do café. Conseqüência direta de um ambiente político propício no Estado e de uma favorável conjuntura socioeconômica nacional, a ação dessas empresas promoveu ímpar atividade fundadora dentro do cenário brasileiro. Porém, com esse enfoque, não se pretende rediscutir aspectos bem ou mal trabalhados nas últimas décadas sobre o avanço da fronteira no Paraná ou mesmo sobre a estrutura econômica e social do fenômeno, mas explorá-lo sob um viés certamente original.

Estrutura-se a exposição do geral para o específico. Desse modo, principia-se com contribuições que confirmam a cidade como um dos elementos fundamentais do povoamento, evidenciando as razões e as características de sua existência. Em seguida, orienta-se para o conjunto de cidades novas ora investigado, quando se examina o processo de assentamento pelo tempo e sob o espaço. Logo após, apresentam-se as companhias e as suas “versões” sobre os empreendimentos que fundaram. Leitura que finaliza o presente capítulo deve-se ao particular olhar para os núcleos urbanos em formação: descreve-se a paisagem e atenta-se para o cotidiano vivido; sob o prisma arquitetônico, objetiva-se captar as nuances volumétricas e as características dos domínios. Constitui-se como contraponto ao foco propagandístico das companhias sobre seus empreendimentos.

Depois e concomitantemente de avançar sobre o oeste paulista, criando novas cidades e abandonando outras, a fronteira do café estimulou um conjunto urbano de extrema densidade no norte do Paraná, experiência que o conecta com inúmeras outras semelhantes espalhadas pelo mundo, na construção desse que é o maior artefato humano, a cidade.

### 3.1. A CIDADE NA FRONTEIRA DO CAFÉ NO NORTE DO PARANÁ

**NÃO HÁ COMO SUBESTIMAR, NESSE CÔMPUTO, A DECISIVA INFLUÊNCIA EXERCIDA PELAS CIDADES NOVAS QUE SE ABRIAM NO NORTE DO ESTADO, AS QUAIS SERVIRAM DE VERDADEIRAS BALISAS (SIC) DELIMITANDO A PENETRAÇÃO DO VIGOROSO SURTO DE PROGRESSO.**

[FOLHA DE LONDRINA, EDIÇÃO DE 6 DE JANEIRO DE 1955]

No trabalho de Wachowicz (1987) sobre os iniciais movimentos de incisiva ocupação do norte do Paraná, apreende-se que os primeiros núcleos urbanos fundados no norte do Paraná datam do século XIX. Resultaram do movimento à procura de novas áreas por parte de fazendeiros e tropeiros mineiros, quando as terras nos vales dos rios Itararé e Cinzas ainda se registravam na então Província de São Paulo. Provinham de um costumeiro processo de fundação de patrimônios observado na história brasileira, mediante doação de uma parcela da propriedade pelo fazendeiro, na qual se reservava o domínio religioso para a futura capela. Eram cercados por vastos latifúndios, razão de ser do afluxo dos migrantes; o café ainda não figurava como cultura principal. Alguns desses patrimônios não resistiram às intempéries naturais e ao isolamento e, com frequência, mudavam de localização, desapareciam ou eram incorporados pelos núcleos vizinhos.

Em meados da década de 1920, estimulado pela construção da estrada de ferro São Paulo – Paraná, um novo ímpeto de povoamento se registrou. A melhor conexão permitia o avanço determinado das fazendas de café e algumas cidades surgiram das estações ferroviárias. Ao mesmo tempo, e cada vez mais, companhias se organizavam para parcelar glebas rurais e fundar patrimônios. De fato, como destaca Monbeig (1984, p. 204)<sup>1</sup>, uma nova e mais complexa paisagem abrir-se-ia com o avanço da frente pioneira, não mais cenário de extensas fazendas, pois “a cidade e o pequeno povoado rural assumiram uma importância desconhecida até então.

Nasceram da estação ferroviária ou na estrada de rodagem. Outrora dizia-se ‘fulano abriu tal fazenda’, agora diz-se ‘fulano fundou tal cidade’”. Iniciou-se em São Paulo e adentrava-se concomitantemente no Paraná, um complexo fenômeno no qual a criação deliberada de cidades seria uma das principais garantias de êxito dos esforços, sobretudo com as boas perspectivas abertas pela cafeicultura no Estado sulino a partir de meados dos 1940.

Reportando-se à obra inicial daquele autor (MONBEIG, 1945, p. 12), retomada por Müller (1956, p. 81), percebe-se a fundamental importância da face urbana na fronteira. Para ambos, os “dois elementos distintos, porém inseparáveis” que permitiram o povoamento do norte do Paraná foram a “colonização rural e a fundação de núcleos urbanos”. Com efeito, a validade dessa equação persistiria por todo o período aqui analisado, como também a variedade dos procedimentos fundadores: povoados que surgiram espontaneamente a partir de estabelecimentos comerciais de beira de estrada; patrimônios nascidos indistintamente da doação de gleba por um fazendeiro; sedes concebidas por iniciativa governamental dentro de seus planos de colonização interior; núcleos advindos da repartição de lotes em modestos traçados pela ação individual de um loteador; ou concebidos por organizações comerciais de qualquer porte. A essa totalidade, concomitantemente estruturada, volta-se a investigação neste tópico.

#### 3.1.1 As razões essenciais

O controverso debate acerca dos motivos que explicariam o surgimento das cidades talvez não encontre campo fértil na fronteira do café. Kostof (1991) expõe, após sumariar as hipóteses das “variadas escolas” sobre as origens urbanas e as armadilhas desses embates, que as cidades sempre resultaram de um ato de vontade, coletivo ou individual. Dessa forma, defende que não existe um fator comum singular responsável pela emergência das cidades, mas que vários e interdependentes motivos trabalham, em diferentes composições. Assim, “[...] towns may have been spawned for specific reasons that have to do with the purposes they were intended to serve” (KOSTOF, 1991, p. 34). Quais seriam, então, as razões para o surgimento de cidades nesse movimento?

Pode-se afirmar que às aglomerações urbanas criadas na fronteira do café cabia a essencial função de ser o “mercado

<sup>1</sup> Pierre Monbeig é um dos raros que esquadrinha o fenômeno urbano na fronteira. Portanto, os próximos parágrafos orientar-se-ão pelos escritos do professor francês. Ressalta-se, contudo, que suas investigações não contemplam toda a extensão temporal da fronteira do café no Paraná: sua última viagem a este território data de 1949 (SALGUEIRO, 2006).

de abastecimento e de exportação” (MONBEIG, 1945, p. 12). Primordialmente, esses núcleos eram o ponto de referência para o recomeço da vida e para a sucessão das atividades. Nas realizações empresariais, a prévia instalação dos hotéis e de seus escritórios indicava por onde os pioneiros deveriam inaugurar os procedimentos para seus empreendimentos pessoais e/ou familiares. Os prestadores de serviços e as casas comerciais eram indispensáveis para que as atividades do cotidiano de sitiantes e citadinos pudessem se organizar; as serrarias e os pesados maquinários constituintes fundamentais para o aproveitamento local do fruto do corte da floresta e para as primeiras economias. Eram bases de suprimento e, muitas vezes, de trocas comerciais.

Mas também eram pontos de convergência política, religiosa, educacional e cultural, pois as crianças precisavam dirigir-se para a escola, as famílias para as igrejas e todos para as ruas e praças, quando estas ainda faziam muito sentido para a convivência pública: na inauguração da primeira lâmpada elétrica, para uma reunião vislumbrando a instalação do município ou para a celebração religiosa. Apesar da proeminência da função mercantil, tais propriedades reunidas rompiam o distanciamento dos moradores da zona rural, embrenhados em suas atividades cotidianas: “[...] Tendo em vista esse povoamento rural e com o escopo de criar, desde agóra, um centro de intercambio (sic) comercial e social para os colonos que ali se radicarem, é que se projetou e levou a efeito a criação desse Patrimônio (sic)” (CARTÓRIO D E REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. Processo de Inscrição da Cidade de Borrazópolis, 1949).

Desse modo, convincente perspectiva se descortina ao se ater aos termos de Becker (1985, p. 358), para quem “a fronteira é a outra face do espaço urbanizado; sua integração é a integração ao espaço urbanizado, e se efetua através do urbano”. Ou seja, a fronteira é o vir a ser de um cenário de urbanização em que as cidades apresentavam-se como protagonistas. Sob ascendência da teoria marxista e centrando-se no estudo do urbano e da urbanização da fronteira paulista, Silva (1988, p. 33) complementa que as cidades eram fundamentais para a circulação e reprodução dos capitais.

[...] The urban centers in a dynamic frontier are part of the circulation circuit and as such are important in increasing profits from the agricultural production. The vitality of these centers depends on the extent of agricultural production and on the stage of frontier expansion. When the frontier is in the

capitalist stage, then a system of urban centers corresponding to a market system becomes more integrated into the rural areas. [...].

Nesse universo, algumas cidades estenderiam sua influência para além de seus limites territoriais, alargando suas funções urbanas; tornar-se-iam “capitais regionais”. Aqui, o comércio e as indústrias se especializariam ao mesmo tempo em que a prestação de serviços atingiria distinto patamar, por exemplo, com a instalação de estabelecimentos bancários e com a concentração da máquina burocrática. Monbeig (1984, p. 363 – 374) pondera que não se distinguiam pela diversidade das funções, mas pela escala de abrangência. Na maioria das vezes, essa crescente distinção surgia sem planejamento prévio; outras, provocada pelas próprias companhias. Mas sempre advinham de fundamental aspecto: a sua posição na rede de cidades.

### 3.1.2 A rede urbana

Na história nacional, a fronteira do café tornou-se reconhecidamente um período de intensa urbanização (MARX, 1980; REIS FILHO, 1995). Salieta Kostof (1991, p. 38) que uma cidade nunca se sustentou desacompanhada de outras - “cities come in clusters”. De fato, uma das distintas características desse movimento configurava-se na interdependência entre os núcleos urbanos, desde sua gênese. Os recém-fundados apoiavam-se na estrutura intra-urbana dos próximos já estabelecidos e, em alguns casos, assim permaneceriam. Com o avanço do povoamento, formava-se paulatinamente uma rede de cidades que os conectavam entre si e com o restante do país. Frequentemente nos jornais, pelas notícias e propagandas, e nos processos de aprovação de loteamento são expressas as preocupações com distâncias e ligações entre os empreendimentos.

Inspirando-se em Bowman (1931), Pierre Monbeig expõe a recusa do pioneiro ao isolamento econômico e moral<sup>2</sup>. Ambos

<sup>2</sup> O geógrafo norte-americano Isaiah Bowman - cuja obra *The Pioneer Fringe* (1931) teve certa ascendência sobre Pierre Monbeig -, por exemplo, ao promover uma leitura universalizada sobre os movimentos da “franja pioneira” ao seu tempo, dentre tantos aspectos relatados, sequer se utiliza de um parágrafo para ressaltar o papel das cidades, na parte do trabalho dedicada à exposição geral do assunto. Entretanto, Bowman refere-se frequentemente às comunicações, à escola e à igreja, no que é seguido por Monbeig (1984, p. 229); e um e outro ressaltam que essas novas exigências dos precursores os converteriam em pioneiros “modern style”.

ressaltam vários aspectos indispensáveis para que a vida pioneira fosse bem-sucedida, embora somente o geógrafo francês estendesse sobre a relação entre as cidades e as vias de comunicação. Essencialmente, estas seriam o elemento primordial, “a melhor garantia da vida urbana”, como avança o professor e pesquisador francês. Tão grande a inter-relação entre as vias de comunicação e os núcleos, que se reconhecia uma classificação particular: as cidades “boca de sertão” e as “pontas de trilhos”<sup>3</sup>.

As distâncias configuram-se, portanto, em elementos de primeira ordem de preocupação, revelando a atribuição das ferrovias e estradas de rodagem como “agentes de povoamento”. Nesse aspecto, ressalta-se a perfeita compreensão desse fator por parte das companhias imobiliárias, sobretudo as maiores, pois assumem as conexões como o princípio geral que regeria seus empreendimentos, “racionalmente calculados”, ponto indispensável para o sucesso dessas iniciativas imobiliárias.

**A proximidade de uma cidade é uma condição necessária** para que o futuro pioneiro se decida a comprar um sítio. [...] A grande empresa do loteamento procura lutar contra o isolamento do sitiante e faz, conjuntamente, os planos de loteamentos rurais e de uma rede de estradas e de estabelecimentos urbanos (patrimônios). Seus escritórios elaboram uma estrutura agrária planejada. (MONBEIG, 1957, p. 462, grifo nosso)

O progresso da construção das “paralelas de aço” e o avanço da fronteira do café assumiram variadas configurações. A célebre expressão permite uma instantânea visualização dessa relação: cidades que se sucedem “como contas de um rosário, ao longo das ferrovias” (MONBEIG, 1984, p. 125). Na Noroeste, onde “os trilhos haviam precedido o pioneiro”, um “verdadeiro rush” mesclava pressa e confusão que “facilitavam todos os tipos de negócios imagináveis sobre as terras e os títulos de propriedade”, que relembra a “tradição americana” (MONBEIG, 1984, p. 196 - 197). Posteriormente, no norte do Paraná, o “estreito entendimento” entre

a empresa loteadora e ferroviária – a então CTNP - permitiria “fazer melhor as cousas” (MONBEIG, 1984, p. 229). De fato, o exemplo do empreendimento da então empresa inglesa, nesse aspecto, torna-se ilustrativo pela dimensão, mas não único no movimento geral. Intervalos regulares para a fundação de núcleos urbanos já eram prática reconhecidamente apropriada.

[...] Por necessidade ferroviária - cruzamento de trens, abastecimento de água ou de lenha – de quinze em quinze quilômetros, mais ou menos são estabelecidas estações ou simples “chaves”, para as quais convergem o homem e suas riquezas ou em cujas margens traçam-se cidades que florescem rapidamente. (MATOS, 1974, p. 116 – 117)

E como confirma Monbeig (1945, p. 17), em sua primeira descrição sobre a experiência em abertura no norte do Paraná: “esta constância é pensada, é o resultado de um plano maduramente concebido. [...] O raio de ação destas estações determinou a localização dos centros de povoamento urbano; [...]”. Portanto, experiência organizada, mas não exceção nem novidade de ingleses no norte do Paraná. Realmente, não deixa de ser instigante ponderar sobre a semelhante experiência de fundações de cidades ao longo das ferrovias no movimento norte-americano, descrita com detalhes em Reys (1979), para conjecturar se esse fenômeno era já internacionalmente reconhecido e difundido à época.

Mas se no Estado de São Paulo a estrada de ferro tornou-se fundamental para a fixação do povoamento e o desenvolvimento das regiões, como defende Matos (1974, p. 114), no norte do Paraná, deve-se ao automóvel o desenho da rede viária da frente pioneira. Dada a limitada extensão - projetada e executada – e tardia implantação da linha ferroviária, as estradas de rodagem configuraram-se nos principais elementos de conexão da fronteira. Caminhões, jipes, jardineiras e ônibus multiplicariam ou mesmo substituiriam os benefícios da estrada de ferro. Mesmo na característica “disposição linear” no Estado de São Paulo, os caminhos rodoviários assumiriam importância cada vez maior no cenário pioneiro e permitiriam que o avanço prosseguisse para além do eixo ferroviário, conectando as diversas zonas. Desse modo, a rede assumiria uma “disposição quadricular”, contribuindo para a consolidação da sociedade urbana (MONBEIG, 1984, p. 363 – 365).

Mas outro expediente era empregado quando da impossibilidade rodoviária: o deslocamento por avião. De fato, alguns planos originais esboçam essa preocupação, localizando o “aeroporto” nas proximidades do incipiente núcleo urbano. Não

<sup>3</sup> Nilo Bernardes (IBGE, 1964, p. 74), em curto trecho, expõe sucintamente essa relação: “[...] A via férrea progride aos saltos, tendo por ponto terminal durante três ou quatro anos um centro urbano importante, uma ‘ponta de trilhos’. Durante este período se forma mais adiante um novo foco de densidade, nasce e se desenvolve uma pequena cidade pioneira, uma ‘boca de sertão’. Quanto mais a ferrovia avança, mais a ‘boca de sertão’ se anima, progride subitamente, enquanto a antiga ‘ponta de trilhos’ perde seu ar turbulento, embora não paralise o progresso urbano”.

raro, o pouso da aeronave - repleta de possíveis compradores - dava-se na avenida principal, sob os olhares curiosos e animados dos moradores, conforme relata Aristóteles Coelho Rosa, (ver FIGURA 3.35) para Xambrê<sup>4</sup>. Segundo o proprietário da empresa “Brasil – Paraná Loteamentos e Colonização Ltda.”: “[...] Inicialmente o nosso aeroporto, era a própria avenida central em Querência do Norte. Colonizamos tudo aquilo! [...]” (FRANCHELLO, 2001, apud HARACENKO, 2002, p. 66) ver FIGURA 3.35. Paradoxalmente, outro partícipe direto, ao relatar a intensidade do tráfego aéreo, enfatiza a predileção das estradas aos instrumentos para guiar os aeroplanos na imensidão rural<sup>5</sup>.

E para quase todo o Planalto Ocidental, muito em razão da “relativa uniformidade” da topografia, uma lógica geral para a implantação do sistema de transporte utilizando-se dos interflúvios. Assim, o relevo determinava as vias de comunicação, que por sua vez estabeleciam privilegiadas localizações para as aglomerações urbanas; formava-se uma rede de cidades que as posicionava no cenário da fronteira mediante sua situação geográfica, qual uma “rede hidrográfica invertida”.

A fundação de “patrimônios”, já determinante aspecto na fronteira, tornar-se-ia uma atividade imobiliária que assumiria maior e destacado papel, fato que pode ser evidenciado através das propagandas que as próprias companhias difundiam. Deffontaines (1944), Azevedo (1957, p. 57 - 59), Lévi-Strauss (1996, p. 108), Bernardes (IBGE, 1964, p. 74), Marx (1991) e o próprio Pierre Monbeig enfatizam a transformação da lógica de criação de patrimônios no Brasil, assinalando a existência de dois tipos de patrimônios: os religiosos e os leigos<sup>6</sup>. Nas palavras de Pierre Monbeig,

A terra que, na época colonial, era dada a um santo, por um rico proprietário. Construía-se uma capela no centro deste terreno, e os caboclos se instalavam em volta. O doador lhe concedia autorização para residir aí e construir, mediante puros módicos, que teoricamente eram pagos ao santo proprietário do terreno. Era o ponto de partida de uma aglomeração de caráter urbano. A

instituição é progressivamente laicizada, mas a porção do solo consagrada a um loteamento urbano recebe sempre o nome de “patrimônio”. No fim das contas, um patrimônio é uma fundação urbana. (MONBEIG, 1957, p. 118)

Ghirardello (2002, p. 125 - 157), apoiado na tese de Marx (2003), corrobora expondo essa transformação de sentido e de fato para a porção central do território paulista, quando até mesmo a Igreja, através da Fábrica Paroquial, passaria a compreender o jogo capitalista. Da tradição religiosa, talvez só o hábito de elevar uma cruz na clareira na espera de um futuro garantido. Mas nem todas as cidades “triunfavam”. Vale destacar a quantidade de “cidades-mortas” que o rastro da fronteira do café havia deixado na memória das pessoas e conservado nos escritos de Monteiro Lobato (1882 - 1948)<sup>7</sup>. No Paraná, o exemplo da Cidade Governador Munhoz da Rocha tornou-se emblemático: estabelecida pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração junto à margem esquerda do Rio Piquiri, em 1953, e desenhada pelo engenheiro arquiteto Gustavo Gama Monteiro, expressava claramente os princípios modernistas da Carta de Atenas em sua concepção (Folha de Londrina, edição de 29 de Agosto de 1954). Fruto do conjunto de obras que celebravam o centenário da emancipação política do Paraná, aquela no interior, não resistiu à troca de governo e seu núcleo urbano foi paulatinamente retalhado em fazendas (Estado do Paraná, edição de 21 de Abril de 1990). Existia o risco, e a especulação – política e econômica – em torno da fundação de um patrimônio várias vezes determinou uma curta efervescência.

As conexões, entretanto, não eram as únicas condições para o êxito da vida urbana no norte do Paraná. Outro ponto fundamental abordado pelo trabalho de Monbeig (1984, p. 341 - 346) e corroborado pelo de Cancian (1977, p. 276) é o papel da pequena propriedade. Há muito era difundido o conhecimento acerca da dificuldade de cidades nas proximidades de grandes propriedades vingarem.

[...] ah, só o café formou Londrina, né. Londrina só é a custa de café, à custa de pequenos, né? Porque Londrina hoje ainda é melhor cidade aqui no norte do Paraná? Aí não tem, em redor de Londrina, só sitiante pequenos, né? Eles é (sic), sitiante pequeno não pode ir pra São Paulo, não pode ir pro Rio, pra comprar. Ele compra ali mesmo, não acha, né? **Cidade que tem em redor fazendas, não vai.** (parte do depoimento de Fritz Waldoffner, de Londrina apud LOPES, 1992, p. 118, grifo nosso)

Nos primórdios, a função comercial e a industrial seriam sustentadas pelo afluxo permanente de pessoas, situação oposta à vida quase “autônoma” da fazenda. Müller (1956, p. 85) evidencia esse

<sup>4</sup> Depoimento concedido ao autor em 11/09/2008.

<sup>5</sup> Conforme depoimento do engenheiro agrimensor Kazutoshi Shibuya concedido ao autor em 11/11/2008.

<sup>6</sup> Magnanini (IBGE, 1964) apresenta uma detalhada descrição sobre as origens dos principais patrimônios no Planalto Ocidental observando a diferença entre os patrimônios leigos e religiosos.

<sup>7</sup> Cidades Mortas, conto inserido no livro homônimo Cidades Mortas, de 1919.

argumento, na medida em que para ela “a fundação de patrimônios, verdadeiros embriões de cidades, segue de perto a colonização rural; o seu próprio desenvolvimento posterior está na dependência da progressão da ocupação da terra”.

No cenário acadêmico paranaense, não se pode asseverar que a historiografia estadual desconsiderou a importância da criação de cidades no desenvolvimento da fronteira, como já exposto para o debate norte-americano no Capítulo 1. Contudo, o seu avanço é marcadamente ponderado pelo prisma agrícola, muito em razão da expressão socioeconômica que o setor primário representava para a economia estadual e nacional. De certa forma, às cidades foi relegado um papel secundário na História. A tendência refletida na grande maioria dos trabalhos dos historiadores e dos geógrafos que se debruçaram em narrar a formação desse território é menosprezar a parte urbana dessa equação. Quando muito, ocupam-se de parte da realidade urbana produzida; nenhum contempla todo o universo urbano no norte paranaense.

Mas o entendimento da primazia urbana era fato disseminado à época. Destaca-se, nesse aspecto, parte incomum de um processo de inscrição de loteamento. Trata-se do acervo depositado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Apucarana, em 1946, preparado pelo engenheiro civil Alexandre Beltrão, herdeiro e responsável técnico da “Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda.”. O propósito era a retomada do processo de retalhamento das terras concedidas ao seu pai, o também engenheiro civil Francisco Gutierrez Beltrão, pelos préstimos profissionais ao governo estadual no período de 1922 a 1928, ao sul do Estado. A distinção se deve pela aguda percepção da relação entre o processo de povoamento do território e de criação de cidades. A leitura do engenheiro civil supracitado figura como única, pelos memoriais analisados. De início, ele adverte que a organização interna e a relação com as instâncias maiores são importantes e reveladoras de uma preocupação inicial que distingue as iniciativas fundadoras.

Na fundação de uma cidade em região afastada e ainda revestida de floresta, a iniciativa exige maiores cuidados. As garantias de seu crescimento dependem principalmente do critério com que for atendida a fase inicial de formação, porque é preciso criar desde logo uma estrutura modesta de sociedade organizada, estabelecer uma norma de articulação com a vida administrativa do Estado, sem o que o povoado não evolue ou então cresce descolorido, sem características próprias, sem raízes duradouras e alimentado apenas pelo espírito de lucro imediato nas transações comerciais da fase do desbravamento. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE

APUCARANA. Processo de Inscrição da Cidade de Tamboara, 1946)

Ao procurar diferenciar o trabalho das grandes empresas das pequenas iniciativas, aponta que a especulação imobiliária e as correlatas conseqüências, ao invés da colonização do território, se instituiriam. Dessa forma, os resultados seriam problemáticos, tanto para a técnica como para as finanças. A perspectiva relatada, entretanto, salienta tanto as responsabilidades iniciais que as empresas assumiam como também as possibilidades político-administrativas dos núcleos em formação.

Quando pequenas empresas ou particulares iniciam a venda de lotes urbanos para a fundação de um povoado, em glebas de área insuficiente para o parcelamento simultâneo da zona rural que lhe deverá servir de garantia econômica (sic), são levados a criar facilidades de aquisição desses lotes, pela oferta a preços reduzidos, em prestações a longo prazo. Estimulam-se, desta forma, os primeiros estabelecimentos para a valorização posterior dos lotes restantes. A primeira fase de instalação do povoado, quando seria indispensável proporcionar aos moradores a assistência sob todas as modalidades, coincide (sic) então com o período das vendas baratas, do pequeno rendimento do capital aplicado no empreendimento. Dada a incerteza sobre a evolução do povoado, a solução é limitar ao mínimo as despesas iniciais, aguardar que a maior procura dos lotes permita o aumento do preço para, com os novos recursos, ampliar a zona urbana pela incorporação de novas ruas e novas quadras. [...]

[...] Resulta daí o crescimento em superfície, sem o desenvolvimento paralelo dos serviços de interesse coletivo. Os trabalhos elementares e fundamentais de fixação dos eixos de arruamento, dos futuros alinhamentos prediais, são tratados com simplicidade e empirismo, sem continuidade, e já constituem, desde esse momento, um anúncio dos pequenos encargos para a futura administração da vila ou da cidade em perspectiva. Em geral, quando o povoado já possui 300 ou 400 casas, os melhoramentos públicos são imperativos e a execução de qualquer um deles dá em resultado o surto imediato de desenvolvimento pela afluência de novos moradores. O programa dos trabalhos, dentro de um curto período já é insuficiente para atender às necessidades coletivas, surge a desproporção crescente entre o que é possível fazer com os recursos normais e o que é urgente realizar para combater o estacionamento ou a decadência. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. Processo de Inscrição da Cidade de Tamboara, 1946)

Portanto, a organização empresarial tornar-se-ia o melhor expediente para os trabalhos necessários na área de fronteira. “A fundação de um centro urbano, mesmo de pretensões (sic) modestas, não pode comportar interesses de pequena economia. É sempre um trabalho que sendo mal conduzido cedo ou tarde provoca reflexos prejudiciais na economia do país” (CARTÓRIO DE REGISTRO DE

IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. Processo de Inscrição da Cidade de Tamboara, 1946). Na compreensão desse panorama, a referida empresa propõe, para uma de suas glebas, uma ocupação organizada em fases, na qual se daria o desenvolvimento do núcleo urbano, derivando a inicial responsabilidade da empresa para os moradores, quando já cidade sede do município (ver FIGURA 3.9). Sua defesa adianta um quadro que em breve se instalaria decididamente no norte do Paraná, “[...] quando a criação de cidades era mais um fato de emprêgo de capitais do que uma necessidade social” (MAGNANINI, IBGE, 1964, p. 114).

A existência desse conjunto de cidades não era fruto do acaso, mas de uma intrínseca relação com o universo rural e sua economia. Certamente uma aposta no futuro, mas fundamental para que o presente na fronteira se estabelecesse. Era a outra parte refletida no espelho. Ambos, frutos de um movimento de choque e de reajustamento da sociedade. Contudo, do intenso rearranjo da paisagem rural e urbana, esse trabalho objetiva voltar-se para recuperar a “permanência” do “fato urbano”, na acepção de Rossi (2001), um passado que ainda se experimenta pela persistência do traçado, expondo o “momento fundador” desse panorama. Componente fundamental da perspectiva capitalista, a formação de companhias realçava a nova ordem em estabelecimento, cujo resultado urbano é o motivo das próximas linhas.

### 3.2. AS CIDADES NOVAS FUNDADAS POR COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS

**[...] ITAÚNA DO SUL” EM FACE DOS MELHORAMENTOS INTRODUZIDOS PELA FIRMA ORGANIZADORA DO LOTEAMENTO E MUITOS OUTROS DE ESFORÇO PRIVADO, EM MUITO BENEFICIARÁ A POPULAÇÃO RURAL QUE A CIRCUNDA, EM CONSIDERÁVEL NÚMERO, ESTANDO, POIS, FADADA A SER, EM FUTURO MUITO PRÓXIMO, UM DOS GRANDES CENTROS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DO NORTE DO PARANÁ. [...].**

(CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE ITAÚNA DO SUL, 1953)

Apresentaram variado principiar os núcleos urbanos originados em conseqüência da frente pioneira do café. Para o território paulista, a maioria materializou-se por iniciativa particular de indivíduos, como apontam Magnanini (IBGE, 1964, p. 106) e Silva (1988). No Paraná, conjuntura de proporção muito similar; porém, aqueles criados por companhias imobiliárias têm presença marcante, dando contornos distintos a esse fenômeno na sua porção meridional. Devido a sua expressão numérica, adotou-se uma restrição metodológica - fundamentada na “fortuna” política; ressalta-se, entretanto, que tal procedimento discriminou uma amostragem final que permitiu vislumbrar a magnitude desse conjunto peculiar.

Igualmente diversos também foram os destinos. Diante de um cenário promissor, patrimônios eram planejados e anunciados com euforia, mas dada a escassa procura, não passaram da fase de propaganda ou plano; outros estagnaram, ou mesmo desapareceram, logo após curta animação; vários nunca exorbitaram para além da inicial – e prevista - existência legal de um distrito. No entanto, alguns adquiriram cobiçado status de sede e/ou comarca, conquista de um “sucesso” político que motivava grande parte das cidades na fronteira. Destaca-se que, instaurado o município, as responsabilidades das companhias em muito diminuía, já que os esforços tributários de seus moradores e recursos governamentais diretos poderiam ser canalizados para completar a obra inicial<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Por outro lado, a emancipação também reclamava específica atenção por parte das companhias. Uma vez que o pagamento dos impostos municipais (sobretudo o Imposto Predial Territorial Urbano) transformava-se em importante fonte de recursos para os recém-instalados municípios, os terrenos ainda em posse das empresas poderiam se converter em oneroso encargo anual. Como saída, não era fato raro a presença de altos funcionários das companhias em quadros públicos estratégicos, nesses primeiros anos. Outro expediente usual era requerer a retificação do “loteamento”, diminuindo o ambicioso projeto inicial. Em Juranda, a “Imobiliária Szaferman Ltda.” registrou somente a 1ª seção da planta geral apresentada, com as outras duas presentes na prancha. Não se deve olvidar, entretanto, que esses “loteamentos”, por lei, deveriam ser previamente aprovados pelos prefeitos pela possibilidade de se tornarem distritos; ou seja, as responsabilidades, mesmo que em futuro distante, já estavam delimitadas.

Observando essas diferentes situações, designou-se a obtenção da autonomia político-administrativa como parâmetro para a delimitação de um conjunto dentro do universo de núcleos urbanos criados por companhias. Portanto, restringiu-se a pesquisa àqueles patrimônios que pelo censo demográfico de 2000 estavam elevados à categoria de município. Com efeito, tal investida revelou-se fundada, em razão do conjunto total passível de inclusão<sup>9</sup>.

Dada a enorme disparidade das informações disponíveis em fontes diversas acerca da data de fundação, gênese e elemento empreendedor dessas cidades<sup>10</sup>, estabeleceu-se como critério de elegibilidade o registro do parcelamento urbano em nome da companhia como prova documental<sup>11</sup>. Como resultado colateral, a pesquisa nos Cartórios de Registro de Imóveis constatou a precariedade do resguardo de um rico patrimônio, pois freqüentemente os processos de loteamento – sobretudo as pranchas originais - se encontravam em lastimável estado de preservação.

Paralelamente, demandava-se um último recorte metodológico, acerca da extensão territorial do fenômeno. Como evidenciado no início do Capítulo 2, ao se observar as contribuições para a definição territorial do norte do Paraná, percebeu-se certa discordância nas soluções alcançadas. Nenhuma, precisamente, será seguida aqui; porém, o modelo sugerido pelas “ondas de povoamento”, dado a sua flexibilidade, pode sugerir uma saída criteriosa para o questionamento elaborado. Como assinalam os historiadores, “[...] cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e **fundou suas**

**próprias cidades”** (BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN, 1968, p. 8, grifo nosso).

Como muitos pesquisadores já salientaram, a grande questão se esboça no limite meridional do avanço pioneiro. Especificamente, se as margens do Rio Piquiri poderiam ser adotadas como marco divisório: considerando o efetivo avanço da cultura cafeeira, tal limite seria rompido; tratando-se do avanço das ondas de povoamento, este seria o ponto máximo. Mas ao se observar as atividades das empresas imobiliárias e colonizadoras na área, esse embaraço pode ser resolvido. Essa será a opção aqui seguida. Assim, considera-se que os empreendimentos rurais e urbanos das empresas “Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A.” (MARIPÁ) e “Pinho e Terras Ltda.”<sup>12</sup>, dentre tantas, demarcam um universo que não pertence aos questionamentos aqui levantados. Porém, as atividades da “Companhia Colonizadora Norte do Paraná Ltda.” e da paulista “Companhia Brasileira de Imigração e Colonização” (COBRIMCO), braço comercial do Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO), ambas ativas com outras fundações ao setentrional, podem ser consideradas como expressão do movimento de povoamento que provinha do norte do Estado do Paraná<sup>13</sup>. Por fim, cruzando-se essas variáveis, **96 sedes de municípios** formam a totalidade a ser abordada. O mapa da FIGURA 3.1 apresenta as suas denominações e as suas localizações no território estadual; o da FIGURA 3.2 expõe essas sedes de municípios em suas respectivas, e atuais, circunscrições.

<sup>9</sup> Dos 399 municípios existentes no Paraná, computados pelo mesmo recenseamento, e aceitando a divisão em micro e macrorregiões geográficas adotada também pelo IBGE (ver Capítulo 2, p. 48), contavam-se 211 municípios emancipados no norte do Paraná; ou seja, quantidade que excedia a metade do total do Estado. Somando-se os distritos considerados por este órgão federal e excetuando-se os demais tipos de núcleos urbanos, nesses municípios existiriam 364 aglomerações urbanas no total. Como exemplo, dos 62 patrimônios fundados pela CTNP/CMNP, atualmente 23 são considerados distritos: Água Boa, Aquidaban, Aricanduva, Barão de Lucena, Belém, Cedro, Guadiana, Heimtal, Igarite, Iguatemi, Ivaitinga, Lovat, Malu, Marabá, Maristela, Pirapó, São Lourenço, São Miguel do Cambuí, São Pedro, Sumaré, Valência, Vidigal e Warta, segundo dados fornecidos pela própria empresa em Fevereiro de 2000. Ressalta-se que essa divisão territorial não foi a adotada para circunscrever o norte do Paraná no presente trabalho - existem municípios cujas sedes foram projetadas por companhias, que, pertencentes à microrregião geográfica

<sup>10</sup> Confrontaram-se as fontes “oficiais”, produzidas por órgãos públicos (municipais, estaduais e federais) - como planos diretores, a disponibilizada na internet pelo IBGE (trata-se de uma biblioteca virtual que recupera os textos produzidos por seus técnicos ou por pessoas que possuíam certo conhecimento sobre a história do município; consultar: <http://biblioteca.ibge.gov.br>), pelos sites das prefeituras municipais e pelo governo estadual - e pelas próprias empresas - encadernações publicitárias e comemorativas, etc., como também uma vasta produção bibliográfica, grande parte produzida com o intuito “celebrativo” por pessoas estreitamente ligadas ao cotidiano socioeconômico e cultural dessas cidades. As publicações mais “confiáveis” mantêm maior distanciamento (EL-KHATIB, 1969; FERREIRA, 1996, 1999; IBGE, 1958a, 1958b), mas ainda apresentam problemas de incoerência de dados.

<sup>11</sup> Destacadamente, a inscrição do loteamento em nome da razão social da empresa junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, em várias comarcas do Paraná; outras fontes aceitas, para casos específicos, foram os arquivos das próprias companhias imobiliárias e os relatórios oficiais do DTC.

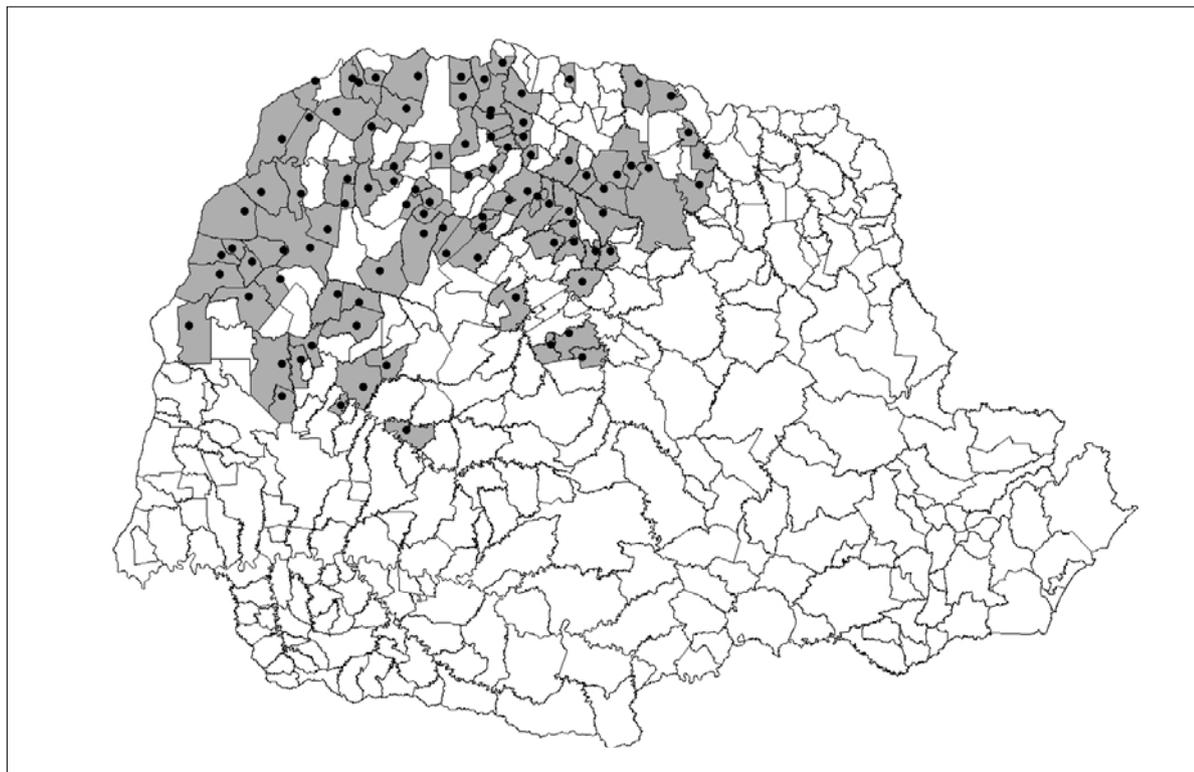
<sup>12</sup> A “MARIPÁ”, fundada em Porto Alegre (1946), pode ser considerada uma das mais proeminentes imobiliárias que atuou na porção sudoeste do Paraná. Sua procedência e atividade estão intimamente ligadas aos procedimentos de colonização impingidos naquela região e que se diferenciam socioeconômico e culturalmente dos ocorridos no norte do Paraná, como exposto em Lopes (2000). Esta companhia fundou os núcleos que posteriormente se transformariam nos municípios de Toledo, Maripá, Marechal Cândido Rondon, Nova Santa Rosa e Quatro Pontes, todos ao austral do Piquiri. A “Pinho e Terras Ltda.” fundou os núcleos urbanos dos atuais municípios de Céu Azul e Palotina, dentre outros.

<sup>13</sup> Colognese, Gregory e Schallenberger (1999, p. 53 – 101) descrevem o conturbado processo de colonização promovido pela “Companhia Colonizadora Norte do Paraná Ltda.”, abundante de procedimentos irregulares, corruptivos e violentos. Contudo, expõem que a essas terras, ao sul do Piquiri, direcionavam-se tanto migrantes do sul – com a finalidade de criar porcos e plantar lavouras brancas - como também migrantes do norte à procura de terras para plantar café. Configura-se como uma área de transição para a questão do presente trabalho e, portanto, será incluída, observando as opções metodológicas definidas.

FIGURA 3.1 CIDADES NOVAS FUNDADAS POR COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS NA FRONTEIRA DO CAFÉ NO NORTE DO PARANÁ



FIGURA 3.2 ATUAIS MUNICÍPIOS E SUAS RESPECTIVAS SEDES ORIGINADOS DE CIDADES NOVAS FUNDADAS POR COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS NA FRONTEIRA DO CAFÉ NO NORTE DO PARANÁ



Na porção norte do Paraná, um expressivo universo urbano se constituiu em decorrência da particular conjuntura política e econômica e do avanço da fronteira, pois como enfatiza Magnanini (IBGE, 1964, p. 110), poucos foram os núcleos fundados que não devam sua origem ao movimento geral da expansão cafeeira. Os estabelecidos por empresas imobiliárias realçam esse fenômeno criador de cidades no Brasil. Apresentam-se, em seguida, as particularidades espaciais e temporais desse processo.

### 3.2.1 Pelo tempo, as fundações

A fixação da data de fundação desses patrimônios, na presente pesquisa, reflete os diferentes procedimentos aceitos como seu marco inicial. Pois mesmo com uma legislação federal que regulamentava a comercialização desses empreendimentos, ainda assim era muito comum a inauguração dos trabalhos sem o cumprimento das formalidades legais.

Em 1937, um corpo legislativo mais contundente, aprimorando os preceitos expostos no Código Civil de 1916, foi elaborado com vistas

a normatizar a atividade mercantil da terra. Pelo teor do disposto no Decreto-Lei 58 de 10/12/1937, regulamentado pelo Decreto 3.079 de 15/09/1938, compreende-se que os esforços concentravam-se em garantir a segurança dos adquirentes em decorrência da crescente atividade imobiliária no país. As justificativas expressas salientam os problemas com a legalização dos títulos de propriedade por parte dos vendedores e com a idoneidade das empresas. A determinação central voltava-se à organização dos procedimentos para venda a prazo, “em prestações sucessivas e periódicas”: antes do anúncio das vendas, tornava-se obrigatório o depósito de um processo nos cartórios de registro de imóveis, com vários documentos:

[...] Art. 1º [...]

I - Um memorial [...] contendo:

- a) descrição minuciosa da propriedade loteada, da qual conste a denominação, área, limites, situação e outros característicos do imóvel;
- b) relação cronológica dos títulos de domínio, desde 20 anos, com indicação da natureza e data de cada um, e do número e data das transcrições, ou certidão dos títulos e prova de que se acham devidamente transcritos, salvo

quanto aos títulos que, anteriormente ao Código Civil, não estavam sujeitos à transcrição;

c) plano de loteamento, de que conste o programa do desenvolvimento urbano, ou de aproveitamento industrial ou agrícola; nesta última hipótese, informações sobre a qualidade das terras, águas, servidões ativas e passivas, estradas e caminhos, distância da sede do município e das estações de transporte do mais fácil acesso.

II - Planta do imóvel, assinada pelo proprietário e pelo engenheiro que haja efetuado a medição e o loteamento e com todos os requisitos técnicos e legais; indicadas a situação, as dimensões e a numeração dos lotes, as dimensões e a nomenclatura das vias de comunicação e espaços livres, as construções e benfeitorias, e as vias públicas de comunicação.

III - Exemplar de caderneta ou do contrato-tipo de compromisso de venda dos lotes.

IV - Certidão negativa de impostos e de ônus reais.

V - Certidão referente a ação real ou pessoal, relativa a um período de 10 anos, ou a protesto de dívida civil e comercial dentro de 5 anos.

VI - Certidão dos documentos referidos na letra b, do n. I.

[...] (BRASIL. Decreto 3.079 de 15 de Setembro de 1938)

Com efeito, embora vigorasse durante quase todo o período em análise no presente trabalho, o descumprimento das prerrogativas expressas pelos decretos estabeleceu-se como norma; o tempo verbal utilizado nos memoriais descritivos dos “loteamentos” geralmente se refere a uma cidade já implantada, pois a aprovação do plano de loteamento pelo Poder Executivo Municipal bastava para inaugurar o retalhamento das terras:

[...] O patrimônio Ariranha tem suas ruas niveladas pela Prefeitura Municipal, sendo um Distrito de grande desenvolvimento, contando com uma população de 300 habitantes, **sendo existente desde 1961**, encontrando-se proximidade (sic) comercial e residencial e considerado pelo Poder Público Municipal como núcleo populacional de interesse para o desenvolvimento do Município (sic). Possui Igreja, e demais dependências (sic) para a Mitra Diocesano (sic) de Apucarana – PR, possui Salas de Aula em ótimas condições para o atendimento de grande número de crianças em idade escolar lá existente. Existente, ou melhor, o Patrimônio Ariranha conta e é servida (sic) de Fontes de Energia Elétrica, de exploração particular. Conta com diversas linhas de ônibus. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE IVAIPORÃ. Processo de Inscrição da Cidade de Ariranha do Ivaí, 1969, grifo nosso).

Muito comum era a presença da assinatura do prefeito sob o carimbo da prefeitura municipal nas pranchas depositadas nesses cartórios, aprovando o empreendimento em terras de exercício de sua autoridade. No entanto, o exemplo de Tapira pode ser esclarecedor dos meandros que esses processos de aprovação no âmbito municipal ensejavam. O Estado do Rio Grande do Sul, através

de seu banco estadual (BANRISUL), no processo de inscrição da referida cidade, depositou o memorial junto ao cartório competente sem a devida aprovação da planta, pois o prefeito do município em que suas terras se localizavam cobrava por impostos que o banco entendia não serem devidos, recorrendo, assim, ao Poder Judiciário. Justificando que “tal discussão é de solução demorada”, solicitava o início do processo para a regularização da inscrição sem a devida planta.

[...]

que, para isso já depositou um “dossier” contendo memoriais, plantas e todos os demais documentos alusivos a essas propriedades (sic), no qual ficou faltando unicamente, a planta da cidade TAPIRA, cuja aprovação foi requerida em data de 26/12/1957 ao sr. Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste;

que, o aludido Edil, embora despachando favoravelmente a sua petição, em data de 15/2/1958, condicionou a entrega da planta, a satisfação de pagamento de impostos, a que o suplicante não se acha sujeito, pois que goza de ampla imunidade tributária (Const. Fed. Art. 31, n. V, letra “a”);

[...] (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PEABIRU. Processo de Inscrição da Cidade de Tapira, 1958)

Dessa forma, em virtude da enorme disparidade de dados encontrados, adotar-se-ão conjuntamente os variados procedimentos difundidos como marcos fundadores: a primeira missa, a derrubada da mata, a abertura das ruas, caravanas de pioneiros, compra de lotes urbanos, a instalação dos primeiros moradores, instalação de marcos religiosos ou leigos, a aprovação do novo distrito pela prefeitura municipal correspondente, o registro em ata, a inscrição do loteamento no cartório. Como parâmetros, confrontaram-se as datas de fundação das companhias, de aquisição das glebas e de entrada dos processos nos cartórios de registro de imóveis. Portanto, não se discute qual o critério mais “correto” para indicar o momento fundador, já que a distância temporal entre um e outro, por vezes, é ínfima<sup>14</sup>. Com essas opções, não se prejudica o exame da evolução da criação das cidades pelas companhias no território, objetivo da presente seção, sumariado pelo GRÁFICO 3.1 e TABELA 3.1.

<sup>14</sup> Para a presente análise, não foi considerada a data de fundação de Rancho Alegre, pela imprecisão das informações disponíveis. Uma tabela com as datas de fundação adotadas encontra-se no APÊNDICE 1.

CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

GRÁFICO 3.1 DATA DE FUNDAÇÃO DAS CIDADES NOVAS EMPREENDIDAS POR COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS NA FRONTEIRA DO CAFÉ NO NORTE DO PARANÁ (EM CINZA, CIDADES FUNDADAS PELA CTNP/CMNP) FONTE: DIVERSAS

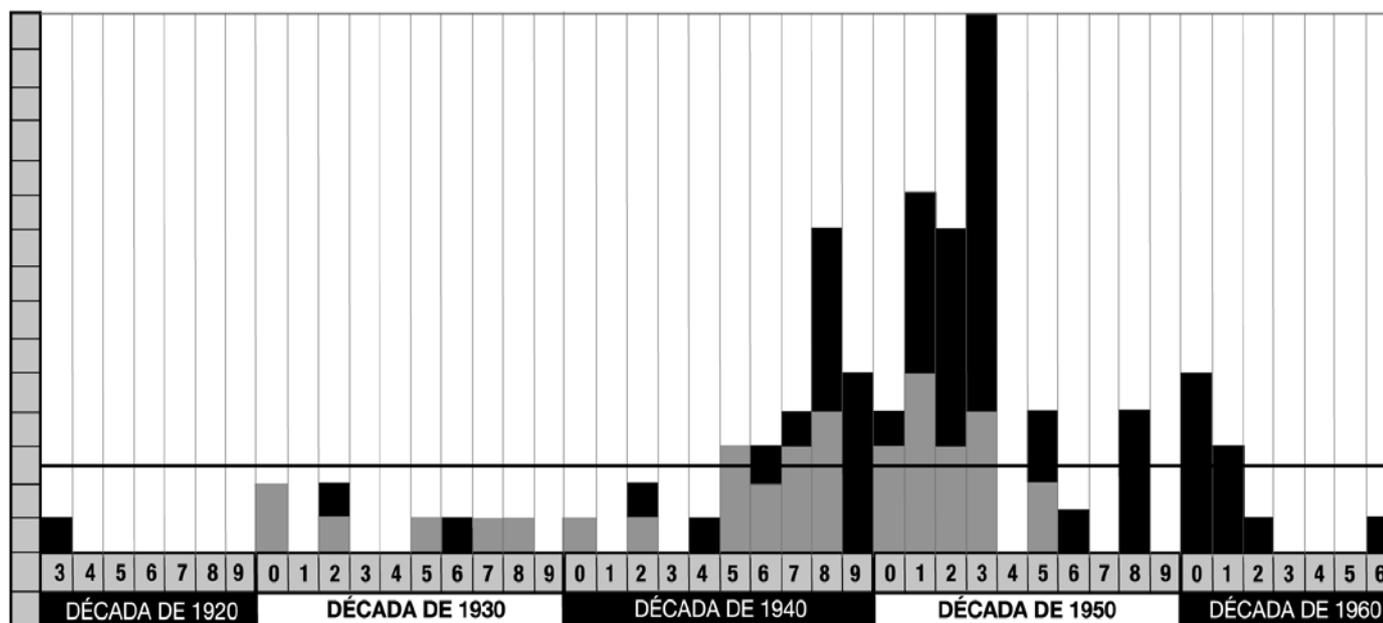


TABELA 3.1 ANÁLISE DAS DATAS DE FUNDAÇÃO DAS CIDADES NOVAS FUNDADAS POR COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS NA FRONTEIRA DO CAFÉ NO NORTE DO PARANÁ  
Fonte: GRÁFICO 3.1 E APÊNDICE 1

PERÍODOS	% DO TOTAL	NÚMERO DE NÚCLEOS	TOTAL EM ANOS	INTENSIDADE AO ANO
DÉCADA DE 1920	1,04	1	10	0,10
DÉCADA DE 1930	8,33	8	10	0,80
DÉCADA DE 1940	30,52	29	10	2,90
DÉCADA DE 1950	48,97	47	10	4,70
DÉCADA DE 1960	10,41	10	7	1,43
1923 – 1966	100,00	95	44	2,16
1923 – 1944	13,54	13	22	0,59
1945 – 1966	86,31	82	22	3,73
1951 – 1953	35,41	34	3	11,33
1945 – 1953	65,26	62	9	6,89
1948 – 1953	53,12	52	6	8,50

Durante os 44 anos analisados, uma média de 2,16 novas cidades surgia ao ano (indicado pela linha horizontal no GRÁFICO 3.1). Em geral, para todo o período, o ritmo de fundação é bastante fragmentado; destacadamente a partir de 1923 e durante as duas décadas seguintes, a criação de cidades por companhias é marcada por grande inconstância. Porém, a “terceira conjuntura do café” (1945 – 1970) refletir-se-ia na atividade imobiliária das empresas loteadoras. De fato, na primeira metade do período analisado (1923 – 1944), 13 núcleos urbanos foram instituídos, enquanto que no período seguinte (1945 – 1966), mais de 85,00% das cidades aqui estudadas foram fundadas; nesse período de 22 anos, perto de 4 cidades eram criadas a cada ano, em média.

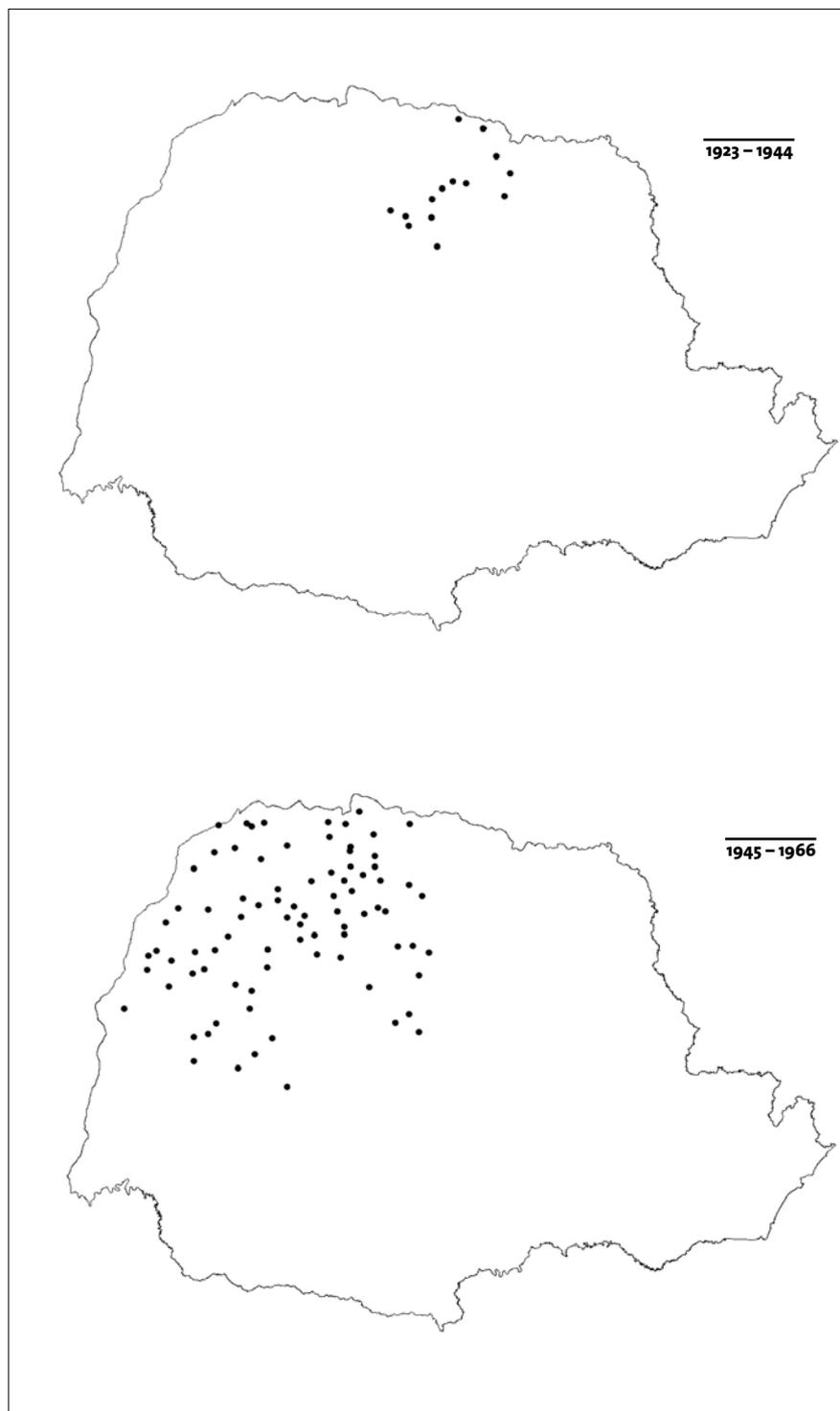
Na década de 1940, o ano de 1945 assinala o início de um período de maior intensidade fundadora e 1948, um momento de intensa atividade isolada. Mas seria na década de 1950 que o processo de fundação se tornaria mais intenso e concentrado,

no qual praticamente a metade das cidades surgiu. O curto período de maior atividade deu-se entre os anos de 1951 e 1953, cuja intensidade imobiliária foi mais que o dobro para a mesma década e mais de 5 vezes para todo o período, com uma média de mais de 11 cidades fundadas por ano. Isoladamente, o ano de 1953 tornou-se marcadamente um momento de grande atividade imobiliária, com 15% do total de cidades fundadas; ao mesmo tempo, delimita uma brusca diminuição – de ritmo e intensidade – das atividades. Os mapas das FIGURAS 3.3 e 3.4 auxiliam na percepção visual desse cenário, evidenciando os dois momentos em torno do início da conjuntura mais favorável à atividade cafeeira no Estado do Paraná.

Observando isoladamente a atividade da maior empresa imobiliária, a CTNP/CMNP, percebe-se uma distribuição quase equitativa de criação de cidades entre as décadas de 1940 e 1950; no entanto, entre 1945 e 1955, já na sua fase nacionalizada, concentrou-se a criação de cidades em dois momentos: 1945 – 1948 (3 cidades ao ano) e 1950 – 1953 (3,75 cidades ao ano), revelando intensidades médias maiores que o dobro de todo o período de atividades da empresa, pois durante os 26 anos em que a CTNP/CMNP fundou essas cidades, uma média de 1,46 cidades ao ano era instituída. Assim, durante os primeiros 15 anos (1930 – 1944), o ritmo de criação de cidades foi inconstante; após 1945, acelera-se e concentra perto de 80% das atividades fundadoras.

Das atividades do conjunto formado pelas outras companhias, verifica-se um ritmo de criação distribuído sempre de forma irregular; de 1923 até 1945, de modo rarefeito, e a partir de 1946, ainda que inconstante, tornando-se considerável. Notadamente, o momento em que a criação de cidades se concentrou foi na década de 1950, com mais de 50,00% do total e, igualmente, de 1951 a 1953, um momento de maior intensidade, com mais de 7 cidades criadas ao ano, em média; ao contrário, a média de criação de cidades

FIGURA 3.3 E 3.4 EVOLUÇÃO DA FUNDAÇÃO DE CIDADES NOVAS NA FRONTEIRA DO CAFÉ NO NORTE DO PARANÁ (1923 – 1944 E 1945 – 1966)



durante as décadas de 1940 e 1960 apresentou-se semelhante, por volta de 1,40 cidades ao ano. Durante os 44 anos analisados, uma média de 1,30 cidades ao ano era criada, mas de 1948 a 1961, o longo período de maior intensidade de fundações, em que mais de 80% das cidades foram instituídas, a média era de mais de 3 cidades por ano. Efetivamente, a fundação de cidades em consequência dos ânimos despertados pela atividade cafeeira e pelos negócios com a terra contribuiu na ocupação do norte do Paraná.

### 3.2.2 Sob o espaço, os “loteamentos”

Como regra geral, primeiro deitava-se abaixo a densa floresta. Clareiras, ou “terrenos desmatados”, nas palavras de Lévi-Strauss (1996), no “coração da floresta” e majoritariamente situadas no elevado dos interflúvios indicavam a formação das incipientes aglomerações urbanas. Estas eram implantadas sob a diretriz de um levantamento topográfico, normalmente muito simplificado, indicando os espigões e os rios, e executado com o auxílio do “picadeiro”<sup>15</sup>. A descrição oferecida pelo engenheiro civil Alexandre Beltrão torna-se ilustrativo de possível seqüência dos procedimentos:

1º - Novo levantamento e correspondente estaqueamento da linha do perímetro. 2º - Levantamento de ribeirões, internos em relação ao perímetro. 3º - Levantamento dos principais divisores de água. 4º - Cálculo das coordenadas topográficas. 5º - Cálculo do nivelamento trigonométrico aproximado. 6º - Projeto da rede de estradas, da zona urbana, suburbana e rural. 7º - Projeto da divisão dos lotes rurais. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. Processo de Inscrição da Cidade de Tamboara, 1946)

Após a queimada – um rápido processo de limpeza do terreno - raras árvores eram admitidas no futuro domínio urbano; as mantidas em locais estratégicos reforçavam o tom das propagandas quanto às qualidades extraordinárias da terra. A interação entre

espécies arbóreas, tipos de solo e a topografia pode ser apreendida pela descrição da gleba a ser povoada, pelo mesmo profissional.

Natureza e qualidade das terras - Em direção do nordeste para sudoeste sucedem-se na gleba três tipos distintos de terreno, caracterizados pelo revestimento florístico e pelo predomínio decrescente da sílica (sic): A princípio, nas faixas mais altas dos divisores, as terras são arenosas, fracas para cultura e nela se encontram coqueiros e taquaras; à proporção que decrescem em altitude e principalmente na parte inferior dos vales dos ribeirões, são misturadas, silico-argilosas (sic), de cor vermelha; encontram-se aí palmitais ralos, sem os agrupamentos característicos da terra roxa; estas se encontram na faixa ao sul, e se estendem para além dos limites da gleba até as margens do rio Ivaí. São revestidas de mata em que predominam palmitais, páus d'alho, figueiras brancas, entre perobas, cedros e outras árvores de madeira de lei. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. Processo de Inscrição da Cidade de Tamboara, 1946)

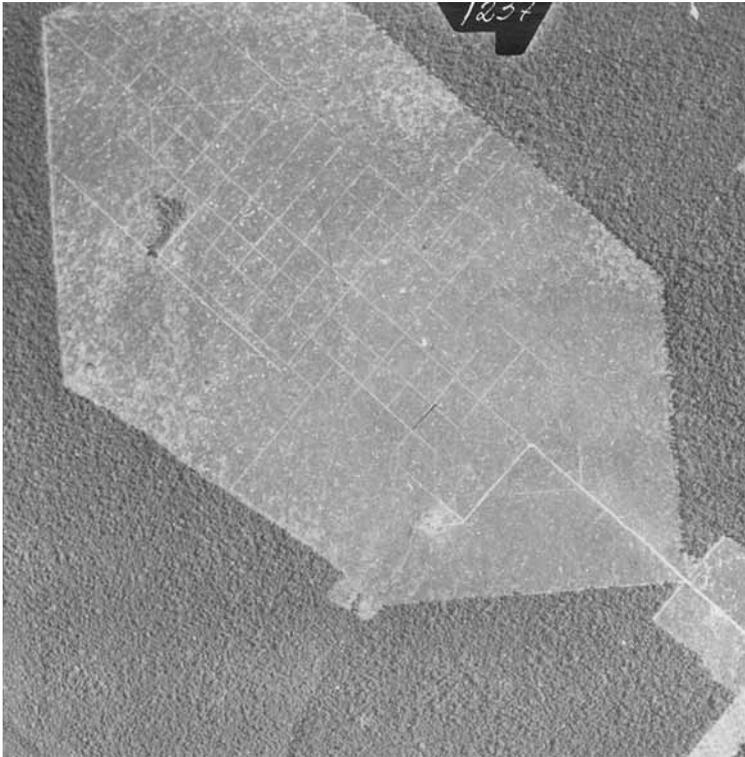
A preferência pelos sítios altos estava sobremaneira coerente com as circulações. Portanto, concomitantemente, sucedia-se o cuidado com o sistema viário: a estrada de ligação e a demarcação das primeiras ruas; depois o alinhamento das quadras e dos lotes. Nas parcelas de esquina, os constantes “cantos vivos” projetados sinalizam para uma preferida praticidade no estaqueamento em prejuízo à segurança da circulação permitido pelo desenvolvimento da curva. Algumas aerofotos indicam que se implantava o todo concebido, ainda que somente algumas parcelas fossem efetivamente preenchidas, como se pode observar nas FIGURAS 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8. Mas a precaução também se fazia presente, assentando-se por parte, como demonstra a FIGURA 3.9.

Por todo o período analisado, a estrutura dos memoriais em muito se assemelha. Ou seja, embora a experiência fundadora avance pelo território, o modo de organizar a apresentação mantém-se pouco alterada. Seguem de perto o *script* definido pela legislação pertinente (artigos 1º do Decreto-Lei nº 58/1937 e do Decreto nº 3.079/1938). Todavia, na descrição dos “loteamentos” diferem-se pelo conteúdo oferecido: alguns são mais contidos – atêm-se a detalhar a divisão dos domínios pelas áreas alienáveis e inalienáveis, a apresentar a infra-estrutura, as propriedades do terreno. Outros se singularizam mais descritivos, importando enunciados justificativos e explicativos.

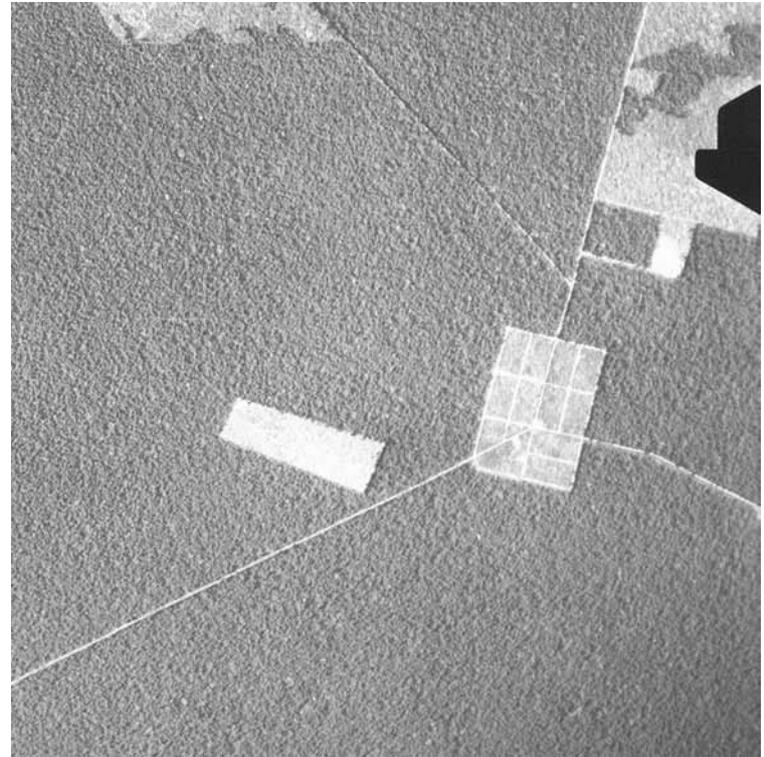
<sup>15</sup> Os picadeiros eram homens que conheciam profundamente a relação entre árvores e topografia e, assim, guiavam os profissionais habilitados em meio à densa floresta. Em geral, eram contatados nas estações rodoviárias das cidades já estabelecidas, pois não tinham endereço fixo, e rumavam para a área a ser desbravada em equipes de quatro a seis, dependendo da quantidade de técnicos, sempre idêntica. Um “bom” picadeiro, portando rústico instrumental, abria em média 5 quilômetros de picadas retas a cada 2 dias, com desvio máximo de 5,00 metros; por vezes, evitava os talwegues mais acidentados somente pela aguçada observação ou, quando mais versado, consultando o clinômetro emprestado do técnico. Passavam o dia no meio da mata, alimentando-se do disposto pela natureza – palmito, jabuticaba, etc. – e voltavam ao acampamento no final da tarde, para a única refeição do dia e a conferência do trabalho, pago por serviço executado (depoimentos concedidos ao autor por Kazutoshi Shibuya, em 11/11/2008, e por Aristóteles Coelho Rosa, em 11/09/2008).

FIGURA 3.5, 3.6, 3.7 E 3.8 AEROFOTOS DAS CIDADES DE CIDADE GAÚCHA, INAJÁ, PARANAPOEMA E UNIFLOR - fonte: ITCG, SEMA, 1952 – 1954.

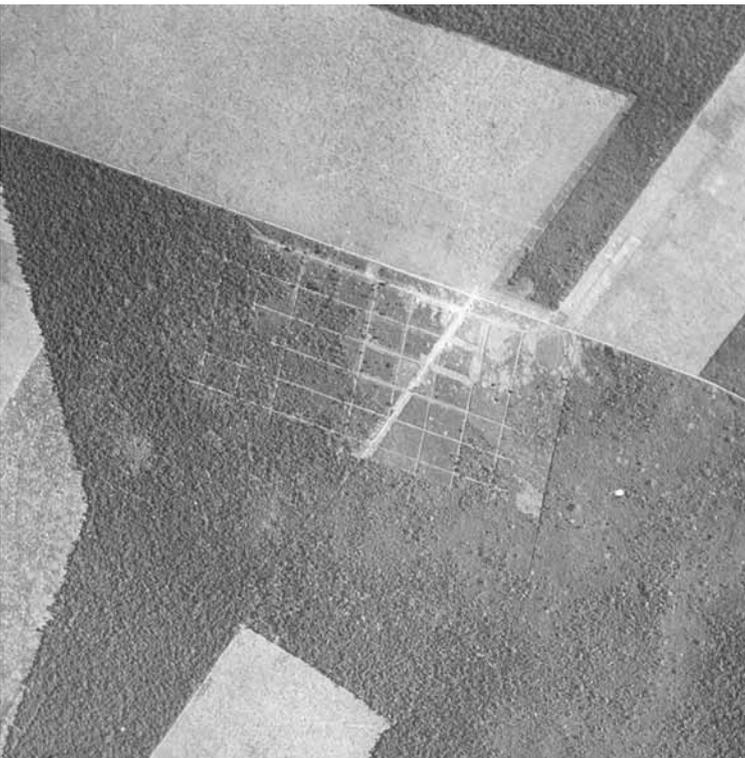
CIDADE GAÚCHA



INAJÁ



PARANAPOEMA



UNIFLOR

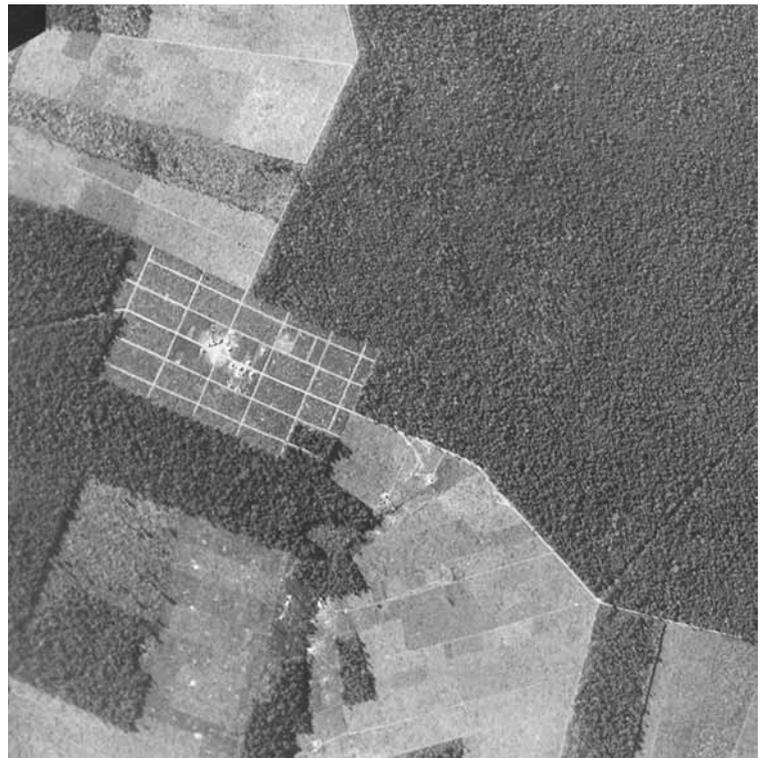
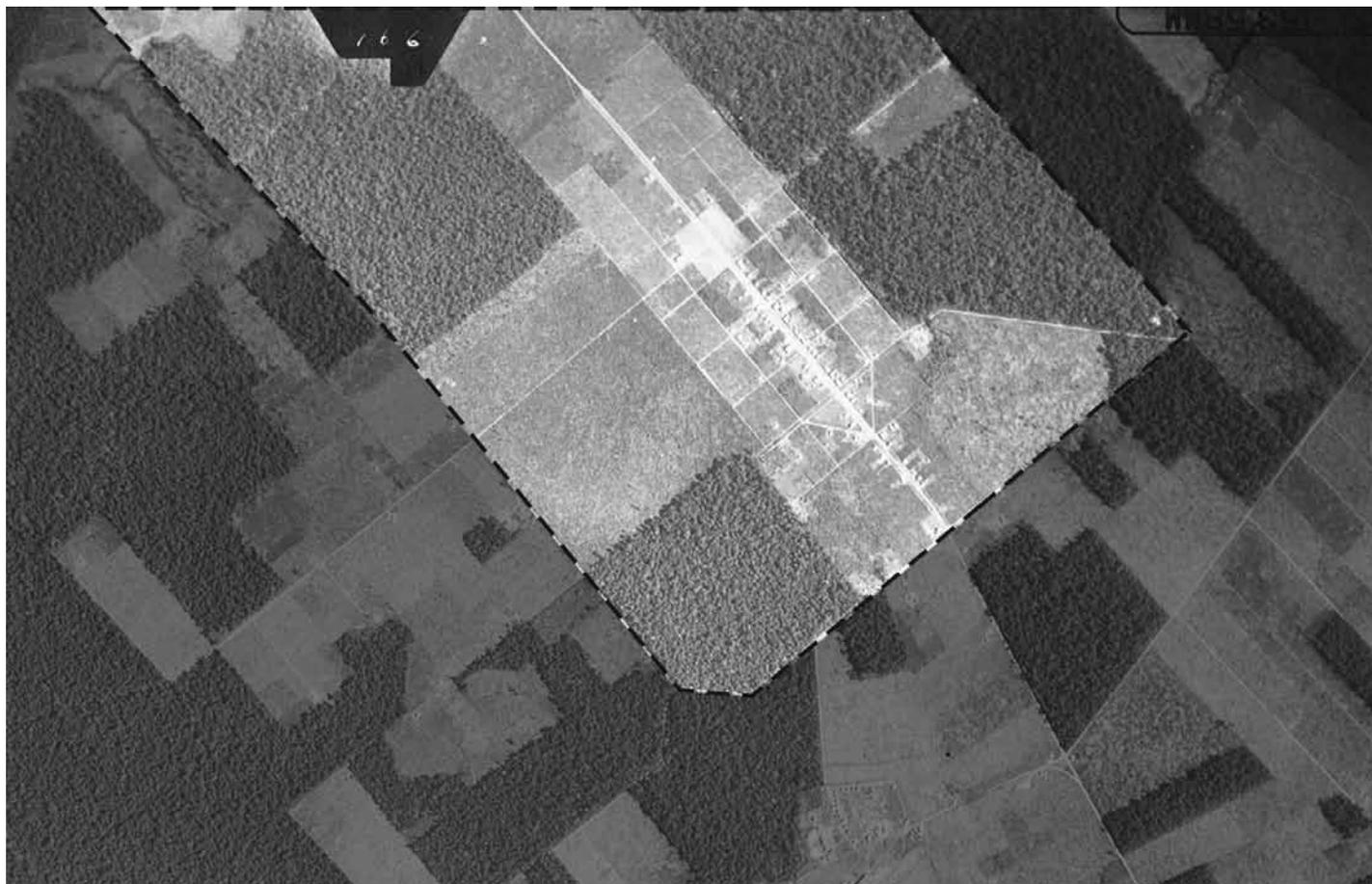


FIGURA 3.9 AEROFOTO DA CIDADE DE TAMBOARA (COM INDICAÇÃO DOS LIMITES DO PLANO ORIGINAL) - FONTE: ITCG, SEMA, 1952 – 1954.



Foram projetadas as praças 1-3-4-5 para facilidade de distribuição de trânsito bem como para embelezamento em geral. Foram ainda projetados varios (sic) jardins com arremates de cantos de quadras, melhorando assim a visibilidade nos cruzamentos, e dando possibilidade de futuro aproveitamento pela Prefeitura, para parques infantis. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ARAPONGAS. Processo de Inscrição da cidade de Ângulo, 1949)

Por vezes, o tom técnico oferece espaço para uma investida valorizadora da obra em questão, como adiante será explicitado na análise dos anúncios propagandísticos. Em alguns casos, os núcleos urbanos são apresentados como parte constituinte do parcelamento total das enormes glebas adquiridas pelas companhias. Por exemplo, os núcleos urbanos Formosa do Oeste (1960), Jesuítas (1960), Carajá (1960) e Marajó (1960) inserem-se dentro do plano de retalhamento total da Gleba Rio Verde 2, de propriedade da “Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Limitada”, com seus respectivos lotes rurais e

chácaras divididos em “bairros”: Bonito, Figueira, Palmital, Perobal e Progresso.

Nos memoriais, poucos são os registros acerca dos trabalhos de implantação dos núcleos sob o território, pois a maioria dos processos refere-se a uma obra já realizada. Nesse aspecto, investigar o conteúdo das anotações apontadas nas cadernetas de campo dos profissionais envolvidos poderia revelar a evolução das técnicas no período; abordagem, entretanto, para outras e futuras pesquisas <sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Em geral, as companhias preservaram esses documentos, sobretudo por questões relativas à comprovação das medições iniciais. Por exemplo, em visita ao arquivo da CTNP/CMNP em Janeiro de 2000, quando ainda em Maringá, constatou-se o bom estado geral de todas as cadernetas de campo de seus funcionários; na sede da “Colonizadora Norte do Paraná Ltda.”, localizada em Assis Chateaubriand, idêntica situação (visita realizada em Setembro de 2008).

Mas excepcional é a descrição pormenorizada dos procedimentos de medição da cidade de Cafezal do Sul (1955).

A medição e o levantamento foram feitos com todo o rigor com um teodolito de marca Rosenhain, fabricação de 1.953, dando a precisão de 1' de arco sobre o Vernier. O processo empregado foi o método (sic) por deflexões, a linha poligonal compreende 608 lados e o erro final de medição foi o seguinte: - Fechamento Oeste: Este foi de 16,20 metros e Norte : Sul foi de 102,50 metros; o erro angular foi de 1°5'. Essas diferenças foram distribuídas (sic) de estação por estação.

[...]

A declinação magnética foi achada de 7°50' W e este valor é a média de várias (sic) leituras feitas de 26 de novembro de 1952 a 15 de dezembro do mesmo ano. O método (sic) seguido foi o das alturas iguais, escolheram-se estrelas brilhantes passando o meridiano 30 a 40' depois do começo da medição. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU. Processo de Inscrição da cidade de Cafezal do Sul, 1953)

O da cidade de Assis Chateaubriand (1961), em razão das especificações relativas às marcações e às declividades, pela incomum presença de pranchas específicas para os perfis das ruas.

[...] Serão todos os lotes demarcados com estacas de peroba de 0,05 X 0,05 X 0,30 mts.,

Os perfis (sic) projetados têm as declividades mínimas (sic) possíveis, dada a topografia local, porém está dentro do mínimo exigível, efetuando-se os nivelamento (sic) de terras necessárias (sic). Os pontos de cruzamento dos eixos das ruas que permanecerão como RN. permanente, serão indicados por marco de cimento de 0,10 X 0,10 X 0,50 mts.. As plantas de perfis (sic) indicam perfis (sic) longitudinal (sic) e transversal de cada rua. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TOLEDO. Processo de Inscrição da cidade de Assis Chateaubriand, 1963)

Em ambos os processos revelam-se alguns dos procedimentos de antanho, não muito distante dos atuais. Contudo, constituem-se minoria, pois instrumentos e práticas antigas ainda eram amplamente empregados<sup>17</sup>. Por outro lado, uma das fascinantes perspectivas abertas pela atuação dessas empresas manifesta-se na investigação dos personagens responsáveis pela concepção formal dos núcleos urbanos. Nesse recorte, poder-se-ia vislumbrar um panorama exploratório no qual se revelaria a circulação de idéias sobre o urbanismo no país, a consolidação da atividade profissional, a evolução da prática de loteamento, dentre outras. Entretanto, não será um viés examinado em detalhe na presente pesquisa, mas certamente se demonstra outro caminho que descortina instigante cenário para futuras contribuições.

Engenheiros civis configuram-se como os principais atores, muito em virtude da exigência expressa pela legislação federal, que favorecia a contratação dos serviços desses profissionais (artigo 1º, inciso II, Decreto 3.079/1938). Assim, embora as grandes empresas freqüentemente reunissem profissionais de variadas formações em seus quadros técnicos - topógrafos, agrimensores, agrônomos – seriam aqueles os que se tornariam os responsáveis diretos pelos traçados. Por exemplo, o engenheiro civil Arthur Bruno Junges, responsável por quase todas as pranchas da “Byington & Cia.”, o engenheiro civil Alexandre Beltrão, da “Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda.”, e o engenheiro civil Othon Mäder, pela “Colonizadora Rio Bom”. Mas, em geral, os préstimos desses profissionais eram contratados para cada empreendimento que se abria. Nesse âmbito, merecem destaque os trabalhos do engenheiro civil Yaroslau Sessak<sup>18</sup>, cujo escritório em Apucarana obteve a comissão para o desenvolvimento dos planos das cidades de Ivaiporã, da “Sociedade Territorial Ubá”, e Paranacity, da “Imobiliária Progresso” e o engenheiro civil Roberto Brandão<sup>19</sup>, contratado pela

<sup>17</sup> Na prancheta, a capacidade do desenhista determinava a precisão do desenho. Em campo, o transferidor e a “corrente de agrimensor” eram os aparatos corriqueiros do trabalho diário; posteriormente, em fins da década de 1950, a trena teria uso mais difundido (depoimento de Kazutoshi Shibuya concedido ao autor em 11/11/2008). P. Deffontaines salienta um interessante detalhe: “[...] fios de ferro marcavam através desta paisagem de desolação o traço nas ruas e dos lotes” (1944, p. 303).

<sup>18</sup> Filho de ucranianos, Yaroslau Sessak nasceu em Malet (PR), em 22/05/1925. Graduiu-se engenheiro civil pela Universidade Federal do Paraná (1948) e faleceu em Apucarana, em 27/10/1994 (depoimento da filha, Cristina Sessak Ribeiro, concedido ao autor em 14/11/2008).

<sup>19</sup> O engenheiro civil Roberto Brandão graduou-se na Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Federal do Paraná (1953). Nasceu em Campo Grande (MT), em 08/12/1927, filho de pais brasileiros. Trabalhou como engenheiro contratado da SINOP no Paraná, tornando-se mais tarde diretor do departamento de engenharia desta empresa na fronteira mato-grossense. Projetou, na ocasião, as cidades de Sinop, Vera e Cláudia. (depoimento concedido ao autor em 28/11/2008).

“Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná”, para elaborar o plano de colonização da gleba Rio Verde 2 supracitado e “opinar” sobre outros núcleos dessa companhia.

As exceções dão-se pelos préstimos profissionais em duas grandes companhias: na CTNP/CMNP, seriam o engenheiro agrimensor russo Alexandre Rasgulaeff e o engenheiro agrônomo russo Wladimir Babkov os envolvidos com a maioria dos serviços, com distinta exceção para os planos de Maringá e Cianorte, encomendados ao engenheiro civil Jorge de Macedo Vieira (1894 – 1978). Na “Companhia Brasileira de Imigração e Colonização”, o então técnico agrimensor Kazutoshi Shibuya assinava todos os planos de retalhamento rural e urbano<sup>20</sup>.

A grande maioria desses profissionais possuía seu registro profissional na 7ª região do CREA, correspondente ao Estado do Paraná. Os possuidores de registro na 6ª região, então constituída por São Paulo e Mato Grosso<sup>21</sup>, provinham das empresas aí sediadas, como o engenheiro civil José Gantus Neto, contratado pela “Imobiliária Toledo Piza Ltda.”, para o traçado de Itaúna do Sul (1951), e o engenheiro civil Afranio Jonas encarregado pela “Emprêsa Colonizadora Norte do Paraná” para o plano de Loanda (1952) - ambas as empresas originárias de Tupã. Todos, entretanto, contribuíram com seus préstimos para que a intensidade desse processo fundador capitaneado por organizações comerciais se estabelecesse, dando cores mais vivas a um dos momentos ímpares na história urbana nacional. E para se melhor compreender essa essência capitalista, às contratantes e suas estratégias comerciais voltam-se as próximas linhas.

<sup>20</sup> Kazutoshi Shibuya nasceu em Bastos, Estado de São Paulo, em 1936. Filho de imigrantes japoneses, colonos no Brasil, foi contratado pela COBRIMCO em 1954, como auxiliar de desenhista. Mais tarde, graduado pela Escola Paulista de Agrimensura (1957), cujo diploma era suficiente para requerer o visto de TD (Técnico Diplomado) junto ao CREA, tornou-se chefe do departamento de engenharia da COBRIMCO até 1960. Posteriormente, obteve formação de engenheiro agrimensor (1970), cursando a Escola Superior de Agrimensura de Araraquara (depoimento de Kazutoshi Shibuya, 11/11/2008).

<sup>21</sup> A Resolução 002 de 23 de Abril de 1934 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) instituiu essa divisão, respeitada para os três Estados supracitados até a Resolução 169 de 29 de Agosto de 1968, quando cria uma jurisdição específica para o Estado de Mato Grosso (e o Território de Rondônia), separando-o de São Paulo.

### 3.3. AS COMPANHIAS E SUAS PROPAGANDAS

#### COMO É PARADOXAL LER NOS VAGÕES DOS TRENS QUE SEGUEM PARA TUPÃ, ANDRADINA OU VOTUPORANGA CARTAZES QUE ANUNCIAM AS TERRAS DO PARANÁ!

[PIERRE MONBEIG, EM 1952]

A efetiva tentativa de organizar o quase octogenário processo de povoamento no norte do Paraná iniciou-se dos termos da Lei Estadual 1.642/1916, na qual o governo, após experiências frustradas, convoca a iniciativa privada para empreender a efetiva ocupação. Esse corpo legislativo, e os posteriores, sinalizavam que a administração pública demonstrava-se cônica da transformação dos interesses privados, quando o negócio imobiliário passou a concorrer com a atividade agrícola. Plantio de café e venda de terras, portanto, foram os elementos estimulantes para a expansão da fronteira, resguardados pela ação governamental ávida por ingresso de migrantes e tributos.

A terra decididamente tornara-se uma mercadoria, após um longo processo iniciado pelos termos da Lei de Terras (1850), quando existia apenas “virtualmente”, pois tinha preço, mas não tinha compradores (LOPES, 1982, p. 39). De modo intenso no Paraná, a ação de várias “empresas colonizadoras” contribuiu para que o ciclo de fracionamento e acesso à propriedade privada se efetuassem. Após passagem pela mesa dos governadores com a assinatura dos termos de concessão, e mais adiante através dos contratos de venda, a colonização adquiria novo sentido, uma vez que “não passa de uma transação comercial, um ‘negócio’” que exigia cada vez mais cuidadosa organização e grandes investimentos (MONBEIG, 1984, p. 237 – 241).

Contudo, outras dificuldades estavam impostas. Os propósitos centravam-se no retalhamento em pequenas e médias propriedades, aproveitando-se das ambições gerais, mas o próprio Pierre Monbeig evidencia que entre as pretensões e as possibilidades dos compradores existia um espaço que reclamava respaldo. Do acalentado interesse de ser proprietário ao fato de poder adquirir um sítio, sendo o simples pioneiro um “homem pobre”, tornava-o um tomador de empréstimos. A incerteza de sua capacidade de honrar os compromissos assumidos aumentava os riscos do negócio.

Adquirir a terra, realizar os necessários levantamentos, abrir as estradas, talvez planejar e fundar os patrimônios, e depois de tudo, vender a prazo, exigia que, num primeiro momento, para fazer frente a tantos gastos, as iniciativas tivessem capital disponível. As oscilações comuns ao mundo agrícola da cafeicultura reforçavam as dificuldades. Certamente, tanto golpes audaciosos e especulativos como os problemas com titulação ainda persistiriam por todo o período, mas o novo cenário recomendava planejamento. E Pierre Monbeig não passa desatento a esse detalhe quando discorre sobre o trabalho das “grandes empresas de loteamento”, desde São Paulo ao Paraná.

Com o avançar da frente pioneira e a favorável conjuntura da cafeicultura no Paraná, atuar na comercialização de terras tornar-se-ia, assim, atividade complexa. A própria legislação federal, em vigência a partir de 1938, expressava em sua redação as exigências para a segurança das transações. Mas os lucros eram recompensadores; observando o exemplo pioneiro das grandes empresas – em ambos os Estados – e reunindo capitais em outras paragens, dezenas de iniciativas sucederam-se, isoladas ou agrupadas.

A concorrência, cada vez mais intensa, impingia o uso de novas estratégias para divulgar as benesses dos empreendimentos. A propaganda tornar-se-ia fundamental. “Pela imprensa, pelo rádio, por meio de cartazes, cada um louva a qualidade de seus solos, a densidade das suas estradas, o equipamento dos patrimônios, a segurança dos títulos de propriedade, as vantagens financeiras de seu sistema de pagamentos” (MONBEIG, 1984, p. 237). Muitas empresas se constituíram visando somente o parcelamento rural; outras, compreendendo as essenciais razões que a face urbana na expansão da fronteira encerrava, agiram no sentido de completar o inseparável elemento da equação. A este *frisson* específico, a presente seção se volta nesse momento.

### 3.3.1 As “Colonizadoras”

A atuação de empresas imobiliárias na fronteira do café já era realidade corriqueira no Estado de São Paulo quando de seus primórdios no Paraná. Se, como assinalado por Pierre Monbeig (1984, p. 145), têm-se, ao final do século XIX, os primeiros movimentos especulativos com a terra, mais alguns anos seriam necessários para que as primeiras organizações empreendedoras se fizessem presentes em território paulista, fundando cidades. Dos trabalhos

de Silva (1988) e Ghirardello (2002) apreende-se que já nos primeiros anos do século XX alguns núcleos estavam sendo estabelecidos por companhias. Este autor, ao apresentar a constituição da “The San Paolo Land, Lumber & Colonization Company”, em 1912, uma sociedade mista de empreendedores brasileiros e britânicos, aponta que o aspecto empresarial começava a substituir as atividades até então desempenhadas de modo “relativamente improvisado”; compunha-se, neste caso, da reunião de capitais externos, grandes fazendeiros e empresa ferroviária, cuja fundação de núcleos urbanos era entendida como fundamental para sustentar os empreendimentos rurais (GHIRARDELLO, 2002, p. 104 - 112). A partir de 1920, essa prática tornar-se-ia mais comum, sobretudo em virtude da ação de empresas envolvidas com a expansão ferroviária; tais episódios promoveram a abertura de uma nova etapa no processo de criação de cidades no país.

No norte do Paraná, os primeiros acordos com empresas colonizadoras datam do início do século XX, mas grande parte resultou-se infrutífera, dada a perspectiva especulativa dessas transações (BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN, 1969). Dos contratos cumpridos, a primeira companhia a fundar uma cidade foi a “Corain & Cia.”, cujas terras foram concedidas pelo governo estadual para a promoção do povoamento, em conformidade com a Lei Estadual 1.642/1916. Em Outubro de 1919, lavrou-se o contrato de concessão no qual César Corain e Antonio Machado César recebiam 50.000 hectares do governo estadual; em seguida, montaram a empresa “Corain & Machado”, que em 1923 transformou-se em “Corain & Cia.”, que assim fundaria a cidade de Primeiro de Maio, na margem esquerda do Rio Tibagi, dentro de seu projeto de colonização dessa gleba (SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA, 1940, s/p.). Para Lysia Bernardes (1953, p. 31), esse empreendimento revela o momento de abertura da frente pioneira no norte do Estado.

A partir de então, empresas de todo porte e de várias nacionalidades atuaram no processo de expansão da fronteira do café no Paraná. Diversas foram constituídas para operar restritas ao parcelamento rural, mas muitas, ao mesmo tempo, também trabalharam na fundação de núcleos urbanos. Vários foram concebidos como pequenos e modestos “patrimônios”, mas, em geral, eram apresentados com entusiasmo propagandístico, destinados a obterem “sucesso” certo e proeminente posição na rede de cidades em formação, tornando-se sedes de municípios. Contudo, vários não lograram êxito nesse sentido e permaneceram

como distritos. A cidade de Cintra Pimentel, atualmente distrito do município de Nova Londrina, criada pela “Empresa Oeste do Brasil S/A”, de Londrina (Estado do Paraná, edição de 12 de dezembro de 1966), e a cidade de Tupinambá, hoje distrito no município de Astorga, fundada pela “Imobiliária Tupinambá”, de Curitiba (Gazeta do Paraná, edição de 01 de Janeiro de 1949), exemplificam inúmeros processos similares.

Centrando-se naqueles que se transformaram em municípios, a pesquisa efetivada revelou a existência de **41 empresas**, que atuaram desde a fundação de Primeiro de Maio (1923) até a da cidade de Tupãssi, em 1966. No QUADRO 3.1, apresenta-se a lista que reúne os nomes das empresas atuantes nessa conjuntura, fundando cidades. Certamente, ao se considerar todos os núcleos urbanos fundados, a quantidade de empresas seria maior. Contudo, a expressão numérica desse recorte já contribui para demonstrar o fenômeno em questão. A presente análise fundamentou-se pela investigação dos contratos sociais dessas empresas, depositados na Junta Comercial do Estado do Paraná. O ANEXO A traz alguns contratos sociais selecionados, a título de exemplo.

Em grande parte, o patrimônio constituinte dessas companhias imobiliárias organizava-se para além das fronteiras do Estado. As primeiras grandes empresas que se formaram nessa “nova fase da economia pioneira”, eram suportadas por investimentos estrangeiros: de capital japonês, a “Brazil Tokushoru Kaisha” (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.) e a “S/A Nambei Tochi Kabushiki Kaisha”, e de capital inglês, e a maior de todas, a “Paraná Plantation Company” (Companhia de Terras Norte do Paraná), posteriormente adquirida por empresários e banqueiros nacionais. Mas grande parte era formada desde seu início por patrimônio brasileiro, fruto de experiências anteriores de colonização ou loteamento.

Expressivo número procedia do Estado de São Paulo; da cidade de Santos, as empresas “Lima, Nogueira S/A - Comercial e Exportadora” e a “Comissária Exportadora, Importadora União S/A”, provavelmente em decorrência das favoráveis perspectivas internacionais

**QUADRO 3.1** LISTA DAS COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS FUNDADORAS DE CIDADES NOVAS NA FRONTEIRA DO CAFÉ NO NORTE DO PARANÁ

1.	Anis Abbudi & Cia.
2.	Brasil-Paraná Loteamentos e Colonização Ltda.
3.	Byington & Cia.
4.	Colonizadora Alto Paraná “CAP” Ltda.
5.	Colonizadora Cafesal Ltda.
6.	Colonizadora e Imobiliária Szaferman Ltda.
7.	Colonizadora Mariluz Ltda.
8.	Colonizadora Norte do Paraná Ltda.
9.	Colonizadora Paranapanema
10.	Colonizadora Rio Bom
11.	Colonizadora, Imobiliária e Agrícola de Catanduva Ltda. – CIAC
12.	Comércio Construções Imóveis, Agricultura Ângulo Ltda.
13.	Comissária Exportadora, Importadora União S/A
14.	Companhia Brasileira de Imigração e Colonização – COBRINCO
15.	Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz
16.	Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural – CODAL
17.	Companhia de Terras Barbosa
18.	Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CTNP/CMNP
19.	Corain e Cia.
20.	DAGON
21.	Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda.
22.	Empresa Imobiliária Tapejara Ltda.
23.	Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda. Colonização, Indústria e Comércio
24.	Imobiliária Nova Londrina Ltda.
25.	Imobiliária Paraná Ltda.
26.	Imobiliária Paranapoema Ltda.
27.	Imobiliária Progresso Ltda.
28.	Imobiliária Toledo Piza Ltda.
29.	Imobiliária Ypiranga
30.	José Ebner & Cia.
31.	Lima, Nogueira S/A - Comercial e Exportadora
32.	Mazzuco Pareja e Cia. Ltda.
33.	S/A Nambei Tochi Kabushiki Kaisha
34.	Scrivanti & Cia.
35.	Sociedade Colonizadora Paraná Ltda.
36.	Brazil Tokushoru Kaisha - Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada - BRATAC
37.	Sociedade Goioerê Ltda.
38.	Sociedade Imobiliária e Colonizadora Guairacá
39.	Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – SINOP
40.	Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda.
41.	Sociedade Territorial Ubá Ltda.

que seus sócios vislumbravam com o mercado do café. Do interior, de cidades criadas na fronteira do café, tantas outras; por exemplo, “Anis Abbudi & Cia.”, de Presidente Prudente; “Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda.” e a “Imobiliária Toledo Piza Ltda.”, ambas de Tupã; “Sociedade Imobiliária e Colonizadora Guairacá” e a “Colonizadora Mariluz Ltda.”, as duas de Marília. E outras ainda registradas na capital, como a “Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz” e a “Byington & Cia.”. Eram reflexo do ânimo comercial provocado pela cafeicultura dantes provado em território paulista e naquele momento vislumbrado no Paraná.

Em razão da pressão que o excedente demográfico estabelecia nas zonas coloniais gaúchas e catarinenses, abriu-se um processo migratório que se direcionou para o extremo oeste paranaense, denominado como “frente sulista” por alguns historiadores. No entanto, da região central do Rio Grande do Sul também procediam algumas empresas que atuariam no norte do Paraná, como a “Madalozzo & Cia.”, de Erechim, e a “Brasil-Paraná Loteamentos e Colonização Ltda.”, de Passo Fundo. A primeira impressionava pela quantidade de sócios fundadores, mais de 50, e dentre gaúchos e catarinenses, figurava o Padre Luquino Virro. Mas realização de maior envergadura seria concretizada pela “Colonizadora Rio Bom”, um dos braços empreendedores do Banco do Rio Grande do Sul (BANRISUL).

Entretanto, a maioria foi formada sob jurisdição paranaense e muitas na própria região norte do Estado. De Londrina, efetuavam seus negócios a “Colonizadora Cafesal Ltda.”, a empresa “Scrivanti & Cia.”, a “Imobiliária Paranaipoema Ltda.”, a “Imobiliária Ypiranga”, dentre outras. E de Apucarana, Maringá, Rolândia, Curitiba também provinham mais companhias. Enfim, a compreensão da procedência dos capitais auxilia no entendimento dos interesses vinculados ao povoamento assim como na avaliação da significância para a economia nacional desse movimento.

Observando-se a formação societária, percebe-se que os laços familiares eram bastante significativos quando da formação dessas empresas: irmãos, esposas, filhos figuravam constantemente. Por vezes, o sobrenome estampava a razão social e/ou o nome comercial das companhias, como a “Colonizadora e Imobiliária Szaferman Ltda.”, dos sócios Szymsek Szaferman, Benjamim Meisze Szaferman e João Maffei Rosa; outras ilustravam o próprio nome do patrimônio: Maria Helena, fundado pela “Sociedade Colonizadora Paraná Ltda.”, era o nome da filha de um dos sócios; Pérola, a esposa de Alberto Jackson Byington Júnior, da empresa homônima. Minoria absoluta, os sócios vindos do estrangeiro - excetuando-se as grandes sociedades

de procedência internacional - e as mulheres. Geralmente as empresas eram formadas por vários sócios, provavelmente devido à concorrência que, cada vez mais acirrada, impunha a necessidade de grandes investimentos para transformar a terra numa mercadoria “suficientemente padronizada”. A asseveração de Monbeig (1984, p. 162) contribui para ilustrar essa questão, na medida em que acredita ser “um pouco abusivo o termo de colonização, que aparece tão naturalmente nas razões sociais da maior parte desses negócios”.

Pela análise dos contratos sociais, percebe-se que era comum a todas as empresas a possibilidade de empreender negócios imobiliários no meio rural e no urbano. Nenhuma se formou com o propósito exclusivo de fundar cidades, ainda que muitas se constituíssem para parcelar uma gleba específica, em lotes urbanos e rurais, como a “Imobiliária Nova Londrina Limitada”.

Quarta: O objetivo da EMPRESA, será o de negócios (sic) de compra e venda de terras, loteamento e Colonização e a formação de uma Cidade que terá o nome de “CIDADE NOVA LONDRINA”, em terras adquiridas no lugar entre o Ribeirão do Tigre e Areia Branca, no distrito de Paranavaí, município (sic) e comarca de Mandaguari, no Estado do Paraná, [...] (JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Contrato Social, 1950)

Poucas se estabeleceram com função única, em geral, “comércio de terras”. Algumas já se organizavam antevendo múltiplas atividades desde sua origem, estendendo-as desde a colonização a outros ramos diversos, como construção civil, indústria e comércio de madeira, beneficiamento de produtos agrícolas, etc.

Primeira: - A Sociedade girará sob a denominação de “IMOBILIÁRIA AGRÍCOLA MADALOZZO LIMITADA, COLONIZAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO”, e cuja finalidade é a de compra e venda de terras, Colonização, Loteamento, Cultura do Café e outros Cereais; Beneficiamento de Café e Arroz; Extração, Indústria e Comércio de Madeiras, e o que mais convier aos interessados da Sociedade, à (sic) critério da Diretoria. (JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Contrato Particular de Constituição de Sociedade Civil de Quotas de Responsabilidade Limitada, 1951, fls. 2)

Para as dificuldades de aquisição por parte dos compradores e para garantir a segurança das transações, como o disposto no Decreto-Lei 58/1937 e no Decreto 3.079/1938 regulamentava, alguns contratos sociais vislumbravam a possibilidade de “venda parcelada” ou como impresso nas atividades da “Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda.”, “financiamentos diversos”. Procurava-se ocupar todos os espaços possíveis para a capitalização dos investimentos. Em algumas circunstâncias, o domínio das companhias sobre seus compradores tornava-se “inquietante”.

[...] compra, venda, locação e hipoteca de imóveis, fundação e exploração de núcleos coloniais, introdução e localização de imigrantes, construção e exploração de estradas de ferro, de rodovias e outros meios de comunicação, exploração de terras e todas as atividades inerentes à colonização. (Descrição geral sobre a Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada, São Paulo, 1939 apud MONBEIG, 1984, p. 238)

Com base nessa descrição, Monbeig (1984) relata o “controle” continuado que a referida companhia, com uma “estrutura capitalista muito acentuada”, exercia sobre seus colonos, mesmo depois da quitação das dívidas referentes à aquisição da propriedade; através de banco, cooperativa agrícola, empresas comerciais e industriais, escolas, hospitais e associações culturais, a empresa exercia um poder “fecundo”.

A amplitude das atividades, entretanto, paulatinamente se expandiria ainda mais, para algumas empresas. As seguidas alterações dos contratos sociais revelam a diversificação que os negócios atingiriam: exportação de café e cereais, importação de maquinários agrícolas, execução de obras de engenharia civil, execução e exploração de serviços de utilidade pública, exploração agrícola e pastoril de apicultura, sericultura e piscicultura, dentre outros. Os riscos dos primeiros anos afastados, os lucros aplicados em diferentes negócios.

A maioria das companhias fundou um único patrimônio. Algumas, lastreadas por investimentos de maior envergadura e aquisição de extensas áreas, promoveram maior número de criações. Distinto é o caso da CTNP/CMNP, que fundou 64 núcleos em suas terras, dentre os quais, 38 aqui enquadrados. Contudo, outros grupos também vislumbraram boas oportunidades; destacam-se os ligados a estabelecimentos bancários, que, através das empresas imobiliárias subsidiárias, também criaram seus patrimônios: a gaúcha, já citada, “Colonizadora Rio Bom” e a paulista “Companhia Brasileira de Imigração e Colonização” (COBRIMCO), ligada ao recém-instituído Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO). Duas outras empresas sobressaem-se, ainda pelo aspecto quantitativo: a “Byington & Cia.” e a “Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Limitada”. Esta, após seus empreendimentos no norte do Paraná, continuaria atuando na expansão da fronteira no Brasil, fundando cidades e retalhando glebas, já no Estado do Mato Grosso<sup>22</sup>.

A atuação de companhias imobiliárias no norte do Paraná resultou das novas perspectivas que a fronteira do café havia criado.

Não era mais movimento agrícola apenas. Fenômeno originado em São Paulo, mas que atingiu no Paraná expressão e intensidade diferenciada, definitivamente apontou para a alteração de sentido na criação de cidades no Brasil.

### 3.3.2 “O caminho certo para um bom negócio”

Na arte da propaganda, conteúdos informativos e ilusórios se misturavam para persuadir a avalanche que se dirigia para as frentes novas. Haracenko (2002, p. 64 - 71) expõe os ardis que a empresa “Brasil – Paraná Loteamentos e Colonização Ltda.” utilizava para promover seu empreendimento. O historiador Ruy C. Wachowicz descreve um pitoresco exemplo capturado pelo depoimento de um agricultor:

Quando os ingleses começaram a vender suas terras na margem esquerda do Tibagi, realizaram uma feroz propaganda. Em seus folhetos, baixavam a altitude das terras das colonizações vizinhas e aumentavam das suas. Era para espantar o medo das geadas. Era este o maior temor manifestado pelos compradores. Em altitudes mais elevadas, geava menos no norte do Paraná. Na propaganda inglesa, altitude boa era só de Londrina para diante. Punham altitude grande e levavam todo mundo para lá. (apud WACHOWICZ, 1987, p. 152)

Outras peculiaridades, entretanto, também cercavam a publicidade. Pierre Monbeig, ao descrever a psicologia coletiva dos pioneiros, ressalta a particular competição desencadeada pelas ambições políticas dos fazendeiros e pelo ímpeto da possibilidade de riqueza na fundação dos patrimônios. Já que “a especulação atrai a especulação”, o esmagador impulso toma conta de todos.

Pode então a publicidade desdobrar todos os seus artifícios, oferecendo aos últimos hesitantes a massa de argumentos que os decidirá, por sua vez, a vir engrossar a população da cidade nova. São enviados agentes recrutadores, que percorrem as velhas zonas; podem eles anunciar os primeiros progressos da urbanização; exaltam a valorização das terras; longe de dissimular os grandes golpes de especulação, revelam-lhe todos os pormenores. Dos grandes jornais da capital, obtêm-se reportagens ou páginas especiais. E se o fundador merece a confiança do governo, então é o jornal do partido no poder que se encarrega dessa propaganda tanto mais eficaz, quanto nela se vê a chancela oficial. Nos trens, nos bares, cartazes com slogans enfáticos

<sup>22</sup> Para um resumo histórico das atividades dessa empresa, no Paraná e depois no Mato Grosso, consultar o site <http://www.subioo.com.br/empresas/imob/gruposinop/home.php>.

proclamam belezas e riquezas da nova cidade. **Lança-se uma cidade como se lançaria uma moda, com grandes golpes de propaganda.** [...] E, sem dúvida, bem justificam a confiança dos pioneiros os progressos do povoamento rural, a extensão da rede ferroviária, a melhoria das comunicações por ferrovia. Mas tal confiança é fortalecida e acrescida pela publicidade. [...] (MONBEIG, 1984, p. 357, grifo nosso)

Gonçalves (2007, p. 26), analisando a obra da CTNP/CMNP, fornece aguda observação quando assinala que o teor das propagandas atingia com precisão uma das demandas históricas da população brasileira, o acesso à propriedade privada, sobretudo em período reconhecidamente repleto de negociatas de contornos ilegais.

[...] No fundo, a propaganda realizada pelos vendedores de lotes explicitava o reconhecimento da precariedade institucional da cidadania no país. Contudo, disso não decorria um compromisso desses agentes da grande burguesia fundiária com a ampliação substantiva da condição cidadã dos brasileiros, mas a simples conclusão de que as empresas particulares seriam mais capazes de assegurar direitos do que o próprio Estado.

De acordo com Silva (1988, p. 169), as energias despendidas pelos fundadores de cidades na fronteira paulista para a estratégia

propagandística era muito superior que o tempo empregado para desenhá-las. No Paraná, no discurso dos empreendedores localiza-se operação contrária: o plano urbanístico como elemento de diferenciação. Como demonstra Cordovil (2007), desde sua fundação, a cidade de Maringá, desenhada por Jorge de Macedo Vieira (1894 – 1978), seria divulgada de forma a salientar o processo de parcelamento que a CTNP/CMNP empregava em parte de suas terras.

Em pesquisa dirigida aos exemplares dos principais jornais regionais e de circulação estadual à época (ROSANELI, 2007), revelou-se grande quantidade de propagandas de loteamentos, rurais e urbanos. O teor das propagandas, em geral, gira em torno do engrandecimento da obra, da empresa e do local, das facilidades dos planos de venda, das condições de pagamento e a segurança dos títulos. A seqüência de propagandas elaboradas pela CTNP/CMNP, obtidas no jornal Gazeta do Povo (entre as edições de Fevereiro de 1949 a Abril de 1954), demonstra exemplarmente os estratagemas utilizados por todas, em maior ou menor amplitude (da FIGURA 3.10 à FIGURA 3.14).

FIGURAS 3.10 E 3.11 PROPAGANDAS DA CTNP/CMNP - Fonte: GAZETA DO POVO E FOLHA DE LONDRINA, vários anos.



FIGURAS 3.12, 3.13 E 3.14 PROPAGANDAS DA CTNP/CMNP -Fonte: GAZETA DO POVO E FOLHA DE LONDRINA, vários anos.

ÚLTIMA OPORTUNIDADE  
no Norte do Paraná!  
*Terra generosa*



NÚCLEOS CRUZEIROS E RIO DE AREIA  
TERRAS PRÓPRIAS PARA CAFÉ

Aqui está a última oportunidade para  
V. adquirir a sua propriedade agrícola nas  
**TERRAS QUE PRODUZEM DIÁRIOS!**  
Terras magníficas, com grandes matas  
e extensos palmitais, ricas em pedras e  
outras madeiras de lei. Devidas-se  
hoje mesmo e reserve imediatamente as  
lotes para formação de seu sítio  
em favorável. E veja que vantagens: suas  
terras estão ligadas à cidade de MARINGÁ  
por ótima estrada de rodagem, de  
tinha construção perfeita.

VENDEAS EM NOSSO  
ESCRITÓRIO DE MARINGÁ

**CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ**  
anteriormente  
**CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ**  
Sede: São Paulo, rua João Bento, 329 — 8.º andar — Caixa Postal, 2771  
Inscrição N.º 7.744 de Registro Civil de Imóveis, do Comércio de 15 de Junho  
de acordo com as Decretos-Leis N.ºs 10.12-1937 e N.º 2079 de 15-9-1938.



**NORTE DO PARANÁ** *Terra Próspera!*

**Você Sabia...?**  
... que em Maringá se vende  
um lote de terras em  
Maringá em condições  
ideais?  
... que os terrenos são  
de primeira qualidade?  
... que a irrigação de parte  
das terras é garantida?  
... que o terreno é  
muito fértil?  
... e ainda há mais?

Entre as matas, fazendas e rebanhos do NORTE  
DO PARANÁ, o condão superior prospera com  
segurança. Em lotes de freqüente cidade de  
MARINGÁ, saíra após saíra, a terra próspera e  
fértil. Entre hortas e pomares, frutas, e  
outros que a água abundante e o clima saudável,  
vel e a féla, sendo tudo crescer e multiplicar-se.

VENDEAS A PRESTAÇÕES EM PEQUENOS E GRANDES LOTES  
**CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ**  
A MAIOR EMPRESA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL

Sede: São Paulo, Rua São Bento, 329 - 8.º andar  
Centro de Administração e Agência Própria  
Londrina e Maringá

Informações com os escritórios de São Paulo, Lon-  
drina, Arapongas e Maringá, onde está centralizada a  
Seção de Vendas de Terras.

Tudo é melhor no NORTE DO PARANÁ...

**O CLIMA  
é PURO**  
- e saudável!



**Você Sabia...?**  
... que as terras do Norte do Pa-  
raná são as melhores e mais  
seguras para a cultura do  
café?  
... que as terras do Paraná sul  
são de 1.ª qualidade e produzem  
muito mais do que as do Sul de  
São Paulo?  
... e ainda há mais?

Região verdadeiramente privilegiada pela Natureza,  
onde as terras apresentam o mais elevado grau  
de fertilidade, o Norte do Paraná distingue-se  
também pelas suas ótimas condições atmosféricas.  
Além disso é ameno e saudável.  
— excelente para a saúde do homem,  
ótimo para todas as culturas e estações. Esta é uma  
das razões do progresso vertiginoso desta zona  
do Brasil — onde a população é superior a 250.000  
habitantes, felizes e prósperos lavradores que  
formam suas propriedades agrárias em  
torno das florescentes cidades de Londrina e Maringá.

VENDEAS A PRESTAÇÕES EM PEQUENOS E GRANDES LOTES  
**CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ**  
A MAIOR EMPRESA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL

Sede: São Paulo, Rua São Bento, 329 - 8.º andar  
Centro de Administração e Agência Própria  
Londrina e Maringá  
Informações com os escritórios de São Paulo, Lon-  
drina, Arapongas e Maringá, onde está centralizada a  
Seção de Vendas de Terras.

O tom laudatório permeia todas as peças. Os desenhos que as ilustram instigam pela semelhança do traço com outros contextos – talvez Estados Unidos –, mas certamente não norte-paranaense. À terra é destinada os mais diversos adjetivos: virgem, farta, próspera, fértil e generosa; café algodão, frutas, extensos palmitais e toras enormes de cedros-vermelhos, perobas-rosas, paus-d’alho e figueiras-brancas são os lenhos esperados. Ao clima, a pureza, a amenidade e a saúde propícias à constituição familiar. Ao transporte, as facilidades das boas estradas de rodagem, da ferrovia e dos aeroportos. Água abundante e prosperidade com segurança. “Não há saúvas!”, brande as peças da “maior organização colonizadora da América do Sul”. Enfim, “La meca”, como divulgava um jornal italiano (ADUM, 1992, anexo 9).

Não deixa de ser relevante assinalar a proximidade dos métodos utilizados por essa empresa com a dos “boosters” na fronteira norte-americana. Estes, preocupados em promover as cidades onde viviam em um clima de acirrada disputa por migrantes e investimentos com outras cidades da região, alardeavam nos jornais

e em diversos tipos de publicações, suas principais características urbanas. Ademais, a propaganda que se formalizaria já no início do século XIX, conforme expõe Wade (2002, p. 32), após 1840, quando a atividade das companhias ferroviárias se intensifica e se volta em direção ao Oeste norte-americano, seria energeticamente utilizada para divulgar a fertilidade das terras e os favoráveis termos de compra, como salienta Bogue (1994, p. 285). O livro publicado em 1975, *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, escrito por um jornalista contratado pela própria CTNP/CMNP, baseado em artigos de jornais de grande circulação nacional, ajustar-se-ia perfeitamente nessa categoria editorial<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> O fato em si apresenta-se como uma propaganda em forma de livro e representa um “boosterism” tardio; já o aceite indiscriminado de sua versão, repetida *ad infinitum* em seguidos trabalhos, “o material mais consultado sobre a região” (GONÇALVES, 1999, p. 29), reflete a persistência do “mito”, assinalado anteriormente.

Em investigação efetuada nos exemplares do jornal Folha de Londrina (entre as edições de Maio de 1954 e Dezembro de 1965) e no jornal Paraná Norte (entre as edições de Outubro de 1934 e Junho de 1950), constatou-se uma enorme quantidade de propagandas, das mais diversas companhias que atuaram no norte do Paraná, repetindo-se por anos, às vezes. Em várias, o destaque para a estrutura de apoio para as atividades urbanas: energia elétrica, água potável, serviços hospitalares, educacionais, religiosos; para a ligação através

via terrestre, fluvial e aérea; para os planos urbanísticos, realizado por equipes de profissionais especializados. Em algumas, um “vale-tudo” urbanístico: desde a existência de um “cinturão-verde” até a utilização dos princípios modernistas da Carta de Atenas. Em outras, ofertas para incrementar as vendas: estranha (se não ilegal) isenção de impostos municipais, planos mirabolantes de venda de datas, churrascada e missa de inauguração, como se observa no exposto pelas FIGURAS 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.19 e 3.20.

FIGURAS 3.15 E 3.16 PROPAGANDAS DE DIVERSAS COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS - Fonte: GAZETA DO POVO E FOLHA DE LONDRINA, vários anos.

**Você precisa conhecer MIRADOR**  
Estradas — Escolas — Máquinas — Igreja — Esportes — Aeroporto e LUZ ELÉTRICA a ser inaugurada em 18-6-1955.  
Decididamente você precisa conhecer MIRADOR!

**DEPENDE**  
O SEU FUTURO POR SUA ESCOLHA

*O Caminho Certo para um bom negócio*  
*Para seu fim de semana... Delicia panorâmica sem fim!*

ESCRITORIO DANIEL GONÇALVES — Edifício Autolon — 3.º andar — S/ 308 e 310 — Cx. Postal, n.º 8 — Fone, 125 — Londrina

Uma realização "DAGON"

**XAMBRE**  
— a mais promissora cidade do Norte do Paraná

Compenza plantar café em XAMBRE: maior produção... escoamento fácil das safras, através de boas estradas... e a certeza de uma rápida valorização das terras consideradas dentre as mais férteis do mundo! Graças aos modernos empreendimentos que estão sendo executados pelos engenheiros e técnicos de Byington & Cia., XAMBRE possui todos os recursos necessários à colonização. Por isso, plante café nas terras férteis de XAMBRE... E adquira já o seu lote para chácara, sítio ou fazenda, ou uma data nesta nova e promissora cidade do Progresso!

**XAMBRE - boas terras - boas estradas**

- As melhores terras para cultura de café. Água abundante. Clima saudável. Luz e energia elétrica.
- Padrões tropicais. Figueira branca, urtiga branca, camborá de melão legum, pimenta branca, amendoim, joracati e outros.
- Madeiras de lei, Cedro, peroba, canelêdo, morim, tatiú e outros.
- Novas estradas e vias fluviais para transporte econômico e fácil escoamento. Linha de ônibus. Campo de aviação com 1.200 mts. de pista. Comunicações radiotelegráficas.
- Serviços. Armazéns. Hotel. Lajes e todos os facilidades comerciais. Farmácias. Assistência médica.
- Modernos equipamentos mecanizados de terraplenagem para construção de estradas e urbanização.

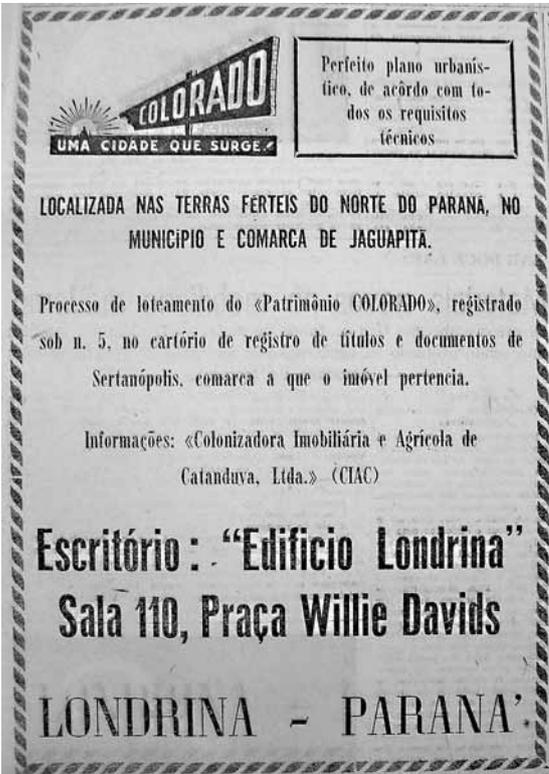
• Registro de acordo com o Decreto-Lei 58, sob n.º 8, no Registro Geral de Imóveis de Foz do Iguaçu.

**XAMBRE já possui**

- Campo de aviação
- Estação radiotelegráfica
- Armazéns e casas comerciais
- Posto de serviço com bomba de gasolina

Informações em  
**BYINGTON & CIA.**  
MARINGÁ - Departamento de Vendas - Avenida do Brasil, 3837  
SÃO PAULO - Rua Barão de Itapetininga, 140 - 6.º andar

FIGURAS 3.17, 3.18, 3.19 E 3.20 PROPAGANDAS DE DIVERSAS COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS - Fonte: GAZETA DO POVO E FOLHA DE LONDRINA, vários anos.



**COLORADO**  
UMA CIDADE QUE SURGE

Perfeito plano urbanístico, de acordo com todos os requisitos técnicos

LOCALIZADA NAS TERRAS FÉRTIS DO NORTE DO PARANÁ, NO MUNICÍPIO E COMARCA DE JAGUAPITÃ.

Processo de loteamento do «Patrimônio COLORADO», registrado sob n. 5, no cartório de registro de títulos e documentos de Sertanópolis, comarca a que o imóvel pertencia.

Informações: «Colonizadora Imobiliária e Agrícola de Catanduva, Ltda.» (CIAC)

**Escritório: "Edifício Londrina"**  
**Sala 110, Praça Willie Davids**

**LONDRINA - PARANÁ**

Ganhar dinheiro!  
Aumentar os lucros,  
Assegurar o futuro da família,  
é grande aspiração de todas  
as pessoas de bom senso.

**QUAL A SOLUÇÃO? UMA SÓ!**  
**CIDADE MIRADOR**  
uma realização "DAGON",  
onde você encontrará uma oportunidade!  
Não vacile, o seu progresso o espera em

**MIRADOR!**  
uma realização "DAGON"  
EDIFÍCIO SAHAO, sala 105 - 1.º andar

Para assegurar bons lucros, sem receio de desvalorização, só mesmo o bom investimento imobiliário, e este você encontrará em MIRADOR, uma realização «DAGON».

**EDIFÍCIO SAHAO, sala 105 - 1.º andar**

**APROVEITE AGORA**

**"CIDADE MIRADOR"**

Uma oportunidade à sua espera!  
Chácaras de 1 a 5 alqueires — Terras de alto padrão.  
Datas a partir de Cr\$ 10.000,00 — Construções financiadas pelo sistema «CASADADA»!

**Conheça MIRADOR!**

Sub-Prefeitura e Cartório de Paz, instalados em 24-6-55 — Dentro de 2 meses, instalação de Luz Elétrica.

**MIRADOR — Símbolo de progresso**

Visite MIRADOR, viajando pela «BÓIA», que brevemente ligará MIRADOR ao resto do Estado, por linha de taxi-permanente!

**CIDADE UMUARAMA**

Surge no coração da gleba Cruzeiro, mais uma gigantesca criação da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná: cidade UMUARAMA. A Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, comemorando a inauguração de Umuarama, o seu mais novo empreendimento em matéria de criação de grandes centros de colonização, produção e comércio, convida ao laborioso povo de Londrina, para participar dos festejos da inauguração da cidade, no dia 17 de abril, domingo, obedecendo o seguinte programa:

8,00 horas, missa rezada pelo padre Frei Estevão Maria Capuchinho; 9,30 horas, inauguração do aeroporto Umuarama; 10,30 horas, inauguração do escritório da C. M. N. P.; e 12,00 horas, grande churrascada.

Nessas propagandas publicadas nos jornais, alguns aspectos se sobressaem pela constância em que são empregados. Das ilustrações, inserir a nascente cidade na rede urbana estabelecida para indicar a viabilidade de comunicação através das estradas de rodagem existentes figura como representação de primeira ordem; outra imagem recorrente, como pano de fundo, são os campos repletamente cultivados em terrenos de suaves ondulações, ora delineados por estradas ora pontuados pelos patrimônios. A peça produzida pela "Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda." destaca-se pelo uso excepcional da própria planta da cidade como motivo alegórico; as publicadas em nome da "Imobiliária Ypiranga" pela presença de vendedores e compradores no escritório da companhia (FIGURAS 3.21, 3.22, 3.23, 3.24 e 3.25).

FIGURA 3.21, 3.22, 3.23, 3.24 E 3.25 PROPAGANDAS DE DIVERSAS COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS - Fonte: FOLHA DE LONDRINA, vários anos.

**ASSEGURE O FUTURO DE SUA FAMÍLIA...**  
adquirindo um terreno na

*Cidade*  
**QUERÊNCIA DO NORTE**

"APROVADA SUA ELEVÇÃO A MUNICÍPIO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ EM 7-4-54."

**A CIDADE DE MAIS FUTURO DO NORTE DO PARANÁ**

AGUA LUZ AEROPORTO ESTADIO

118 DISTRITO DE PARANAVAL RUA E NÚMERO DE ORDEN 23 DA CIDADE QUERÊNCIA DO NORTE DO LIVRO Nº 8 DO CARTÓRIO DE MANGUEIRA, PARANÁ DO SR. ARISTIDES RUYES DUAS - DE ACÓRDIO COM O DEC. LEI Nº 888 REVALIDADO COM O DEC. Nº 1978 DE 12 DEZEMBRO DE 1977

COLONIZADA BRASIL-PARANÁ

**QUERÊNCIA DO NORTE**

DESENVOLVIDA POR BRASIL-PARANÁ S.A. CONSTRUTORA E COLONIZADORA

Avenida Paraná, edifício "Sahão" 1.º andar — Salas, 108 a 114 Telefone, 829 — LONDRINA

**Cidade "ALTO PARANÁ"**

Propriedade da IMOBILIÁRIA YPIRANGA



O clichê apresenta o momento em que os sócios da Imobiliária Ypiranga (sentados), fechavam um importante negócio com uma colônia japonesa, tendo vendido mais de Cr.S. .... 700.000,00 em terras para sítios

**COMPRE LOGO SEU LOTE ANTES QUE SEJA TARDE!!!**  
VANTAJOSO PLANO DE VENDAS A LONGO PRAZO E SEM JUROS  
Terras para todos os tipos de cultura na região mais rica e promissora do Brasil

**CIDADE "ALTO PARANÁ"**

INFORMAÇÕES SEM COMPROMISSO. — FILIAL EM CURITIBA: Rua Dr. Marici, 739 — 3.º andar — telef. 209-311 — Fone: 358 — Edifício do Banco Paulista do Comércio S.A. — CURITIBA

**Cidade «Alto Paraná»**

Propriedade da IMOBILIÁRIA YPIRANGA



"A foto apresenta momento importante nos trabalhos da Marici da Companhia, em Londrina, apresentando o momento em que se firmou a "Cidade Fronteira"."

**COMPRE LOGO SEU LOTE ANTES QUE SEJA TARDE!!!**  
VANTAJOSO PLANO DE VENDAS A LONGO PRAZO E SEM JUROS  
Terras para todos os tipos de cultura na região mais rica e promissora do Brasil

**CIDADE "ALTO PARANÁ"**

INFORMAÇÕES SEM COMPROMISSO. — FILIAL EM CURITIBA: Rua Dr. Marici, 739 — 3.º andar — telef. 209-311 — Fone: 358 — Edifício do Banco Paulista do Comércio S.A. — CURITIBA

**ENGENHEIRO BELTRÃO**

Cidade localizada na melhor faixa de terras roxas. Sede de Município com mais de 16 milhares de cafeeiros em produção. Luz em instalação pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Centro Rodoviário. Ônibus para Maringá, Campo Mourão, Peabiru, Quinta do Sol, Jussara, Terra Boa.

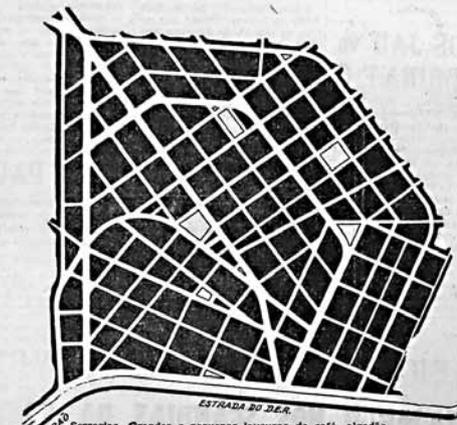
Auto estrada, em construção, de Maringá a Campo Mourão. Plano do D.E.R.

Grupo Escolar. Escolas isoladas. Escola Rural em projeto.

Assistência médica. Hospital aparelhado com recursos técnicos modernos.

Novo Plano de Vendas de Datas. Entrada 10%, saldo em 48 prestações mensais, sem juros.

Isenção de Impostos Municipais por 2 anos após a construção na Data.



Serrarias. Grandes e pequenas lavouras de café, algodão, cereais, Pomares e pastagens. Facilidades de abastecimento. Possibilidades de turismo. Salto das Bananeiras, no rio Ivaí. Cachoeiras do rio Mourão. Pesca variada e abundante.

**SOCIEDADE TÉCNICA E COLONIZADORA "ENGENHEIRO BELTRÃO" LTDA.**  
Escritório Central: Curitiba  
Escritório em Engenheiro Beltrão: Avenida Sete de Setembro  
Remeta este cupom para um dos endereços acima para receber informações detalhadas:

Nome: .....  
Endereço: .....  
Cidade: ..... Estado: .....



**ENGENHEIRO BELTRÃO, grande Centro Cafeeiro do vale exuberante do Rio Ivaí**

**30.000**  
alqueires de terra roxa

**FAZENDA UBÁ IVAIPORÁ**

Na região mais fértil do Paraná



Intensidade na produtividade de fazenda, sendo os melhores tipos de solos, irrigação, excelente assistência técnica de registro civil etc.

Lotes de terras de 5 alqueires para Londrina e Apucarana, com acesso ao Federal.

Todos os lotes possuem escritura de compra e venda aprovada.

Essas vantagens são únicas por aqui.

Grande oportunidade para o sempre de terras de 1.ª qualidade, ideais para a formação de sítios e fazendas de café, cereais e outras culturas

**LOTES A PARTIR DE 5 ALQUEIRES**  
PAGAMENTOS A LONGO PRAZO — SEM JUROS

As melhores terras do Paraná, pelo melhor preço de mercado e em condições de acesso de todas as estradas e rodovias.

**SOCIEDADE TERRITORIAL UBÁ LTDA.**  
EXCLUSIVO PARA IVAIPORÁ - PARANÁ



Nos textos, revelações significativas. Salientam a presença de linhas de ônibus regulares, de postos de gasolina e de conexões rodoviárias, apontando a importância do automóvel e, ao mesmo tempo, aliviando uma das grandes preocupações dos potenciais compradores, o isolamento. Alguns reclames ressaltam as experiências prévias das companhias como forma de tranquilizar futuros investidores.

CODAL. Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural. Sucessora de IMOBILIÁRIA IPIRANGA, de Boralli & Held. Fundadora e colonizadora dos municípios paranaenses de ALTO PARANÁ, GAÚCHA DO IVAÍ e TERRA ROXA DO OESTE, das GLEBAS AROEIRA, GAÚCHA e TERRA ROXA, e, ainda, dos loteamentos urbanos JARDIM XANGRI-LÁ e PARQUE JARDIM AMÉRICA, em Londrina; e VILA PROGRESSO e VILA CLEÓPATRA, em Maringá, COMUNICA AOS AMIGOS E FREGUESES QUE ACABA DE LANÇAR A CIDADE ALTAMIRA E A GLEBA ALTAMIRA. Ambas no município de PALMITAL, comarca de Pitanga Paraná [...] (Folha de Londrina, edição de 02 de Fevereiro de 1962)

Muito comum o proveito de datas especiais como modo de relembrar outras intenções; depois de glorificante poema dedicado às mães, em seu dia no calendário, a mensagem certa: “Homenagem da BRASIL PARANÁ Loteamentos e Colonização. Criadora de QUERÊNCIA DO NORTE, o caçula dos municípios norte-paranaenses” (Folha de Londrina, edição de 09 de Maio de 1954). Outra forma de assegurar destaque era adjetivar as cidades; entre tantos, Umuarama era “posto avançado da civilização”, Xambê, a “mais promissora cidade do norte do Paraná”, Alto Paraná, “cidade prodígio”, a “mais jovem e progressista cidade do norte do Estado” e Querência do Norte, a “cidade de mais futuro no norte do Paraná”. Todas juntas, difícil distinção. Salienta-se, entretanto, que inusitado era o cumprimento da lei, na medida em que poucas vezes o disposto em legislação foi seguido: “[...] Art. 10. Nos anúncios e outras publicações de propaganda de venda de lotes a prestações, sempre se mencionará o número e data da inscrição do memorial e dos documentos no registro imobiliário. [...]” (BRASIL. Decreto 3.079 de 15 de Setembro de 1938).

Outra forma de afirmação desses empreendimentos pode ser constatada nos próprios documentos oficiais. Atentando-se novamente para os memoriais descritivos dos loteamentos urbanos, observa-se um curioso tipo de propaganda, um “boosterism” oficioso. Na descrição da propriedade a ser loteada, algumas empresas carregavam nas características de seus empreendimentos a fim de demonstrar a viabilidade física e a ausência de problemas futuros.

Local salubre por excelência, “Querência do Norte” é fadada a um progresso fora do comum si (sic) levarmos em consideração a sua localização privilegiada (sic), dominando completamente a fértil (sic) região comumente chamada “ângulo da confluência (sic) do Ivaí com o Paraná”, e mais ainda dominando como centro de convergência (sic) de Estradas de Rodagens (sic), que dos sertões demandam os centros mais populosos [...]. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da Cidade de Querência do Norte, 1952)

Ou ainda,

Nessas condições, é cada vez maior a afluência de lavradores que, com suas famílias, procuram nêsse novo ambiente estabilizarem-se, garantindo-se num futuro promissor e cheio de esperanças. A colonização dessa região processa-se assim rapidamente e num crescendo verdadeiramente assombroso, prognosticando-se, dessa maneira para essa zona, dentro em breve, grandes realizações, sendo já numerosas as fazendas e sítios que ali se formam. É portanto natural que povoações se formem, como ponto de convergência das propriedades agrícolas da zona. Foi pensando nisso que resolvemos lançar o plano de um patrimônio com o nome da própria zona, e para isso escolhemos o lugar indicado nêste memorial, pois a sua localização virá facilitar de muito os agricultores que na zona de Goio-erê, estão trabalhando para tornar realidade o sonho de engrandecimento do Paraná, e, conseqüentemente, do Brasil. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. Processo de Inscrição da Cidade de Goioerê, 1953)

Nas pranchas dedicadas aos planos urbanísticos, outro meio de persuadir os compradores: “Independência pelo trabalho” na “região mais FÉRTIL (sic) do NORTE do PARANÁ”, como estampado na prancha da cidade de Alto Paraná, parcialmente exposta na FIGURA 3.26 (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. Processo de Inscrição da Cidade de Alto Paraná, 1948); “Terras excelentes para Café, Trigo, Arroz, Algodão, Cana, Milho e diversos cereais”, na que projeta a cidade de Guairacá, onde textos e gravuras de trator, avião, sacos cheios de grãos e uma cidade ao fundo se misturam com a do índio Guairacá, que estranhamente se pronuncia: “Esta Terra é Nossa!”, como ilustra a FIGURA 3.27 (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da Cidade de Guairacá, 1950). Representar os antigos moradores em pranchas, todavia, também guarda semelhanças com os procedimentos adotados para a confecção das pranchas originais de algumas cidades da fronteira norte-americana, como se observa em Reys (1979, p. 441) para o plano da cidade de Quindaro (1856) no Estado do Kansas, por exemplo.

Outro aspecto a ressaltar detém-se sobre as representações das cidades nestas pranchas: ao lado, perspectivas em que edifícios

**FIGURA 3.26** DETALHE DA PRANCHA DO PLANO DA CIDADE DE ALTO PARANÁ -  
Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA.  
PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE ALTO PARANÁ, 1948.



**FIGURA 3.27** DETALHE DA PRANCHA DO PLANO DA CIDADE DE GUAIRACÁ  
Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE GUAIRACÁ, 1950.



**FIGURA 3.28** DETALHE DA PRANCHA DO PLANO DA CIDADE DE ALTO PARANÁ -  
Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE ALTO PARANÁ, 1948.



verticais agrupados e praças arborizadas e mobiliadas apresentam-se como imagens de um futuro almejado para a “Futura rainha das Cidades Paranaenses cujo desenvolvimento orgulharão (sic) seu Estado” (FIGURA 3.28) e para o progresso de Paranaicity (FIGURA 3.29); nas plantas, preenchendo as quadras reservadas aos equipamentos públicos, monumentais construções: estações rodoviárias e ferroviárias, igrejas, grupos escolares, ginásios, hangares, etc., como se apreende nas FIGURAS 3.30, 3.31, 3.32, 3.33 e 3.34. Não seria fato incomum se essas pranchas depositadas nos cartórios fossem as mesmas pregadas nas paredes dos escritórios das companhias.

Para a propaganda, o importante é enfatizar o pertencimento a esse movimento da fronteira, criador de cidades, pois enfim, é no “Norte do Paraná”, “região verdadeiramente privilegiada pela Natureza”, local das “terras mais férteis do mundo”, onde “tudo é melhor!”. E a cidade não deixa de ser uma oportunidade: “Ganhar dinheiro! Aumentar os lucros, Assegurar o futuro da família, é a grande aspiração de tôdas as pessoas de bom senso”, e investir na cidade é “O caminho certo para um bom negócio”. Corações e mentes magnetizados pelo universo pioneiro.

CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

FIGURA 3.29 DETALHE DA PRANCHA DO PLANO DA CIDADE DE PARANACITY-  
Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA  
DE MANDAGUARI. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE PARANACITY, 1950.



FIGURA 3.30 DETALHES DA PRANCHA DO PLANO DA CIDADE DE GUAIRACÁ  
Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE  
PARANAVÁI. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE GUAIRACÁ, 1950.

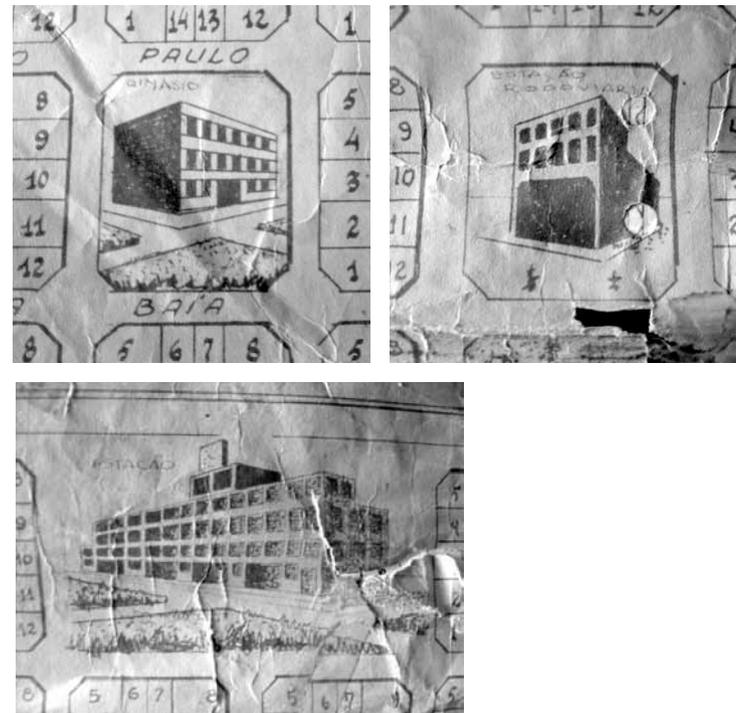


FIGURA 3.31 DETALHES DA PRANCHA DO PLANO DA CIDADE DE JURANDA  
Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE  
CAMPO MOURÃO. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE JURANDA, 1960.

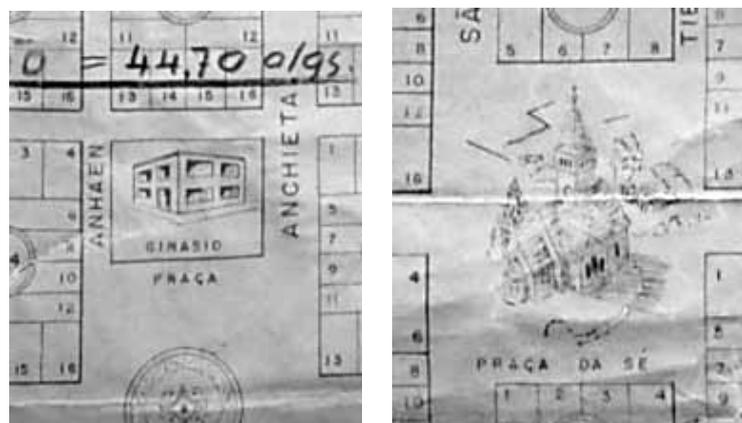
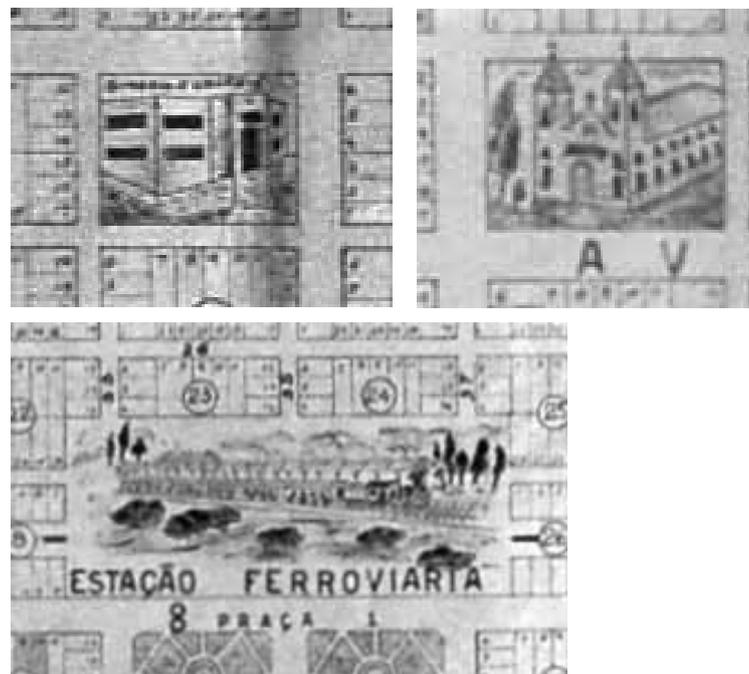
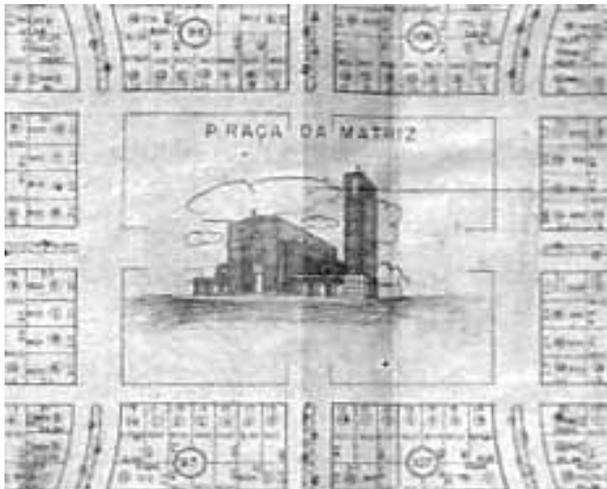


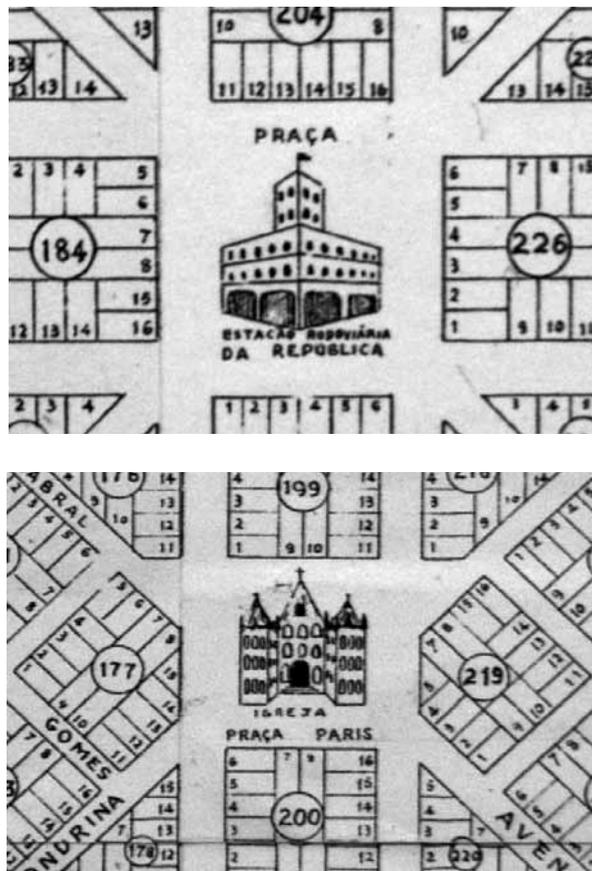
FIGURA 3.32 DETALHES DA PRANCHA DO PLANO DA CIDADE DE IPORÃ  
Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE  
PEABIRU. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE IPORÃ, 1957.



**FIGURA 3.33** DETALHE DA PRANCHA DO PLANO DA CIDADE DE QUERÊNCIA DO NORTE  
 Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE QUERÊNCIA DO NORTE, 1952.



**FIGURA 3.34** DETALHES DA PRANCHA DO PLANO DA CIDADE DE LOANDA -  
 Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE LOANDA, 1952.



### 3.4 A PAISAGEM URBANA E A ORGANIZAÇÃO DA VIDA NOS PRIMÓRDIOS DAS CIDADES NOVAS

**CHEGAMOS COBERTOS DE TERRA. O CABELO, NÃO SABIA SE ERA PRETO OU MARROM, DE TANTA POEIRA. NÃO TINHA LUZ, ERA LAMPARINA, SÓ VI O PESSOAL TIRANDO ÁGUA. NÃO SABIA MAIS COMO ERA TIRAR ÁGUA DO POÇO. ERA DIFÍCILIMO. A SUJEIRA IMPERAVA. LAVAVA ROUPA, SE DESSE UM VENTO, LAVAVA TUDO DE NOVO.**

[VÁRIOS DEPOIMENTOS DE PIONEIRAS DE MARINGÁ APUD TAIT, 1999]

Quase nada, nos primeiros tempos, poder-se-ia distinguir do panorama geral dos núcleos fundados por companhias imobiliárias daqueles nascidos por iniciativa individual, no norte do Paraná. Igualmente, encontram-se algumas similaridades nas dificuldades e nas soluções urbanas durante todo o percurso do café pelos dois estados produtores outrora unidos. Elaborados por companhias mediante planos prévios, também traziam consigo certas características, em seu inicial desenvolvimento e aparência, comum às cidades brasileiras de antes, ainda que o cenário promovido em reclames sugerisse panorama diverso. Nessa seção, concentra-se mais na apreensão do cotidiano vivido e das práticas ordinárias iniciais do que na análise dos elementos da forma urbana, motivo de específico detalhamento adiante. A idéia é elaborar um retrato de quando todas ainda muito se assemelhavam, dada as responsabilidades das companhias nesse instante<sup>24</sup>.

#### 3.4.1 As construções

As primeiras - e provisórias - residências utilizavam-se das abundantes palmeiras, cujo carnudo gomo comestível servia de precioso alimento e os caules, longitudinalmente rachados ao meio, de vedação; troncos roliços de espécies arbóreas diversas estruturavam-nas e folhas de zinco cobriam-nas, conforme descreve Zani (2003). Logo depois, o incessante abate das árvores forneceria o material necessário para melhores - e definitivos - abrigos, que em curto período seriam contados às dezenas. Mão-de-obra especializada, relativamente barata e abundante completava o quadro para explicar a predominância da madeira na paisagem.

<sup>24</sup> Procurou-se restringir a análise aos primeiros anos do assentamento, em geral, até o momento de sua emancipação político-administrativa. Fundamentou-se na dispersa bibliografia acerca do momento fundador dessas cidades, assim como em depoimentos dos diretamente envolvidos e em análise de acervo fotográfico diverso.

Em muitos casos, a construção da primeira igreja – quase todas já substituídas – se dava concomitantemente ao surgir das residências, em geral empregando os esforços coletivos dos primeiros moradores. A elas, muito comum era o destino da parte mais elevada do sítio e um local de distinção no plano; em poucos casos, essa localização não guardava relação visível com o plano, mas mantinha a implantação elevada. Ainda não era momento de aplicar normas construtivas, mas algumas companhias descreviam nos contratos certas regras, geralmente não cumpridas<sup>25</sup>. Contudo, paulatinamente foi-se criando uma cultura arquitetônica local, muito estimulada pelas técnicas dos estrangeiros.

Pelo rigor construtivo, riqueza volumétrica e gramática de seus ornamentos, essas construções nos revelam que não tiveram um caráter provisório, mas sim definitivo, e transformou os sonhos de conquista do território norte-paranaense dos migrantes e imigrantes em arquitetura. (ZANI, 2003, p. 31)

Nesses tempos iniciais, era preocupação das companhias a célere instalação de um hotel para abrigar aqueles que à frente pioneira se destinavam; por vezes, era a melhor e mais imponente construção erigida em meses ou anos e, de certo, um fator de distinção entre os empreendimentos das sociedades imobiliárias em surgimento, quando existentes. Como porta de entrada à nova vida, deveria exibir a capacidade de organização da empresa investidora e, assim, inspirar confiança e assegurar certa tranquilidade de iniciativa aos pioneiros e pioneiras. Nas palavras de P. Monbeig (1984, p. 359), “começava a vida urbana pela função hoteleira”, observação já dantes esboçada por P. Deffontaines (1944, p. 303). Por todo o período analisado, problemas com títulos persistiriam como preocupação entre os primeiros moradores. Por isso, quaisquer ações concretas por parte das companhias muito significariam aos compradores de terras. Quando não os construíam, organizavam-se para apoiar

a iniciativa de indivíduos, como relatam Haracenko (2002), para Querência do Norte, e Siqueira et al (2003), para Planaltina do Paraná.

As cidades da fronteira no norte do Paraná surgiram na era automobilística. O tráfego maior das ruas era de pedestres, cavaleiros, carroceiros, mas o caminhão tornar-se-ia o meio de locomoção cada vez mais importante para o período analisado. Servia ao transporte de mercadorias e de pessoas – o “pau-de-arara” que trazia os moradores certos e trabalhadores à procura de emprego; mais tarde, adaptado, para maior conforto dos passageiros, transformou-se na “jardineira”. A construção da “estação das jardineiras”, futura estação rodoviária, tornava-se certa inquietação das companhias, que geralmente destacavam as linhas que serviam a incipiente formação: “VIAS DE COMUNICAÇÕES: Estradas de rodagem, em bom estado de conservação, ligando à (sic) diversas cidades vizinhas, a saber: Paraizo (sic) do Norte, Paranavaí, Alto Paraná, etc., estando servida com esta última cidade, por linha de ônibus (sic), num percurso de 80 quilômetros (sic)” (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. Processo de Inscrição de Cidade Gaúcha, 1953). Já o ponto de parada do comboio ferroviário, dado o limite da sua extensão territorial e a posteridade de sua chegada, não fazia parte do cenário inicial dessas cidades.

Em algumas ocasiões, as companhias ainda investiam na construção do primeiro hospital e estabelecimento de ensino. No primeiro caso, preocupação importante, se não essencial, para garantir o amparo em caso de emergência. Quanto aos “grupos escolares”, evidente sinal de que a família poderia imaginar que um melhor futuro para seus filhos estava presente, por vezes funcionava no mesmo edifício da igreja. Finalmente, outra importante edificação seriam os próprios escritórios das companhias: ali se achava uma planta do patrimônio, discutiam-se os termos dos contratos, juntavam-se seus empregados; tornavam-se pontos de referência para toda ordem de questões envolvendo os negócios e o cotidiano. Todas as construções, entretanto, revelavam evidentes preocupações comerciais.

[...] A proprietária estuda e cogita de outros melhoramentos urbanos, como escolas, estação rodoviária, etc., que serão empreendidos e executados oportunamente com a devida aprovação da Prefeitura, acompanhando o progresso, e assim que se tornarem de utilidade, com o que, afinal, conseguirá

<sup>25</sup> As exigências variavam, mas em geral procuravam manter a vegetação nativa nos terrenos rurais, apressar a construção de residências nas cidades, etc. “O plano de loteamento é “URBANO” e, feito de conformidade com a planta anexa já (sic) devidamente APROVADA pela Prefeitura Municipal de Peabiru (sede do município (sic)) e, de modo a apressar o desenvolvimento da cidade, a proprietaria (sic) obriga os compromissários a edificação nos lotes vendidos, no prazo (sic) de 2 anos, de conformidade com o que for contratado e de acordo com as disposições legais” (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. Processo de Inscrição da Cidade Guaporema, 1953). Luz (1999) ressalta que a norma estabelecida no contrato da CTNP/CMNP para a rápida construção de uma edificação no núcleo urbano de Maringá levou-a a receber a alcunha de “cidade fantasma”, pois muitas construções permaneciam fechadas enquanto seus proprietários residiam em outras cidades.

a valorização e melhor aceitação das datas à venda. [...] (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da Cidade de Paracity, 1950)

Os primeiros armazéns de secos e molhados, tantos em forma de “concessão” por parte das empresas (ou seja, mais uma forma de capitalizar), forneciam equipamentos, vestuários e alimentos necessários para a organização da vida em meio à floresta. Pequenas farmácias supriam as emergências dos primeiros socorros. As atarefadas serrarias inauguravam o impulso de industrialização. Uma oficina mecânica apoiava o vaivém dos caminhões. Máquinas de beneficiamento de café teriam que aguardar algum tempo em virtude do longo tempo de florescimento exigido pela planta, razão de ser desse movimento; as que trabalhavam os grãos de arroz vinham primeiro. Em qualquer caso, nas cidades mais antigas poder-se-ia encontrar melhores possibilidades.

### 3.4.2 Os domínios

O cotidiano rural adentrava-se nas cidades. A separação da área de domínio e uso comum dos terrenos privados podia ser distinguida pelas estacas de madeira e por poucas e baixas cercas de madeira, alguns centímetros superiores à altura do quadril, necessárias para resguardar as criações, ainda que frestas permitissem liberdade incondicional aos pequenos animais. Nos primeiros anos não era preocupação de primeira ordem o drástico apartar de territórios; de qualquer forma, o avanço atrevido era coibido e os alinhamentos eram garantidos pela autoridade concedida às empresas no trato das questões do cotidiano. Nos quintais se plantavam os alimentos que comporiam a mesa – frutas (as sempre rápidas bananeiras e os resistentes mamoeiros), legumes e leguminosas; ao lado, a casinha da “privada”. As habituais chácaras ao redor dos núcleos urbanos ainda não estavam ocupadas para sustentar os primeiros habitantes. A propósito, fato marcante é o entendimento do valor comercial que estas incorporam ao projeto imobiliário das empresas.

Ha (sic) ainda uma área suplementar e que forma um cinturão (sic) que envolve a cidade, isto é o traçado atual da cidade por todos os lados e que apesar de não numerado e estar na planta como espaço livre, visto não constar da mesma a não ser em parte, - é terreno alienável (sic), para futuro loteamento, ou em datas com traçado urbano, - ou em chacaras (sic), - conforme será resolvido pela proprietaria

(sic) e promotora do loteamento “Querência do Norte”, - e que perfaz um total de 1.143,200 metros quadrados. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da Cidade de Querência do Norte, 1952)

Pelas ruas, dezenas de cachorros, galinhas e rebentos, um ou outro bovino e eqüino vagueando. Luz (1999) destaca que condutores de varas de porcos vindos de mais ao sul cruzavam o núcleo velho de Maringá dirigindo-se às outras cidades. Animais silvestres invadiam a qualquer hora a criação coletiva: “Uma vez eu corri da onça, com a menina. Tava lavando roupa e a onça quis me pegar a filha, eu corri, peguei a filha, e corri dela. [...]” (KONRATH e KONRATH, 2001 apud HARACENKO, 2002, p. 98). Ao amanhecer, a fumaça dos fogões a lenha pelas ruas emoldurava a paisagem. Tocos de árvores cortadas e carbonizadas ainda resistiam nos dois domínios. O cacarejar dos galos no alvorecer, o guincho da porcalhada envolta na imundícia, o trote dos cavalos nas ruas, o barulho das serras ao fundo - sons que, mormente, se ouviam nos sítios far-se-iam presentes nas cidades. Com o passar do tempo, nos terrenos desocupados, o mato atingiria proporções consideráveis. Imagem recorrente é a oposição da dispersa volumetria contra o pano de fundo da vigorosa cobertura vegetal, que aos poucos se tornaria escassa, como se percebe nas FIGURAS 3.35 e 3.36.

Nem a ortogonalidade oferecida pelos planos em grelha, maioria nesse universo, poderia sinalizar alguma diferença entre os empreendimentos catalisados por empreendedores isolados e os organizados em companhias. O afrente à topografia em alguns cantos da cidade criava vigorosas ladeiras; no centro, ao contrário, mansas inclinações. As quadras, em intervalos regulares, não eram assim percebidas ao longe, em razão da dispersão volumétrica das casas nos lotes; paisagem certamente muito diferente da linearidade costumeira da tradicional cidade brasileira (MARX, 1980). Os alinhamentos eram percebidos pelas cercas e pela pequena quantidade de construções que os seguiam, sempre comerciais, mas

CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

FIGURA 3.35 FOTO DA AVENIDA CENTRAL DA CIDADE DE QUERÊNCIA DO NORTE (S/D) - Fonte: HARACENKO (2002), p. 67.



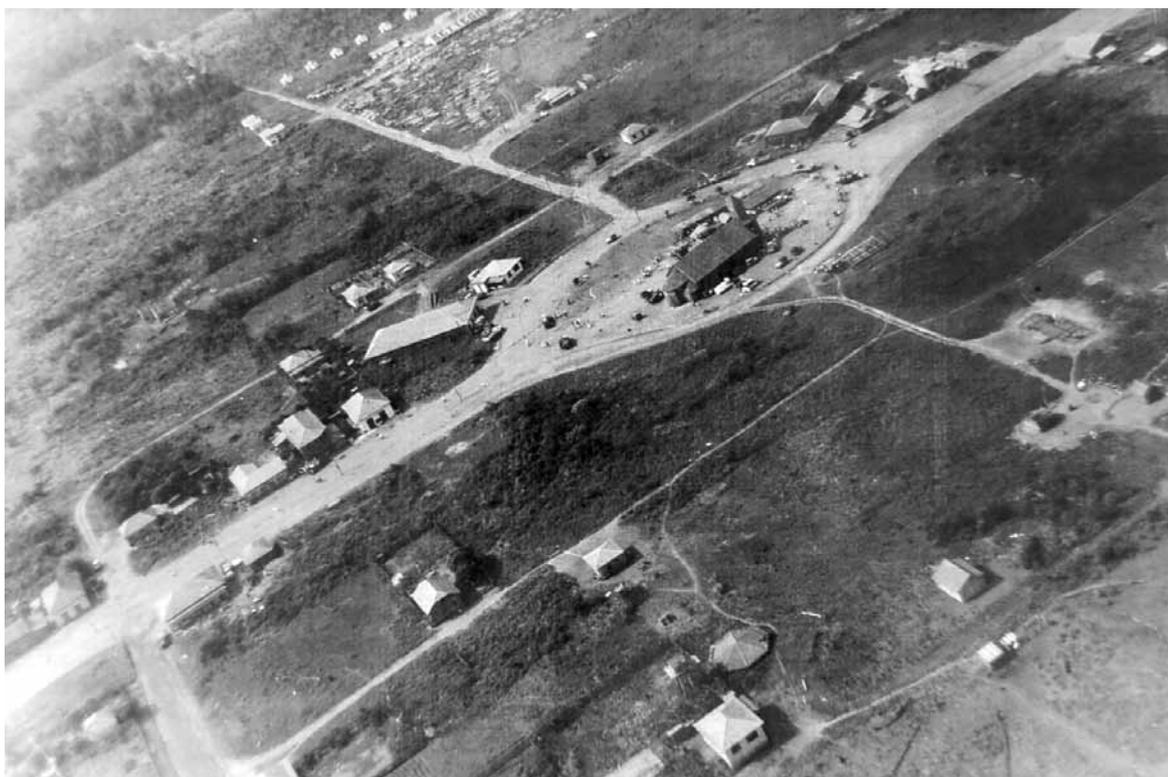
FIGURA 3.36 FOTO DA CIDADE DE ROLÂNDIA EM 1936 - Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA



FIGURA 3.37 FOTO DA CIDADE DE LONDRINA EM 1934 - Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA.



FIGURA 3.38 FOTO DA CIDADE DE PLANALTINA DO PARANÁ (S/D) - Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ



ainda não revelavam uma aparência de concentração. Não havia vielas. Os lotes, ordinariamente do mesmo tamanho, voltavam-se para todas as vias, facultando certa animação para todas as frentes (FIGURAS 3.37 e 3.38).

Os logradouros públicos eram racionalmente reduzidos. Poucos planos reservavam áreas para parques públicos, bosques ou reservas florestais. Assim, as praças e as ruas tornar-se-iam os eminentes locais para a convivência coletiva ao ar livre. Mas poucas eram as pessoas a vaguear, como mostram as fotografias da época; o atarefado cotidiano dos primeiros dias não consentia o desfrute das práticas sociais estabelecidas nos centros maiores.

Consoante descreve Lévi-Strauss (1996), as ruas seriam, inicialmente, parecidas, mas se distinguiam aos poucos em função de sua posição no traçado e de sua relação com o sistema de transporte; assim sendo, comércio e residências se distribuíam na procura de melhor localização para suas finalidades primeiras, contribuindo para a “especialização das artérias”. Processo compreendido pelas companhias, logo se tornou estratégia comum na qual se distinguiam os preços dos terrenos segundo essa ordem hierárquica, como aponta Müller (1956). Assim, dentre as avenidas, de traça mais ampla, a destinada à “principal” pela topografia conquistava os primeiros estabelecimentos comerciais; futuramente, canteiros apartariam o duplo sentido do tráfego, não raro, em desnível. Algumas concepções procuram em sua gênese um destino mais claro para as atividades:

[...] Foram estabelecidas duas zonas distintas no loteamento, sendo uma denominada ZONA COMERCIAL e que compreende 40 quadras com 16 lotes cada uma e ZONA RESIDENCIAL composta de 96 quadras, sendo 28 quadras de 12 lotes cada uma e 68 quadras de 16 lotes cada uma, havendo, ainda, 5 praças destinadas para igreja, logradouros públicos e Repartições Públicas e 2 reservados para cemitério e campo de esportes. [...] (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da Cidade de Itaúna do Sul, 1953)

Agitação constante acumulava-se defronte os armazéns e mais ainda quando do afluxo dos sitiantes, em dias certos, para a compra maior. Monbeig (1984, p. 361), descrevendo certa dificuldade para se diferenciar o *habitat* das classes sociais, pois coexistiam em todas as ruas, alerta para a rapidez das mudanças nesse momento da evolução urbana.

Regra geral, as praças admitiam estudadas e estratégicas localizações. Mas não possuíam nem arborização nem mobiliário; como resume o geógrafo francês (1984, p. 339), cobertas de mato e

“grande demais para um corpo tão franzino”. Constituíam-se em terreiros onde, provavelmente, as atividades sociais se realizavam com pouca freqüência. A arborização dos espaços públicos livres não era prática corriqueira, muito em razão da presença visual dominante e desafiante da floresta a poucos metros e que relembra uma atitude de negação da flora, marcadamente presente até meados do século XIX, das cidades brasileiras (MARX, 1980). Como salienta P. Deffontaines (1944, p. 303), “a cidade não conservou nem nas suas praças, nem nas suas ruas, nem em nenhum lote árvores da antiga floresta; ela está completamente sem sombreamento”.

Dois outros terrenos, geralmente, também faziam parte das preocupações iniciais: os locais da agitação prazerosa e os do repouso eterno. Os campos esportivos eram praticamente espaços descampados e isolados nos planos, sem qualquer estrutura de apoio, quando muito gramados, mas possuíam relevante importância para agregar as atividades de lazer nos finais de semana dos sitiantes e cidadãos. Exceção é o exemplo da quadra de tênis nos primeiros tempos de Londrina, para o desfrute dos funcionários da companhia. Alguns cemitérios foram incorporados formalmente ao desenho da malha, como revelam exemplarmente os planos originais de Arapongas (1935) e Cianorte (1950); mas em geral, eram terrenos apartados, como no exemplo de Alvorada do Sul (1944). Todos, contudo, nem cercados nem calçados.

A Vila Alvorada [...] é constituída de duas partes distintas, uma que fôrma a Vila propriamente dita e outra destinada ao cemiterio (sic) da mesma [...]. AREA (sic) DESTINADA AO CEMITERIO (sic): - fica à (sic) duzentos (200) metros da Vila, no prolongamento da Rua Esaú Silveira num quadro de 100 por 200 metros, com reserva florestal em redor de 100 metros, [...]. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS. Processo de Inscrição da Cidade de Alvorada do Sul, 1944)

### 3.4.3 Os suportes

As companhias executavam limitada infra-estrutura urbana e serviços públicos; anos mais tarde, as recém-instaladas prefeituras trabalhavam nesse sentido. Desse modo, nos primeiros anos não se tinha distribuição pública de energia elétrica e as máquinas eram alimentadas por geradores movidos a óleo; em alguns casos, abasteciam as áreas reservadas aos funcionários das companhias, com infreqüente distribuição geral, considerada “gentileza” das empresas. Comumente, o breu dominava as ruas ao anoitecer; velas e lâmpões fracamente respingavam luz para fora das casas,

onde feixes provenientes de lanternas e lamparinas oscilavam para iluminar os caminhos. A distribuição de água era mais facilitada, dadas as condições naturais favoráveis geralmente presentes; mas os dispêndios iniciais deveriam ser controlados.

e). a abundancia (sic) de mananciais de agua (sic) potavel (sic) junto à nova cidade, e a existencia (sic) de queda dagua (sic) em terras vizinhas, assegurando à futura população da cidade, quando oportuno, o suprimento desses elementos hoje indispensaveis (sic) ao conforto e à higiene – agua (sic) encanada e energia elétrica (sic). (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. Processo de Inscrição da Cidade de Barbosa Ferraz, 1950)

Mais concretamente,

Nãotem problemas de aguas (sic) a resolver, posto que os mesmos praticamente se encontram resolvidos, pois que o curso do Ribeirão Invinema é proximo (sic) (dista somente cerca de 4.000 metros), apresentando alem (sic) de facil (sic) captação de aguas (sic), - sendo que provisoriamente (sic) 'Querência do Norte', será servida por agua (sic) de Poços cujos poços nunca chegam a alcançar profundidades maiores de 20 metros, havendo mesmo Poços que medem menos de 12 metros de profundidade. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da Cidade de Querência do Norte, 1952)

Em geral, distribuição de energia e abastecimento de água eram os suportes principais oferecidos pelas empresas.

Afim (sic) de melhor atender aos requisitos (sic) de desenvolvimento Urbano a promotora do loteamento, idealizou (sic) e porá em execução o plano adrede preparado, de instalação prévia de Luz, e água (sic) para a população da cidade, pondo em seguida mãos á (sic) obra na venda em massa das datas da mesma, - afim (sic) de que possa a cidade em pouco tempo estar povoada, mas contando tambem (sic) com o conforto de melhoramentos urbanos que de outra forma levar-se-ia (sic) anos a fio de trabalho para serem conseguidos.

A agua (sic) será encanada ou de um dos rios proximos, ou por meio de poços artesanios a serem contruidos (sic), isto dependendo de estudos mais acurados sobre o problema, - e a Luz será inicialmente fornecida por um conjunto moto-gerador. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da Cidade de Paranapoema, 1953)

Fossas, abertas sem dificuldade técnica quando da presença do solo argiloso, compunham o sistema de coleta difundido para os dejetos humanos. Pelos editais da recém-instalada Prefeitura de Londrina apreende-se que a limpeza dos ambientes públicos não seria hábito instituído, pois as cascas de frutas e a sujeira das edificações encontravam seu destino final no chão das ruas (YAMAKI, 2006). Urina e fezes de animais liberavam um ofensivo odor na

atmosfera somente dissipado com a próxima chuva. Para o destino final do lixo, em geral, porcos eram considerados um dos mais efetivos meios para a consumação dos restos; muito comum era o recolhimento feito por uma carroça vinda da zona rural. Ao fim, a remoção era de responsabilidade dos indivíduos.

Na publicação comemorativa financiada pela maior empresa, a CTNP/CMNP, apreende-se indicativo aspecto na urbanização de Londrina, quando poucos anos após a fundação do patrimônio, deu-se a instalação da primeira linha telefônica, por conta da própria companhia, fato que diminuía o isolamento da cidade e auxiliava o controle dos negócios (CMNP, 1977, p. 71). Na mesma publicação, a confirmação de um de seus dirigentes: as cidades “nasceram e cresceram praticamente por si, pois a Companhia se limitou a planejá-las e a construir um escritório, uma estação de jardineiras e uma escola” (CMNP, 1977, p. 125).

Também não se apartavam pedestres dos outros circulantes. Não se pavimentavam e não se nivelavam as vias e as calçadas. Raros são os planos que indicam a dimensão física dos passeios; quando definida, era sempre representada nos perfis transversais. Uma das exceções apresenta-se na descrição oferecida no memorial da cidade de Querência do Norte, acerca do preciso tamanho dos elementos constituintes das ruas e avenidas.

AS RUAS TEEM (sic) UMA LARGURA DE 15 METROS, - dos quais, 6 (seis) metros destinados a dois passeios laterais de 3 (tres) (sic) metros de largura cada um, - destinados a pedestres e uma via de 9 (nove) metros de largura no centro dos aludidos passeios, que se destina ao transito (sic) de veiculos (sic).

AS AVENIDAS TEEM (sic) UMA LARGURA DE 30 METROS, - dos quais 12 (doze) metros ocupados com passeios destinados ao transito (sic) de pedestres sendo, dois passeios laterais de 3,00 (tres) (sic) metros, cada um; e um passeio central de 6,00 (seis) metros, e cujo passeio central separa duas vias de 9 (nove) metros cada uma, destinadas ao transito (sic) de veiculos (sic). (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da Cidade de Querência do Norte, 1952)

As águas das chuvas corriam livremente pela superfície, dificultando o circular em meio ao lamaçal: “[...] Aliás, a topografia e o projeto de arruamento facilitam a drenagem da cidade óra (sic) projetada” (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU. Processo de Inscrição da Cidade de Xambrê, 1952). Para Monbeig (1945, p. 12), contudo, a “higiene é perfeita”, evitando-se a “estagnação das águas com seus conseqüentes perigos”. Voçorocas,

no entanto, eram provocadas pela concentração das águas nos pontos baixos da malha urbana, problemas estes que somente seriam resolvidos anos adiante. Inundações eram preocupação de primeira ordem, fato que talvez tenha inibido relações mais criativas dos planos com a hidrografia: “ [...] Está completamente livre de enchentes ou caudais de rios próximos, que lhe possam ocasionar de futuro danos e moléstias que se derivam desses fenomenos (sic) naturais. [...]” (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da Cidade de Guairaçá, 1950). A nuvem de poeira vermelha nos períodos de estiagem invadia as casas - impregnando-se nas roupas estendidas nos varais - e os estabelecimentos comerciais, assentando-se nas minguaças mercadorias expostas nas prateleiras.

Em alguns casos, uma áspera sensação de violência fazia parte do cotidiano dessas aglomerações em formação. Jagunços contratados pelas companhias imobiliárias andavam armados em torno dos escritórios das companhias prontos para qualquer tipo de ação, comumente contra posseiros. Ocorrências nas proximidades de Assis Chateaubriand e Tupãssi, nas terras da “Colonizadora Norte do Paraná Ltda.”, relatadas por Colognese, Gregory e Schallenberger (1999), expõem a crueza dos atos que constituíam o cotidiano do universo pioneiro; Luz (1999) e de Paula (2005) destacam o mesmo nas terras da CTNP/CMNP. Existia o perigo de assalto nas estradas da zona rural, onde os moradores procuravam andar em grupos; nos povoados, a presença de “aventureiros” provocava o ato precavido de carregar um revólver; caminhar à noite não era recomendado<sup>26</sup>. As “cadeias públicas”, presentes em alguns planos originais – Assaí (1932), Ângulo (1946), São João do Caiuá (1951), Moreira Sales (1953), dentre outros - diante de tantas necessidades iniciais, também poderiam ser consideradas um sinal indicativo dessa atmosfera. Como observa Deffontaines (1944, p. 303), acerca das características constituintes dos patrimônios leigos no Brasil: “Construiu-se também

muito depressa uma prisão, isto marcava a diferença com o sertão, onde reinava o direito do mais forte; com o patrimônio entrava-se na legalidade. [...] porque ela representa uma das marcas essenciais da civilização”.

Por certo, muito freqüente seria a imagem de um caminhão, ou carroça, depois de viagem de dias, despontando no horizonte com as mudanças das famílias decididas ao recomeço. Carregavam consigo ferramentas, animais, utensílios e tantas coisas; às vezes, somente a roupa do corpo. Um cenário repleto de esperanças e de certa apreensão do novo futuro para quem chegava e de revigorado ânimo para quem já se encontrava instalado, restabelecendo as hesitantes convicções. Mas não era a cena que figurava nas propagandas que as companhias promoviam. Certamente, foi uma experiência que se repetiu incontáveis vezes em áreas de fronteira mundo afora.

<sup>26</sup> Depoimento de Onivaldo Mehl Goês concedido ao autor em 13/09/2008.

PARTE III

*a forma*

## CAPÍTULO 4

# A FORMA URBANA DAS CIDADES NOVAS NO NORTE DO PARANÁ

A REGIÃO É MUITO VASTA, PORÉM COM BÔAS VIAS DE COMUNICAÇÃO, SE SERVE ADMIRÁVELMENTE (SIC) A ECLOSÃO DE UMA CIDADE IMPORTANTE COM TODOS OS REQUISITOS URBANÍSTICOS (SIC) MODERNOS, ADAPTADOS AO NOSSO TEMPERAMENTO E MODO DE VIVER.

[CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI.  
PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE CAFEZAL DO SUL, 1953]

**Este último capítulo** concentra-se no entendimento da forma urbana dos planos concebidos para representar a fundação urbana no norte do Paraná. Por conseguinte, a disciplina que concorre para a construção dessa análise é a morfologia urbana. Com efeito, considera-se seu arcabouço teórico como um valioso instrumental para se refletir sobre a história urbana; ao mesmo tempo - postura diversas vezes renunciada - a percepção das complexidades inerentes ao momento histórico configura-se como referência essencial para o entendimento da forma urbana. Neste intercâmbio, a morfologia não ambiciona ocupar o lugar da explicação histórica, mas sim interagir com ela e fornecer elementos para o aprofundamento de seu exercício.

A detalhada descrição da forma urbana apresentada na quarta parte, a partir das imagens reunidas no APÊNDICE 2, procurou evidenciar o múltiplo arsenal de soluções espaciais que compuseram a expressão urbana do nem tanto remoto processo de povoamento no norte do Paraná. Complementa, pois, as evidências retiradas das outras fontes primárias utilizadas: os documentos escritos - os memoriais descritivos dos “loteamentos” - e as entrevistas com personagens que vivenciaram esse momento. Ademais, fundamenta-se a partir de visita *in loco* à maioria desses núcleos urbanos.

Essa observação construiu-se a partir dos pressupostos conceituais expostos na primeira parte deste capítulo, na qual se apresentam possíveis definições, as diferentes “escolas” de pensamento e específicos trabalhos que oferecem valiosas contribuições metodológicas para o estudo da forma urbana de cidades novas. De modo sucinto, objetivou-se: 1) situar-se frente ao panorama histórico das idéias desse campo disciplinar; 2) destacar seu aspecto interdisciplinar, postura essencial para o entendimento do fenômeno em estudo; 3) demonstrar a construção do caminho a ser seguido para o estudo morfológico das cidades novas no território em questão; 4) ponderar sobre a possibilidade de abordagem comparativa entre diferentes contextos históricos através do fenômeno da fronteira.

Os limites dessa abordagem: 1) não foi objetivo investigar o personagem; assim, mesmo considerando a carga cultural como um dos determinantes do desenho, ponderou-se em não se explicar o porquê da solução adotada, mas evidenciá-la como prova histórica do que foi idealizado; 2) não foi propósito averiguar a relação entre uma possível divisão rural preexistente e o plano desenhado, embora também se considere que, em muitos casos, esse condicionante físico seja fundamental para se entender as soluções aplicadas; 3) e, por fim, também não foi alvo da investigação revelar as prováveis modificações entre o concebido e o assentado, ainda que se julgue tal análise essencial para a compreensão de como os planos chegam ao tempo presente, aspecto basilar da morfologia urbana. De certa forma, revelam-se enfoques convidativos para futuras prospecções.

Em grande parte, a exposição aqui oferecida destoa das explicações comumente elaboradas - e aceitas - para este objeto de estudo, em gênero e grau. Assim, considerou-se pertinente reuni-los, resumidamente, na segunda parte deste capítulo. Não obstante, o intuito foi sumariar o

“estado da arte” de modo que, ao evidenciar o histórico interesse dos estudiosos por este objeto de estudo, também se exponha as díspares perspectivas construídas.

A intensidade da ação de empresas imobiliárias na fronteira do café no Paraná legou um denso conjunto urbano em curto espaço de tempo. Nesta dinâmica, o aspecto comercial, muitas vezes especulativo, determinou o tom das iniciativas; contudo, os múltiplos arranjos, longe de originar uma excepcional composição, produziram distintas e surpreendentes melodias, que as próximas linhas procuram repercutir.

#### 4.1. A MORFOLOGIA URBANA COMO ABORDAGEM METODOLÓGICA

Conforme defendem alguns autores, a morfologia urbana estabelece-se como campo de estudo em meados do século XX, fundamentado a partir da contribuição de estudiosos europeus empenhados em uma construção metodológica que suportasse o estudo da estrutura espacial das cidades. Deve-se ressaltar, entretanto, que o estudo da forma já trilhava um caminho de longa data. De acordo com Opitz (2004, p. 5 - 7), o termo “morfologia” remonta ao final do século XVIII, quando em 1796, Johann Wolfgang von Goethe (1749 – 1832), em suas investigações sobre plantas, anotou-o em seu diário. De forma “aparentemente independente”, Carl Friedrich Burdach (1776 – 1847) publicá-lo-ia primeiramente em 1800. Anos adiante, em 1817, Goethe registraria publicamente o termo, definindo-o como “the science of the form (Gestalt), formation (Bildung) and transformation (Umbildung) of organic beings”, configurando as premissas iniciais de um campo de estudos cujo legado para as ciências naturais seria fundamental.

No que concerne à vertente urbana, o século XIX também impulsionou movimentos significativos para a sua posterior estruturação. Como relata Gauthiez (2004), o motivo fundador configurou-se pelo interesse nos mapas topográficos como fonte de história. Por um lado, na França, Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (1755 – 1849), identificou a utilidade dos mapas na interpretação da história das cidades, pelo acompanhamento do progresso e das mudanças na sua estrutura física; de outro, na Alemanha, reconhecidamente, o pioneiro estudioso a entender essa possibilidade foi o historiador Johannes Fritz, cujo trabalho *Deutsche Stadtanlagen* (1894) exerceria profunda influência em outros autores, sobretudo na própria Alemanha (Kretzchmar, Keyser, Schlüter) e na França (Lavedan, Poëte). Dessa forma, até meados do século XX, as bases da morfologia urbana foram sendo paulatinamente construídas, fato que propiciou o posterior, independente e quase simultâneo desenvolvimento de diferentes “escolas” de pensamento: a italiana, a inglesa e a francesa.

Porém, a despeito de algumas interpretações inapropriadas, como adverte Larkham (2002), tal diversidade lingüística e, mormente disciplinar, endereçou questões culturais e metodológicas que ainda afetam decisivamente a construção de uma abordagem concorrente (MOUDON, 1994; WHITEHAND, 2001a; GAUTHIEZ, 2004). No contorno apresentado por Larkham & Jones (1991, p. 55), a morfologia urbana pode ser entendida como “the study of the physical (or built) fabric of urban form, and the people and processes shaping it”. Tal definição, geralmente aceita pelo *International Seminar on Urban Form* (ISUF)<sup>1</sup>, todavia, permite maiores detalhamentos.

De fato, para Moudon (2002, p. 37), a propósito da pertinência dos subcampos “micromorfologia” e “macromorfologia”, a abordagem da morfologia urbana “make explicit that elements in the built landscape are organized hierarchically in space”. A mesma autora, ao apresentar detalhadamente a construção da base teórica interdisciplinar no campo, cujo pressuposto básico é que “a cidade pode ser lida e analisada pela sua forma física”, evidencia os três fundamentais princípios da análise morfológica:

1. Urban form is defined by three fundamental physical elements: buildings and their related open spaces, plots or lots, and streets.
2. Urban form can be understood at different levels of resolution. Commonly, four are recognized, corresponding to the building/lot, the street/block, the city, and the region.
3. Urban form can only be understood historically since the elements of which it is comprised undergo continuous transformation and replacement. (MOUDON, 1997, p. 7)

<sup>1</sup> O ISUF é uma organização internacional criada em 1994 e sediada na Universidade de Birmingham, cujo jornal semestral “Urban Morphology”, desde janeiro de 1997, constitui-se numa das principais publicações para a divulgação dos trabalhos nesse campo de estudos. Para entender a gênese e os objetivos dessa instituição, consultar Moudon (1997) e [www.urbanform.org](http://www.urbanform.org).

Entretanto, esses três princípios - “forma, resolução e tempo” - podem se amalgamar de modo diverso, em razão dos propósitos indagativos e do próprio objeto de estudo. A construção dessas proposições comuns, todavia, constituiu-se a partir de várias colaborações, muitas vezes concomitantes no tempo, mas quase sem intercâmbio. Ainda de acordo com Moudon (1994, 1997), os diversificados propósitos originais com que cada escola construiu sua base conceitual promoveram distintas direções teóricas. A genealogia apresentada por Samuels (2005) auxilia no entendimento da evolução dessas escolas, oferecendo uma visão mais ampla, na medida em que incorpora protagonistas engajados à prática do projeto. Intenta-se, a seguir, uma sumária recapitulação das principais características dessas distintas escolas, com o objetivo de expor as razões pelas quais a presente pesquisa seguirá de perto os parâmetros de uma vertente específica.

#### 4.1.1 Três escolas

A escola italiana possui como principal motivo aglomerador a preocupação com o destino das cidades históricas nesse país, sobretudo devido aos efeitos das intervenções modernistas. Nesse sentido, iniciada pelas investigações de Saverio Muratori (1910 – 1973) e de Gianfranco Caniggia (1933 – 1987) na década de 1940, esse grupo almeja por uma “teoria do projeto” fundamentada na detida análise da cidade existente, com finalidade “prescritível” (MOUDON, 1997). O uso de “tipos”, assim, é a principal ferramenta para o reconhecimento dos períodos históricos e para a caracterização dos tecidos urbanos (GAUTHIEZ, 2004, p. 76 – 77; MOUDON, 1994). Pertencentes a essa vertente, os arquitetos Aldo Rossi (1931 - 1997) e Carlo Aymonino, através de seus textos *A Arquitetura da Cidade* (1966) e *O Significado das Cidades* (1975), respectivamente, encontraram ampla divulgação internacional.

A conjuntura francesa distingue-se duplamente pela precedente reflexão geográfica e historiográfica sobre as cidades, desde Quatremère de Quincy, e pelo ambiente intelectual vibrante da

década de 1960, com a fundamental contribuição do sociólogo Henri Lefebvre (1901 – 1991). Também se opondo aos resultados da maciça produção habitacional baseada em alguns aspectos do movimento moderno, (aproximando-se assim da filosofia da escola italiana), e apoiando-se numa extensa reforma educacional, surge a Escola de Arquitetura de Versalhes, fundada por Jean Castex, Jean-Charles Depaule e Philippe Panerai. Principalmente através do livro *Análise Urbana* (1980), esse grupo encontraria reverberação internacional.

Com um projeto mais ambicioso e complexo, entretanto, procuram consolidar uma nova “disciplina” com duplo objetivo: primeiro, uma pesquisa descritiva multidisciplinar do espaço construído a fim de reconhecer ingredientes de um bom desenho; e, segundo, a identificação e crítica de modelos teóricos de “desenho urbano” enquanto “idéias” e “práticas”. Neste aspecto, almejam revelar o impacto das teorias passadas no desenho da cidade, já que defendem que “o presente não se apresenta como uma completa ruptura com o passado” (MOUDON, 1994, 1997). Porém, como adverte Darin (1998, p. 71), em razão de outras e fragmentadas contribuições, a partir dos anos 1970, torna-se impraticável aplicar o termo “escola” ao ambiente francês, embora considere que o campo de conhecimento estivesse consolidado.

Do exposto, torna-se evidente que ambas as escolas lastreiam suas análises com propósitos específicos no questionamento da arquitetura modernista ao mesmo tempo em que se pretendem projetualmente propositivas. Ambos os fatos distanciam-se do foco da presente pesquisa. Portanto, devido a sua abordagem estritamente “descritiva, analítica e explanatória” e sua completa concentração no estudo da forma urbana, a vertente inglesa, que “offers the most thorough detailed, and systematic typomorphological method of the three schools” (MOUDON, 1994, p. 263), aproxima-se mais dos propósitos do estudo morfológico das cidades novas do norte do Paraná.

Essa escola é fundamentada na contribuição do geógrafo alemão M. R. G. Conzen<sup>2</sup>, desenvolvida após se radicar na Inglaterra. Em conseqüência, é geralmente denominada como “inglesa” ou

<sup>2</sup> Michael Robert Gunther Conzen (1907 – 2000) completou seus estudos no reconhecido Instituto Geográfico da Universidade de Berlim, em 1932. Fugindo da Alemanha nazista por envolvimento político com a oposição, refugiou-se definitivamente na Inglaterra, onde atuando como planejador e, mais tarde, acadêmico, centrou-se no estudo sistemático da forma urbana das cidades. Um marco característico de sua produção é a ligação entre a geografia, história e planejamento, além da incessante procura pela precisão conceitual (APPLETON, 2000;

SLATER, 1990a; WHITEHAND, 2001a, 2001b). Interessante observar o profundo reconhecimento entre os estudiosos da importância de sua obra para a concretização do campo de estudos da morfologia urbana. Importante destacar, também, que seu filho Michael P. Conzen, radicado nos EUA, continua a aplicação dos preceitos da escola inglesa no contexto desse país.

“conzeniana”, apesar de estar lastreada na tradição germânica, como defendem Heineberg (2007, p. 6) e Whitehand (2001a). Poderia ser também classificada como “morfogenética”, dada a dimensão temporal de sua abordagem<sup>3</sup>. Assim,

The particular British school of thought in urban morphology that some have described as Conzenian is unambiguously geographical. It is primarily about how things fit together on the ground. [...] The description “morphogenetic” seems apposite, as does the emphasis on cartographic representation. The entire approach, but most obviously the mode of conceptualization and the approach to the terminology and visual representation, is much more German than English. There is no doubt that the history of British urban morphology would have been very different if M. R. G. Conzen had not moved to England. (WHITEHAND, 2001a, p. 109)

As pesquisas empíricas conduzidas por M. R. G. Conzen manifestaram-se especialmente em seu estudo *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis* (1960), cidade cuja “complexidade geográfica” permitiu introduzir grande parte dos conceitos e métodos com os quais trabalharia a posteriori<sup>4</sup>. O notável aspecto desse repertório conceitual fundamenta-se na aplicabilidade da leitura dos “town-plans” para o entendimento da história urbana, como sugere o próprio Conzen (1968).

Contudo, ao advogar que essa aplicação historiográfica já fazia parte da tradição europeia há séculos, salienta a necessidade de um método mais perspicaz. Assim, aponta que para além da habitual abordagem do “street system”, três fatores deveriam ser necessariamente considerados: o “town plan” (basicamente uma representação cartográfica bidimensional da configuração física da cidade), o “building fabric” (quer seja, os edifícios e os espaços abertos

a eles relacionados) e o “pattern of land and building utilization”. Nessa ordem, os três elementos formariam a “townscape”, um “palimpsesto”, mais do que um mero processo “cumulativo”, nos quais os vários períodos históricos sucedem-se, podendo remover parcial ou totalmente os vestígios do ciclo anterior. Todavia, ressalta-se que esses três elementos respondem diferentemente aos impulsos funcionais transformativos da sociedade urbana ao longo do tempo (CONZEN, 1968).

Como destaca Moudon (1994, p. 263), em sua carreira, M. R. G. Conzen concentrou-se quase que exclusivamente no que definiu como análise do “town plan”. Para o próprio Conzen (1960, p. 5) os três fundamentais elementos que compõe o “town plan” – “streets” arranjadas em um “street-system”; “individual land parcels or plots” e sua agregação em “street-blocks”; e “buildings” e sua agregação em “block-plans” – em variadas combinações, constituiriam unidades distintas, com “morphological homogeneity”, o que denominou de “plan unit” (“urban fabric”; ou “tessuto urbano” para a escola italiana).

In the townscape these complexes do not exist in isolation but are interconnected in the sense that each element conditions the other’s origins, physical relations, and functional significance, not just at present but in historical time. Thus the earlier forms and those of more general functional significance, like street spaces, tend to act as morphological frames conditioning the genesis and growth of subsequent forms and are often modified by them in turn. In this way streets, plots and buildings integrate in the space and time to form individualized combinations of a dynamic rather than a static nature, recognizable in the town plan as distinct plan units. These again combine to form the major plan divisions of a town. Recognition and comprehension of the whole plan structure in these terms forms the subject of town-plan analysis. [...] (CONZEN, 1968, p. 117)

Portanto, o “town plan” seria o complexo mais morfologicamente “conservador” da “townscape”, “that contains the fullest record of the town’s physical development because it produces the most complete collection of residual features”, contribuindo para a sua “histórica estratificação”; por sua vez, o “street-system” seria o elemento mais “refratário” a mudanças do “town plan” (CONZEN, 1960, p. 7).

Em síntese, o trabalho de M. R. G. Conzen, interessado pelas edificações comuns e pelas diferentes dinâmicas internas da cidade, para além das implicações para a compreensão da história urbana, também pode tornar-se uma poderosa ferramenta para a

<sup>3</sup> Torna-se oportuno salientar dois autores e respectivas obras: o historiador Spiro Kostof (1991) e o geógrafo James E. Vance, Jr. (1990). Ambos emprestam aos seus trabalhos essa perspectiva, oferecendo uma sintética interpretação da forma urbana através da história, cuja essência é adotada na presente investigação.

<sup>4</sup> Os conceitos inicialmente propostos por M. R. G. Conzen são: “burgage cycle”, entendido como o progressivo preenchimento edilício dos lotes – um crescimento interno, mais transformativo - (“burgages” são os compridos e estreitos lotes de origem medieval), cujas variações locais e regionais permitiriam distinguir o específico caráter histórico do crescimento urbano interno desses padrões dentro de um país; “fringe belts”, caracterizadamente um crescimento urbano periférico associado aos limites existentes da cidade medieval, mas cuja regularidade do padrão parcelar não apresenta a uniformidade da(s) precedente(s) divisões(ões); e “morphological region”, uma área com unidade interna distinta, cuja divisão dos lotes e o sistema das ruas possuem forte influência na sua caracterização (CONZEN, 1960, 1968; WHITEHAND, 2001a). Cabe ressaltar, entretanto, que estes conceitos foram incorporados por vários estudiosos, ao redor do mundo, sofrendo os contextuais ajustes necessários, como demonstram Slater (1990b) e Whitehand (1992).

preservação e o planejamento urbano (SAMUELS, 2005; WHITEHAND, 2001a).

Os conceitos apresentados pela escola inglesa podem ser entendidos como os pilares que sustentam a análise pretendida pelo presente trabalho. Contudo, o contexto original em que foram concebidos reflete diretamente na sua aplicabilidade para o estudo de cidades européias (evidenciado pelo “block-plan”, por exemplo), criando algumas dificuldades de transposição direta. Importante perspectiva aberta para preencher essa lacuna, entretanto, pode ser apreendida nos trabalhos realizados para cidades novas no “novo mundo”, sobretudo Estados Unidos e Austrália. Uma pequena aproximação, nesse momento, auxilia na construção mais sólida da abordagem pretendida.

#### 4.1.2 A morfologia urbana no “novo mundo”

De forma sintética, para M. P. Conzen (2001, p. 4 - 5), a forma urbana nos Estados Unidos configura-se como reflexo direto dos atributos culturais e das preferências espaciais que permeiam essa sociedade. Destacadamente, o domínio do “comercialismo”, num ambiente capitalista liberal, que transforma as cidades em “máquinas econômicas” voltadas à produção da abundância material, favorece o utilitarismo em detrimento da “beautification”. Tal fato permitiria fácil identificação da ausência de certos atributos formais comuns às cidades européias e asiáticas. Em conseqüência, grande parte dos estudos históricos e geográficos tenderia a se orientar para o entendimento dos planos iniciais, na tentativa de identificar princípios físicos e distintas tipologias.

De fato, o pioneiro artigo de Price (1968) abriu interessantes perspectivas. Após identificar a existência de “tipos comuns” de praças

centrais<sup>5</sup> presentes nos planos urbanísticos das primeiras cidades, analisa sua distribuição no meio oeste e na costa leste dos EUA. De certa forma, apresenta-se ufanista na medida em que defende a “retomada da praça” como a “razão de ser da cidade”, pois símbolo socioeconômico, político, histórico e estético, seria “an expression of pioneer pride on the frontier of a burgeoning civilization” (PRICE, 1968, p. 57 – 60). No entanto, ao oferecer uma inédita análise, baseada em extensa pesquisa, tornou seu texto eminente referência no contexto norte-americano, pela procura de evidências morfológicas de caráter nacional.

O cenário construído por Zelinsky (1977) instiga a atenção sobre a possibilidade da relação entre um “tipo urbano” e um complexo regional. Através de observação de campo, de análise de dados demográficos e guiado por premissas da morfologia urbana, evidenciou uma substancial distinguibilidade, dentro do contexto norte-americano, de uma “região cultural” - em quatro distintos estados: Pennsylvania, Maryland, Virginia e West Virginia - que denominou de “Pennsylvania Culture Area”. Assim, as intrínsecas características da paisagem urbana dessas cidades<sup>6</sup> expressariam uma ímpar identidade cultural regional, cuja origem seria uma “destilação” de vários modelos e influências, sobretudo de procedência da Inglaterra rural. Quanto ao seu impacto em outras regiões, embora clamasse por maiores pesquisas, advertia sobre a delicada complexidade de seu transplante.

Por sua vez, o trabalho de Schmiedeler (2007), através da identificação de padrões de “core” de “county seats” nos Estados de Iowa e Minnesota, investiga a complexa evolução de sua distribuição nesse território de fronteira. Dessa forma, procura evidenciar como os fatores temporais, econômicos, geográficos e as formas de poder – governamental e corporativo – amalgamaram-se com a “Eastern town planning tradition” e conduziram a escolha e implantação de “novos e distintos tipos” de planos urbanos – “central-square”, “linear” e “railroad”. Argumento determinante do estudo centra-se na defesa do legado do proprietário para o padrão adotado para a cidade, destacadamente a padronização estabelecida pelos empreendimentos especulativos das empresas ferroviárias.

Os estudos de M. P. Conzen (1990, 2006), contudo, apresentam-se como importantes referências da aplicação dos preceitos da escola inglesa nos Estados Unidos. Contribuem para minorar o

<sup>5</sup> O autor centra sua análise em um tipo específico de praça, “central courthouse square”, que poderia ou não conter a “courthouse”. Quatro padrões são identificados: “Block square” ou “Shelbyville square”; “Philadelphia square” ou “Lancaster square”; “Harrisonburg square”; e “Four-block square” (PRICE, 1968, p. 30).

<sup>6</sup> O autor resume as características de 234 “Pennsylvania towns”: “a dense aggregation of spatially mixed functions in regionally distinctive structures, closely spaced and often built of brick, set along a generally rectilinear lattice of arboreal streets and well-kept alleys frequently focused on diamond-shaped central square”. Porém, ressalta que Filadélfia seria a primeira cidade a ser criada nesses moldes, embora esteja espacialmente separada da “Pennsylvania Culture Area” (ZELINSKY, 1977, p. 138 - 146).

que considera a ausência de “análises geográficas da estrutura dos planos urbanísticos” e de “systematic study of regional distribution of American town planning types by period and region, detailing the geographical diffusion of plan ideas, dimensions, geometries, and decision-making” (CONZEN, 2001, p. 6 - 9). Nesse ponto, descerram-se como importantes contribuições para o estabelecimento de um processo comparativo do estudo da forma urbana norte-americana.

A investigação conduzida sobre dois “extremos polares” de “tipos” urbanos nos Estados Unidos – as cidades de Boston e Omaha - mostra-se relevante pela abordagem das fases “institutive” e “transformative” do desenvolvimento urbano de ambas (CONZEN, 1990). Mais especificamente para o caso de Omaha (uma típica cidade de fronteira em grelha), a abordagem da estrutura espacial do plano original traz importante direcionamento para a condução da presente investigação, especialmente em razão da sucinta disposição gráfica.

Porém, com maior abrangência, seu artigo *The non-Pennsylvania Town: diffusion of urban plan forms in the American West* (2006) se detém na análise das cidades de uma das “fronteiras” nos Estados Unidos, no vale do Rio Willamette, Estado de Oregon.<sup>7</sup> Tal circunstância mostra-se de grande relevância para a presente pesquisa, em razão da semelhança do processo de povoamento entre esta região e o norte do Paraná<sup>8</sup>. Seu principal reclamo é que o variado processo de “selective transfer, adoption, and modification of planning ideas” nessa região, para além do simples e repetitivo “grid” especulativo ou qualquer outra tradição da costa leste, pode exemplificar um “western urban character”, cujo padrão urbano nomeou como “non-Pennsylvania town”. Em clara alusão ao trabalho de W. Zelinsky (1977) e crítico à abordagem do historiador J. W. Reys (1965, 1979, 1981), defende que as evidências desse estudo poderiam se estender a outras regiões norte-americanas.

Salientando que a mais evidente característica é a existência

de grande diversidade de detalhes - uma “Oregon mixture” -, infere sobre a possibilidade de se adotar três níveis hierárquicos de “parâmetros-chaves” para identificar “padrões tipológicos”. O primeiro nível, nomeado de “fixation features”, caracteriza-se pela orientação espacial do plano, baseado nos rios, na ferrovia, na divisão em “grid” adotada nacionalmente e nos limites das rodovias e propriedades. O segundo nível – “block form” – é formado por cinco elementos, quais sejam, quadrado, retangular, irregular, trapezoidal e misto. Por fim, o terceiro nível – “alley type” – também se constitui por cinco elementos: em cruz, transversal, axial, misto e ausente. Contudo, aponta que das combinações possíveis com tais variáveis, um número limitado pode ser detectado na região em foco (CONZEN, 2006, p. 194 – 198).

Outro panorama analisado é a distribuição regional e a seqüência cronológica da aplicação dos padrões tipológicos definidos. Dessa forma, pode descrever no tempo e no espaço as características urbanas dos planos ressaltando, dentre várias questões, a tendência ao decréscimo da área destinada aos espaços públicos, em razão do aumento da pressão especulativa. Outra particularidade anotada pelo autor configura-se na intrigante adoção de “cross-alleys” pela região. Com isso, demonstra os vários níveis de ajuste possíveis no estudo morfológico e como os “tipos” podem ser transportados pelo território, em razão da carga cultural dos indivíduos encarregados pelos planos.

A metodologia exposta pelo autor revela-se essencial para a construção de uma base analítica para o presente trabalho; ademais, nos detalhes, oferece vários *insights*<sup>9</sup>. Todavia, a possibilidade de se explorar outra realidade de fronteira, sistematicamente investigada nos últimos tempos, proporciona uma maior amplitude comparativa. Consoante Siksa (2006, p. 89), “muitas similaridades” com o contexto norte-americano far-se-iam presentes na forma urbana das cidades australianas. De fato, de seus trabalhos (1990, 1997) pode-se apreender a validade da análise comparativa entre diferentes contextos

<sup>7</sup> Importante salientar que o objeto de estudo são as quase 200 “independent towns” – tanto as “bem-sucedidas” como as “paper towns” - do vale do Rio Willamette, desenhadas entre 1842 e 1930 e fundadas por uma vasta legião de empreendedores privados, individualmente ou através de corporações.

<sup>8</sup> O estudo de E. Pomeroy (1965), nesse sentido, auxilia no entendimento das semelhanças entre essas diferentes realidades históricas unidas pela experiência da fronteira. Contudo, no artigo em foco, o essencial aspecto

sustentado é a somatória de perspectivas: “The region reflected the general impact of economic cycles as well as the internal dynamics of an evolving urban hierarchy” (POMEROY, 1965, p. 206).

<sup>9</sup> Por exemplo, das dificuldades apontadas, no que concerne à precisão da data de “fundação” das cidades, foi um dos problemas enfrentados pela pesquisa. A saída adotada pelo autor foi entender a data da marcação do plano como a referência fundadora e, baseado nestas datas, pode construir seu panorama analítico.

socioculturais. Especificamente de sua tese de doutorado (SIKSNA, 1990), na qual apresenta um exemplar e extenso estudo histórico e comparativo sobre dimensões, estrutura e forma de quadras em diversos países, alguns conceitos e métodos podem ser extraídos.

Em sintonia com vários estudiosos, também apresenta como elementos fundamentais da forma urbana os edifícios, os lotes, as quadras e as ruas e espaços públicos. Entretanto, a classificação apresentada para os tipos de lotes, os tipos e formas de quadras e para os tipos de malhas inspira pela acuidade.

Com esses atributos em evidência, o autor indiretamente demonstra a enorme variabilidade que o plano em “grelha” pode atingir. Outra indicação importante versa sobre a agregação desses elementos em um plano urbanístico, recaindo em dois tipos de composições possíveis: ou concebe-se o plano como uma agregação de quadras ou estrutura-o pelo sistema de circulação. Assim, “in one case the block would be the fundamental unit of planning, in the other it would be the street system” (SIKSNA, 1990, p. 38). Ressaltando a falta de teorias sobre esse aspecto e percorrendo a história da fundação de cidades novas, desenha a hipótese de que a maioria dos planos baseou-se principalmente nos requerimentos de parcelamento da terra do que no esquema de circulação (SIKSNA, 1990, p. 39; 44; 132; 147). Ressalta também a importância da escolha do lote (muitas vezes ligado ao tipo de edifício requerido) para determinar a estrutura interna da quadra, geralmente invariável.

Because a new town must be laid out quickly, and because equality of opportunity for prospective settlers is an important consideration, some standard lot size is almost always adopted, even though development requirements may not be identical. Furthermore these tend to be arranged in repetitive patterns of one or two block types. Such an approach is demonstrated in all the historical periods considered in the study, and examples of special, more differentiated block patterns are extremely rare. (SIKSNA, 1990, p. 139)

A tentativa de encontrar um “parâmetro mais comumente” identificável para o tamanho e a forma das quadras nas cidades estudadas instiga a aplicação no presente estudo como forma de se identificar um possível “padrão”; o diagrama ilustrado no trabalho, ademais, apresenta-se de grande valia pela sua excelente propriedade visual e natureza comparativa.

Através dos estudos morfológicos anteriormente expostos, procurou-se evidenciar, acima de tudo, as possibilidades abertas para

a construção de um panorama investigativo mais consistente para o presente objeto de estudo. As diferenças de convergência e escopo dos trabalhos apresentados permitem distinguir a riqueza desta abordagem para o exame minucioso de planos urbanísticos. De fato, integração entre a geografia e a história, fundamentalmente postulada pela escola “conzeniana”, apresenta-se ajustada, pois proporciona captar aspectos nem sempre revelados pelas disciplinas em separado. Certamente, a interdisciplinaridade concretiza-se basilar para esta pesquisa.

Ademais, a ampla e diversa quantidade de elementos da forma urbana investigados pelos autores manifesta-se como outra valiosa contribuição. De certo modo, aos poucos se colecionou um variado matiz de indicativos explicativos potencialmente oportunos. Assim, inspirando-se também no conjunto de questões levantadas através da investigação das cidades da fronteira do café no Brasil e no arsenal aplicado em trabalho particular (ROSANELI, 2006), no qual foi proposta uma primeira tentativa examinadora para parte das cidades novas no norte do Paraná, fundamentou-se o percurso de análise aqui exposto. Ao todo, os 15 tópicos apresentados permitem uma leitura abrangente do fenômeno urbano como um todo; além disso, permite extrapolá-lo para comparações mais ousadas, com outras cidades de fronteira.

A hierarquia de análise proposta estabelece-se em dois níveis: um geral, focado na apreensão da concepção formal do plano urbanístico, e outro específico, centrado no exame dos elementos morfológicos: lotes, quadras, espaços públicos livres – ruas e praças – e os equipamentos urbanos principais – edifícios e espaços abertos. Em relação ao primeiro nível, 8 itens estruturam a investigação:

- Inserção topográfica e interação com a rede hidrográfica: verificar a relação entre estes elementos naturais e o plano;
- Concepção formal: avaliar a legibilidade formal do contorno do plano, indicada pelo emprego de forma(s) geométrica(s);
- Simetria: evidenciar o uso de espelhamento através de eixo(s) para estabelecer a composição;
- Variação da orientação do traçado: apurar a quantidade de direções que estrutura a malha;
- Hierarquização do sistema viário: observar a variação da dimensão e forma das vias públicas e o cuidado dispensado com o traçado;

- Percepção de regularidade: examinar a sensação de ortogonalidade em razão da presença de cruzamentos ortogonais;
- Completude do plano urbanístico: avaliar o grau de conclusão das propostas originais;
- Relação formal entre área urbana e entorno rural imediato: observar a interação de desenho e composição entre as chácaras circunvizinhas e o plano urbanístico;

Com essas variáveis pretende-se captar as nuances do plano, sua relação com o contexto e, se evidente, possíveis conexões com idéias consolidadas de desenho urbano. O segundo nível de análise, com semelhantes objetivos, procura compreender os elementos primários da forma urbana a fim de, quando possível, evidenciar a existência (ou não) de “tipos” comuns, tanto para o domínio público quanto para o privado:

- Forma e variação do formato dos quarteirões: analisar a variação da geometria nos mesmos;
- Tamanho e variação da dimensão dos quarteirões: verificar as características dimensionais e a variação da superfície útil da área dedicada à propriedade privada;
- Tipo e variação do tipo de quarteirão: identificar a variação e o grau de padronização (número de lotes) da estrutura interna dos mesmos;
- Forma e variação do formato de lote: observar o grau de diferenciação empregado para a parcela mínima de organização espacial, em razão de sua forma;
- Orientação frontal dos lotes – avaliar as preferências de orientação e o grau de variabilidade interna dos planos;
- Dimensão relativa, forma, localização (relação formal com o todo urbano) e implantação (relação física com o sítio) das praças: averiguar as soluções utilizadas para as praças nos planos;
- Espaços especiais: examinar a localização (relação formal com o todo urbano) e implantação (relação física com a topografia e hidrografia) destinada aos espaços públicos e diversos equipamentos, quando existentes;

A seqüência apresentada não indica nenhuma ordem de importância. Cabe ressaltar, ademais, que muito embora a definição de morfologia urbana aqui apresentada englobe “forma, resolução e tempo”, o presente trabalho não pretende investigar o parâmetro evolutivo na sua forma intra-urbana, como abordado em inúmeros trabalhos nesta área do conhecimento. Entretanto, nos mesmos parâmetros que os trabalhos anteriormente ressaltados manifestaram a possibilidade de extensão temporal da análise morfológica pelo território, procurou-se averiguar como certas alternativas de desenho foram sendo reproduzidas ao longo dos anos neste universo urbano específico. Deve-se salientar, entretanto, que tal perspectiva não recusa a universalidade de certas soluções espaciais, mas pode evidenciar uma possível particularidade de transposição de idéias dentro do conjunto de cidades do norte paranaense, que somente se completaria com a inclusão de todas as cidades no movimento da fronteira.

Por último, incontestável desafio instaura-se com a tentativa de estabelecimento de um paralelo interno ao cenário brasileiro, a propósito de discutir as especificidades desse conjunto urbano em relação à história urbana nacional. Contudo, certos limites são evidentes, muito em consequência da escassez de sistemáticos estudos de abordagem morfológica, sobretudo de cidades novas das diversas “fronteiras” nacionais. O que, por outro lado, assenta-se como um convite a futuras pesquisas.

## 4.2. OS (DES)ENTENDIMENTOS ACERCA DAS CIDADES NOVAS DO NORTE DO PARANÁ

**[...] MUITO EMPIRISMO APLICADO EM GRANDE ESCALA E APLICADO RACIONALMENTE; EIS O QUE CARACTERIZA A COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E A TORNA INTERESSANTE [...]**

[PIERRE MONBEIG, EM 1945]

Já foi observado que não faz muito tempo que os historiadores vêm dedicando uma profusão de parágrafos na tentativa de revisar o extenso conjunto de obras que procuraram relatar o processo de povoamento instigado pelo movimento da fronteira no norte do Estado do Paraná. Como asseveram, reexame necessário não para restabelecer a verdade, mas, sobretudo, para revelar os “mitos” e as

“fantasmagorias” criadas e repetidas indistintamente dentro e fora da academia<sup>10</sup>. Desde então, combinam-se contribuições teóricas que impingem em não se conformar com certas assertivas acrílicas e profusamente difundidas.

Porém, ressonâncias de questionáveis interpretações ainda são sentidas e, estranhamente, pouquíssimos trabalhos – senão nenhum – procuraram compreender detalhadamente a extensão e a importância do conjunto urbano formado por esse movimento, como dantes evidenciado. Quando muito, centraram-se na obra específica de uma – e maior - das companhias atuantes na fronteira norte paranaense. Frequentemente, ainda em restrito recorte: ora focalizando uma cidade, ora concentrando-se no cordão estruturado ao longo da ferrovia que percorre porção desse território. Mesmo assim, de modo recorrente, utilizam-se dessa análise para extrapolar o raciocínio para um “norte do Paraná”. E como salientado por aqueles autores, nessa correlação estaria contida uma das essenciais dificuldades impostas para a investigação historiográfica. Assim, o objetivo deste tópico é sumariar os (des)entendimentos em torno dos desígnios norteadores desse território e das suas cidades com o intuito de revelar os limites da pesquisa empreendida até então.

#### 4.2.1 Duas posições

Uma preliminar versão desse panorama foi primeiramente empreendida por Rosaneli (2006). Neste trabalho, salienta-se que as variadas interpretações assumem dois posicionamentos distintos. Um primeiro, em grande parte formado por observadores de procedência estrangeira (européia), que apontam para a ausência de pressupostos estéticos e técnicos nos traçados geométricos utilizados, “monotonamente repetidos”. O geógrafo francês Pierre Deffontaines (1894 – 1978), no artigo *Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades*, publicado inicialmente no *Bulletin de la Société de Géographie de Lille* (1938), ressalta o trabalho das companhias

loteadoras de diversas nacionalidades no interior paulista e paranaense, quando as criações religiosas não preponderam sobre as laicas. Acerca da composição do patrimônio leigo, estabelece a cor para os futuros enquadramentos:

Tôdas essas cidades-patrimônios, desde as mais antigas às mais recentes, se parecem e dão ao Brasil uma vestimenta urbana desesperadamente monótona.

Elas foram concebidas préviamente, segundo um plano quase sempre em geométricos tabuleiros de xadrez, como tôdas as cidades novas da América-Latina, tanto espanholas quanto portuguesas. Raros são os patrimônios que procuram libertar-se da quadricula habitual. (DEFFONTAINES, 1944, p. 302).

Outro exemplo, talvez o derradeiro deste conjunto, comprova-se na narração reprovativa do historiador francês:

[...] Situadas numa frente pioneira que avança com rapidez impressionante, essas aglomerações eram fruto de improvisações rápidas e não de uma planificação cuidadosamente preparada. [...] Assim, não é de espantar que todas essas aglomerações acabem parecendo-se estranhamente, em sua monotonia, sua falta de caráter, seu aspecto de grande aldeia triste ou de perpétuo canteiro de obras conforme seu crescimento já tenha parado ou ainda esteja em plena efervescência. [...]. (BRUAND, 2005, p. 345)

Poder-se-ia creditar à grande parte desses julgamentos tanto o restrito panorama observado, já que a fronteira do café ainda se processava quando da maior parte destas pronunciações, quanto o olhar cativado pela experiência urbana alhures, como pondera Magnani (1999, p. 99) para o sentimento do antropólogo belga Claude Lévi-Strauss (1908 - ) e confessa o próprio Pierre Monbeig (1945, p. 12). Certamente em razão do ineditismo das colocações e da acuidade intelectual desses estudiosos, suas ponderações encontraram grande respaldo na academia.

Um segundo grupo, ao contrário, distingue evidências ímpares, mormente apropriações e/ou reinterpretções de modelos importados. Em geral, utilizam-se da morfologia urbana e da teoria urbanística para construir seu arsenal propositivo. Em razão da sua maior quantidade, da recente existência e, sobretudo, por procederem em campo disciplinar adjacente à presente análise, a exposição de algumas conclusões permitirá melhor oferecer os caminhos até então abertos para o entendimento da história da formação desse conjunto urbano. Adiantando-se à conclusão, percebe-se que esse somado de trabalhos vem reproduzindo reiteradamente um tipo de

<sup>10</sup> Sobressaem-se as obras de Tomazi (1989, 1997, 1999) e Gonçalves (1998, 1999). Contudo, esses autores concentram-se mais em desmitificar certas proposições, essencialmente produzidas em torno da ação da CTNP/CMNP, do que construir uma leitura original sobre o processo de ocupação de toda a região sob o ímpeto da fronteira.

interpretação que contribui para que certos “mitos” sobre o norte do Paraná ainda se solidifiquem; aqui, entretanto, em outra ordem de percepção – sobre as cidades e seu papel no território.

A grande confluência reside na pretensa similaridade entre a obra da CTNP/CMNP com as proposições defendidas por Ebenezer Howard (1850 – 1928) na formulação novecentista do conceito de cidade-jardim. O trabalho pioneiro de Barnabé (1989) abriu uma perspectiva recorrentemente trilhada por vários pesquisadores em razão da defesa da existência de distintas diretrizes utilizadas para a estruturação espacial do território e das primeiras cidades. Contudo, estampa-se na conclusão de que houve uma transposição do modelo howardiano o elemento mais enfático de seu trabalho. Assim,

A constância observada na distância entre as cidades, o entrelaçamento entre a rede de cidades e o meio rural e as características de limitação à expansão observadas nos projetos das cidades indicam a observância aos princípios propostos por HOWARD. E quanto ao projeto das cidades, [...] é evidente que com maior ou menor rigor, os conceitos de UNWIN encontram-se presentes: o papel da ferrovia e a estação tratado (sic) como centro secundário, a constituição do centro principal com características diferenciadas, onde parcelamento das quadras pricipiaria (sic) a constituição posteriormente; [...]. (BARNABÉ, 1989, p. 120)

Em certa altura, esse autor também assume que a origem inglesa do empreendedor seria fato considerável para essa transmutação (BARNABÉ, 1989, p. 101). Posteriormente, alguns estudiosos prolongaram a investigação dessas asserções para estas e outras cidades promovidas por essa empresa. Em vários trabalhos<sup>11</sup>, procura-se, vez por outra, demonstrar a dupla construção: primeiro, a existência de uma “rede de cidades hierarquizada” a exemplo do quinto diagrama que ilustra a proposta teórica howardiana para as “cidades sociais”; segundo, o seguimento dos princípios do “tipo cidade-jardim” reunidos por Unwin (1984) no desenho das cidades, sobretudo na fase inglesa da mesma. Contudo, a estrutura cognitiva

apresentada em Rego e Meneguetti (2008) atingiria complementar patamar interpretativo: além de evidências da influência howardiana, tanto o esquema de colonização quanto a traça das cidades incorporariam muitas características do modelo colonial de cidade e de planejamento territorial impostos pelo império britânico a suas colônias. Estranhamente, a suposição de que as atividades da companhia inglesa no Brasil refletiriam um momento de importação de idéias, via processo de “colonialismo”, sustentaria essa idéia.

The northern Paraná colonization scheme included a consistent policy of deliberate urbanization. The urbanization process followed the British colonial town-planning model. The whole territory was surveyed and subdivided, and all the plots numbered. Roads were aligned on the ridges, and the plots were strips of land stretching from the roads on the ridge-tops to the streams in the valleys. Colonial town sites were laid out in advance of occupation, according to a previously prepared plan. [...] Thus, the colonization scheme of Parana Plantations reflects the allocation of town and country land rights by the British colonial regime. [...] (REGO e MENEGUETTI, 2008, p. 27)

As principais fragilidades explicativas de tais estudos fundamentam-se em seu estrito recorte e, conseqüentemente, precipitam-se na desconsideração da complexidade histórica do movimento da fronteira do café no Brasil e nas múltiplas e disseminadas implicações internas de tal fenômeno. Por exemplo, ignoram que a importância das conexões é uma das características distintivas da rede urbana em formação nas frentes pioneiras, como investigou Bowman (1931) seguido por Monbeig (obras diversas), em momento anterior aqui já ressaltado. E, principalmente, que a linha férrea cobria mínima parte das propriedades dessa companhia imobiliária. A necessidade de uma regularidade na distância para o assentamento dos núcleos urbanos nesse eixo tampouco era novidade na fronteira do café, já que ultrapassando os limites setentrionais do Estado vastíssima experiência se apresentava<sup>12</sup>. Assim, o “mito” de uma rede urbana hierarquizada e planejada que

<sup>11</sup> Categoricamente, pinçam-se dois trabalhos: inicialmente, H. Yamaki (2000) argumenta que “citações e referências, de ideais e repertórios”, através de “soluções clássicas” e do “ideário das cidades jardins” são uma constante para as cidades da CTNP/CMNP; por sua vez, Steinke (2002, p. 214 - 227), quando salienta que a “verdadeira rede urbana planejada, ainda inédita em nosso país e, provavelmente, no continente sul-americano [...]” formaria uma “verdadeira constelação de cidades” que poderia ser associada a certas experiências européias de planejamento regional. De modo exploratório, pode-se vislumbrar também em H. Yamaki (2003, p. 8 - 13; 2007, p. 8), Rego et al (2004, p. 94), Rego (2007, p. 20) e C. R. M. Andrade (2000).

<sup>12</sup> Matos (1974), Silva (1988) e Ghirardello (2002) comprovam que as necessidades técnicas das máquinas das “estradas cata-café” é que impunham as distâncias e Monbeig (1945, p. 17) pondera sobre o raio de ação das

estações para um colono percorrer a pé ou a cavalo uma distância cômoda, “experiência secular” já utilizada pelos paulistas. Uma pista fornecida na própria narrativa patrocinada por essa companhia e emitida por um dos seus primeiros dirigentes, Gastão de Mesquita Filho, lança esclarecimentos acerca da inspiração desse empreendimento privado: um outro, nas proximidades de Birigui, região Noroeste de São Paulo (CMNP, 1977, p. 77). Tal probabilidade revela uma das facetas marcantes da fronteira – a desmedida reprodução das soluções - apontada originalmente por Wade (2002) para aquela ocorrida nos Estados Unidos e por Monbeig (1984, p. 346) no Brasil. Ademais, a origem inglesa por si tem nula implicação. Poder-se-ia argumentar que financiando e participando da abertura ferroviária do oeste norte-americano (REPS, 1979) e do noroeste paulista, no século XIX, os ingleses compreenderiam bem as perspectivas comerciais que se abriam no norte do Paraná.

acompanharia pressupostos conceituais importados não perduraria à investigação atenta e não explicaria, portanto, o universo urbano em formação no norte do Paraná. Tal perspectiva, contudo, não desconsidera o cuidado empreendido por esta companhia, de dimensão corporativa sem precedentes em território nacional, mas que denota muito mais uma preocupação de ordem imobiliária e racional – técnica e econômica - do que vinculada a qualquer teoria espacial. Portanto, já que a partir dos anos 1940 vários foram os agentes que contribuíram para a estruturação do território, limitar-se à ação da CTNP/CMNP é insistir num aspecto redutor da história. Ademais, como pontua Szmrecsányi (2000), ainda que restrita aos limites territoriais de posse da CTNP/CMNP, a proximidade com o conceito de cidade-jardim também não subsistiria.

A presença local de traços das Cidades Jardins constitui, quando muito, uma idéia fora do lugar (Schwartz). Ao sair de seu contexto ela se inverte. A proposta de Howard é esvaziar-se a metrópole e dar melhores condições de vida aos trabalhadores; a essência do desenho urbano de Unwin, Park ou Soissons é respeito e integração à natureza combinados ao resguardo da privacidade e promoção de espaços comunitários. Aqui se modificaram os termos da proposta: o desenho serve para propaganda, para demonstração, para chamariz; a natureza deve ser destruída e disciplinada; não há metrópole a ser esvaziada, mas o vazio a ser preenchido; não são os pobres que se mobilizam, eles são mobilizados pelo capital; a ascensão não é coletiva, é individual; o planejamento regional não brota das necessidades criadas pelo adensamento liberal, mas o adensamento é objetivo do plano para a região. O alvo não é o homem, é a renovação do capital pelo lucro. (SZMRECSÁNYI, 2000, p. 194 - 196)

Em somatória, Rosaneli (2000), apoiando-se nas considerações do próprio Pierre Monbeig (1984), descarta o entendimento que as chácaras ao redor dos “patrimônios” teriam a conotação de estancar o crescimento urbano, como na idéia originalmente inglesa, evidenciando possível estratégia comercial. Cabe ressaltar, entretanto, que duas cidades novas empreendidas pela CTNP/CMNP, excepcionalmente projetadas com certo zelo conceitual, também mereceram grande escrutínio por parte dos estudiosos: Maringá e Cianorte, da prancheta do engenheiro civil Jorge de Macedo Vieira (1894 – 1978), acertadamente consoante Andrade (2000), Rego (2001), Steinke (2002) e Bonfato (2003), amalgamariam múltiplas influências, em especial, o urbanismo “tipo cidade-jardim”. Não obstante, aquelas construções que procuram exceder indutivamente qualquer raciocínio para as demais cidades devem ser questionadas, sobretudo por desprezar que a universal experiência da grelha

na fronteira apresenta-se soberana, em todas as suas infinitas combinações (CASSAGO, 2005).

No entanto, outras perspectivas contribuem para aumentar o número de versões sobre essas cidades. Carvalho (2000), ao analisar os planos urbanísticos de certa porção de cidades fundadas pela CTNP/CMNP, sustenta os vínculos desses com os princípios modernistas expostos na *Carta de Atenas*, fruto do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Modernista de 1933. H. Yamaki (2003, p. 8 - 13), detido no estudo do plano original de Londrina, sustenta certa analogia entre as cidades ideais renascentistas, dentre outras sugestões. Tais contribuições, entretanto, situam-se marginalmente dentro do panorama apresentado.

Portanto, a construção de um posicionamento historiográfico que evidencie a universal e proeminente função da cidade no primórdio da fronteira defronta-se, assim, com a disparidade explicativa promovida por essas versões. Ademais, a conveniência de um tratamento metodológico específico para todo o conjunto das cidades novas fundadas por companhias imobiliárias descortina-se como percurso fundamental para eventuais generalizações. Como já exposto por Marx (1980, p. 36 - 37), essas cidades exibiram peculiaridades excepcionais passíveis de as distinguirem frente à maioria dos núcleos urbanos tradicionais do país: “Regularidade, conformação arredondada, núcleo central e contorno mais nítidos são traços evidentes e exaustivamente repetidos”. O desafio é enfrentá-las definitivamente.

### 4.3. A MORFOLOGIA URBANA DOS PLANOS URBANÍSTICOS DAS CIDADES NOVAS DO NORTE DO PARANÁ

**O PLANO OU PLANTA DE LOTEAMENTO [...] OBEDECEU UM TRAÇADO DE BOM APROVEITAMENTO DO TERRENO, SEM CONTUDO TIRAR A ÉSTETICA (SIC) PERFEITA DAS LINHAS, O QUE FEZ DO TODO UM CONJUNTO DE GEOMETRICO (SIC) DE RARA BELEZA.**

[CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. PROCESSO DE INSCRIÇÃO DA CIDADE DE PARANAPOEMA, 1953]

De todo o universo urbano na fronteira do café no norte do Paraná, a predileção por cidades novas criadas por companhias imobiliárias respaldava-se numa hipótese: a organização empresarial

possuiria maior capacidade de financiar um estudo mais acurado para a execução de um plano urbanístico, o que poderia resultar em preciosa fonte de estudo das representações e práticas do urbanismo. Como evidencia Silva (1988), para o caso paulista,

Land companies had more capital than individual townmakers and could hire specialized professionals to plat their towns. Also they could afford more infrastructure, so that land company towns looked more 'ready' to start with. However, companies invested more in their subdivisions and this was reflected in higher prices.

But all in all, land companies wanted to minimize costs and maximize returns on their investment. [...] (SILVA, 1988, p. 170)

Assim, e retomando o anteriormente observado no Capítulo 1, no Estado de São Paulo, a perspectiva comercial imperou sobre as condicionantes estéticas. No norte do Paraná, semelhantes perspectivas; porém, das estratégias expostas nas plantas e memoriais, poder-se-ia afirmar que maiores preocupações formais e cuidados técnicos tornaram-se motivos paulatinamente mais nítidos e disseminados. Na extensa maioria dos casos, essas propostas se descolavam das elaborações conceituais em torno da disciplina do urbanismo e, por vezes, beiravam o empirismo “aplicado em grande escala e aplicado racionalmente”, conforme observou Pierre Monbeig (1945, p. 17)<sup>13</sup>; decididamente, o universo da fronteira, não era o *locus* da inovação. Porém, da grelha pura em Primeiro de Maio (1923) ao elaborado desenho de Tupãssi (1966), também em grelha, fica evidente que nessa etapa do povoamento impulsionado pelo cultivo do café, outras foram as perspectivas de desenho.

Ademais, nesse momento da história urbana nacional procedimentos de outrora ainda se mantinham, pois reinava a mais completa falta de regulação oficial para o desenho dos “loteamentos”. Uma cidade poderia ter qualquer localização, tamanho, formato,

distância dos leitos dos rios, quantidade de espaços públicos e de medidas internas, etc. Se para M. P. Conzen (2006) essa dita liberdade promoveria uma “base democrática” para a experiência norte-americana, certamente trabalhou para restringir quaisquer ímpetos de caráter estético, técnico e ambiental, no Brasil. Por este ponto de vista, o Estado pouco aproveitou desse momento para organizar a ocupação do território a fim de cumprir quaisquer necessidades socioeconômicas. Aos Cartórios de Registro de Imóveis, pela legislação, cabia a organização dos livros e o ato de lavrar as escrituras públicas definitivas que garantissem a fé das negociações. Exceto pelas exigências dos códigos municipais em cada circunscrição que os “loteamentos” eram requeridos, a legislação federal somente disporia sobre o assunto na alteração das disposições do Decreto-lei 58/1937 e do Decreto 3.079/1938, pela conhecida Lei Lehman (BRASIL, Lei 6.766/1979).

Decididamente na fronteira, o traço distintivo é a regularidade da traça, configurada em planos ortogonais. “O plano de loteamento obedece ao sistema em uso nesta (sic) região”. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. Processo de Inscrição da cidade de Porto Rico, 1953). Ou, ainda refletindo a imitação, caráter da fronteira, mas revelando a observação (distante) dos acontecimentos nacionais.

A área a ser arruada é denominada Zona 1 (um) da cidade ASSIS CHATEAUBRIAND, é o **plano piloto** de urbanização, tendo uma área de 803.972,13 m<sup>2</sup> destacada de uma área de maior porção de 6.860.794,93 m<sup>2</sup> [...]

Baseado nos melhores princípios técnicos de urbanização, **destinados à** (sic) **cidades do interior**, o presente plano de loteamento é de caráter (sic) misto (sic), comercial e residencial, ficando para o futuro a localização da zona industrial. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TOLEDO. Processo de Inscrição da cidade de Assis Chateaubriand, 1963, grifos nossos)

Tupãssi, outro núcleo da “Colonizadora Norte do Paraná Ltda.”, de meados dos anos 1960, também se utiliza do termo consagrado na obra de Lúcio Costa (1902 – 1998) para referir-se ao plano urbanístico original.

[...] Sua topografia é levemente ondulada, promete excelente condição para formação de um centro urbano, planejado com base nos **melhores princípios técnicos de colonização**.

O presente Plano, o **Plano Piloto**, da Cidade Tupãssi, terá aproximadamente 8.000 habitantes e servirá diretamente como núcleo comercial, social e cultural

<sup>13</sup> Kazutoshi Shibuya, engenheiro agrimensor responsável por alguns planos no norte do Paraná, refere-se ao elaborado plano de Ivaté (1960) como uma “brincadeira geométrica” com seu mentor topógrafo (depoimento concedido ao autor em 11/11/2008). De acordo com Yamaki (2000), o engenheiro agrônomo Wladimir Babkov, cuja assinatura figura em muitos planos da CTNP/CMNP, refere-se à inspiração na vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial para a bifurcação (letra V) estampada no plano de Astorga (1945).

numa área puramente rural de aproximadamente 12.000 hectares, e indiretamente terá influência dentro de um raio que inclui cerca de 50.000 hectares. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ASSIS CHATEAUBRIAND. Processo de Inscrição da cidade de Tupãssi, 1973, grifos nossos)

Contudo, a diversidade das soluções empregadas não permite uma simples e imediata leitura desses planos. Não se encontrou nenhuma planta tipo, nenhuma solução estereotipada nesse conjunto; ao mesmo tempo, nenhuma inovação espacial além daquelas já testadas em outras paragens. Portanto, optou-se por uma descrição detalhada, a fim de expor as analogias e dissonâncias presentes e, por vezes, retirar alguma observação dentro da perspectiva que se pretende no presente trabalho. Desse modo, mediante o confronto entre as aerofotos e as plantas originais, apresentadas no APÊNDICE 2, pretende-se expor o panorama urbano concebido nesse território.

### 4.3.1 Semelhanças e assimetrias

#### *I. A CONCEPÇÃO DO TODO*

Absoluta maioria dos planos assenta-se na parte superior do outeiro. Reside nisto um traço singular das cidades novas no norte do Paraná, sintetizado nas FIGURAS 4.1, 4.2 e 4.3. A variação exprime-se no formato do sítio: na maioria, posicionam-se na cabeceira do espigão, ou seja, em parte elevada rodeada por várias nascentes, como Ivaiporã (1953), para mencionar apenas um claro exemplo; alguns, entretanto, acomodam-se longitudinalmente no espigão, com dois cursos de água seguindo quase paralelos de cada lado, destacadamente em Assaí (1932), Querência do Norte (1950), Guaporema (1952) e Mariluz (1953); porém, Flórida (1948), Marilena (1948) e Juranda (1958), na mesma posição, distinguem-se pela implantação transversal ao sentido da elevação, e Maria Helena (1953) pela proximidade com o encontro dos dois rios. As exceções: Paiçandu (1948) e Ângulo (1949), longitudinalmente às linhas da topografia,

FIGURA 4.1 FOTO DA CIDADE DE RIO BOM (1942 - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.2 FOTO DA CIDADE DE JANDAIA DO SUL (1942) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.3 FOTO DA CIDADE DE IVAIPORÃ (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



localizam-se à meia encosta; Alvorada do Sul (1944) e Nova Londrina (1952), seguindo as vertentes de tributários do rio Paranapanema; Barbosa Ferraz (1948), à margem direita do rio das Lontras; e Goioerê (1953) ao longo do arroio Scarpari.

O caso de Xambrê exemplifica bem esta “tradição”: a empresa paulista “Byington & Cia.”, pelo comando de seu proprietário Alberto Jackson Byington, decidira implantar a primogênita cidade ao longo do curso do ribeirão Xambrê, fato comum às cidades de certas regiões daquele Estado; mas, numa decisão que causou estranheza entre os seus funcionários, foi por fim revertida, pois estes conseguiram convencê-lo a abandonar tal concepção em favor das práticas corriqueiras no norte do Paraná<sup>14</sup>. A descrição do plano de loteamento evidenciando as escolhas de topografia e orientação, fato raro nos memoriais, lança luzes sobre este padrão típico de implantação dessas cidades:

A IMOBILIARIA PARANÁ LIMITADA visa, com o loteamento em lide, a formação de uma nova cidade, à qual deu a denominação de Cidade BARBOSA FERRAZ.

A iniciativa oferece todas as possibilidades de exito (sic), tendo-se em vista os fatores preponderantes na região, como sejam, entre outros, os seguintes:

[...]

b). a ótima (sic) localização dos terrenos da nova cidade, em plano topográfico (sic) cuidadosamente escolhido;

[...]

procedeu-se o loteamento, no sentido NO/SE., em relação às duas avenidas principais que cortam a nova cidade. (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. Processo de Inscrição da cidade de Barbosa Ferraz, 1950)

Com esta implantação, raras foram as composições que interagiram com a rede hidrográfica, pois ou se distanciam por completo ou o traçado evita, na porção inferior, maior proximidade com os rios. Em alguns casos, evidentemente em Alto Paraná (1948), Paranacity (1949), Engenheiro Beltrão (1949), Iporã (1953) e Ubiratã (1956), em certos pontos, as malhas desconsideram as nascentes e os cursos d’água, sobrepondo-se à natureza. As poucas exceções produziram interessantes resultados: Nova Esperança (1946), Maringá (1947) e Maria Helena (1953) os protegem através da criação de bosques ou parques - separando-os por ruas marginais - que somente na segunda cidade possuem desígnio para estruturar parte da concepção. No plano de Rio Bom (1942), uma contradição: ao mesmo tempo em que se protege a cabeceira da nascente pela delimitação de um parque, mais a jusante, lotes urbanos faceiam as margens do córrego.

Em observância às inspirações na geometria, dois arranjos, geralmente coordenados entre si, poderiam ser destacados: o uso de formas geométricas regulares para delimitar o contorno do plano e a aplicação de simetria para a composição interna da malha. Ambas as soluções foram decididamente aplicadas em mais da metade dos planos observados. Acerca do emprego do espelhamento, certifica-se que tal prática consolidou-se como componente fundamental do processo de concepção dos planos, de modo parcial ou total. Mais adiante se detalhará alguns aspectos desse emprego.

Várias foram as figuras eleitas para circunscrever as criações, mas a disposição retangular – perfeitamente ajustável ao formato das quadras – figura como a extensamente mais adotada, reconhecida em Flórida (1948), Lupionópolis (1949), Querência do Norte (1950), Itaúna do Sul (1950), Xambrê (1952), Cruzeiro do Sul (1952), Moreira Sales (1953), Altônia (1953), Planaltina do Paraná (1953), Porto Rico (1953) e Tapira (1958), todos rigorosos exemplos

<sup>14</sup> Depoimento de Aristóteles Coelho Rosa concedido ao autor em 11/09/2008.

dessa combinação. Os formatos externos dos planos de Cidade Gaúcha (1952) – hexagonal - e de Ivaté (1958) e Esperança Nova (1960) - octogonais – remetem a uma geometrização zelosa. As ponderações de Marcuse (1987), acerca da grelha “aberta” ou “fechada”, talvez encontrem aqui alguma ressonância, no sentido contrário de sua proposta.

No tocante ao posicionamento em respeito aos pontos cardeais, dois níveis complementares de observação podem ser sugeridos: um que atenta para a estruturação da malha e outro, específico, sobre a orientação das parcelas. Separação necessária, pois o tipo de quadra também pode influir na uniformização da disposição dos lotes. Pode-se sustentar, para o primeiro tópico, que a maioria dos projetos serve-se da invariabilidade, já que ao longo dos 44 anos dessa experiência fundadora, as malhas unidirecionais sempre foram prediletas; no geral, em torno de 1/4 do total não assume nenhuma orientação predominante para seu traçado. Em alguns casos, a quantidade de direções possui visível ligação com a configuração do sítio, como em Mandaguari (1937), Apucarana (1938), Terra Boa (1951) e Formosa do Oeste (1960). Em outros, advém da concepção geométrica intrincada: Nova Olímpia (1951), Nova Londrina (1952), Loanda (1952) e Esperança Nova (1960), exemplarmente. Interessante perspectiva é oferecida pelos 9 planos que orientam suas ruas de modo quase invariável no sentido norte/sul – leste/oeste, pois recordam pretéritas e difundidas experiências ao redor do globo: Primeiro de Maio (1923), Londrina (1930), Flórida (1948), Cruzeiro do Sul (1952), Porto Rico (1953), Juranda (1958) e Ariranha do Ivaí (1961); curiosamente, neste aspecto, Uraí (1936) e Guairaçá (1946) não foram implantadas conforme a orientação exposta em planta.

A análise do sistema viário revela de modo mais explícito o zelo e a coerência com antigas práticas manifestas na concepção desses planos. Com efeito, a preocupação com as questões de circulação permitiu que certas soluções universais, ainda que elementares, se transformassem em princípios habituais. Basicamente, a maioria dos planos adota uma hierarquização simples, por meio da classificação entre ruas e avenidas; as variações

FIGURA 4.4 FOTO DA CIDADE DE MANDAGUARI (1937) - Fonte: o autor, Setembro de 2008



FIGURA 4.5 FOTO DA CIDADE DE PÉROLA (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.6 FOTO DA CIDADE DE JESUÍTAS (1960) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.7 FOTO DA CIDADE DE TERRA BOA (1951) -Fonte: o autor, Setembro de 2008.



acontecem nos planos maiores e ao final do período analisado, quando um conjunto de avenidas centrais, mais hierarquicamente complexo, manifesta-se – Ivaté (1958), Formosa do Oeste (1960) e Tupãssi (1966) como máximas representantes. No geral, a maioria dos planos estrutura-se por várias avenidas, sendo muito comum o destaque para uma em especial - a “principal” -, cuja implantação usual costuma acompanhar a linha de interseção das bacias hidrográficas, muito em razão de facilitar o caminhar na principal seqüência comercial, como se apreende nas figuras 4.4, 4.5 e 4.6; na ocasião de um plano que se utiliza do espelhamento, ela mesma se torna o eixo de simetria.

Ademais, as avenidas recebem distinção por meio de dois outros motivos: primeiro, pelo acompanhamento de todas as testadas dos lotes do quarteirão; e também pela avantajada largura na qual, às vezes, canteiros já definidos em planta dividem os sentidos do tráfego. Interessante observar que a dimensão transversal das avenidas sofreu ao longo do tempo variação na preferência - de 20,00 metros para 40,00 metros. A largura mais empregada, no entanto, foi de 30,00 metros; a mais generosa projetada, de 50,00 metros, segundo o memorial descritivo para a cidade de Barbosa Ferraz (1948), não se concretizou. Esta dilatada abertura, entretanto, aliada à topografia acidentada promoveu impeditivos desníveis, demonstrados na FIGURA 4.7. Com exceção dos planos de Xambê (1952) e Tupãssi (1966), nenhum outro representa os passeios em planta, o que não significa que não sejam imaginados, embora quase sempre tediosa e invariavelmente com a largura de 3,00 metros de cada lado da via.

Na iminência da passagem das “paralelas de aço”, alguns planos utilizavam-se do traçado para prestigiá-la formalmente; em geral, através de uma avenida que terminava no pátio ferroviário com a estação encerrando a perspectiva, mais explicitamente em Arapongas (1935), Uraí (1936), Maringá (1947), Cianorte (1950), Umuarama (1955) e Cafezal do Sul (1953). Como última característica geral, salienta-se que a maioria

FIGURA 4.8 FOTO DA CIDADE DE NOVA ESPERANÇA (1946) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.9 FOTO DA CIDADE DE JUSSARA (1951) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



absoluta das ruas e avenidas segue trajetória retilínea; alguns planos admitem as curvilíneas, mas as poucas mistilíneas somente são aplicadas em ínfima parte de algumas concepções, sobretudo as maiores. Todavia, ao mesmo tempo em que parâmetros comuns emergem, esse exame também sugere que os planos da CTNP/CMNP sejam considerados em separado do conjunto total, para melhor realce da aplicação, ou não, desses e outros princípios.

Aproximando-se das demais soluções, as concepções da CTNP/CMNP apresentam clara hierarquização e, destacadamente, as malhas compostas por duas avenidas são as preferenciais. Algumas avenidas principais também funcionam como eixo de simetria dos planos: Arapongas (1935), Astorga (1945), Flórida (1948), Lobato (1948), Presidente Castelo Branco (1948) e Cruzeiro do Sul (1952) - casos em que a correspondência se aproxima da perfeição; muitas avenidas se cruzam, dando motivo a praças ao meio dessa interseção, de variados formatos e tamanhos que, assim, demarcam importante segmento para o plano, já que os lotes costumam se voltar para esse cruzamento – Nova Esperança (1946), Flórida (1948), Jussara (1951), Terra Boa (1951), Cruzeiro do Sul (1952), Tuneiras do Oeste (1952), Japurá (1953) e São Tomé (1953), por exemplo – indicado nas FIGURAS 4.8 e 4.9.

No entanto, dois recursos característicos, pois recorrentes, podem ser especialmente evidenciados nesses planos: um primeiro arquiteta-se através das trifurcações que, em variadas configurações, criam marcantes pontos de irradiação, utilizados em Rolândia (1932), Arapongas (1935), Apucarana (1938), Marialva (1940), Astorga (1945), Lobato (1948), Presidente Castelo Branco (1948), Doutor Camargo (1951) e São Manoel do Paraná (1955), visto na FIGURA 4.10; outro, um pequeno detalhe, o chanfro conjugado de dois quarteirões vizinhos, manifesta-se como constante elemento de abertura da perspectiva, observável em Jandaia do Sul (1942), Sarandi (1947), Lobato (1948), Uniflor (1950),

FIGURA 4.10 FOTO DA CIDADE DE ARAPONGAS (1935) -Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.11 FOTO DA CIDADE DE XAMBRÊ (1952) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



Doutor Camargo (1951), Jussara (1951), Terra Boa (1951), São João do Caiuá (1951), Cruzeiro do Sul (1952) e Indianópolis (1953).

Excetuando-se os planos da CTNP/CMNP, as soluções empregadas para o sistema viário nos outros planos também experimentam ressonâncias e particularidades com o conjunto total. As correspondências prendem-se à importância sugerida às avenidas na estrutura geral, sobretudo naquelas propostas como “principais”; contudo, atentando-se à orientação dos lotes nestas, a discrepância nos planos de Moreira Sales (1953), Cafezal do Sul (1953), Iporã (1953), Planaltina do Paraná (1953), Ubiratã (1956) e Juranda (1958) explica-se pela preferência à constância do “quarteirão-tipo” adotado. Observando a prática freqüente, essas avenidas principais são assentadas seguindo a encosta do espigão; exemplo claro, nos planos de Pérola (1953) e Ivaiporã (1953), suas “principais” se curvam em busca desta posição (FIGURA 4.5).

Outros dois artificios comuns: as aberturas provocadas nos cruzamentos ortogonais de 2 avenidas, que resultam em espaços públicos livres de diferentes configurações; dentre os inúmeros exemplos, nos planos de Itaúna do Sul (1951), Guaporema (1952), Xambê (1952) e Mariluz (1953), representam as únicas alterações na malha, como se observa na FIGURA 4.11. O segundo verifica-se pela freqüência em que as avenidas principais funcionam como o eixo de simetria – Querência do Norte (1950), Itaúna do Sul (1951), Cidade Gaúcha (1952), Xambê (1952), Moreira Sales (1953), Mariluz (1953), Iporã (1953), Planaltina do Paraná (1953), Porto Rico (1953), Tapira (1958) e Assis Chateaubriand (1961), para se restringir àqueles planos em que a duplicação quase se completa.

Vários são os expedientes singulares para estruturar o sistema viário deste conjunto específico. Acentuadamente, os arranjos radiais apresentam-se como os consagrados; no entanto, a complexidade de sua aplicação é variável: nos planos de Nova Olímpia

(1951), Ivaté (1958) e Esperança Nova (1960) estruturam totalmente a concepção; nas plantas de Colorado (1948), Ângulo (1949), Ivatuba (1949), Tapejara (1951), Porto Rico (1953) e Tapira (1958) são desenhados como a distintiva solução do plano, conjugada com a praça central, conforme demonstram as FIGURAS 4.12 e 4.13; e em Nova Londrina (1952), Loanda (1952) e Ivaiporã (1953) esse esquema aproveita-se magistralmente da topografia para criar generosas praças nos pontos focais de irradiação da malha. As trifurcações, por outro lado, são menos comuns, mas em Borrazópolis (1948), Cidade Gaúcha (1952) e Iporã (1953) adquirem maior relevância, pois também modelam o domínio urbano.

Outra composição usual para o traçado advém da inscrição de figuras geométricas dispersas em seu interior; mais uma vez, algumas particularidades: em alguns planos, repete-se a clara conformação exterior, em concentricidade - Cidade Gaúcha (1952) e Planaltina do Paraná (1953); em outros, duplas conjugam-se a partir da praça central – em Querência do Norte (1950) dois retângulos (FIGURA 4.14) e em Tapejara (1951) dois losangos; mas em Loanda (1952), aplica-se com maior esmero, pois das arestas do quadrado central sugerem-se outros quadrados, formando um visível diagrama que se completa com as avenidas que emanam da praça central. Finalmente, um recurso habitual era contornar todo o plano com ruas ou avenidas “marginais”: Cidade Gaúcha (1952), Loanda (1952), Moreira Sales (1953), Pérola (1953), Iporã (1953), Maria Helena (1953), Icaraíma (1955), Ubiratã (1956), Tapira (1958) e Ivaté (1958) exemplificam; comercialmente subaproveitadas, de certa forma, a distinção entre grelha “aberta” e “fechada” também adquire aqui alguma ressonância (MARCUSE, 1987). Indubitavelmente, muitas das soluções propostas para o sistema viário – interrupção de avenidas principais, indistintos cruzamentos, circulação do trânsito de passagem regional pelo centro do plano, etc. – revelaram-se inapropriadas para a circulação cada vez mais prestigiada dos veículos; em decorrência, inúmeras adaptações dos projetos originais se executaram desde o estabelecimento desses núcleos.

FIGURA 4.12 FOTO DA CIDADE DE COLORADO (1948) -Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.13 FOTO DA CIDADE DE ÂNGULO (1948) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.14 FOTO DA CIDADE DE QUERÊNCIA DO NORTE (1950) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.

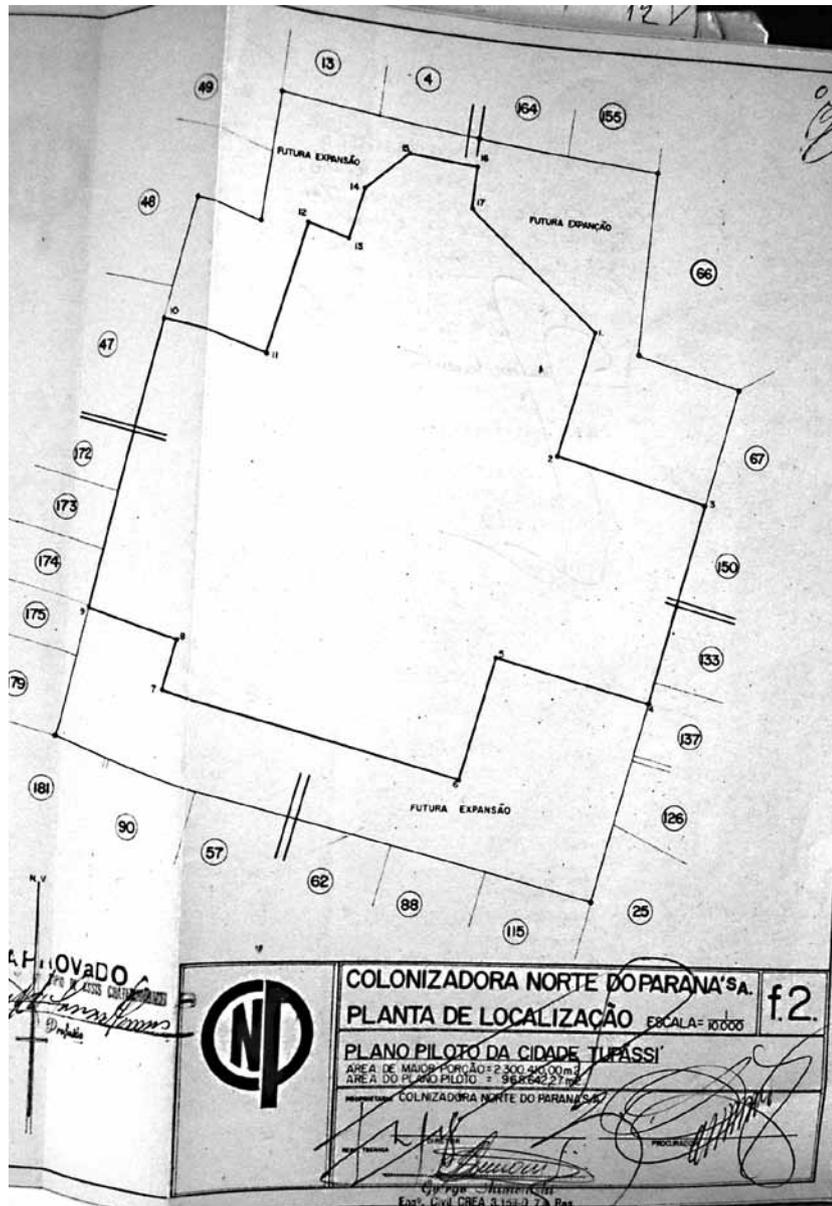


Considerando-se a configuração das intersecções como um dos elementos fundamentais para a compreensão espacial da forma urbana, e neste caso específico, como um dos fatores geradores de uma sensação de ortogonalidade, a paisagem urbana da maioria absoluta dessas cidades novas exibiria tal característica. Ao se observar os planos das cidades erigidas pela CTNP/CMNP, poucos seriam os planos em que a percepção de certa irregularidade – sob o prisma das intersecções – dominaria a cena urbana: São Jorge do Ivaí (1946), Presidente Castelo Branco (1948), Terra Boa (1951), Japurá (1953) e Indianópolis (1953). Mesmo assim, proporcionalmente, apresentam-se em quantidade superior às das outras companhias todas juntas. Assim, poder-se-ia afirmar que as cidades novas do café no Paraná, em sua maioria, apresentam - e aparentam - a regularidade ortogonal como característica espacial primordial. Evidentemente, tal ortogonalidade em muito contribuiu para que as parcelas mínimas exibissem uma padronização em seu formato.

Observar a magnitude dos planos originais e contrastá-los com o efetivamente assentado configura-se em valioso exercício de análise acerca das presunções comerciais que esses empreendimentos, por vezes, representavam. De fato, 1/4 das cidades aqui estudadas não se completaram totalmente como projetadas. Certamente um forte

indício que corrobora a hipótese sobre a contribuição do elemento urbano para a atmosfera especulativa característica da fronteira do café; sobretudo os planos das cidades de Guairaçá (1946), Alto Paraná (1948), Lupionópolis (1949), Paranacity (1949), Santa Cruz de Monte Castelo (1951), Guaporema (1952), Planaltina do Paraná (1953), Juranda (1958) e Tapira (1958) ilustram mais vigorosamente tal fenômeno: uma grelha quase invariável, projetada ambiciosamente sob o território, mas que não “vingou”. A título de exemplo, 7.679 lotes para venda no plano de Alto Paraná, de acordo com o respectivo memorial, onde atualmente cerca de 1/3 desse total se encontra assentado. Contudo, tal evidência não se confirma com os patrimônios projetados pela CTNP/CMNP, pois somente pequena parte do plano de São Manoel do Paraná (1955), dentre os aqui estudados, não se preencheu. Ao mesmo tempo, somente uma pequena porção dos por ela concebidos brilhou com mais intensidade do que o imaginado inicialmente; grande parte permaneceu pequena, como projetada. Diante destes aspectos, e considerando as proporções concebidas, poder-se-ia afirmar que a ação da CTNP/CMNP voltou-se mais para a fundação de pequenos e médios patrimônios, enquanto que o conjunto das outras empresas trabalhou no sentido de maximizar as apostas.

**FIGURA 4.15** PLANO PILOTO DA CIDADE DE TUPÃSSI (1966) -  
 Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ASSIS CHATEAUBRIAND.  
 Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Tupãssi, 1973.



A esperança num destino melhor que as incertezas do presente também poderia ser captada nas plantas através das construções imaginadas, como já explicitado no terceiro capítulo. Contudo, talvez o maior símbolo dessa confiança, ou especulação, seja a presença das estações e pátios ferroviários. Com efeito, muitos planos dedicavam monumental implantação para essas incertas estruturas: Guairaçá (1946), Santa Cruz de Monte Castelo (1951), Tapejara (1951), Cafezal do Sul (1953), Iporã (1953), Umuarama (1955) e São Manoel do Paraná (1955) tornam-se destacados exemplos de como a vinda da ferrovia poderia ter contribuído para animar suas existências urbanas.

Por outro lado, como salientado no primeiro capítulo, a fronteira constitui-se decididamente em um momento de grandes expectativas, um universo orientado para o futuro. Se alguns planos marcavam em seus limites tal perspectiva, contraditoriamente, raros foram os que procuraram indicar caminhos concretos para o crescimento urbano. As pequenas propriedades rurais no entorno imediato - as “chácaras”, muitas vezes compreendidas como um “cinturão-verde” nos memoriais descritivos dos “loteamentos” - sugeriam também uma preocupação comercial futura, como Pierre Monbeig (1957, p. 119) asseverava, já que seu arranjo não permitia um maior controle da forma da expansão urbana. Em específico,

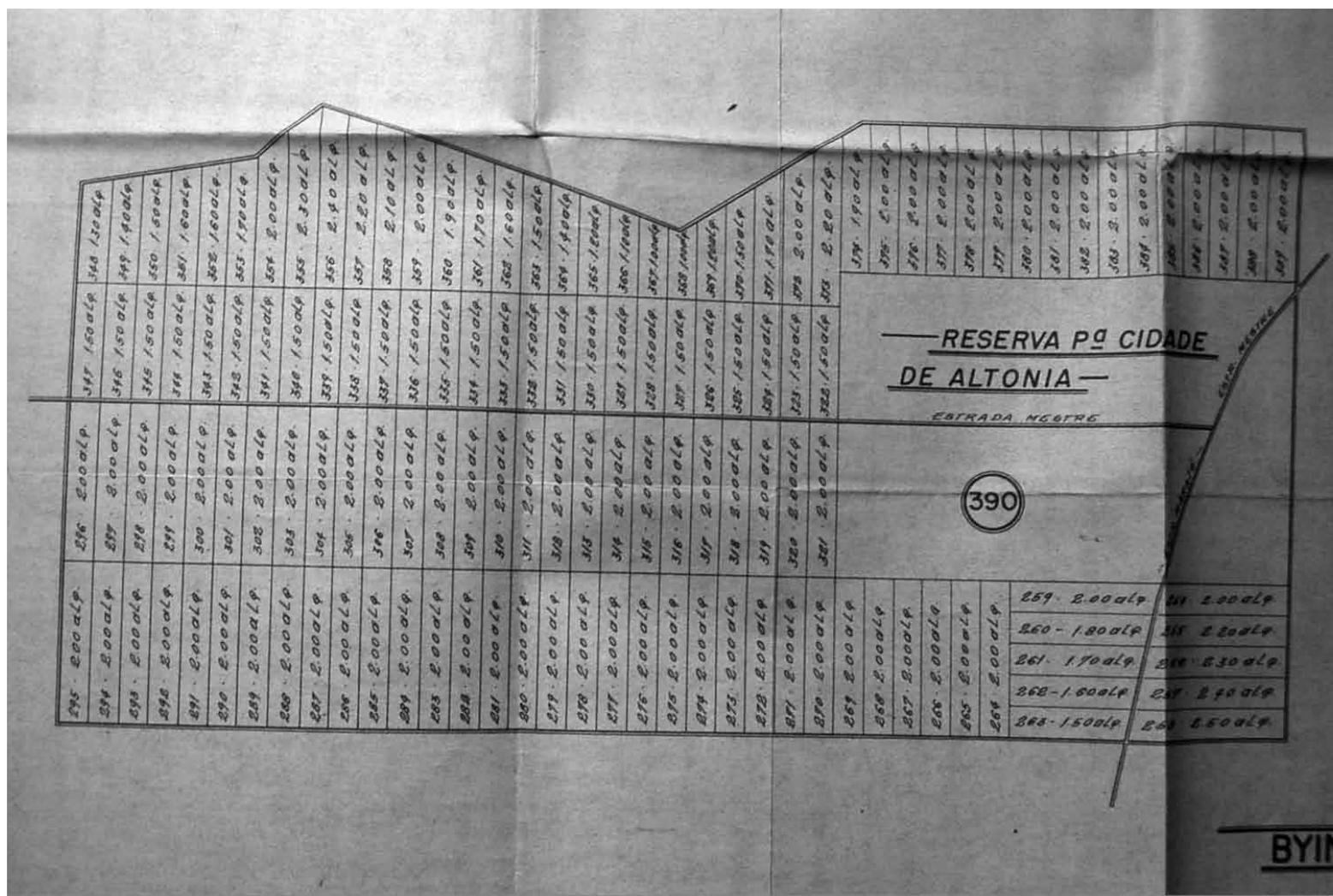
Fica evidente, [...], que a solução comercial é muitas vezes mais forte do que qualquer outra possível solução urbanística, prevalecendo a visão imobiliária mais uma vez. Assim, no projeto das cidades da CTNP, a variante espaço (cidade estanque e delimitada) prevaleceu sobre a variante tempo (cidade planejada), não enfatizada na medida em que não se preocupava com um possível crescimento físico. (ROSANELI, 2000, p. 90).

Mas as observações elaboradas para os núcleos da referida companhia poderiam ser aqui estendidas para o conjunto total. Nesse sentido, os planos de Icaraíma (1955), Ivaté (1958) e Tupãssi (1966) figuram como interessantes exceções, haja vista o interesse de designar a futura expansão urbana, pela disposição de “reservas”, em sua periferia, de modo que o desenho posterior tivesse alguma coerência com a proposta inicial, indicado na FIGURA 4.15.

CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

FIGURA 4.16 PLANO DA ADJACÊNCIA RURAL DA CIDADE DE ALTÔNIA (1953) -

Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FOZ DE IGUAÇU. Processo de Inscrição das plantas das glebas Pindorama, Dourados, Pérola, Safiras, Boa Esperança, São Jorge, São João, Eliza, Altonia, São Vicente, Jaracatiã, s/d.

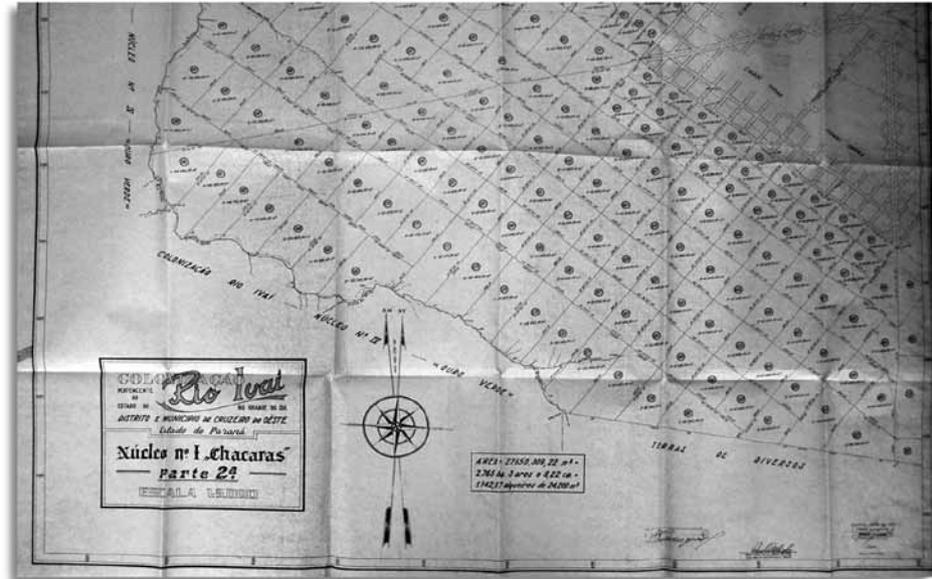


No entanto, em alguns casos, a ampliação dos núcleos configura-se mais facilitada, pela disposição geométrica e regular das chácaras, que acompanha as dimensões dos quarteirões ou do traçado das principais vias; sem contato com a rede hidrográfica, eram considerados “lotes secos”. Com efeito, pode-se constatar que conforme a experiência fundadora avança pelo território, o maior cuidado com o planejamento da adjacência rural se configura como solução mais aplicada. Das propostas analisadas, um grande número endereça alguma relação formal entre a área urbana e a suburbana. As cidades de Altônia (1953), Planaltina do Paraná (1953) e Tapira (1958), dentre outras, consistem em exemplos de uma inteligível interação, cujo desenho das chácaras segue rigorosa disposição geométrica inspirado no traçado urbano, exemplificado nas FIGURAS 4.16 e 4.17. Poucos foram os núcleos em que as cercanias eram constituídas por um parcelamento de médias propriedades rurais: Primeiro de Maio (1923), Astorga (1945) e Colorado (1948), como se apreende na FIGURA 4.18.

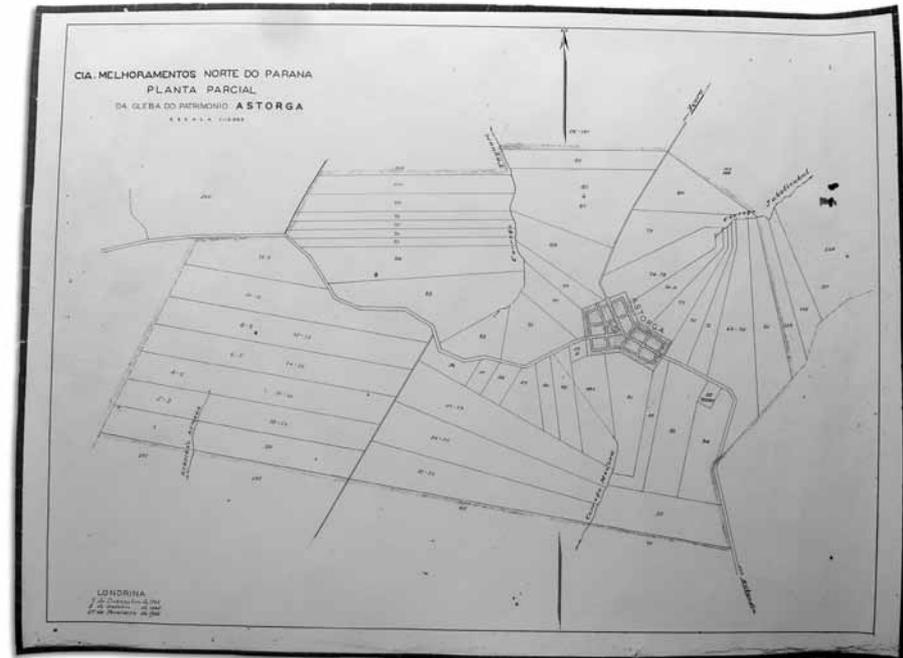
## II. A PRESCRIÇÃO DAS PARTES

Em geral, aqueles planos em que a forma geométrica dos quarteirões sofre praticamente nenhuma ou pouca variação (até 1/3 do total) constituem a maioria. Tal predileção, muitas vezes, somente se interrompe em razão das soluções de traçado como, por exemplo, em Colorado (1948), Nova Londrina (1952) e Loanda (1952). Neste tópico, entretanto, a diferença entre as práticas da CTNP/CMNP do conjunto das outras companhias difere-se drasticamente. Enquanto que grande parte dos planos do segundo grupo apresenta a marcante característica da padronização, geralmente dada pelo “quarteirão-tipo”, uma maior variação constituir-se-ia em regra das cidades projetadas pela CTNP/CMNP.

**FIGURA 4.17** PLANO DA ADJACÊNCIA RURAL DA CIDADE DE TAPIRA (1958) -  
Fonte: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PEABIRU.  
Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Tapira, 1958.



**FIGURA 4.18** PLANO DA ADJACÊNCIA RURAL DA CIDADE DE ASTORGA (1945) -  
fonte: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Cópia da  
Planta Parcial da Gleba do Patrimônio Astorga, 1946.



Observando de perto o formato dos quarteirões dessas cidades, o retângulo apresenta-se como a figura preferencialmente adotada nos planos; os quarteirões arqueados, quase retangulares, também atestam essa preferência, como se constata nos planos de Maringá (1947), Pérola (1953) e Ivaiporã (1953). Formatos indistintos geralmente derivam da adaptação da concepção geométrica do plano ao sítio ou como conseqüência das variações de traçado; em nenhum plano a irregularidade fundamenta-se como motivo de composição geral.

No entanto, importante distinção pode ser ressaltada: ao se observar tais planos ao longo do tempo verifica-se o paulatino abandono da preferência por quadras quadráticas para a adoção de quadras retangulares, por exemplo, dos planos urbanísticos de Primeiro de Maio (1923) e Arapongas (1935) para os de Juranda (1958) e Tapira (1958). Ademais, para os planos da CTNP/CMNP, essa primeira tendência temporal é seguida por outra, espacial: direcionando-se para ocupação de suas terras ao sudoeste, diminuía-se a dominância de uma única forma de quadra; neste aspecto, os planos para as depois consagradas maiores cidades – Londrina (1930), Maringá (1947), Cianorte (1950) e Umuarama (1955) - tornam-se exemplares de como as formas das quadras tenderam à maior irregularidade.

Em relação ao tamanho dos quarteirões, a distinção entre os planos da CTNP/CMNP e do conjunto das outras, novamente, evidencia melhor as intenções. No caso da primeira, constata-se que existe uma tendência para a mediana variação (entre 1/3 a 2/3 do total das quadras) nos planos, por todo o período de sua atuação; somente o plano da cidade de Arapongas (1935) poderia ser considerado “invariável”. Em geral, não são empregados quarteirões de grandes dimensões, com a costumeira exceção das quadras periféricas. Poder-se-ia afirmar que o formato mais adotado seja o retângulo de aproximadamente 150,00 X 80,00 metros.

Para o conjunto das outras companhias, contudo, são constatadas diferentes características: primeiramente, são mais comuns os planos cujo tamanho dos quarteirões seja pouco ou nada “variável” (até 1/3 do total), evidenciado certa padronização espacial – Guairaçá (1946), Marilena (1948) e Mariluz (1953), por exemplo. Uma maior diversidade advém, em geral, da inusitada natureza da concepção formal, cujos traçados das cidades de Ângulo (1949) e Nova Olímpia (1951) configuram-se em evidência maior. Os

formatos concentram-se nas pequenas e médias dimensões, com leve tendência para o aumento da área dos quarteirões a partir dos anos 1950; quadras periféricas, em geral, apresentam maiores comprimentos e os planos de Tapejara (1951) e Paranaipoema (1952) tornam-se singulares pela exagerada dimensão de um único quarteirão: 1.500,00 metros no primeiro e 900,00 metros no segundo. Não se poderia caracterizar um formato padrão amplamente adotado nestes planos. E, por fim, para todo o conjunto de planos, uma característica geral: quarteirões quadrados ou quadráticos sempre de pequena dimensão (até 125,00 metros de lado).

A variabilidade dos tipos de quarteirão também poderia ser considerada como parâmetro de distinção entre os planos produzidos pela CTNP/CMNP e as outras companhias. Enquanto que mais da metade dos planos daquela possuem mediana ou grande variação (mais que 1/3 do total), para o conjunto dos planos das outras companhias torna-se manifesta uma maior uniformidade: a maioria absoluta dos planos apresenta pouca ou nenhuma modificação (até 1/3 do total) no tipo empregado. Neste aspecto, são comuns os planos em que um “quarteirão-tipo” esteja indicado em prancha, como nas cidades de Lupionópolis (1949), Loanda (1952) e Porto Rico (1953), dentre tantas; o exemplo da cidade de Moreira Sales (1953) apresenta-se único: em tabela, são expostos 11 tipos distintos, com modificações na quantidade e arranjo interno dos lotes e nas dimensões da quadra. Comumente, quando presente, o mesmo tipo é seguido indistintamente em todo o plano. Todavia, por vezes, sofrem variações quando da não regularidade das soluções de traçado e, sobretudo, na presença de uma rua ou avenida de determinada importância no plano.

Para as cidades da CTNP/CMNP, dois tipos de quarteirão são os mais admitidos: aqueles que possuem lotes voltados para duas ou quatro frentes das quadras. Em quase todos os planos pode-se distinguir “quarteirões-tipo” que, em sua grande maioria, possuem 20 lotes; muito comum é a presença de dois “quarteirões-tipo”, que se alternam pela malha. Nos planos do reunido das outras companhias, a presença marcante do quarteirão de quatro frentes, com 16, 20 ou 24 lotes, majoritariamente.

Decididamente, na parcela mínima se encontra maior constância: o lote amplamente empregado é de formato retangular com 15,00 metros de testada; quanto à profundidade, 30,00 ou 40,00 metros, geralmente; a área, portanto, conforma-se generosa, entre

450,00 e 600,00 m<sup>2</sup>. Com efeito, para suprir as necessidades iniciais, estes lotes abrigavam pequenas plantações e algumas criações, que reclamavam por espaço; ademais, as primeiras construções em madeira deveriam manter certo isolamento, uma vez que o combate a incêndios não era tarefa das mais fáceis<sup>15</sup>. Lotes maiores ou menores são distinta minoria: como em Primeiro de Maio (1923), com o lote padrão de 20,00 X 50,00 metros, ou em Terra Roxa (1955) e Tapira (1958), com o lote padrão de 10,00 X 30,00 metros. Com exceção dos lotes das extremidades, infreqüentes são os que possuem frente dupla, geralmente requeridos em intrincados desenhos de quarteirão.

Ademais, essa padronização do lote configura-se em favorável decisão comercial. Na maioria destes planos apreende-se que a variabilidade do formato do lote é pequena, menor que 15% do total dos lotes; todavia, maior uniformidade pode ser verificada ao analisar os planos das companhias sem a presença dos da CTNP/CMNP. De fato, alguns planos quase não apresentam variação do formato dos lotes: Uraí (1936), Itaúna do Sul (1951), Guaporema (1952), Xambrê (1952), Moreira Sales (1953) e Juranda (1958), destacadamente. Considerando todo o conjunto analisado, poucos são os que apresentam variação acima de 1/3 e nenhum mais que a metade do total: as maiores variações do formato apresentam-se naqueles mesmos planos cuja percepção de irregularidade nos cruzamentos é maior - São Jorge do Ivaí (1946), Terra Boa (1951), Japurá (1953) e Indianópolis (1953) – e nos de Ângulo (1949), Goioerê (1953), São Manoel do Paraná (1955) e Umuarama (1955). Desse modo, através da parcela mínima também pode ser confirmada a procura pela regularidade, justificada porque agregava facilidade comercial às parcelas. Poder-se-ia afirmar, inclusive, que em vários planos o lote determina a forma da quadra, como se apreende de A. Sikсна (1990), para as cidades novas de colonização, e em M. Marx (1991, p. 112), para os patrimônios leigos no Brasil, pois afirma que “A forma deste, a sua área, o seu relacionamento com os vizinhos, com as quadras, com o sistema viário, com a cidade, enfim, passa a condicionar o loteamento todo, a ser sua real e primeira diretriz”.

Característica marcante é oferecida pelos lotes de esquina: não variam de tamanho em relação aos de meio de quadra e, em sua maioria, não se curvam - adotam “cantos vivos” nos cruzamentos. Dessa forma, tanto a vida pública, pela segurança do circular, quanto a privada, pelos depois obrigatórios recuos frontais, são desfavorecidas; destacam-se como exceção, em planta, os planos da “Colonizadora Rio Bom” - Rio Bom (1942) e Borrazópolis (1948) - e os dois únicos da CTNP/CMNP - Santo Antônio do Caiuá (1951) e São Tomé (1953). Por fim, uma questão de representação e domínio: incomum é a indicação das áreas dos lotes nas plantas; quando fornecidas, nas esquinas não se descontam as áreas da curva de desenvolvimento, se presentes. Assim, muitas esquinas executadas em curva, ou chanfradas, constituir-se-iam como “doação” dos proprietários, sob a “supervisão” das companhias.

Acerca da orientação frontal mais adotada, sobressaem-se as voltadas para noroeste/sudeste; mas outros aspectos podem ser revelados ao se observar separadamente os planos da maior companhia e o conjunto das outras. Nos planos da CTNP/CMNP, verifica-se que as orientações frontais preferenciais para os lotes são noroeste/sudeste e nordeste/sudoeste; evidencia-se, também, que orientações frontais de sentido norte/sul são evitadas. Em geral, variações de orientação configuram-se em uma constante dentro do mesmo plano, com raras exceções: Sarandi (1947), Paiçandu (1948), Uniflor (1950) e Tuneiras do Oeste (1952). Para o outro conjunto de concepções, a regularidade na orientação dos lotes é mais requerida dentro do mesmo plano: Primeiro de Maio (1923), Alvorada do Sul (1944), Ivatuba (1949), Xambrê (1952), Maria Helena (1953) e Ariranha do Ivaí (1961), especialmente; mesmo assim, planos com grande variabilidade dividem a posição majoritária com aqueles que empregam o sentido noroeste/sudeste como a orientação frontal mais empregada.

Por fim, centra-se na descrição dos espaços livres e equipamentos. Indubitavelmente, as praças – sacras ou seculares – são formalmente celebradas como elementos distintos no interior dos planos, por vezes, o único. Os arranjos são variados, mas estruturalmente muito similares, pois a elas são dedicados os espaços centrais – geométricos, topográficos e/ou simbólicos. Através de sua disposição ao meio do cruzamento dos eixos viários, adquirem a atenção focal, completada pelos elementos verticais estrategicamente localizados: a igreja, a caixa d’água, o coreto ou

<sup>15</sup> Depoimento de Kazutoshi Shibuya concedido ao autor em 11/11/2008.

#### CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

árvores. A cuidadosa implantação em correspondência com a parte elevada do sítio, ademais, intensifica o cenário da paisagem urbana. Dos muitos exemplos, destaca-se a expressividade visual obtida nos planos de Londrina (1930), Apucarana (1938), Maringá (1947), Santa Cruz de Monte Castelo (1951), Nova Londrina (1952), Loanda (1952), Ivaiporã (1953), Esperança Nova (1960), Assis Chateaubriand (1961) e

Tupãssi (1966), como indicam as FIGURAS 4.19, 4.20, 4.21, 4.22 e 4.23. Mas, destoando deste zelo espacial, em grande parte das soluções, estas estratégicas aberturas não magnetizam as testadas dos lotes lindeiros; assim, a constância do quarteirão-tipo constitui-se solução de maior força nesses encontros.

FIGURA 4.19 FOTO DA CIDADE DE APUCARANA (1938) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.20 FOTO DA CIDADE DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO (1951)  
Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.22 FOTO DA CIDADE DE ESPERANÇA NOVA (1960) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.21 FOTO DA CIDADE DE NOVA LONDRINA (1951) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.23 FOTO DA CIDADE DE ASSIS CHATEAUBRIAND (1961) -  
Fonte: o autor, Setembro de 2008.



## CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

Para se retirar alguma conclusão acerca da dimensão das praças, optou-se por considerações relativas, quer seja, observando-se o tamanho médio dos quarteirões empregado em cada plano; dessa forma, poder-se-ia afirmar que, na maior parte dos planos, tais espaços livres se constituem por quadras de pequenas dimensões. Entre aqueles poucos planos que decidem por espaços mais amplos, uma solução constatada com freqüência: o principal espaço público livre - único ou dividido em pequenas ilhas - corresponde ao tamanho aproximado de 4 quarteirões, visto em Colorado (1948), Lupionópolis (1949), Querência do Norte (1950), Santa Cruz de Monte Castelo (1951), Tapejara (1951), Cidade Gaúcha (1952), Cafezal (1953) e Tapira (1958), nas FIGURAS 4.24, 4.25 e 4.26. Todavia, o isolamento desses pequenos nichos apartados seria revertido, posteriormente, pelas freqüentes junções.

FIGURA 4.25 FOTO DA CIDADE DE CIDADE GAÚCHA (1952) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.24 FOTO DA CIDADE DE COLORADO (1948) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.26 FOTO DA CIDADE DE TAPIRA (1958) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



Em relação às formas escolhidas para as praças, a variação configura-se numa constante interna e externa aos planos; como hábito, são praças de formas geométricas básicas, que acompanham as diretrizes preestabelecidas para o traçado - ou seja, raros são os casos que o desenho da praça origina o traçado, geralmente nas soluções semicirculares. Muito comuns são as triangulares remanescentes de um parcelamento rígido, ainda que praças triangulares centrais sejam freqüentemente adotadas, por exemplo, em Marialva (1940), Astorga (1945), Sarandi (1947), Borrazópolis (1948), Lobato (1948), Paiçandu (1948), Paranacity (1949), Perobal (1950), Tapejara (1951) e Porto Rico (1953), na FIGURA 4.27. As circulares são preferidas para arranjar as praças implantadas nos eixos de cruzamentos principais. Os planos de Nova Olímpia (1951) e Japurá (1953), no excepcional formato hexagonal, formam um dos conjuntos urbanos mais espacialmente coerentes, dos visitados *in loco*, na FIGURA 4.28. O plano de Tupãssi (1966), por sua vez, singulariza-se pelo uso de um mesmo formato e dimensão (um círculo de 80,00 metros de diâmetro) para as 7 praças previstas, simétrica e hierarquicamente dispostas, estruturalmente muito similar ao plano de Loanda (1952), com suas 5 praças centrais quadradas, de 84,00 metros de lado.

Finalmente, algumas considerações acerca das principais edificações e espaços coletivos indicados nos planos; como apontaram Bowman (1931) e Monbeig (1984), tais equipamentos seriam fundamentais para romper o isolamento na fronteira. Às construções sacras, dedica-se importante acomodação nos planos, absoluta maioria em praças suficientemente grandes para absorver a edificação e algum espaço livre. A variação ocorre, assim, na relação dessas com a malha: na solução mais usual, as praças de igreja implantam-se em plano elevado e ao longo da avenida principal; na solução mais hierarquizada, constituem-se como elemento de atenção focal,

FIGURA 4.27 FOTO DA CIDADE DE PEROBAL (1950) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.28 FOTO DA CIDADE DE JAPURÁ (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



revelando ainda mais deferência ao edifício fruto dos sacrifícios coletivos – exemplarmente observável em Londrina (1930), Apucarana (1938), Sabáudia (1945), Maringá (1947), Colorado (1948), Cianorte (1950), Querência do Norte (1950), Santa Cruz do Monte Castelo (1951), Cidade Gaúcha (1952), Nova Londrina (1952), Ivaiporã (1953), Mariluz (1953), Pérola (1953), Umuarama (1955) e São Manoel do Paraná (1955) – nas FIGURAS 4.19, 4.20, 4.21 e 4.29, 4.30, 4.31. Fato intrigante, as igrejas, com o passar dos anos e cada vez mais, deixaram de figurar entre as edificações primordiais nos planos, apontando para a definitiva secularização desses empreendimentos.

Sobre a localização do campo santo, dividem-se as preferências: por vezes é apartado completamente ou situado nas extremidades dos núcleos. Quando admitido no interior, comumente se destinam áreas periféricas para seu assentamento; nos planos de Arapongas (1935), Mandaguari (1937), Nova Esperança (1946), Cianorte (1950) e São Manoel do Paraná (1955), entretanto, sua composição com a malha urbana revela algum cuidado e inusual destaque.

A maior parte dos planos resguarda extensa superfície para a prática esportiva, quer seja em campos de esportes, ginásios e/ou estádios. Em geral, o “campo de esportes” - área descampada destinada à prática do futebol – localiza-se dentro dos limites do plano; todavia, em razão da avantajada superfície, destinam-se porções periféricas do domínio urbano. Incomum é o destaque dado nos planos de Apucarana (1938), Maringá (1947), Cianorte (1950) e Umuarama (1955) – todos da CTNP/CMNP, localizando-os em sintonia com outros espaços em disposição linear. Todavia, a reserva para estes espaços também seria paulatinamente abandonada, ao passar dos anos.

Depois dos campos esportivos, a presença mais marcante nestes planos é a dos “grupos escolares”, alguns em lotes, mas a maioria em quadras inteiras. Certamente refletia uma preocupação com o futuro dos pequenos moradores, uma tentativa de aliviar as incertezas das famílias que reiniciaram suas vidas.

A definição da área de produção é fato incomum

FIGURA 4.29 FOTO DA CIDADE DE CIDADE GAÚCHA (1952) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.30 FOTO DA CIDADE DE IVAIPORÃ (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.31 FOTO DA CIDADE DE PÉROLA (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



nas pranchas originais. Contudo, é evidente nos maiores planos: geralmente ao lado da ferrovia - Maringá (1947), Cianorte (1951) e Umuarama (1955) – ou isolada na periferia - Alto Paraná (1948), Barbosa Ferraz (1948), Santa Cruz do Monte Castelo (1951), Cafezal do Sul (1953), Iporã (1953), Ubiratã (1956), Juranda (1958) e Formosa do Oeste (1960); em geral, sua dimensão é incompatível com a futura demanda estampada no plano. Flórida (1948) constitui-se em notória exceção, pois resguarda o entorno do domínio urbano para a zona industrial e de armazéns, visivelmente em demasia.

As áreas reservadas para as repartições públicas são outra constante, geralmente para o edifício da prefeitura e do fórum; dentre elas, o terreno destinado à cadeia pública figura como uma usual presença reveladora da atmosfera não tanto calma desses dias. Curiosa é a incomum disponibilidade para os equipamentos culturais: um único museu em Jesuítas (1960), jardim zoológico em Alto Paraná (1948) e em Barbosa Ferraz (1948) e a biblioteca em Santa Cruz de Monte Castelo (1951) e, de novo, em Jesuítas. Numerosos planos também designam com frequência superfícies para a assistência e o tratamento das enfermidades: santas casas, hospitais, casas de saúde e asilos transmitem segurança para as difíceis ocorrências. Sinalizando os novos tempos nas comunicações, estações rodoviárias e campos de aviação são programas que, ao longo do tempo, aparecem com assiduidade nos planos; por conseguinte, estações radiodifusoras também figurariam dentre as preocupações preparatórias.

As cidades localizadas nas terras da CTNP/CMNP, ao longo do espigão maior, possuem um programa que as difere da maioria das cidades da fronteira do café no norte do Paraná: o pátio ferroviário e a respectiva estação. Com efeito, em grande parte destes planos ao longo do espigão selecionado para a passagem da ferrovia, dedica-se privilegiada área para o recinto ferroviário, muito em razão das condicionantes físicas necessárias para a manobra das máquinas. Destacando sua presença, sua localização é coordenada com um conjunto de outros espaços públicos livres e equipamentos urbanos no centro da futura aglomeração. Exemplarmente em Londrina (1930), Rolândia (1932), Sarandi (1947), Maringá (1947), Cianorte (1950), Perobal (1950), Jussara (1951) e Umuarama (1955), esses espaços são estabelecidos ao lado de uma praça, fato que sinaliza a importância desse suporte para o cotidiano dos cidadãos.

### 4.3.2 Particularidades

A principal intenção destas linhas finais é distinguir, dentro do panorama analisado, alguns planos que suscitam particulares considerações, seja pelo todo concebido ou em razão dos elementos da forma urbana. Não se fará, entretanto, nenhuma descrição exaustiva; apontar-se-á de modo sucinto alguns aspectos não suficientemente retratados na exposição anterior, a fim de se evidenciar elementos para uma conclusão parcial.

A proposta de Ângulo (1949), de propriedade da companhia “Comércio, Construções, Imóveis, Agricultura Ângulo Ltda.” e de traça do engenheiro civil Dimitri Novikov, destaca-se pelo inusitado uso do esquema radial inserido em diminuta gleba destinada ao núcleo urbano. A narração oferecida no memorial descritivo revela demasiado cuidado com o tráfego automobilístico; de fato, destinam-se às praças os pontos focais dos cruzamentos principais. Os cantos acentuados, advindos deste intrincado parcelamento, ainda que destinados ao domínio público, possuem objetivo certo: “[...] Foram ainda projetados varios (sic) jardins com arremates de cantos de quadra, melhorando assim a visibilidade nos cruzamentos, e dando possibilidade de futuro aproveitamento pela Prefeitura, para parques infantis” (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ARAPONGAS. Processo de Inscrição da cidade de Ângulo, 1949). Um interessante detalhe, também presente no memorial, refere-se ao tamanho máximo permitido para os quarteirões, disposto no código municipal de posturas urbanas – 30 vezes a largura da rua.

Pelas mesmas preocupações, centradas no deslocamento, a planta de Jesuítas (1960) revela-se interessante. Promovida pela “Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná” e projetada pelo engenheiro civil Roberto Brandão, apresenta uma ímpar composição do sistema viário: na porção periférica do plano, vários quarteirões residenciais, agregados em torno de uma rua central que segue longitudinalmente, são cercados por espaços públicos livres de diversas configurações, como se fossem “cortinas de proteção”<sup>16</sup>; ruas estreitas – da ordem de 7,00 metros de largura – partindo da

<sup>16</sup> Depoimento de Roberto Brandão concedido ao autor em 28/11/2008.

rua central, e de modo desencontrado, unem-se às do outro conjunto justamente nestes espaços públicos livres, e estreitando-se ainda mais, transformam-se em passagens exclusivas para pedestres. Forma-se, assim, uma unidade interconectada de praças lineares. Alguns cul-de-sac – únicos dentre estes planos - ainda figuram como mais uma solução aventada, ainda que visivelmente desproporcionais à futura demanda. Diante de tamanha discrepância com o comumente concebido na fronteira, não encontrou respaldo entre os proprietários da empresa contratante, sendo executada parcialmente conforme projetada. Decididamente, estes dois planos refletem – de modo inusual – as preocupações com a circulação automobilística que, já intensa nas grandes cidades brasileiras, adentrava-se na fronteira.

O plano de Ivaiporã (1953), concebido pelo engenheiro civil Yaroslau Sessak, núcleo urbano central das terras da “Sociedade Territorial Ubá Ltda”, destaca-se, dentre outros aspectos, pela generosidade de seus logradouros: praças, largos e avenidas com amplos canteiros compõem um todo coerente com a topografia, demonstrado nas FIGURAS 4.32 e 4.33. Certamente, o respeito às características do sítio – de intrincada natureza - expicam as

inusitadas formas curvilíneas que se espriaram pelo terreno. Sobressai-se no seu plano, a solução radioconcêntrica centralizada, que se destina à concentração dos estabelecimentos comerciais, cuja face externa é demonstrada pela FIGURA 4.34; no seu centro e em parte elevada do sítio, a praça circular da igreja, cuja torre única se impõe como elemento de atenção focal para as avenidas radiais que se prolongam a partir desse ponto (FIGURA 4.30). E apesar do traçado em que ruas curvilíneas e retilíneas se amalgam, um padrão regular das parcelas mínimas revela-se como elemento marcante do plano. Muito semelhante a esta concepção, pela disposição na topografia harmonizada à hierarquização viária, o plano de Pérola (1953), patrimônio principal da colonização empreendida pela “Byington & Cia.”, também denota o cuidado com seus espaços públicos livres: concentrados ao longo e instalados no eixo da avenida “principal”, focalizam as visuais, sobretudo nas duas extremidades curvilíneas, exposto na FIGURA 4.31 e nas FIGURAS 4.35 e 4.36. Ambos os planos exibem, magistralmente, a crescente importância solicitada aos logradouros públicos nessas aglomerações nascentes.

FIGURA 4.32 FOTO DA CIDADE DE IVAIPORÃ (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.33 FOTO DA CIDADE DE IVAIPORÃ (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.35 FOTO DA CIDADE DE PÉROLA (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.34 FOTO DA CIDADE DE IVAIPORÃ (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.36 FOTO DA CIDADE DE PÉROLA (1953) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



Duas outras propostas, também coincidentes na data de fundação e nas características gerais, devem ser ressaltadas. O plano de Loanda (1952), da “Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda.” e concebido pelo engenheiro civil Afranio Jonas, distingue-se pela diagramação apoiada em rigorosa geometrização. À variação das soluções adotadas - o conjunto coordenado das 5 praças, o esquema radial a partir da praça principal assentada no ponto mais elevado da topografia (FIGURA 4.37) e a propriedade geratriz do quadrado central - já apontadas antes, deve ser contraposta a regularidade do quarteirão-tipo, maciçamente empregado.

O segundo, o plano de Nova Londrina (1952), promovido pela “Imobiliária Nova Londrina Ltda.”, também se apóia na topografia para pronunciar os espaços públicos centrais (FIGURA 4.21) e emprega a geometria para a composição geral - mas nem tanto esquadrada como na sua vizinha. Na parte inferior do plano, onde o traçado ortogonal segue quase paralelamente o curso d’água, alguns largos rompem a regularidade e oferecem importantes aberturas, indicado na FIGURA 4.38. Implantada na vertente do Rio Tigre, de modo a estrategicamente evitar o sol poente, desvia-se da norma mais comum para as cidades da fronteira do norte do Paraná, porém observa as condicionantes climáticas da região, nas adjacências das barrancas do rio Paraná.

A inclinação que os profissionais possuíam pelas formas geométricas em suas pranchetas, contudo, demonstra-se, de modo notável, em outros três instantes: na cidade de Nova Olímpia (1951), erigida pela “Sociedade Colonizadora Paraná Ltda.” – plano radioconcêntrico em que dois hexágonos se fundem –, na cidade de Ivaté (1958), propriedade da “Companhia Brasileira de Imigração e Colonização” e no patrimônio de Esperança Nova (1960), fundada pela “Byington & Cia.”, ambos de inspiração radioconcêntrica e de formato exterior octogonal;

FIGURA 4.37 FOTO DA CIDADE DE LOANDA (1952) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.38 FOTO DA CIDADE DE NOVA LONDRINA (1952) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



todos os três expressam essa predileção pelo regular e pela matemática euclidiana. Ademais, a exemplo do que se apreende na planta para a aprovação da colonização da gleba Rio Mourão, de responsabilidade da “Sociedade Técnica Engenheiro Beltrão Ltda.”, o esquema radiocêntrico deve ter inspirado outras concepções: neste caso, o patrimônio de Saltinho, de forma hexagonal e com uma praça no seu centro, não executado, visto na FIGURA 4.39. Através de todos esses exemplos, poder-se-ia, sinteticamente, metaforizar que os planos urbanísticos foram expoentes máximos do “reino da geometria” que se estabeleceu nesse território.

Finalmente, algumas ponderações sobre o plano de Tupãssi (1966), núcleo empreendido pela “Colonizadora Norte do Paraná Ltda.” e de responsabilidade do engenheiro civil George Shimonishi. A superfície destinada à circulação, quase 37,00% da área do “plano piloto”, torna-se sinal indicativo das escolhas, ainda que a inteligível descontinuidade da malha desfavoreça o deslocamento automobilístico ininterrupto. Ademais, o quarteirão-tipo de forma retangular, o conjunto interconectado das 7 praças - idênticas em tamanho e forma - destinadas para atividades seculares, a hierarquização das avenidas principais - de 40,00 metros de largura - e a reserva de áreas para a expansão do plano, características já dantes pontuadas esparsamente, evidenciam todas juntas um rol de elementos que foram se consolidando ao longo desta experiência de mais de quarenta anos, indicados nas FIGURAS 4.40, 4.41 e 4.42. Oferece, com suas características, um distinto desfecho para essa etapa da urbanização do norte do Paraná.

FIGURA 4.39 – PATRIMÔNIO DE SALTINHO - FONTE: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. - Planta do Terreno denominado Rio Mourão, 1949

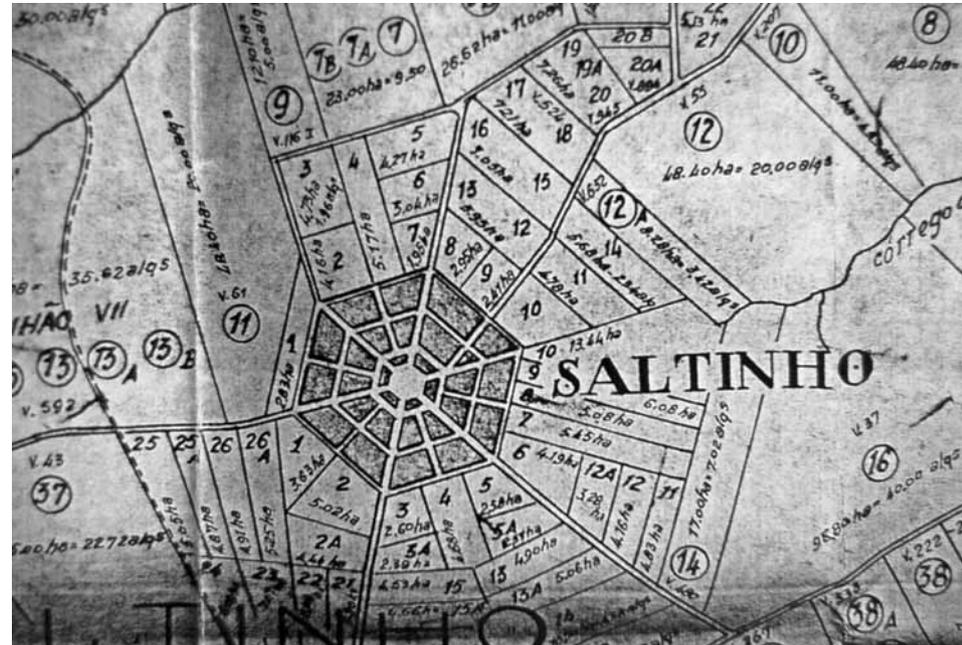


FIGURA 4.40 FOTO DA CIDADE DE TUPÃSSI (1966) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



FIGURA 4.41 FOTO DA CIDADE DE TUPÃSSI (1966) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



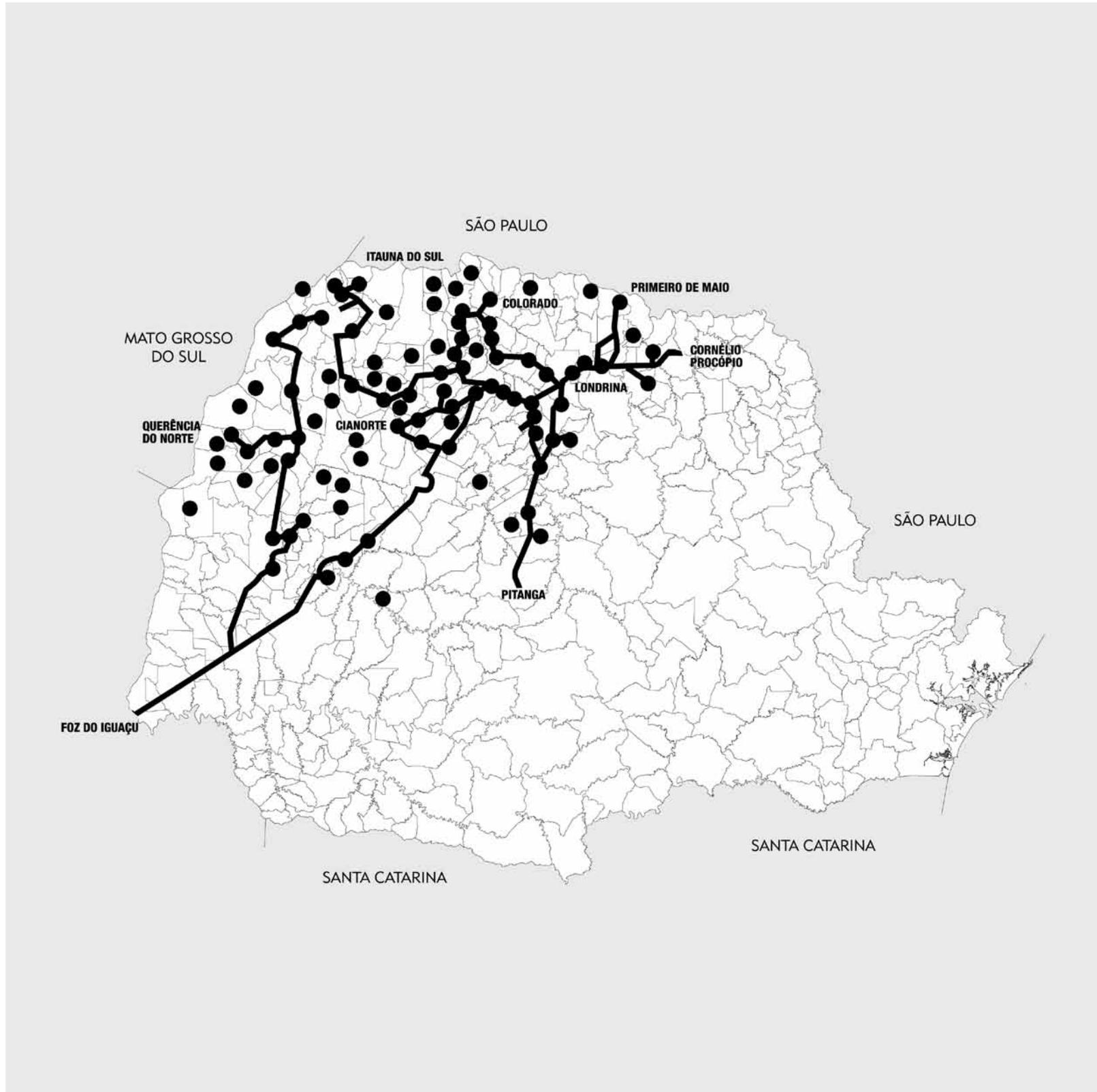
FIGURA 4.42 FOTO DA CIDADE DE TUPÃSSI (1966) - Fonte: o autor, Setembro de 2008.



Em conclusão, a regularidade dos planos, em diversos níveis, configura-se a característica geral. Em vários exemplos, seu emprego procura um produto padronizado, para facilitar o desenho, a demarcação e as vendas; na magnitude de certos planos, a especulação se revela fortemente. Entretanto, certos cuidados - a escolha do sítio, o assentamento do plano na topografia, a localização e formato dos logradouros públicos, as soluções geométricas empregadas - impingem a desacreditar quaisquer ponderações genéricas e desaprovativas. Ao mesmo tempo, na fronteira do café do Paraná, ligames com teorias urbanísticas em voga em território nacional ou ventiladas internacionalmente não se configuram como base explanatória geral; igualmente, como movimento dinâmico de alteração do território, de incertezas e especulação, esse momento não foi o cenário para a criação de nenhuma novidade estética ou técnica no campo do urbanismo. Todavia, ao se emprestar da morfologia o instrumental para uma observação mais detida dessas cidades, um rico conjunto de características não facilmente observáveis se evidencia. Efetivamente, a técnica foi empregada em inúmeros aspectos e em diversas camadas.

*conclusão*

CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ



**O mapa ao lado ilustra o itinerário** percorrido com a intenção de consultar importantes fontes primárias desta pesquisa: grande parte das cidades novas empreendidas por companhias imobiliárias e os processos de inscrição dos “loteamentos” nos Cartórios de Registro de Imóveis das antigas comarcas em que foram depositados. Depois de alguns milhares de quilômetros rodados, adentrando-se no território e observando *in situ* tais núcleos, as ponderações estampadas neste trabalho refletem com maior segurança as impressões inicialmente suscitadas.

Esta pesquisa procurou esquadrihar parte do universo urbano dinamizado pela fronteira do café no norte do Paraná. A premissa que a instigou apoiou-se na assunção do imprescindível entendimento das especificidades de um momento histórico para se compreender certos aspectos da forma urbana das cidades que produz. De fato, ao considerar o fenômeno que impulsionou o surgimento da densa rede urbana no norte do Paraná, as primeiras reflexões que motivaram este empreendimento intelectual mostraram-se pertinentes. Nesse sentido, ao examinar o avanço da fronteira e as particularidades de sua investigação em outros contextos, a compreensão do objeto de estudo em questão fundamentou-se mais viva. Contudo, a aproximação testada não deve ser sentenciada como uma tentativa de análise comparativa entre territorialidades e momentos históricos diversos; procurou-se, ao contrário, refletir a partir de outras realizações para arquitetar uma abordagem mais sólida e, ainda assim, inédita, para este contexto. Portanto, as hipóteses equacionadas puderam ser testadas e sustentadas pela pesquisa.

Ao se observar a dinâmica da fronteira do café no norte do Paraná através de um de seus componentes essenciais – as cidades –, procurou-se resgatar um aspecto que se julgava não suficientemente respondido. A historiografia concernente voltava-se à imensidão rural e descuidava-se da importância dos pequenos pontos nascentes no meio da floresta. Contudo, um dos objetivos deste trabalho foi inverter o foco da análise sem desconsiderar o movimento maior; ou seja, perseguir a relação entre a cidade e o campo e entender a formação do território pelo avanço da urbanização.

Desse modo, ao resgatar a perspectiva “tradicional” procurou-se demonstrar que a ação direta do governo estadual e, sobretudo, a iniciativa de organizações privadas promoveram um cenário em que a cultura agrícola confirmou-se em paralelo com o negócio de terras. Na conjuntura mais favorável, a partir de meados da década de 1940, a fundação de cidades promovida por ambas as instâncias estabeleceu uma rede urbana de similar densidade que a porção paulista, mas com singulares propriedades. Em razão dessa gênese e de sua intensidade espacial e temporal, apresenta-se como fenômeno ímpar na configuração da rede urbana brasileira. Representaria,

assim, um dos grandes exemplos da alteração de sentido dos procedimentos para a criação de cidades que já se manifestava no Brasil há algum tempo e em outras circunscrições. Poder-se-ia arriscar que, no norte do Paraná, a realização laica se consolida como propósito criador em definitivo.

Em razão do específico olhar de arquiteto e urbanista, entretanto, particular patamar de escrutínio constituía-se no desassossego maior. Assim, atentando-se para as características desse fenômeno criador de cidades, procurou-se revelar as propriedades morfológicas dos planos idealizados. Discordava-se das proposições até então construídas, pois, no mínimo, refletiam um problema de recorte, quer seja, não admitiam a magnitude do fenômeno no território em questão; distorciam, por generalizações, o assentado nesta dinâmica. Para a apreciação desse conjunto urbano, emprestou-se de uma das “escolas” da morfologia urbana o método de análise empregado. Não por menos, demonstrou-se que tal procedimento já estava sendo testado para o estudo de outras cidades de fronteira do continente americano. Neste intercâmbio de abordagens, as disciplinas adotadas se complementaram, ensejando um olhar renovado sobre a realidade instituída.

A análise da forma urbana dessas concepções estabeleceu-se em dois níveis: um mais geral, voltado na apreensão das nuances dos planos como um todo e da sua relação com o contexto; outro mais específico, intentando examinar os elementos primários da forma urbana. Divisão necessária para garantir uma pormenorizada avaliação que avançasse para além das leituras elaboradas, pois, comumente, investigações morfológicas tendem a se concentrar na apreensão do traçado viário.

Ao final, observou-se que a regularidade – em diversos estratos – configurou-se como a característica geral mais marcante. Denotava, nesse sentido, muito menos um interesse de pretensões

estéticas do que uma motivação de ordem comercial. Revela-se um “modelo utilitário” que aspira ao sucesso lucrativo e que cumpre integralmente a finalidade proposta. Igualmente, na magnitude de alguns planos, a especulação imobiliária revelaria sua face mais dramática.

No entanto, certos cuidados com a escolha do sítio e com o uso da topografia para implantar os principais elementos do plano, a atenção dedicada aos logradouros públicos, a aplicação da geometria como inspiração compositiva, dentre outros evidenciados, singularizá-los-ia na totalidade da rede urbana nacional. Assim, quaisquer alegações condenatórias ou eventuais conexões com teorias e conceitos urbanísticos não funcionam como base explanatória geral. Por conseguinte, da descrição elaborada, uma nova interpretação se descerrou para as cidades novas da fronteira do café no norte do Paraná.

Obviamente, não se descarta a possibilidade da penetração e reprodução de teorias e “modelos” urbanísticos estrangeiros à fronteira. De fato, tais evidências já foram amplamente registradas nos raros casos. A circulação de idéias, entretanto, mereceria uma profunda investigação detida em aspectos que não foram objeto de análise nesse trabalho, a começar pela formação e pelas intenções dos profissionais responsáveis. Acredita-se, entretanto, que se tais impregnações existirem, quaisquer conjecturas nessa direção não seriam comprovadas para o conjunto total. Privilegiou-se, então, a aferição da realidade proposta, eventualmente concretizada.

Por fim, algumas idéias sobre as potenciais aplicações deste estudo. Para além das evidentes que um trabalho na seara da história urbana pode proporcionar, os resultados desta pesquisa poderiam contribuir para outros dois domínios: na prática, poderiam subsidiar medidas patrimoniais que salvaguardassem determinados aspectos originais idealizados nos planos urbanísticos executados a fim de

## CONCLUSÃO

preservar o momento fundador desse período histórico; ou seja, resguardar o “fato urbano” que se experimenta pela permanência do traçado e de outros elementos morfológicos. Conseqüentemente, conjectura-se o emprego das considerações elaboradas para essa totalidade como um rico suporte em proveito do processo de planejamento urbano e regional, fato que talvez pudesse impedir a descaracterização em avanço, comumente provocada pelo aproveitamento adulterado dos espaços públicos livres. As possibilidades socioeconômicas correlatas, por exemplo, através do incentivo a um tipo de “turismo urbano”, reverberariam em novas perspectivas para esta região do Estado. Paralelamente, constituem-se como uma colaboração para o resguardo documental de parte de um acervo histórico atualmente menosprezado e em perigo de destruição completa.

No ensino, poderiam auxiliar na compreensão das complexidades e potencialidades espaciais inerentes ao desenho urbano, sobretudo às disciplinas que versam sobre propostas de parcelamento. Neste aspecto, estas concepções constituem-se em valiosos exemplos em âmbito nacional, para além dos corriqueiros internacionais fartamente encontrados nas publicações existentes. Localmente, estas linhas poderiam guiar procedimentos pedagógicos para o contato presencial dos discentes com experiências concretas, importante aspecto do aprendizado, geralmente negligenciado. Ademais, em razão de sua perspectiva histórica, a sondagem elaborada poderia se constituir em potencial abordagem metodológica e/ou correlato específico para simulações comparativas em outras áreas de fronteira pelo mundo.

Abordar toda essa totalidade era imperativo desde o início da pesquisa. Embora nem todos os núcleos fundados por companhias imobiliárias tenham sido considerados, a metodologia empregada permitiu selecionar um conjunto representativo para a abordagem

proposta. Portanto, o estudo das cidades nascidas sob o ímpeto da fronteira no norte do Paraná não se encerra com este trabalho. Os pontos sugeridos ao longo do texto, dentre tantos outros possíveis, descortinam instigantes diligências: investigar os personagens, eminentemente os engenheiros civis, que contribuíram para dar forma ao ímpeto urbanizador da fronteira; pesquisar as cidades fundadas pelas outras iniciativas; inquirir sobre as discordâncias entre o concebido e o assentado; aprofundar no esclarecimento da história urbana particular de cada patrimônio, etc. Certamente, outros estudos, outras aproximações, outras perspectivas poderão complementar esta incipiente etapa, eventualmente corrigi-la e certamente melhorá-la.



*refêrencias  
bibliográficas*

ABBOTT, C. **Boosters and Businessmen**. Popular Economic Thought and Urban Growth in the Antebellum Middle West. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1981.

AB'SÁBER, A. N. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estudos Avançados**: São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez., 1994, p. 221 - 232.

\_\_\_\_\_. Reinhard Maack (1892 - 1969) e as geociências no Paraná. In: MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 29 - 40.

ADUM, S. M. S. L. **Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina - 1930/1960**. São Carlos, SP, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP.

ALANEN, A. R. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning, by John W. Repts. In: **Bulletin of the Association for Preservation Technology**, v. 12, n. 3, 1980, p. 148-149. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0044-9466%281980%2912%3A3%3C148%3A%3COTAWA%3E2.O.CO%3B2-L>>. Acesso em: 05 nov. 2007.

ALMEIDA, R. S. e ABRANTES, V. L. C. O pensamento científico dos pioneiros do IBGE. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (Ed.) **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**: 3º encontro. Campinas: AFHIC, 2004, p. 416 - 420.

ALMEIDA, R. S. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (Ed.) **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**: 3º encontro. Campinas: AFHIC, 2004, p. 410 - 415.

ANDRADE, C. R. M. Ressonâncias do tipo cidade-jardim no urbanismo de cidades novas no Brasil. In: VII SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2000, **Anais...** Salvador, 2000.

APPLETON, J. Obituary: M. R. Conzen. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v. 25, n. 4, 2000, p. 521 - 522.

AZEVEDO, A. Embriões de cidades brasileiras. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 25, mar. 1957.

BACHA, E. L. Política Brasileira do Café - uma avaliação centenária, In: MARCELLINO M. & E. J. Exportadores Ltda. **150 Anos de Café**. São Paulo: Salamandra Consultoria Editorial S.A., 1992.

BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B. e WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

\_\_\_\_\_. Nota prévia ao Estudo da Ocupação de Terras no Estado do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, 1968.

BARNABÉ, M. F. **A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná**. São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos - USP.

BARNHART, J. D. Review of The Urban Frontier: The Rise of Western Cities, 1790-1830, by Richard C. Wade. **The American Historical Review**, v. 65, n. 3, abr. 1960, p. 625.

BARTH, G. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning by John W. Repts. **The Western Historical Quarterly**, v. 11, n. 3, jul. 1980, p. 335 - 336.

BARTHELMESS, A. **Estado do Paraná: aspectos geo-econômicos**. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. VII, fasc. 3 - 4, jul./dez. 1957, p. 31 - 44.

BECKER, B. K. Fronteira e Urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 47 (3/4), jul./dez. 1985, p. 357 - 371.

BERNARDES, L. M. C. O problema das "frentes pioneiras" no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 3, jul./set. 1953, p. 335 - 383.

BERNARDES, N. Expansão do povoamento no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XIV, v. 14, n. 4, out./dez. 1952, p. 427 - 453.

\_\_\_\_\_. Vultos da Geografia do Brasil: Leo Waibel. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XIV, v. 14, n. 2, abr./jun. 1952, p. 75 - 76.

BILLINGTON, R. A. Review of "The Urban Frontier: The Rise of the Western Cities, 1790-1830", by Richard C. Wade. **The William and Mary Quarterly**, 3. Ser., v. 17, n. 1, jan. 1960, p. 119 - 120.

\_\_\_\_\_. Why Some Historians Rarely Write History: A Case Study of Frederick Jackson Turner. **The Mississippi Valley Historical Review**, v. 50, n. 1, jun. 1963, p. 3 - 27.

\_\_\_\_\_. The American Frontier Thesis: Attack and Defense. Washington: AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION, 1971.

\_\_\_\_\_. Frederick Jackson Turner: The Image and the Man. **The Western Historical Quarterly**, Utah State University, v. 3, n. 2, abr. 1972, p. 137 - 152.

BOGUE, A. G. **An Agricultural Empire**. In: THE OXFORD HISTORY OF AMERICA HISTORY. New York: Oxford University Press, 1994, p. 275 - 314.

BONFATO, A. C. Jorge de Macedo Vieira - O Orgânico e o Geométrico na Prática Urbana (1920 - 1960). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ANPUR, v. 5, n. 2, nov. 2003, p. 75 - 93.

\_\_\_\_\_. Frederick Jackson Turner Reconsidered. **The History Teacher**, v. 27, n. 2, fev. 1994, p. 195 - 221. Disponível em <<http://links.jstor.org/sici?sici=0018-2745%28199402%2927%3A2%3C195%3AFJTR%3E2.O.CO%3B2-M>>. Acesso em: 04 out. 2007.

BOWMAN, I. The Pioneer Fringe. **American Geographical Society**, Special Publication n. 13, New York: Edited by G. M. Wringley, 1931.

BRAGUETO, C. R. e CARVALHO, M. S. Breves Considerações sobre as divisões regionais do Estado do Paraná. Geografia. **Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina**, v. 6, 1990/1991, p. 67 - 100.

BRASIL. Decreto-Lei 58, de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. **Diário Oficial da União**, 13 de dezembro de 1937 e retificado em 17 de dezembro de 1937. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1937-1946/Dei058.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1937-1946/Dei058.htm)>. Acesso em: jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto 3.079, de 15 de setembro de 1938. Regulamenta o Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. **CLBR**, 31 de dezembro de 1938. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100561](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100561)>. Acesso em: jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei 6.766, de 10 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, DF. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm)>. Acesso em: jul. 2008.

BRAY, S. C. O pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig - análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40. **Revista Geografia**, São Paulo, 2, 1983, p. 83 - 90.

BREPOHL, M. D. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional. História: questões e debates. **Revista da Associação Paranaense de História**, ano 2, n. 2, 1981, p. 15 -22.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CAMBIAGHI, S. M. O povoamento do norte do Paraná. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Anais...** v. VI, tomo I, 1951/1952, p. 81 - 90.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense: 1900 - 1970 - Estudo de conjunturas**. São Paulo, 1977. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CARDOSO, J. A. e WESTPHALEN, C. M. **Atlas Histórico do Paraná**. 2. ed. rev. amp. Curitiba: Chain, 1986.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARELESS, J. M. S. Frontierism, Metropolitanism, and the Canadian History. **The Canadian Historical Review**. University of Toronto Press, v. XXXV, n. 1, mar. 1954, p. 1 - 21.
- CARVALHO, L. D. M. de. **O Posicionamento e o Traçado de Algumas Cidades Implantadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e Sucessora, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. Maringá, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UEM.
- CASSAGO, A. P. **Cidades de fronteira: Londrina, Maringá e o norte do Paraná**. São Carlos, 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos - USP.
- CESÁRIO, A. C. Norte Novo - A expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico; In: PAZ, F. M. (org.). **Cenários de Economia e Política - Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.
- COLOGNESE, S. A., GREGORY, V. e SCHALLENBERGER, E. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel: Edunioeste, 1999.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977.
- CONFEA. Resolução no 002, de 23 de abril de 1934. Aprova a organização dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura. **Diário Oficial**, 26 de junho de 1934. Rio de Janeiro. Disponível em: <normativos.confes.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=51&idTipoEmenta=5&Numero>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- \_\_\_\_\_. Resolução no 169, de 29 de agosto de 1968. Dá organização definitiva ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 14ª Região (Estado de Mato Grosso e Território de Rondônia). **Diário Oficial** 29 de agosto de 1968. Rio de Janeiro. Disponível em: <normativos.confes.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=217&idTiposEmentas=5&Numero=169&AnoIni=&AnoFim=&PalavraChave=&buscarem=conteudo>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- CONZEN, M. P. Town-plan analysis in as American setting: cadastral processes in Boston and Omaha, 1630 - 1930. In: SLATER, T. R. (Ed.). **The built form of western cities**. Essays for M. R. G. Conzen on the occasion of his eightieth birthday. Leicester University Press, 1990, p. 142 - 170.
- \_\_\_\_\_. The study of urban form in the United States. **Urban Morphology**, v. 5, n. 1, 2001, p. 3 - 14.
- \_\_\_\_\_. The non-Pennsylvania town: diffusion of urban plan forms in the American West. **Geographical Review**, v. 96, n. 2, abr. 2006, p. 183 - 211.
- CONZEN, M. R. G. Alnwick, Northumberland: A Study in Town-Plan Analysis. **Institute of British Geographers Publication**, n. 27. London: George Philip & Son, 1960.
- \_\_\_\_\_. The Use of Town Plans in the Study of Urban History. In: DYOS, H. J. (Ed.). **The Study of Urban History**. New York: St. Martin's Press, 1968, p. 113 - 130.
- CORDOVIL, F. C. S. O Projeto Urbano como propaganda: a construção da imagem da cidade de Maringá. In: MACEDO, O. L. C., CORDOVIL, F. C. S. e REGO, R. L. (org.). **Pensar Maringá: 60 anos do Plano**. Maringá: Massoni, 2007.
- COSTA, O. R. G. Reinhard Maack e o espaço ecológico do Estado do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XLVI, 1989, p. 57 - 71.
- CRONON, W. Revisiting the Vanishing Frontier: The Legacy of Frederick Jackson Turner. **The Western Historical Quarterly**, Utah State University, v. 18, n. 2, abr. 1987, p. 157-176.
- \_\_\_\_\_. **Nature's Metropolis: Chicago and the Great West**. New York: W. W. Norton & Company, 1991.
- DARIN, M. The study of urban form in France. **Urban Morphology**, v. 2, n. 2, 1998, p. 63 - 76.
- DA SILVA, A. A. D. Monbeig, paisagem e geografia. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 01, n. 2, 2002, p. 71 - 78.
- DEFFONTAINES, P. Como se Constituiu no Brasil a Rêde de Cidades. **Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14 - 15, 1944.
- DEMANGEON, A. Notes et Comptes Rendus: Pionniers et fronts de colonisation. **Annales de Géographie**, v. 41, n. 234, 1932.
- DE PAULA, Z. C. A relação Antagonista entre Homem e Natureza no processo de Colonização / (re)ocupação no Norte Paranaense. In: ARRUDA, G. **Natureza, Fronteiras e Territórios**. Londrina: Eduel, 2005.
- EL-KHATIB, F. **História do Paraná**, 2. ed. v. 4, Curitiba: GRAFIPAR, 1969.
- ESCAMILLA, F. El significado del termino frontera. **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 140, mar. 1999. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/bw-4.htm>. Acesso em: 13 maio 2007.
- \_\_\_\_\_. Las fronteras conceptuales de un debate: el significado en norteamérica del término "frontier". **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 164, jul. 1999. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/b3w-164.htm>. Acesso em: 13 maio 2007.
- ESPERDY, G. Defying the grid: a retroactive manifesto for the culture of decongestion. **Perspecta** 30, 1999, p. 10 - 33.
- FAISSOL, S. O que é Colonização? **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4, out./ dez. 1955, p. 363 - 367.
- FARAGHER, J. M. **Rereading Frederick Jackson Turner: "The Significance of the Frontier in America History" and other essays**. New York, NY: H. Holt, 1994.
- FERREIRA, J. V. C. **Cidades Brasileiras: origem e significado de seus nomes - Paraná**. Maringá: Memória do Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Nacional: Publifolha, 2000.
- GALANTAY, E. Y. **Nuevas ciudades. De la Antigüedad a nuestros días**. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.
- GAUTHIEZ, B. The history of urban morphology. **Urban Morphology**, v. 8, n. 2, 2004, p. 71 - 89.
- GHIRARDELLO, N. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GLAAB, C. N. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning by John W. Reps. **The Journal of American History**, v. 67, n. 2, set. 1980, p. 380 - 381.
- GOLANY, G. New Towns: An International Overview. In: TAYLOR, L. (Ed.). **Cities: The forces that shape them**. New York: Rizzoli, 1982.
- GONÇALVES, J. H. R. Em torno de uma releitura liberal do mitema bandeirante: Pierre Monbeig e as frentes pioneiras nos anos 30 e 40. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 1, verão de 1998. Disponível em: <www.rhr.uepg.br/v3n1/rollo.htm>. Acesso em: 13 jun. 2007.
- \_\_\_\_\_. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná - 1930/1970. In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.
- GRANT, J. The dark side of the grid: power and urban design. **Planning Perspectives**, v. 16, n. 3, 2001, p. 219 - 241.
- GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil. IBGE, **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano III, n. 2, abr./jun. 1941, p. 318 - 373.
- GUIMARÃES, R. B. Health regions and geographic scales. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, jul./ago. 2005, p. 1017 - 1025. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-311X2005000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2007.

HAMER, D. **New Towns in the new World: Images and Perceptions of the Nineteenth-century Urban Frontier.** New York: Columbia University, 1990.

HARACENKO, A. A. S. **Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense.** Maringá: Massoni, 2002.

HAY, J. E. **Conflict and Convivência.** A German- Brazilian Frontier Town in Eastern Paraguay, 1984. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-americanos) - Graduate School of the University of Kansas.

HEINEBERG, H. German geographical urban morphology in an international and interdisciplinary framework. **Urban Morphology**, v. 11, n. 1, 2007, p. 5 - 24.

HEVILLA, M. C. El Estúdio de la frontera en América. Una aproximación bibliográfica. **Biblio 3W.** Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 125, nov. 1998. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/b3w-125.htm>. Acesso em: 13 maio 2007.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e Fronteiras.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLMES, H. D. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning, by John W. Reps. **The Journal of Southern History**, v. 46, n. 4, nov. 1980, p. 635-637. Disponível em: <links.jstor.org/sici?sici=0022-4642%28198011%2946%3A4%3C635%3 ACOTAWA%3E2.0.CO%3B2-Z>. Acesso em: 05 nov. 2007.

HURTT, S. The American Continental Grid: Form and Meaning. **Threshold Journal of the School of Architecture**, University of Illinois at Chicago, v. 2, 1983, p. 32 - 40.

IBGE. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - VOLUMES XXVIII, XXIX e XXX. Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ - VOLUME XXV. Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - XII VOLUME. Rio de Janeiro, 1964.

IBGE, DGC, DEGEO. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**, v. I. Rio de Janeiro, 1990.

JAKLE, J. A. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning, by John W. Reps. **The Journal of the Society of Architectural Historians**, v. 40, n. 2, maio, 1981, p. 171-172. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0037-9808%28198105%2940%3A2%3 C171%3ACOTAWA%3E2.0.CO%3B2-%23>. Acesso em: 05 nov. 2007.

JOHNSON, H. B. Towards a national landscape. In: CONZEN: M. P. **The Making of the American Landscape.** Boston: Unwin Hyman, 1990, p. 127 - 145.

\_\_\_\_\_. James Fenimore Cooper e a Conquista do Oeste nos Estados Unidos na primeira metade do século XIX. **Diálogos**, v. 7, 2003, p. 11-24.

KOSTOF, S. **The City Shaped - Urban Patterns and Meanings Through History.** New York, Bulfinch Press, 1991.

LARKHAM, P. J. Misusing 'morphology'? **Urban Morphology**, v. 6, n. 1, 2002, p. 95 - 97.

LARKHAM, P. J. & JONES, A. N. **A Glossary of urban form.** Birmingham, England: Urban Morphology Research Group, School of Geography, University of Birmingham, 1991.

LARSEN, L. H. **The Urban West at the End of the Frontier.** Lawrence: The Regents Press of Kansas, 1978.

\_\_\_\_\_. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning, by John W. Reps. In: **The American Historical Review**, v. 85, n. 3, jun. 1980, p. 713 - 714.

LEITE, J. F. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FFCL, 1972.

LEPETIT, B. Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade. In: SALGUEIRO, H. A. (org.) **Por Uma Nova História Urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 31 - 43.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 6. reimp. 1996.

LIMERICK, P. N. **The Legacy of Conquest: The Unbroken Past of the American West.** New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1987.

\_\_\_\_\_. What on Earth Is the New Western History? In: LIMERICK, P. N., MILNER II, C. A. e RANKIN, C. E. **Trails: Toward a New Western History.** Lawrence, Kan: University Press of Kansas, 1991. p. 81 - 88.

LOBATO, M. **Cidade Mortas.** 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LOPES, A. Y. D. P. **Pioneiros do capital. A colonização do Norte Novo do Paraná.** São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LOPES, M. A. **Espaços da Memória.** Fronteiras. Edição Comemorativa dos 10 anos do CEPEDAL. Cascavel: Edunioeste, 2000.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá.** São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Maringá: a fase da implantação. In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional.** Maringá: EDUEM, 1999.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná.** 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACDONALD, N. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning, by John W. Reps. **The Pacific Historical Review**, v. 49, n. 4, nov. 1980, p. 663 - 664. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=00308684%28198011%2949%3 A4%3C663%3ACOTAWA%3E2.0.CO%3B2-4>. Acesso em: 05 nov. 2007.

MACHADO, L. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 54 (2), abr./jun. 1992, p. 27 - 55.

MAGNANI, J. G. C. As cidades de Tristes trópicos. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 42, n. 1 e 2, 1999.

MAGNANINI, R. L. C. Condições climáticas das regiões cafeeiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 3, jul./set. 1956, p. 422 - 438.

MARCUSE, P. The grid as city plan: New York City and laissez-faire planning in the nineteenth century. **Planning Perspectives**, v. 2, n. 3, 1987, p. 287 - 310.

MARSHALL, H. W. A Good Gridiron: The Vernacular Design of a West Cow Town. **Perspectives in Vernacular Architecture.** v. 2, 1986, p. 81 - 88.

MARTIN, G. **The Life and Thought of Isaiah Bowman.** Hamden, Conn.: Archon Books, 1980.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo - Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, maio 1996, p. 25 - 70.

MARX, M. **Cidade Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. **Nosso chão: do sagrado ao profano.** São Paulo: EDUSP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: EDUSP: Nobel, 1991.

MATOS, O. N. de. **Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** São Paulo: Fontes, 1974.

MESQUITA, O. V. e SILVA, S. T. Regiões Agrícolas do Estado do Paraná: uma definição estatística. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, jan./mar. 1970, p. 3 - 42.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MILNER II, C. A. **A Reconquered Frontier**. Reviews in American History, The Johns Hopkins University Press, v. 17, n. 1, mar. 1989, p. 90 - 94.
- MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. **Boletim Geográfico**: São Paulo, ano III, n. 25, 1945.
- \_\_\_\_\_. As Estruturas Agrárias da Faixa Pioneira Paulista. **Boletim Geográfico**: São Paulo, ano XI, n. 116, set./out. 1953.
- \_\_\_\_\_. **Novos Estudos da Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- MOOG, V. **Bandeirantes e Pioneiros**: paralelo entre duas culturas. 11. ed. Porto Alegre: Globo, 1974.
- MOUDON, A. V. Getting to Know the Built Landscape: Typomorphology. In: FRANK, K. A. & SCHNEECKLOTH (Ed.). **Ordering Space**: Types in Architecture and Design, 1994.
- \_\_\_\_\_. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. **Urban Morphology**, n. 1, 1997, p. 3 - 10.
- \_\_\_\_\_. Thinking about micro and macro urban morphology. **Urban Morphology**, v. 6, n. 1, 2002, p. 37 - 39.
- MULLER, E. K. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning, by John W. Repts. **Geographical Review**, v. 71, n. 4, out. 1981, p. 475 - 477. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=00167428%28198110%2971%3A4%3C475%3ACOTAWA%3E2.0.CO%3B2-3>>. Acesso em: 05 nov. 2007.
- MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**: São Paulo, n. 22, mar. 1956, p. 53 - 98.
- MUNFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NAKAGAWARA, Y. Questões agrárias e urbanas. Independência e subordinação, o caso norte-paranaense. **Terra e Cultura**, v. 1, n. 1, jan. 1981, p. 93 - 115.
- NASH, G. D. Global Context of New Western Historian. In: GRESSLEY, G. M. (Ed.). **Old West/New West**: Quo Vadis? Worland, Wyoming: High Plains Publishing Company, Inc., 1994, p. 147 - 162.
- O'CONNOR, C. A. **A Region of Cities**. The Oxford History of America History. New York: Oxford University Press, 1994, p. 535 - 564.
- OPITZ, J. M. Goethe's bone and the beginnings of morphology. **American journal of medical genetics**. Part A, v. 126, n. 1, abr. 2004, p. 1 - 8; Disponível em: <[www3.interscience.wiley.com/Offcampus.lib.washington.edu/cgi-bin/fulltext/107637863/PDFSTART](http://www3.interscience.wiley.com/Offcampus.lib.washington.edu/cgi-bin/fulltext/107637863/PDFSTART)>. Acesso em: 28 jan. 2008.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- PETERSON, C. S. **Speaking for the Past**. The Oxford History of America History. New York: Oxford University Press, 1994, p. 743 - 770.
- PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PINHEIRO MACHADO, B. Esboço de uma sinopse da História Regional do Paraná. **História: Questões & Debates**, v. 8, n. 14/15, jul./dez. 1987, p. 177 - 205.
- POMEROY, E. S. **The Pacific Slope**. A History of California, Oregon, Washington, Idaho, Utah, and Nevada. Lincoln and London: University of Nevada Press: Bison Book, 1991.
- PONCIANO, N. P. O processo civilizador do sul do Mato Grosso - a colônia agrícola nacional de Dourados. **Revista Analecta**, Guarapuava: UNICENTRO, v. 2, n. 1, 2001.
- POTTER, J. Review of the Urban Frontier, by Richard C. Wade. **Population Studies**, v. 14, n. 1, jul. 1960, p. 86 - 87. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0032-4728%28196007%2914%3A1%3C86%3ATUF%3E2.0.CO%3B2-U>>. Acesso em: 24 jul. 2007.
- PRICE, E. T. The Central Courthouse Square in American County Seat. **Geographical Review**, v. 58, n. 1, 1968, p. 29 - 60.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Pierre Monbeig e a pesquisa geográfica no Brasil**: atualidade de sua contribuição. *Ciência e Cultura*, v. 40, n. 12, dez. 1988, p. 1180 - 1185.
- REBORATTI, C. Fronteras agrarias en América Latina. **Geo Critica**. Cuadernos Críticos de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, ano XV, n. 87, maio 1990. Disponível em: <[www.ub.es/geocrit/geo87.htm](http://www.ub.es/geocrit/geo87.htm)>. Acesso em: 13 maio 2007.
- REGO, R. L. O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 6, 2001, p. 1577 - 2001.
- \_\_\_\_\_. Curvas, descompassos, aproximações e distanciamentos. In: MACEDO, O. L. C., CORDOVIL, F. C. S. e REGO, R. L. (org.). **Pensar Maringá**: 60 anos do Plano. Maringá: Massoni, 2007.
- REGO, R. L. et al. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho urbano das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. **Acta Scientiarum Technology**, Maringá, v. 26, n. 2, 2004, p. 141 - 150.
- REGO, R. L. e MENEGUETTI, K. S. A forma urbana das cidades de médio porte e dos patrimônios fundados pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná. **Acta Scientiarum Technology**, Maringá, v. 28, n. 1, 2006, p. 93 - 103.
- \_\_\_\_\_. British urban form in twentieth-century Brazil. **Urban Morphology**, v. 12, n. 1, 2008, p. 25 - 34.
- REIS FILHO, N. G. Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Segunda Parte: Séculos XIX e XX. **Caderno de Pesquisa do LAP 9**. São Paulo: USP: FAU: AUH: LAP, 1995.
- REPS, J. W. **The Making of Urban America**. A History of City Planning in the United States. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. **Cities of the American West**. A History of Frontier Urban Planning. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. **The Forgotten Frontier**. Urban Planning in the American West before 1890. Columbia, University of Missouri Press, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Bird's Eye Views**. Historic Lithographs of North American Cities. New York: Princeton Architectural Press, 1998.
- RONCAYOLO, M. Tempos geográficos e a construção dos espaços na análise de Pierre Monbeig. In: SALGUEIRO, H. A. (org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira**: a dinâmica da transformação. Bauru: Edusc, 2006.
- ROSANELI, A. F. **A Construção da Cidade: uma análise dos resultados da implantação de conjuntos habitacionais para o crescimento urbano nas cidades projetadas no norte do Paraná**. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Cidades-novas do café: resgate histórico da documentação sobre as cidades fundadas por Companhias Imobiliárias na expansão da frente pioneira do café no estado do Paraná. **Relatório de pesquisa científica institucional** Londrina, UNIFIL, 2007.
- \_\_\_\_\_. Os Planos Urbanísticos da CTNP e a questão da "fronteira". In: IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. São Paulo, 2006, **Anais...** São Paulo.
- ROSE-REDWOOD, R. S. Genealogy of the grid: Revisiting Stanislawski's search for the origin of the grid-pattern town. **Geographical Review**, v. 98, n. 1, 2008, p. 42 - 58.
- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SALGUEIRO, H. A. (org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira**: a dinâmica da transformação. Bauru: Edusc, 2006.
- SAMUELS, I. Conzen's last bolt: reflections on Thinking about urban form. **Urban Morphology**, v. 9, n. 2, 2005, p. 136 - 144.
- SCHMIEDELER, T. Transitions in the forms of Midwestern county seats on the American frontier. **Urban Morphology**, v. 11, n. 2, 2007, p. 126 - 141.

SENNETT, R. American cities: the grid plan and the protestant ethic. **International Social Science Journal**, n. 125, 1990, p. 269 - 285.

SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná. **Boletim de Geografia**, Departamento de Geografia, UEM, ano 10, n. 1, dez. 1992, p. 61 - 95.

SIKSNA, A. **A Comparative Study of Block Size and Form (in selected new towns in the history of western civilization and in selected North American and Australian city centers)**. 1990. Tese (Doutorado), Department of Geographical Sciences (Geography, Planning, Surveying) The University of Queensland, Australia.

\_\_\_\_\_. The effects of block size and form in North American and Australian city centers. **Urban Morphology**, n. 1, 1997, p. 19 - 33.

\_\_\_\_\_. The study of urban form in Australia. **Urban Morphology**, v. 10, n. 2, 2006, p. 89 - 100.

SLATER, T. R. Starting again: recollections of na urban morphologist. In: SLATER, T. R. (Ed.). **The built form of western cities**. Essays for M. R. G. Conzen on the occasion of his eightieth birthday. Leicester University Press, 1990, p. 23 - 35.

\_\_\_\_\_. Urban Morphology in 1990: developments in international co-operation. In: SLATER, T. R. (Ed.). **The built form of western cities**. Essays for M. R. G. Conzen on the occasion of his eightieth birthday. Leicester University Press, 1990, p. 3 - 22.

SILVA, R. C. M. da. **New towns and regional development in the northwestern frontier of the state of São Paulo, 1890-1950**. Ithaca, New York, 1988. Tese (PhD). Cornell University.

\_\_\_\_\_. O urbanismo das novas-cidades da fronteira paulista, 1890-1950. In: MACHADO, D.B. P., PEREIRA, M. S. e SILVA, R. C. M. da (org.). **Urbanismo em questão**. Rio de Janeiro: PROURB, 2003, p. 147 - 171.

SIQUEIRA, A. M. S. et al. **Projeto - Criação - Colonização - Política - Emancipação de Planaltina do Paraná**. Maringá, 2003. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) Universidade Estadual de Maringá.

SMITH, H. N. **Virgin Land: the American West as Symbol and Myth**. New York: Vintage Books, 1957.

SMITH, M. E. Form and Meaning in the Earliest Cities: a New Approach to Ancient Urban Planning. **Journal of Planning History**, v. 6, n. 1, 2007, p. 3 - 47.

STECA, L. C e FLORES, M. D. **História do Paraná do século XVI à década de 1950**. Londrina: Editora UEL, 2002.

STEINKE, R. Z. **Ruas curvas e ruas retas na história das cidades, três projetos do Eng. Jorge de Macedo Vieira**. São Carlos, 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos - USP.

STILL, B. Review of The Urban Frontier: The Rise of Western Cities 1790 - 1830, by Richard C. Wade. **The Journal of Economic History**, v. 20, n. 3, set. 1960, p. 504 - 505. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0022-0507%28196009%2920%3A3%3C504%3ATUFTR0%3E2%3C0%3B2-H>>. Acesso em: 24 jul. 2007.

STINE, J. K. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning, by John W. Repts. **Technology and Culture**, v. 22, n. 1, jan. 1981, p. 178 - 180. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0040-165X%28198101%2922%3A1%3C178%3ACO%3E2%3C0%3B2-F>>. Acesso em: 05 nov. 2007.

SZMRECSÁNYI, M. I. Q. F. de. O modelo das Cidades-jardins no norte do novo Paraná. **PÓS - Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo: FAU, v. 1, n. 8, 2000.

TAIT, T. F. C. As excluídas da história: o olhar feminino sobre a formação de Maringá. In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

TOMAZI, N. D. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis, SP, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis.

\_\_\_\_\_. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.

TURNER, F. J. **The Frontier in American History**. Foreword by Ray Allen Billington. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1967.

UNWIN, R. **La practica del urbanismo: una introduccion al arte de proyectar ciudades y barrios**. Prólogo de Manuel de Solà-Morales i Rubió. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

VALVERDE, O. Contribuição de Leo Waibel à Geografia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: v. 30, n. 1, jan./mar. 1968, p. 74 - 83.

VANCE, J. E. Review of Cities of the American West: A History of Frontier Urban Planning, by John W. Repts. In: ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS, v. 70, n. 4, dez. 1980, **Anais...** p. 609 - 611. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0004-5608%28198012%2970%3A4%3C%3E609%3ACOTAWA%3E2%3C0%3B2-X>>. Acesso em: 05 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. The Continuing City. **Urban Morphology in Western Civilization**. Baltimore, MD: The John Hopkins University Press, 1990.

VANGELISTA, C. "Sua vocação estaria no caminho" - espaço, território e fronteira. In: PESAVENTO, S. J. (org.). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

YAMAKI, H. Cidades novas norte paranaenses: Citações e Referências nos Planos Urbanísticos e Praças, 1930~1960. In: VII SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2000, Salvador, **Anais...** 2000.

\_\_\_\_\_. **Iconografia Londrinense**. Londrina: Edições Humanidades, 2003.

\_\_\_\_\_. **Labirinto da memória: paisagens de Londrina**. Londrina: Edições Humanidades, 2006.

WACHOWICZ, R. C. As frentes pioneiras. **Idéias em debate**, Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, SECE, n. 5, 1986, p. 138 - 156.

\_\_\_\_\_. **Norte velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. 7. ed. Curitiba: Vicentina, 1995.

WADE, R. C. **The Urban Frontier**. The Rise of Western Cities, 1790 - 1830. Introduction by Zane L. Miller. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2002.

WAIBEL, L. H. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 2, abr./jun. 1949, p. 159 - 222.

\_\_\_\_\_. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4, out./dez. 1955, p. 389 - 417.

WEGNER, R. **A Conquista do Oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WHITE, R. Frederick Jackson Turner. In: WUNDER, J. R. (Ed.). **Historians of the American Frontier: a Bio-Bibliographical Sourcebook**. New York: Greenwood Press, 1988.

WHITEHAND, J. W. R. Recent Advances in Urban Morphology. **Urban Studies**, v. 29, n. 3/4, 1992, p. 619 - 636.

\_\_\_\_\_. British urban morphology: the Conzenian tradition. **Urban Morphology**, v. 5, n. 2, 2001, p. 103 - 109.

\_\_\_\_\_. Obituary: M. R. Conzen, 1907 - 2000. **Journal of Historical Geography**, v. 27, n. 1, 2001, p. 93 - 97.

WORSTER, D. et al. "The Legacy of Conquest", by Patricia Nelson Limerick: A Panel of Appraisal. **The Western Historical Quarterly**, Utah State University, v. 20, n. 3, ago. 1989, p. 303 - 322.

ZANI, A. C. **Arquitetura em Madeira**. Londrina: Eduel; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZELINSKY, W. The Pennsylvania Town: An Overdue Geographical Account. **Geographical Review**, v. 67, n. 2, 1977, p. 127 - 147.

ZUSMAN, C. B. P. Representaciones, imaginarios y conceptos en torno a la producción material de las fronteras. Reflexiones a partir del debate Hevilla-Escamilla. **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 149, mar. 1999. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/b3w-149.htm>. Acesso em: 13 maio 2007.

\_\_\_\_\_. Nuevas e viejas fronteras ¿nuevos e viejos encuentros y desencuentros? **Scripta Nova**. Revista Eletrónica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, v. 50, n. 69, ago. 2000. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn-69-50.htm>. Acesso em: 13 maio 2007.

## ENTREVISTAS

Aristóteles Coelho ROSA. Entrevista concedida ao autor. Xambrê, 12 set. 2008.

Wladimir BABKOV. Entrevista concedida ao NTE/UEL. Maringá, 05 abril 1999.

Cristina Sessak RIBEIRO. Entrevista concedida ao autor. Apucarana, 25 nov. 2008.

Kazutoshi SHIBUYA. Entrevista concedida ao autor. São Paulo, 11 nov. 2008.

Onivaldo Mehl GÓES. Entrevista concedida ao autor. Ivaiporã, 17 set. 2008.

Roberto BRANDÃO. Entrevista concedida ao autor. Curitiba, 28 nov. 2008.

## RELATÓRIOS

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA. Departamento de Terras e Colonização. **Relatório durante os anos de 1938 e 1939**. 26/01/1940.

\_\_\_\_\_. Departamento de Terras e Colonização. **Relatório durante o ano de 1940**. 30/06/1941.

\_\_\_\_\_. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. **Relatório durante o ano de 1941**. 12/01/1942.

SECRETARIA DE ESTADO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. **Relatório 1947**. Setembro de 1948.

## JORNAIS

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, Curitiba. **Estado do Paraná**.

\_\_\_\_\_. **Gazeta do Povo**.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA. UEL, Londrina. **Folha de Londrina**.

\_\_\_\_\_. **Paraná Norte**.

## FILMES

DANCES with Wolves. Direção: Kevin Costner. Produção: Kevin Costner e Jim Wilson. Intérpretes: Kevin Costner e outros. Roteiro: Michael Blake. Música: John Barry. Los Angeles: Orion Home Video, 1991 (1990). 1 DVD (160 min.), widescreen, son., color. Produzido por Orion Pictures. Baseado no conto "The Tin Star" de John W. Cunningham.

HIGH Noon. Direção: Fred Zinnemann. Produção: Carl Foreman e Stanley Kramer. Intérpretes: Gary Cooper, Thomas Mitchell e outros. Roteiro: Carl Foreman. Música: Dimitri Tiomkin e Ned Washington. Santa Monica: Artisan Home Entertainment, 2002 (1952). 1 DVD (84 min.), son., preto e branco. Produzido por Stanley Kramer Productions.

LONE Star. Direção: John Sayles. Produção: Jan Foster, R. Paul Miller e Maggie Renzi. Intérpretes: Chris Cooper, Kris Kristofferson e outros. Roteiro: John Sayles. Música: Mason Daring. Los Angeles: Warner Home Video, 1999 (1997). 1 DVD (134 min.), son., color. Produzido por Warner Bros. Pictures.

THE SEARCHES. Direção: John Ford. Produção: C. V. Whitney, Patrick Ford e Merian C. Cooper. Intérpretes: John Wayne, Jeffrey Hunter, Natalie Wood e outros. Roteiro: Alan Le May e Frank S. Nugent. Música: Max Steiner. Burbank: Warner Home Video, 1997 (1956). 1 DVD (119 min.), son., color. Produzido por C. V. Whitney Pictures e Warner Bros. Pictures

UNFORGIVEN. Direção: Clint Eastwood. Produção: Clint Eastwood. Intérpretes: Clint Eastwood, Gene Hackman e outros. Roteiro: David Webb Peoples. Música: Lennie Niehaus. Burbank: Warner Home Video, 1993 (1992). 1 DVD (131 min.), son. color. Produzido por Malpaso Productions e Warner Bros. Pictures.

## PROCESSOS DE LOTEAMENTO

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE APUCARANA. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Rio Bom, 01/1945**.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Tamboara, 1946**.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Borrazópolis, 12/12/1949**.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ARAPONGAS. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Ângulo, 31/08/1949**.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ASSIS CHATEAUBRIAND. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Tupãssi, 25/10/1973**.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Barbosa Ferraz, 07/12/1950**.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Guaporema, 22/10/1953**.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Tapejara, 27/05/1951**.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade Cidade Gaúcha, 23/06/1953**.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade Moreira Sales, 20/03/1953**.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade Goioerê, 30/11/1953**.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade Ubiratã, 15/04/1957**.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade Juranda, 26/01/1960**.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CASCAVEL. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade Anahy, 04/11/1958**.

## CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Gleba Rio Verde 2**, 02/06/1960.  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Assaí**, 07/04/1938.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Uraí**, 28/09/1938.  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FOZ DE IGUAÇU. **Processo de Inscrição das plantas das glebas Pindorama, Dourados, Pérola, Safiras, Boa Esperança, São Jorge, São João, Eliza, Altonia, São Vicente, Jaracatiá**, [s.d.]

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade Xambê**, 05/11/1952.  
\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade Cafezal do Sul**, 13/04/1953.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade Maria Helena**, [s.d.].  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE IVAIPORÃ. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Ariranha do Ivaí**, 27/05/1969.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Arapuã**, 31/07/1969.  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANDAGUARI. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Guairaçá**, 22/05/1950.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Alto Paraná**, 14/12/1950.  
\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Paranacity**, 10/02/1950.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Ivatuba**, 04/01/1951.  
\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Querência do Norte**, 14/07/1952.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Itaúna do Sul**, 10/08/1953.  
\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Santa Cruz de Monte Castelo**, 20/05/1952.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Paranapoema**, 18/08/1953.  
\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Planaltina do Paraná**, 05/08/1953.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Porto Rico**, 18/08/1953.  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PEABIRU. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Iporã**, 20/05/1957.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Icaraíma**, 02/05/1957.  
\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Tapira**, 08/04/1958.  
\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Ivaté**, 24/12/1957.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Alvorada do Sul**, 05/07/1944.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Colorado**, 23/06/1948.  
\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Lupionópolis**, 18/01/1949.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TOLEDO. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Terra Roxa**, [s.d.].  
\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Assis Chateaubriand**, 29/01/1963.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE UMUARAMA. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Maria Helena**, 12/05/1964.

\_\_\_\_\_. **Processo de Inscrição do Loteamento da Cidade de Alto Paraíso**, 12/05/1964.

## CARTOGRAFIA

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Mandaguari**, 29/10/1946. Escala 1:10.000.

\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Astorga**, 27/02/1946. Escala 1:10.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Arapongas**, 02/03/1946. Escala 1:20.000.

\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Marialva**, 04/05/1949. Escala 1:20.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Sabaudia**, 02/03/1946. Escala 1:10.000.

\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Jandaya**, 09/06/1952. Escala 1:20.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Caviuna**, 27/06/1946. Escala 1:20.000.

\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Apucarana**, 10/05/1949. Escala 1:20.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Cambé**, 28/02/1946. Escala 1:20.000.

\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Gleba do Patrimonio Londrina**, 07/04/1943. Escala 1:20.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimonio Umuarama**, [s.d.]. Escala 1:20.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimonio Iróí**, [s.d.]. Escala 1:5.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimonio Paisandú**, 19/07/1949. Escala 1:10.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Maringá**, [s.d.]. Escala 1:20.000.

\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Indianópolis**, [s.d.]. Escala 1:10.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Jussara**, [s.d.]. Escala 1:20.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Terra Bôa, Zona Ivaí**, 17/03/1952. Escala 1:20.000.

\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Cruzeiro do Sul**, 01/02/1950. Escala 1:10.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Santo Antonio do Caiuá**, [s.d.]. Escala 1:10.000.

\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Sarandí**, 17/12/1949. Escala 1:20.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Tuneira**, [s.d.]. Escala 1:20.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio São João**, 11/08/1952. Escala 1:10.000.

\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Capelinha**, 20/01/1953. Escala 1:20.000.  
\_\_\_\_\_. **Planta da Gleba do Patrimonio Dr. Camargo**, 02/12/1952. Escala 1:20.000.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PARANAÍ. **Plano Urbanístico da Cidade de Loanda**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Loanda, 13/02/1953. Escala 1:3.000.

\_\_\_\_\_. **Planta da Cidade de Tamboara**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Tamboara, 23/10/1970. Escala 1:5.000.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE LONDRINA. **Planta do Patrimonio São Tomé**, aprovada pela Prefeitura Municipal de São Tomé, 19/07/1984. Escala 1:2.000.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Indianópolis**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Indianópolis, 19/07/1984. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio São Manoel**, aprovado pela Prefeitura Municipal de Indianópolis, 19/07/1984. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Cópia do Plano Urbanístico da Cidade de Cambé**, aprovada pelo Departamento de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Cambé, 18/10/1985. Escala 1:5.000.

\_\_\_\_\_. **Cópia do Plano Urbanístico da Cidade Nova Esperança**, aprovada pelo Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Nova Esperança, [s.d.]. Escala 1:3.000.

\_\_\_\_\_. **Planta da Cidade de Londrina**, aprovada pela Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Londrina, 18/10/1985. Escala 1:5.000.

\_\_\_\_\_. **Planta de Rolândia**, [s.d.]. Escala 1:5.000.

\_\_\_\_\_. **Planta da Cidade de Araçongas**, 13/06/1984. Escala 1:5.000.

\_\_\_\_\_. **Planta de Mandaguari**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Mandaguari, [s.d.]. Escala 1:5.000.

\_\_\_\_\_. **Planta Parcial da Cidade de Apucarana**, 18/04/1985. Escala 1:3.000.

\_\_\_\_\_. **Planta de Itacolomy**, Zona Rio Bom, aprovada pela Prefeitura Municipal, 22/02/1984. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio de Marialva**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Marialva, 24/08/1983. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta de Jandaia do Sul**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, [s.d.]. Escala 1:5.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio de Sabáudia**, aprovada pela Prefeitura Municipal, [s.d.].

\_\_\_\_\_. **Planta de Astorga**, [s.d.]. Escala 1:1.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio de São Jorge do Ivaí**, aprovada pela Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, 10/10/1985. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta Parcial do Patrimônio de Marumbi**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Marumbi, 16/05/1984. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio de Bom Sucesso**, aprovada pelo Serviço de Obras Públicas da Prefeitura de Bom Sucesso, 10/12/1984. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio de Sarandi**, aprovada pela Prefeitura do Município de Sarandi, 30/07/1983. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta Parcial do Patrimônio de Florai**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Florai [s.d.]. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta da Cidade de Flórida**, [s.d.]. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Lobato**, Maringá, 05/08/1950. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Paçandu**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Paçandu, [s.d.]. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Iroí, Cidade de Presidente Castelo Branco**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, 08/06/1983. Escala 1:1.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Uniflor**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Uniflor, 02/12/1969. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta da Cidade de Cianorte**, aprovado pela Prefeitura Municipal de Cianorte, 05/01/1984. Escala 1:5.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Dr. Camargo**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Doutor Camargo, 07/03/1985. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Jussara**, aprovada pela Prefeitura do Município de Jussara, 10/07/1984. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Terrabôa**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Terra Boa, 18/08/1983. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta de São João do Caiuá**, aprovada pela Prefeitura Municipal de São João do Caiuá, 20/08/1983. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio de Santo Antônio do Caiuá**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá, 23/11/1984. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio de Atalaia**, [s.d.]. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Cruzeiro do Sul**, aprovada pela Prefeitura do Município de Cruzeiro do Sul, [s.d.]. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Inajá**, aprovada pela Prefeitura do Município de Inajá, 30/07/1983. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Tuneiras do Oeste**, aprovada pela Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste, 11/07/1984. Escala 1:2.000.

\_\_\_\_\_. **Planta do Patrimônio Japurá**, aprovada pela Prefeitura Municipal, 24/03/1984. Escala 1:1.000.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO. **Planta do Terreno denominado Rio Mourão**, 14/12/1949. Escala 1:25.000.

## FOTOGRAFIAS AÉREAS

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Curitiba, PR). **Projeto Paraná**: foto aérea. Curitiba, 1952 - 1954. Fotos diversas. Escala 1:25.000.

\_\_\_\_\_. **Projeto Paraná**: foto aérea. Curitiba, 1980. Fotos diversas. Escala 1:25.000.

## CONTRATOS SOCIAIS

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. **Ata da 9ª Assembleia Geral Extraordinária da Cia. de Terras Norte do Paraná**. Processo n. 10028. Londrina, 28 de abril de 1941.

\_\_\_\_\_. **Colonizadora Mariluz Ltd. Contrato Social**. Processo n. 30532. Marília, 20 de maio de 1955.

\_\_\_\_\_. **Contrato de Constituição de Sociedade Mercantil**. Imobiliária Paraná Limitada. Processo n. 18546. Londrina, 01 de fevereiro de 1950.

\_\_\_\_\_. **Contrato de Constituição de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada**. Imobiliária Szaferman Ltda. Processo n. 22207. Rolândia, 20 de novembro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Contrato de Organização da firma Sociedade Colonizadora Paraná Ltda**. Curitiba, 4 de abril de 1950.

\_\_\_\_\_. **Contrato Particular de Constituição de Sociedade por Quótas de Responsabilidade Limitada, com denominação de Imobiliária Progresso Ltda**. Processo n. 18989. Apucarana, 12 de janeiro de 1950.

\_\_\_\_\_. **Contrato particular de constituição de sociedade. Brasil - Paraná Loteamentos e Colonização Ltda**. Curitiba, 12 de setembro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Contrato Particular de Sociedade Comercial. Colonizadora Cafesal Limitada**. Processo n. 23703. Londrina, 7 de julho de 1952.

## CIDADES NOVAS DA FRONTEIRA DO CAFÉ

\_\_\_\_\_. **Contrato Social de Responsabilidade Limitada.** Imobiliária Paranaoema Limitada. Processo n. 20331. Londrina, 1 de dezembro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Contrato Social.** Empresa Imobiliária Nova Londrina Limitada. Processo n. 19884. Curitiba, 1 de agosto de 1950.

\_\_\_\_\_. **Contrato Social.** Imobiliária Ypiranga. Londrina, 5 de setembro de 1947.

\_\_\_\_\_. **Contrato Social.** Mazzucco, Pareja & Cia. Ltda. Processo n. 20613. Maringá, 16 de agosto de 1950.

\_\_\_\_\_. **Contrato Social.** Sociedade Imobiliária Terraplanagem Goioerê Limitada. Processo n. 24190. Londrina, 3 de novembro de 1952.

\_\_\_\_\_. **Instrumento Particular de Contrato de Sociedade Comercial Solidária.** José Ebiner & Cia. Processo n. 23459. Apucarana, 23 de junho de 1952.

\_\_\_\_\_. **Quinta Alteração de Contrato Social.** Colonizadora Norte do Paraná Ltda. São Paulo, 15 de junho de 2001.

\_\_\_\_\_. **Sétima Alteração de Contrato Social.** Byington Colonização S/C Ltda. São Paulo, 18 de abril de 2000.

\_\_\_\_\_. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária.** SINOP TERRAS S.A. Cuiabá, 20 de outubro de 1979.

\_\_\_\_\_. **Sociedade por quotas, de responsabilidade limitada.** Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda. Junta Comercial de São Paulo. Processo n. 025396. Tupã, 5 de maio de 1952.

## WEBGRAFIA

### 1. Prefeituras municipais

[www.altonia.pr.gov.br/historico.htm](http://www.altonia.pr.gov.br/historico.htm), acessado em 2006.

[www.anahy.pr.gov.br/](http://www.anahy.pr.gov.br/), acessado em 2006.

[www.arapongas.pr.gov.br/historia.php](http://www.arapongas.pr.gov.br/historia.php), acessado em 2006.

[www.astorga.pr.gov.br/](http://www.astorga.pr.gov.br/), acessado em 2006.

[www.barbosaferraz.pr.gov.br/cidade/historia.php](http://www.barbosaferraz.pr.gov.br/cidade/historia.php), acessado em 2006.

[www.cambe.pr.gov.br/container.php?sessao=conheca\\_historico](http://www.cambe.pr.gov.br/container.php?sessao=conheca_historico), acessado em 2006.

[www.cianorte.pr.gov.br/cianorte.php?tipo=1](http://www.cianorte.pr.gov.br/cianorte.php?tipo=1), acessado em 2006.

[www.doutorcarmargo.pr.gov.br/cidade/historia.php](http://www.doutorcarmargo.pr.gov.br/cidade/historia.php), acessado em 2006.

[www.engenheirobeltrao.pr.gov.br/cidade/historia.php](http://www.engenheirobeltrao.pr.gov.br/cidade/historia.php), acessado em 2006.

[www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/jussara/jussara.htm](http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/jussara/jussara.htm), acessado em 2006.

[www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/riobom/historico/Historico.htm](http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/riobom/historico/Historico.htm), acessado em 2006.

[www.homenett.com.br/~pmaltopr/pagina\\_historia.php](http://www.homenett.com.br/~pmaltopr/pagina_historia.php), acessado em 2006.

[www.homenett.com.br/prefeiturauniflor/historico.html](http://www.homenett.com.br/prefeiturauniflor/historico.html), acessado em 2006.

[www.itambe.pr.gov.br/cidade/historia.php](http://www.itambe.pr.gov.br/cidade/historia.php), acessado em 2006.

[www.japura.pr.gov.br/](http://www.japura.pr.gov.br/), acessado em 2006.

[www.jesuitas.pr.gov.br/cidade/cidade.php?categoria=84](http://www.jesuitas.pr.gov.br/cidade/cidade.php?categoria=84), acessado em 2006.

[www.mandaguari.pr.gov.br/?key=a9acc70a07de9cc84ee8320220678b4e&x=2](http://www.mandaguari.pr.gov.br/?key=a9acc70a07de9cc84ee8320220678b4e&x=2), acessado em 2006.

[www.marialva.pr.gov.br/historia.php](http://www.marialva.pr.gov.br/historia.php), acessado em 2006.

[www.maringa.pr.gov.br/](http://www.maringa.pr.gov.br/), acessado em 2006.

[www.mirador.pr.gov.br/historia/index.html](http://www.mirador.pr.gov.br/historia/index.html), acessado em 2006.

[www.novaolimpia.pr.gov.br/municipio.php](http://www.novaolimpia.pr.gov.br/municipio.php), acessado em 2006.

[www.paicandu.pr.gov.br/cidade/cidade.php?categoria=62](http://www.paicandu.pr.gov.br/cidade/cidade.php?categoria=62), acessado em 2006.

[www.paranacidade.org.br/municipios/selecao.php](http://www.paranacidade.org.br/municipios/selecao.php), acessado em 2006.

[www.paranacity.pr.gov.br/sub.php?show=fundacao](http://www.paranacity.pr.gov.br/sub.php?show=fundacao), acessado em 2006.

[www.paranaoema.pr.gov.br/hist.html](http://www.paranaoema.pr.gov.br/hist.html), acessado em 2006.

[www.pmquerenciadonorte.com.br/index.php?exibir=secoes&ID=34](http://www.pmquerenciadonorte.com.br/index.php?exibir=secoes&ID=34), acessado em 2006.

[www.portalpublico.com.br/pmcbira/index.php?exibir=secoes&ID=19](http://www.portalpublico.com.br/pmcbira/index.php?exibir=secoes&ID=19), acessado em 2006.

[www.portalpublico.com.br/pmjandaiadosul/historico.htm](http://www.portalpublico.com.br/pmjandaiadosul/historico.htm), acessado em 2006.

[www.saomanoeldoparana.com.br/](http://www.saomanoeldoparana.com.br/), acessado em 2006.

[www.sarandi.pr.gov.br/?url=historico\\_sarandi](http://www.sarandi.pr.gov.br/?url=historico_sarandi), acessado em 2006.

[www.terraoba.pr.gov.br/cidade/historia.php](http://www.terraoba.pr.gov.br/cidade/historia.php), acessado em 2006.

[www.terraroxa.pr.gov.br/news.php?cod=11](http://www.terraroxa.pr.gov.br/news.php?cod=11), acessado em 2006.

[www.ubirata.pr.gov.br/pmu/inicia.html](http://www.ubirata.pr.gov.br/pmu/inicia.html), acessado em 2006.

[www.umuarama.com.br/co\\_histo.php](http://www.umuarama.com.br/co_histo.php), acessado em 2006.

### 2. Geral

<http://biblioteca.ibge.gov.br>, acessado em 2006.

[www.sub100.com.br/empresas/imob/gruposinop/home.php](http://www.sub100.com.br/empresas/imob/gruposinop/home.php), acessado em 2008.

[www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm), acessado em 2007.

[www.ipardes.gov.br/pr](http://www.ipardes.gov.br/pr), acessado em 2007.

[www.ub.es/geocrit/menu.htm](http://www.ub.es/geocrit/menu.htm), acessado em 2007.

[www.urbanform.org/](http://www.urbanform.org/), acessado em 2007.

